

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA SOCIAL**

FELIPE DE MOURA GARRIDO

**PRODUÇÃO, COMÉRCIO E TENSÕES NAS VILAS DO NORTE DA CAPITANIA
DE SÃO PAULO (1788-1808).**

FRANCA

2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA SOCIAL**

FELIPE DE MOURA GARRIDO

**PRODUÇÃO, COMÉRCIO E TENSÕES NAS VILAS DO NORTE DA CAPITANIA
DE SÃO PAULO (1788-1808).**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", para obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Denise A. Soares de Moura

FRANCA

2012

Garrido, Felipe de Moura

Produção, comércio e tensões nas vilas do norte da capitania de São Paulo (1788-1808) / Felipe de Moura Garrido. – Franca : [s.n.], 2011
207 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Denise Aparecida Soares de Moura

1. Brasil – História – Período Colonial. 2. História política e econômica – Capitania de São Paulo. I. Título.

CDD – 981.03

FELIPE DE MOURA GARRIDO

**PRODUÇÃO, COMÉRCIO E TENSÕES NAS VILAS DO NORTE DA CAPITANIA
DE SÃO PAULO (1788-1808).**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Universidade
Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",
para obtenção do título de mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:

Dra. Denise A. Soares de Moura, UNESP

1º Examinador:

Dr.(a) _____

2º Examinador:

Dr.(a) _____

Franca, _____ de _____ de 2012.

AGRADECIMENTOS

Certamente não conseguirei lembrar e nomear todos aqueles que durante os anos de pesquisa me ajudaram a elaborar esta dissertação e outros trabalhos referentes à pesquisa. Foram amigos, familiares, colegas, funcionários de arquivo que, de uma maneira ou de outra, me auxiliaram ao longo do caminho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) agradeço pelo financiamento desta pesquisa desde o início dos meus estudos no programa de pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Sou também grato à minha orientadora, professora Denise A. Soares de Moura, não só pelas discussões e leituras sempre precisas, mas também pelas críticas que fez durante minha formação como historiador, que tanto me ajudaram no desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço também aos amigos e companheiros de profissão Rud Eric Vasconcelos, Danilo Andrade Tabone e Bruno Alexandre Ribeiro, tanto pelas discussões historiográficas quanto pelas conversas variadas.

Eu também estendo meus agradecimentos aos Joaquim e aos Taveira, por terem compartilhado sua própria casa e seu dia-a-dia, tratando-me com carinho e me dando apoio cotidianamente. Em especial à Laura Joaquim Taveira: namorada, companheira e amiga, de todas as horas.

Por fim, a meus pais e minhas irmãs, um obrigado sincero. Afinal, minhas decisões sempre foram incentivadas por eles com carinho, respeito e amor.

RESUMO

Na década de 1790 as vilas do Norte da capitania de São Paulo tiveram expressivo desenvolvimento de sua agricultura. Alinhados com a administração régia lusitana, influenciados pelas luzes, os produtores desta parte da América procuraram fomentar o cultivo de diferentes gêneros úteis à Fazenda Real. Através dos maços de população, contido no Arquivo Público de Estado de São Paulo, arrolei os principais agricultores e o cultivo de seus fogos. E, utilizando os documentos do Conselho Ultramarino, intentei verificar de que forma a Coroa influenciou nas residências paulistas e, ao mesmo tempo, como os principais potentados fizeram pedidos de privilégios para a Monarquia.

Palavras-chave: política ilustrada; Antigo Regime português; vilas do Norte.

ABSTRACT

In the 1790's decade the northern villages of the captaincy of São Paulo had expressive development of their agriculture. Aligned with the Portuguese Royal administration, influenced by the Enlightenment, the producers of this part of America sought to promote the cultivation of different genres useful to Real Fazenda. Through the Maços de população, contained in the Arquivo Público do Estado de São Paulo, I listed the main farmers and the cultivation of their farms. And, using the documents from the Conselho Ultramarino, I tried see how the Crown influenced households of São Paulo's population and at the same time as the main rulers made requests for privileges of the Monarchy.

Key words: Illustrated Policy; Ancien Régime Portuguese; Northern villages.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A POLÍTICA NA CAPITANIA DE SÃO PAULO	15
1.1 Os resultados da política ilustrada na capitania de São Paulo.....	16
1.2 A prática por mercês em uma região periférica.....	28
1.3 Práticas ilustradas e tensões na capitania.....	41
1.3.1 Bernardo José de Lorena (1788-1797).....	43
1.3.2 Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802).....	46
1.3.3 Antônio José da Franca e Horta (1802-1808).....	60
2 AS MERCADORIAS DAS VILAS DO NORTE	65
2.1 Os gêneros para alimentação.....	69
2.2 A cana-de-açúcar na virada do século XVIII.....	81
2.3 Os outros produtos para exportação.....	108
2.3.1 Tabaco.....	108
2.3.2 O anil nas manufaturas têxteis.....	116
2.3.3 O algodão para a indústria têxtil lisboeta.....	123
2.3.4 Arroz: subsistência e exportação.....	128
2.3.5 Café, gênero do século XIX.....	132
3 OS PRINCIPAIS DAS VILAS DO NORTE	135
3.1 As famílias de São Sebastião.....	138
3.1.1 Manoel Correa de Mesquita e os outros Correa.....	139
3.1.2 Engenhos emprestados.....	144
3.2 Ubatuba e os postos militares.....	147
3.3 A vila de Jacareí e os seus principais da terra.....	151
3.3.1 Nogueira: um clã tributário a Hilário Gomes Nogueira.....	152
3.3.2 A família Brito e os seus pedidos à Coroa.....	154
3.4 A criação de animais na vila de São Luiz.....	157
3.5 Taubaté, a importância do açúcar e as diferentes formas de acumulação.....	162
3.6 As famílias comuns.....	170
3.6.1 Os Reis de Lorena.....	171
3.6.2 O açúcar para os Reinóis.....	172
3.7 Política na vila de Cunha.....	179
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	192

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, busco compreender a sociedade desenvolvida nas vilas do Norte da capitania de São Paulo, ao final do século XVIII e início do XIX, mais especificamente entre 1788 e 1808. Para tanto, utilizo como metodologia de análise o conceito de Antigo Regime nos trópicos.

A escola do Rio de Janeiro¹ discorreu sobre a sociedade formada na América portuguesa afirmando que ela era fruto do Antigo Regime português, com as especificidades dos trópicos. Logo, eram homens de mentalidade hierárquica, estamental e, até certo ponto, rígida. Nas palavras dos autores:

Os indivíduos que foram para o ultramar levaram consigo uma cultura e uma experiência de vida baseadas na percepção de que o mundo, a "ordem natural das coisas" era hierarquizado; de que as pessoas, por suas "qualidades" naturais e sociais, ocupavam posições distintas e desiguais na sociedade².

O Rei, centro do governo, estabeleceu num primeiro momento sua principal nobreza, por meio da distribuição de mercês, títulos e privilégios conferidos pelos serviços prestados. Os principais beneficiados, por sua vez, apadrinhavam diferentes homens que contribuíam para acrescentar poder a essa nobreza. As redes clientelares, constituídas das mais variadas formas, buscavam beneficiar todo o grupo, adicionando poder, capital e contatos aos seus pares. O *bando* era um grupo de pessoas ligados por laços domésticos, por uma lógica de graça e gratidão, no qual, como em Portugal, os potentados dividiam entre si os lugares de poder local – tais como câmara, conselho, misericórdia, patronato de igrejas, etc³.

Em solo americano, os portugueses tentaram reproduzir a mesma dinâmica social que já conheciam. Os principais serviços prestados ao Rei eram a conquista de territórios, o crescimento da área sob domínio da Coroa e o aumento das receitas da Fazenda Real. Como afirmou Hespanha, as ideias de "conquista" e "conquistadores" eram recorrentes na documentação metropolitana e legitimavam o mando⁴.

A ausência de uma nobreza estabelecida nos domínios da América permitia maior mobilidade social. Um lusitano de pouca envergadura na metrópole poderia angariar privilégios régios que o titulassem, mas a possibilidade para isto era menor. Na América

¹ FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio. Cenas do Antigo Regime nos trópicos. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio (Org.). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos.** América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 19.

² FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 24.

³ FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio (Org.). op. cit. p. 15.

⁴ Id., Ibid. p. 13.

foram formadas famílias que "se arrogavam à condição de nobreza principal da terra", mas não passavam de "um punhado de míseros donos de engenhos de açúcar, aparentados com forros e pretos"⁵.

Interessante notar que a mão de obra compulsória tomou parte na sociedade colonial. O escravo teve função fundamental no além-mar, isto porque, no Novo Mundo o mando era fator de destaque social, assim, a escravidão africana reforçou esta hierarquia transplantada para a América; "multiplicando-a, dando-lhe novas cores e novos matizes"⁶.

Em meados do século XVIII ocorreu o declínio da extração aurífera na América portuguesa. O antigo esplendor vivenciado pela Coroa ficou limitado com a diminuição do volume de ouro retirado do sertão mineiro. Aos administradores régios coube buscar novas ideias que pudessem restaurar as finanças do reino, alijadas pela falta de ouro. Influenciados pelas Luzes, procurou-se manter uma administração mais racional das finanças e incentivar o retorno à agricultura nos domínios ultramarinos. O símbolo desta conjuntura foi o Marquês de Pombal, Sebastião de Carvalho e Melo, mas não ficou restrito a ele. Foi continuado por D. Rodrigo de Souza Coutinho que, assim como Pombal, teve formação britânica, posto que serviram por longo período como embaixadores de Portugal na Inglaterra, e ambos promoveram o desenvolvimento das indústrias na América portuguesa.

Pombal, especialmente, deu incentivos aos comerciantes nacionais para reduzir a importância do capital britânico em Portugal. A própria criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão teve o intuito de "ajudar as casas comerciais nacionais a acumular capital suficiente para competir mais efetivamente com os britânicos no comércio colonial como um todo"⁷. Além desta, outras companhias foram formuladas nos mesmos moldes, não só na América como também no Reino.

Ao mesmo tempo, o Marquês buscou o crescimento populacional nos domínios do Império. Para tanto, ele voltou suas atenções aos povos indígenas. Em primeiro lugar, retirou dos jesuítas o controle sobre as povoações, expulsando-os da América, e, em seguida, estimulou o relacionamento entre os colonos e os indígenas. Sua intenção era europeizar, por meio da miscigenação, a população ameríndia⁸.

⁵ FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio. Cenas do Antigo Regime nos trópicos. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio (Org.). **Conquistadores e negociantes**: História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 20.

⁶ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 24.

⁷ MAXWELL, Kenneth R. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 60.

⁸ Id., Ibid., p.54

Em síntese, Kenneth Maxwell afirmou que a política de Pombal não pode ser caracterizada como mercantilista, posto que não buscava o influxo de metais, mas a expansão das reservas de capital do negociantes nacionais. Nas palavras do autor:

A política de Pombal era mais concentrada do que isso. Seu objetivo era utilizar técnicas mercantilistas – companhias monopolistas, regulamentação, taxaço e subsídios – para facilitar a acumulação de capital por comerciantes portugueses, individualmente. Essa ajuda aos capitalistas portugueses tinha objetivos e consequências mais amplos, porque era parte de um esquema destinado a fortalecer o poder de barganha da nação dentro do sistema comercial atlântico⁹.

Analisando esta conjuntura, mas com olhos para a América, Dauril Alden descreveu o período de 1750 a 1808 como "último estágio da experiência colonial brasileira". Momento em que os "brasileiros reacomodaram-se ao declínio da mineração por meio de um retorno à agricultura, sua fonte tradicional de riqueza". Ocorreu, então, a "expansão da produção dos gêneros básicos tradicionais, sobretudo açúcar e tabaco, [e o] desenvolvimento de novos itens de exportação, mormente algodão e arroz, além de cacau, do café e do anil". Este aprofundamento da agricultura foi alicerçado no "desenvolvimento de mercados antigos e novos e uma intensa dependência do trabalho escravo"¹⁰.

No caso paulista, após o progresso econômico do movimento bandeirante, ocorreu a estagnação econômica na primeira metade do século XVIII¹¹. Inclusive, este foi um dos motivos que levaram a Coroa a encerrar a autonomia política da capitania de São Paulo e a atrelá-la à capitania do Rio de Janeiro. Também foi neste período que se iniciou o desmembramento do território paulista em outras capitanias.

A racionalização da produção colonial e o fortalecimento mercantil com Lisboa foram resultados alcançados pela influência do movimento iluminista na administração metropolitana. Neste processo, inclusive, retomou-se a autonomia da capitania de São Paulo que, entre 1748 e 1765, esteve sob o controle do Vice-rei no Rio de Janeiro¹².

Portanto, a conjuntura trabalhada por esta pesquisa foi marcada pelo incentivo régio à retomada da produção agrícola de gêneros de exportação e abastecimento interno no Centro-Sul, quando cada parte desta ampla região alcançou níveis de produção e diversificação específicos. Ou seja, cada região respondeu de maneira diferente aos impulsos régios de fomento de sua economia.

⁹ MAXWELL, Kenneth R. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 67.

¹⁰ ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia: 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, Brasília: FUNAG, 1998. p. 527.

¹¹ Cf. BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2002.

¹² PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968.

O estímulo dado pela Monarquia promoveu a difusão do açúcar por outras partes da América. Assim, a capitania fluminense e a paulista passaram a fabricar açúcar em larga escala com destino ao mercado externo. Na região sulina a criação de gado foi a principal atividade, logrando altos lucros no mercado interno. Na vila de Sorocaba, por sinal, formou-se a maior feira de gado do Centro-Sul¹³.

A maior parte dos fogos da região Norte da capitania esteve envolvida com a terra. Porém, havia diferença entre agricultores e senhores de engenho. Especialmente a partir do século XIX, com a melhora na qualidade dos maços de população, aparecem outros elementos, tais como o fazendeiro e o negociante.

O recorte cronológico desta pesquisa foi selecionado para permitir vislumbrar os labores que foram desenvolvidos nas vilas do Norte. Foi nos anos entre 1788 e 1808 que os resultados da política ilustrada na capitania, tendo tido início com o D. Luís de Sousa Botelho Mourão (1765-1775), começaram a aparecer¹⁴, principalmente nesta parte.

As vilas do Norte, conforme são tratadas aqui, referem-se às vilas do caminho para o Rio de Janeiro e as vilas do litoral Norte da capitania. Trata-se de um processo identificado por Caio Prado Jr. pelo conceito de “cidades conjugadas”, devido à necessidade das vilas do interior em manterem-se unidas ao litoral para o contato com a metrópole e mercado externo¹⁵.

Nesta região, todavia, não houve domínio do açúcar no rol de produção. A cana não monopolizou as forças dos produtores e dividiu espaço com o café, o fumo, o anil e os gêneros para alimentação. Entre os senhores de engenho também não houve predileção clara pelo açúcar fino, e muitos destes sujeitos preferiram fabricar aguardente devido ao baixo custo de produção e o alto valor de mercado.

Neste estudo, portanto, pretendo demonstrar as formas de acumulação escolhidas pelos homens numa região periférica da capitania de São Paulo. Para isso, foi utilizada a fonte maços de população, presentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Esses documentos eram listas que continham uma descrição das residências em diferentes vilas da

¹³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.

¹⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

¹⁵ PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 117. Na historiografia mais moderna: RUSSELL-WOOD. A.J.R. Ports of Colonial Brazil. In: KNIGHT, Franklin; LISS, Peggy. **Atlantic port cities**: economy, culture, and society in the Atlantic World (1650-1850). Knoxville, Estados Unidos: The University of Tennessee Press, 1991.

capitania. Foram instituídos com caráter militar¹⁶, mas a partir de 1802 passou a retratar informações importantes como pormenores da lavoura, naturalidade dos residentes e locais de onde vieram os escravos das propriedades.

Os documentos do Conselho Ultramarino permitiram verificar a política ilustrada nas diferentes cartas, ofícios e requerimentos trocados entre administradores, potentados da América e os ministros do Rei em Portugal. Os requerimentos, especialmente, indicam os privilégios requisitados pelos indivíduos presentes nas vilas do Norte.

A pesquisa sobre potentados locais numa área periférica como as vilas do Norte da capitania é uma maneira de perceber como estas áreas se integram a um sistema maior, como o do Império, dentro de suas condições demográficas, potencialidades e capacidades produtivas específicas.

Para definir o que seria o potentado nas vilas do Norte usei como referencial a posse do escravo e as patentes militares. A mão de obra compulsória da época era um importante definidor do padrão de vida e de acumulação de um domicílio. O número de escravos de um domicílio influenciava seus níveis de produtividade. Em virtude disto, adotei o critério de posse de no mínimo 10 escravos para classificar o indivíduo como membro diferenciado na economia local. E, por serem as honrarias régias um fator de distinção social, foi possível verificar a proeminência em certa região, dos indivíduos que possuíam habilitações, cargos administrativos ou postos das Companhias de Ordenanças, o que possibilitou, também, a sua seleção.

Os Maços de População não permitem verificar a participação de um senhor em cargos administrativos ou a posse de uma habilitação, porém, indicam a participação nas Ordenanças. Nos documentos do Conselho Ultramarino (C.U.) existem os pedidos de habilitações e cartas-patentes. Mesmo quando o chefe de um domicílio possuía um plantel com menos de 10 escravos, mas detinha posto de oficial na ordenança, o considereirei como importante produtor local. A aspiração por nobilitação é fator significativo na sociedade colonial de Antigo Regime¹⁷.

¹⁶ Cf. MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos**: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822). 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

¹⁷ Compreendo o conceito de “sociedade colonial” de acordo com: SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Especialmente a Parte III. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria. (Org.). **O Antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Contudo, a nobilitação só ocorria se o requerente fosse pessoa estabelecida e prestasse bons serviços à Coroa. Em outras palavras, o serviço prestado à Sua Majestade era uma via necessária para a distinção social.

Na questão econômica, pretendo analisar tanto os tipos de produtos como os mercados a que se destinavam. A documentação sugere que esta produção subdivide-se em dois ramos: para a praça do Rio de Janeiro (podendo daí seguir para o mercado atlântico, em especial para o Reino) e para o mercado interno, distribuindo-se pelas vilas marítimas da costa Sul da América, mormente o porto de Santos.

Por fim, pretendo verificar as tensões resultantes da formação de potentados com interesses nas nobilitações na região. Aqueles que conseguiam destaque social passaram a tentar influenciar o jogo político da capitania de São Paulo. Portanto, verifiquei de que forma as tensões políticas influenciaram a atuação dos homens da porção Norte da Capitania, e, em sentido contrário, como estes foram capazes de fazer seus interesses receberem atenção por parte dos governadores da capitania. As disputas nesta região ocorreram não só pelas mercês, mas também pela prioridade que administradores e potentados locais tentavam a seus negócios.

Com estes objetivos em mente, construí esta dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, procuro demonstrar as formas pelas quais os impactos ilustrados na Coroa lusitana estiveram presentes nas ordens dos governadores da capitania de São Paulo. Concomitantemente, busco compreender as interações entre as elites das vilas do Norte desta capitania com os governadores e suas diferentes políticas.

No segundo capítulo analiso as principais plantas presentes nas unidades produtivas selecionadas. Os colonos da região Norte tentaram manter o cultivo de diversas plantas e obtiveram relativo êxito. As flutuações nos volumes fabricados permitem verificar as opções de lavoura que tinham regiões periféricas do Império para se adequarem a demanda das partes centrais.

E, por fim, no terceiro capítulo, são remontadas as trajetórias das principais famílias. Elas foram selecionadas porque exemplificam as possibilidades de mercês e privilégios para bandos locais de partes periféricas. As duas famílias da vila de Cunha – Macedo e Siqueira – foram mais presentes na documentação, mesmo porque mostram o envolvimento da administração local em questões domésticas, tendo em vista seus próprios interesses e alianças.

CAPÍTULO 1: A POLÍTICA NA CAPITANIA DE SÃO PAULO

O século XVIII foi um tempo de mudanças no Império português. Em todas as partes houve a centralização do poder real e a tentativa de reverter a situação econômica deficitária de Lisboa.

Na América portuguesa não foi diferente. O Secretário de Estado Português, Sebastião de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, buscou monopolizar o comércio das capitanias do Norte e Nordeste, incentivar a cabotagem entre as partes do império, aprofundar a rede mercantil do Atlântico Sul e cultivar diversos gêneros para consumo e exportação, de forma a suprir as necessidades diárias e aumentar o comércio. Em síntese, os laços coloniais que uniam a América e a metrópole foram estreitados.

Neste capítulo, procuro demonstrar as formas pelas quais os impactos ilustrados na Coroa lusitana estiveram presentes nas ordens dos governadores da capitania de São Paulo. Concomitantemente, busco compreender as interações entre as elites das vilas do Norte desta capitania com os governadores e suas diferentes políticas.

O primeiro passo que dou neste capítulo, portanto, é resgatar as medidas e decisões tomadas e aplicadas pelos governadores na capitania. Para tanto, fiz uso dos documentos do Conselho Ultramarino, digitalizados pelo Projeto Resgate Barão de Rio Branco, prioritariamente, e a coleção documental *Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo*.

Os sucessores de Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão (1765-1775), governador do período de retomada da autonomia administrativa na capitania de São Paulo (1765), focaram na revitalização militar. A predominância da economia ocorreu com a posse de Bernardo José de Lorena, em 1788, que recebeu os primeiros resultados da política fomentadora de D. Luís, especialmente no que diz respeito à produção e exportação de açúcar, e deu continuidades aos estímulos econômicos.

Nesta conjuntura específica ocorreu a consolidação das elites sob a influência das luzes na capitania paulista. O retorno à agricultura e o impulso ao comércio, interno e externo, possibilitaram a dinamização da economia nessa parte do Império português.

Ao longo de todo o Império a mercê régia era a forma de distinção social, sendo que nessa parte periférica da América, os postos de ordenanças eram o primeiro passo para a ascensão e distinção social. Estas patentes causavam a deferência na sociedade e permitiam o contato com outros homens diferenciados.

O que pretendo no segundo tópico deste capítulo, portanto, é quantificar os pedidos feitos à monarquia por patentes, sesmarias, entre outros, verificando, em seguida, as formas pelas quais os governadores se manifestavam nos requerimentos enviados ao Conselho Ultramarino.

No terceiro tópico, mostro que as concessões de mercês e a política interna da capitania influenciaram as famílias das elites do Norte. Indico também que os diferentes planos políticos e alianças forjadas pelos governadores resultaram em tensão na capitania. As brigas de D. Mateus de Abreu Pereira, Bispo de São Paulo, Jerónimo Martins Fernandes e José Gomes de Siqueira e Mota com o governador Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802) foram as principais do período. Contudo, conforme demonstro, foram as alianças formadas que puseram estes homens em lados opostos.

Pretendo, enfim, explicitar a dinâmica política da capitania de São Paulo sob o viés das vilas do Norte. O governador Mendonça, por exemplo, obteve apoio dos homens da região mesmo quando foi contestado pelo prelado da capital. Vê-se uma forte conexão de Mendonça e estes homens, em torno do incentivo ao comércio costeiro.

1.1 Os resultados da política ilustrada na capitania de São Paulo

A política metropolitana se manifestava nas câmaras locais. Nas ordens do governador Bernardo José de Lorena (1788-1797), por exemplo, fica clara a intenção de se formar vilas para o crescimento produtivo e comercial da capitania.

Em ordem de 22 de Novembro de 1797 o governador afirmava que estava incentivando as povoações e já havia criado quatro vilas: a de Antonina (antiga freguesia do Pilar, próxima a Paranaguá), Porto Feliz (próxima a Itu, região produtora de açúcar), Nova Bragança (antigo distrito de Atibaia, limite entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais) e São Carlos (freguesia de Campinas, vizinha de Jundiaí e também área produtora de açúcar).

No mesmo documento, ele cita a pretensão de transformar em freguesia as povoações de Bananal e Piracicaba. A primeira, devido à sua localização privilegiada na divisa com a capitania do Rio de Janeiro, e a segunda, por causa da qualidade do solo no Oeste paulista.

Lorena também indicou que as criações de freguesias e vilas eram sua forma de pôr em prática as intenções da Coroa. Nas suas próprias palavras: “quantos as minhas forças me ajudarem, tanto me esforçarei a dar inteira execução a tudo o que me determina”. E as ordens régias eram claras: promover “por todos os meios justos o maior aumento do comércio [...],

dos gêneros e manufaturas do Reino [...] animando o uso dos vinhos, azeite e etc.”¹. Além disso, Lorena afirmou que favoreceria ainda mais aqueles que introduzissem e consumissem a maior quantidade destes gêneros, recomendando-os às mercês régias.

Sua costumeira prática de formação de povoados, todavia, não era novidade. Já em 1771, durante o governo de Botelho Mourão, houve a fundação da povoação de São Luiz do Paraitinga, situada no entroncamento de estradas que iam para Cunha, Parati, Ubatuba e Taubaté. A ordem expedida pelo governador era que todos oficiais militares e juízes auxiliassem Manoel Antonio de Carvalho, fundador da povoação. Segundo Mourão, todos os interessados em povoar e habitar São Luiz deveriam ser encaminhados para lá sem embaraço. Além disso, os arrendatários eram incentivados a se dirigir para a região, assim como ficavam obrigados os “vadios, carijós e vagabundos”² de áreas desertas.

Em 1788, foi a vez de Bernardo Lorena colocar em prática essa forma de criação de vilas. Primeiramente, o governador erigiu a freguesia de Piedade, que, segundo ele, era uma das freguesias mais opulentas e populosas da capitania, “situada no ponto donde saem as duas estradas gerais das Capitânicas de Minas e Rio de Janeiro”³ e à margem do Rio Paraíba. A localização, portanto, facilitava o comércio com as vilas do Norte e com as capitânicas de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, três dias depois de promover a ereção de Piedade à vila de Lorena, passou ordem à câmara de Guaratinguetá para que “com assistência do Doutor Ouvidor da Comarca”⁴ se estabelecessem os limites entre as duas vilas.

Seu terceiro ato foi ampliar os limites da nova vila. Em 9 de Dezembro de 1788, apenas três meses após a criação da vila de Lorena, o governador achou ser conveniente para sua Majestade animar os povos das vilas recém criadas, com especial atenção para aquelas que podiam ser, em suas palavras, “mais vantajosas ao comércio interior”⁵. Além disso, Lorena permitia que o Ouvidor incentivasse a construção de um caminho para a capitania de Minas Gerais – onde conviesse para os moradores da vila – e, também, que construíssem o próprio porto no rio Paraíba.

¹ "Para o Secretário de Estado", 22.11.1797. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, v. 29, 1899. p. 44-46.

² "Ordem para se auxiliar Manoel Antônio de Carvalho na fundação da povoação de S. Luiz do Parahytinga", 18.05.1771. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. v. 33, S.d. p. 1-2.

³ "Para se erigir em Vila a Freguesia da Piedade", 06.09.1788. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Duprat & Comp., v. 46, 1924. p. 11-12.

⁴ "Para o Doutor Dezembargador e Ouvidor da Comarca Miguel Marcelino Velloso e Gama ampliar o Destricto da Villa Nova de Lorena", 06.09.1788. Ibidem. p. 12-13.

⁵ "Para o Doutor Dezembargador e Ouvidor da Comarca Miguel Marcelino Velloso e Gama ampliar o Destricto da Villa Nova de Lorena", 09.12.1788. Ibidem. p. 23-24.

A tentativa de incentivar a produção na capitania, porém, não era feita somente através da elevação de povoados e freguesias, mas também pela concessão de terras. Nesse sentido, é importante destacar que Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça passou ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, questionando a melhor forma de conceder sesmarias. Segundo o governador, a falta de critério para a distribuição destes terrenos estava levando as matas da capitania à ruína⁶. No documento não encontrei a resposta do Conselho Ultramarino, somente a intenção do governador de melhorar a exploração do solo.

O Capitão-mor da vila de Jacareí, Lourenço Bicudo de Brito, fez um pedido por sesmaria a Mendonça, que reconheceu que o solicitante havia trabalhado na abertura de um caminho que unia Paraibuna e São Sebastião, razão pela qual lhe pareceu correto conceder-lhe um terreno no local, conforme este requeria⁷.

Segundo o governador, Brito “abriu o caminho para o bem comum e aumento da Coroa”⁸, além de ter sido o primeiro a se estabelecer nas terras e constituir fazenda, onde buscou sustentar sua família e seu posto. Assim sendo, pareceu justo ao governador conceder-lhe uma sesmaria de três léguas em linha reta neste caminho, o que foi endossado pela Coroa, que enviou para Brito sua carta de posse⁹. O tamanho da propriedade era considerável, capaz até de comportar um engenho¹⁰, caso fosse do interesse do suplicante.

Logo, foi clara a intenção fomentadora da Rainha ao retribuir o trabalho de seu Capitão-mor através de terras. Ele, por sua vez, recebeu um quinhão de terra situado no caminho para o porto de São Sebastião, o maior do litoral norte.

O sobrenome Brito foi constante nos maços de população em Jacareí e nas vilas vizinhas. No entanto, o receptor da sesmaria não foi encontrado. Tal omissão pode ser explicada pela grande segmentação dos maços de Jacareí, em que não há listas completas para

⁶ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, solicitando ordens para poder definir quais as melhores formas de conceder sesmarias". 17.11.1798. AHU-Maranhão. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 694.

⁷ A ordem para abertura do caminho entre a freguesia de Paraibuna e a vila de São Sebastião se encontra em: "Ordem para todos concorrerem na abertura do caminho da Freguesia de Santo Antonio de Paraibuna para a vila de São Sebastião, etc." 25.02.1775. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**, v. 33. p. 192.

⁸ "REQUERIMENTO do capitão-mor Lourenço Bicudo de Brito, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta de sesmaria que principia no novo caminho que vai da Paraibuna para vila de São Sebastião". Ant. 18.02.1790. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 544.

⁹ Id., Ibidem.

¹⁰ Sobre o tamanho de propriedades agrícolas na capitania de São Paulo: PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968. p. 60.

diversos anos. Destaca-se o ano de 1789, por exemplo, que apresenta somente três páginas de maços.

Em 1797, o sobrenome Brito apareceu por duas vezes: capitão Antonio Bicudo de Brito e o sargento Ignacio Botelho Brito. O primeiro possuiu uma pequena produção de gêneros para alimentação (milho, feijão e arroz) e, também, fabricou, com seus quatro escravos, 11 arrobas de algodão e 12 canadas de aguardente. E o segundo, aos 60 anos de idade, não indicou produção, apesar de seus dezesseis escravos.

Thereza Petrone indicou que a ocupação da terra precedia, via de regra, o pedido por sesmaria. Segundo a autora, geralmente se explorava a região em busca de terra, fixava-se em algum lugar próprio para a plantação e, depois de estabelecido, pedia-se a sesmaria.

Não raro, “a posse longa equivalia à concessão de sesmaria”¹¹. Porém, a posse da terra era algo de difícil acesso na capitania de São Paulo. Por diversos motivos – a autora cita ignorância, descuido e esquecimento – os posseiros deixavam de pedir a sesmaria e os senhores de engenhos e agricultores não possuíam a propriedade regulamentada, contentando-se com as resoluções régias. A opção de Brito, todavia, foi regulamentar juridicamente sua situação.

Outros casos parecidos foram os de José Borges dos Santos e Antônio Querido Portugal. Os dois senhores solicitaram, por volta de 1801, a carta de sesmaria de terras na vila de Cunha. O senhor José Borges dos Santos não é citado nos maços de população, porém a trajetória de Antônio Querido Portugal encontra-se devidamente documentada.

Em 1789, Antonio Querido Portugal apareceu nos maços de população da vila de Cunha, ocasião em que apresentou os três primeiros nomes. Indicou, também, o posto de alferes nas ordenanças e a propriedade de vinte escravos e um sítio, no qual produziu 1300 alqueires de milho, 100 alqueires de feijão e 10 alqueires de arroz.

Sua situação não mudou muito nos anos seguintes. Em 1797, início do governo de Mendonça, apareceu com 29 escravos, e em 1803 aparece pela primeira vez a indicação de que era imigrante. Nesta lista, o senhor Antônio Pires Querido Portugal informava ser natural de Santa Maria, dono de 27 escravos e produtor de milho, feijão e arroz. Cinco anos adiante, apresentou, além da naturalidade, o fato de ser agricultor. Entretanto, não fabricou nenhum

¹¹ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968. p. 55.

gênero, dedicando-se somente à criação de porcos e bestas. Ademais, sua escravaria contava com 23 escravos, não havendo mais indício de posto nas ordenanças¹².

O movimento migratório de reinóis para as vilas do Norte da capitania de São Paulo será explorado no capítulo 3. Porém, é interessante ressaltar que o caso de Antonio Pires Querido Portugal era somente um dos muitos que ocorriam na região. Os homens das ilhas e regiões menos abastadas do Reino embarcavam para a América portuguesa, em alguns casos ainda quando crianças, eram acolhidos por parentes quando chegavam e depois galgavam sua ascensão social na região¹³.

Em 1795, o Secretário de Estado, Luiz Pinto de Souza, passou ofício para Bernardo José de Lorena explicando a necessidade de incentivar a plantação de mandioca. Segundo o Secretário, a esterilidade dos anos reduziu o pão no Reino, aumentando seu preço a um patamar que dificultou sua compra pelas famílias pobres e “só poderia remediá-las se houvesse fartura de farinha de pau, por cujo motivo manda a mesma Senhora recomendar muito a Vossa Excelência a cultura da mandioca”¹⁴. Assim, toda a farinha que não fosse necessária para o sustento das famílias da capitania deveria ser enviada para Portugal.

A necessidade do Reino por farinha não foi sanada. Em 15 de Dezembro de 1801, o governador Mendonça enviou ofício para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, afirmando que estava incentivando o plantio da mandioca.

De acordo com o governador, em 7 de Novembro de 1800, Sua Majestade havia expedido ordem para que fosse animada a cultura da farinha. Além disso, provavelmente com receio da escassez, o Monarca ordenava que “a maior quantidade possível dela”¹⁵ fosse exportada para Lisboa, processo que estava sendo praticado pelo governador.

Para Petrone, o incentivo da Coroa às culturas se deu no contexto de restauração da autonomia da capitania em 1765. A maior preocupação de Botelho Mourão era que os

¹² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Cunha, 1789-1810: rolos 49-51.

¹³ Sobre o movimento migratória na cidade de São Paulo: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. 2006. 339 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Ver também: PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. 1995. 620 p. Tese (Doutorado em Sociologia)– Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

¹⁴ "Ofício do Secretário de Estado sobre o cultivo da mandioca". 20.06.1795. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Aurora, v. 25, 1898. p. 135-136.

¹⁵ "OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando que tem se dedicado ao fomento da plantação e exportação de farinha de mandioca para o reino" 15.12.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 18, D. 896.

paulistas produzissem a maior quantidade possível de algodão, barateando o produto e, desta forma, permitindo sua remessa ao Reino¹⁶.

O cânhamo, utilizado na fabricação de têxteis, também foi estimulado em São Paulo. No ano de 1800, o governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça (1797-1802) informava ao Secretário D. Rodrigo de Souza Coutinho o recebimento de folhetos sobre a cultura do gênero. Segundo o governador, a cultura era incentivada pela monarquia que tinha interesse em ver este produto sendo plantado em Curitiba e Paranaguá. Ademais, afirmou que, em vista do preço de outros produtos, como açúcar, café e goma, o preço da arroba do cânhamo ficaria em torno de cinco mil réis no porto de Santos¹⁷.

Ainda em 1800, o mesmo governador afirmou que recebeu, também, exemplar de uma obra que explicava como formar alambiques. Sua preocupação era melhorar e aumentar a produção de aguardente, produto de grande aceitação no mercado interno e externo¹⁸.

Também em relação à qualidade da produção, mostrou-se preocupado com a reputação do açúcar paulista em Lisboa. Em suas palavras, “o açúcar de serra acima não [era] bem reputado no Rio de Janeiro, e [tinha] mal nome em Lisboa”. Para Mendonça, o açúcar produzido em São Paulo era da mesma qualidade que os melhores do Rio de Janeiro, porém o trânsito da área produtora até o litoral, e de lá para o Rio de Janeiro, umedecia o produto e arruinava sua qualidade.

O acondicionamento utilizado no transporte não era de grande qualidade e propiciava o acúmulo de umidade nas caixas. Uma vez que o açúcar umedece sua qualidade decai e ele deixa de ser branco e fino para se tornar redondo, um tipo menos nobre e de menor valor de mercado. O uso de madeira verde na construção de caixas de transporte também prejudicava a produção, já que era menos seca e também facilitava o acúmulo de umidade.

Além disso, cita diversas falsificações que tentaram ser feitas com a produção do açúcar. Ao se misturar o açúcar refinado com outras variações, permitia-se que o volume vendido fosse maior. Mas, quando a carga chegava ao porto do Rio de Janeiro, era inspecionada e a falsificação era descoberta, razão pela qual os negociantes portuários não aceitavam os preços pedidos e ofereciam menores quantias pelas caixas, causando prejuízo aos negociantes que transportavam o açúcar da área produtora para o litoral.

¹⁶ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968. p. 13.

¹⁷ "Para o mesmo acusando a recepção do ofício de 7 de Fevereiro de 1799 e alguns folhetos sobre a cultura do cânhamo". 16.01.1800. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, v. 29, 1899. p. 156-157.

¹⁸ Id., Ibid. p. 148.

No mesmo documento, o governador afirma que as falsificações também eram comuns com a aguardente, o que prejudicou a reputação do produto, levando-o à ruína. Nesse caso, os produtores foram salvos quando se passou a inspecionar a cachaça fabricada.

Para o governador, a mesma solução era necessária no caso do açúcar. Ele acreditava que havia necessidade da formação de uma Inspeção em Santos e de que as caixas do açúcar recebessem as marcas dos produtores, responsabilizando-os nos casos em que se verificasse alguma falsificação no produto ¹⁹.

Estas mudanças propostas pelos governadores eram respostas à conjuntura do período. Além da influência das luzes nos administradores, no início do século XIX a tensão político-militar na Europa estava alta.

A França, recém saída de sua revolução, despontava como potência emergente no continente, rivalizando com a Inglaterra, enquanto que Espanha e Portugal perdiam gradativamente seus domínios coloniais e o poder no ultramar. A tensão levou a diversas disputas na fronteira Sul entre a América portuguesa e a espanhola.

Em meio às batalhas entre as Coroas ibéricas, o governador Castro e Mendonça enviou ofício ao Conselho Ultramarino informando sobre os efeitos danosos desta conjuntura:

Quando propiciara esta capitania a ver sair do berço o seu comércio pela livre circulação em que a pus, e a gozar de todas as vantagens que são consequência necessária desta grande coluna dos Estados, eis que a perturbação ocasionada neste Brasil pela atual Guerra veio cortar [...] as grandes esperanças que prometiam a sua maior prosperidade pelo numeroso estabelecimento de Engenhos de Açúcar que no tempo do meu governo se haviam erigido. Baixa o preço deste novo produto e perde-se todo o equilíbrio de um Ramo da Indústria tão importante a nação; porque iludidos os fabricantes com as primeiras vendas e querendo meter maiores fundos em escravatura; não olham a exorbitante soma porque lhes vendem os Negociantes das outras capitanias, e alguns desta. Estagna o comércio, fica sem preço o açúcar e perde-se os escravos o valor que a conjuntura acidental lhes havia dado²⁰.

O governador, então, afirmou que era obrigação de seu emprego deter a total ruína dos engenhos paulistas.

Assim sendo, pediu que o Conselho Ultramarino estendesse a provisão de 26 de Abril de 1760, que favoreceu os senhores de engenho do Rio de Janeiro, para a capitania de São Paulo.

¹⁹ "Sobre o açúcar, meios de restabelecer a má reputação em que ele está em Lisboa, e mesmo no Rio de Janeiro". 31.01.1799. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, v. 29, 1899. p. 120-123, citação: p. 120.

²⁰ Citação e referência: "OFÍCIO do governador de capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a queda de preço do açúcar e os prejuízos que esta vem causando aos proprietários de engenho desta capitania. Solicita os mesmos privilégios que foram concedidos aos produtores do Rio de Janeiro, pela provisão, de 26 de Julho de 1760". 02.05.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 845.

O Secretário do Governo, Luiz Antonio Neves de Carvalho, compreendeu que o bem do açúcar paulista favoreceria a todo o Império. Para ele, o açúcar era um dos gêneros “mais importantes do comércio”²¹ e, sendo assim, concedeu, em 16 de Abril de 1801, a extensão dos privilégios que gozavam os engenhos cariocas.

O ofício de 19 de Fevereiro de 1803, do governador Antônio José da Franca e Horta (1802-1808) foi enviado ao Secretário da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, afirmando que estava incentivando a produção de anil, algodão, farinha, feijão, milho e toicinho.

No mesmo documento, afirmou que encontrou um homem em Minas Gerais que conhecia uma técnica diferente para extração e purificação do salitre. Para o governador, o salitre purificado pelo homem era suficiente, remetendo-o para análise em Lisboa, através da embarcação “Pensamento Ligeiro”. Além disso, assegurou ter encontrado um novo método para a fabricação de pólvora, cujo resultado também foi enviado para Portugal²².

O interesse de Horta em restabelecer as diferentes culturas da capitania foi incentivado pela Monarquia. Em 3 de Julho de 1804, os quatro ministros do Conselho Ultramarino assinaram um mandado enviado para o governador de São Paulo, em que afirmaram que o Príncipe regente tinha interesse cada vez maior na capitania e, assim, buscava restaurar a cultura e extração de anil e outros gêneros. D. João também afirmou ser necessário um plano conveniente para o comércio direto entre São Paulo e a metrópole²³.

Em 1806, a câmara de São Sebastião, entre outras, recebeu resposta do Conselho Ultramarino acerca de seu pedido para extinção do imposto literário. De acordo com a câmara, este imposto fora obra do governador Mendonça e a taxaço sobre a produção estava prejudicando os fogos. Enviou-se pedido para que o Desembargador e Procurador da Coroa desse parecer acerca da legitimidade do imposto, cuja resposta foi taxativa:

a imposição de novos tributos era um direito Majestático, só pertencente ao Sumo Imperante. E, os nossos Soberanos, sempre cuidadosos de conservar os seus povos em felicidade, nunca determinaram os impostos sem urgente necessidade e toda a

²¹ Id., Ibid.

²² "OFÍCIO (cópia) do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, dando conta, em conformidade com as ordens do destinatário e das suas Instruções, do que vinha fazendo na capitania, em prol do comércio, da lavoura, sobretudo a do anil, e a do algodão, do milho, feijão etc. Diz julgar que uma das melhores formas de incentivar a agricultura é promover a exportação dos gêneros, instituindo-se um comércio direto com as praças de Lisboa e Porto. Alude também à epidemia das bexigas e à possibilidade de se trazerem casais ilhéus para povoarem a costa de São Paulo" 19.02.1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 19, D. 947.

²³ "MANDADO (cópia) do Conselho Ultramarino, ordenando que se consulte sobre o restabelecimento da cultura de anil e algodão na capitania de São Paulo e dos demais gêneros como a farinha, feijão e milho, e a forma como deve ser feito o comércio entre esta capitania e a metrópole". 27.06.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1051.

circunspeção, sendo esta ainda mais necessária nos Domínios Ultramarinos em que podia ter funestas consequências a facilidade de aumentar os tributos. E, como a contribuição denominada Literária fora estabelecida por mandado e arbítrio do ex-governador com muita vexação e o mesmo Governador ampliara o Tributo do Sal, sem ordem expressa nenhuma, nem outra Imposição pode ter vigor pela nulidade de ambos²⁴.

Este documento evidencia a atuação da câmara no fomento da cultura, ainda mais quando ela visa também barrar medidas arbitrárias dos governadores.

Os administradores pensavam o Império como um todo conectado, onde o bom resultado comercial do açúcar no porto de Santos seria um dos fatores de estímulo das finanças da Fazenda Real. O incentivo ao comércio através da constituição de vilas e diminuição de impostos, a implantação de novos planos de exploração, como as fábricas de ferro e pólvora, também foram outras formas de incentivar as finanças. Por fim, outros dois métodos de estímulo foram utilizados: os postos nas ordenanças e a imigração, fatores que serão melhor analisados no capítulo três.

A infraestrutura da capitania também era importante para a produção e o comércio.

D. Luís foi o primeiro a se preocupar com o estado dos caminhos da capitania, por entender que a condição das estradas facilitava o acesso e permitia o rápido contato entre as partes da América portuguesa. Em 1774, passou ordem ao Capitão-mor de São Paulo para que fossem estabelecidas paradas em diferentes estradas, com o intuito de permitir o rápido e seguro transporte de avisos, de dia e de noite²⁵.

O mesmo governador, dois anos antes, tentou estabelecer correio entre São Paulo e Rio de Janeiro, justificando que era “essencialmente necessário ao Serviço de Sua Majestade” que se estabelecessem e conservassem paradas para os correios entre as duas sedes das capitanias²⁶.

O contato próximo com a capitania do Rio de Janeiro, sede do Vice-reinado, era muito importante para os paulistas, especialmente para os homens das vilas do Norte. Em 1775, Botelho Mourão voltou a expor a necessidade de caminhos suficientemente bons para o trânsito em direção ao Rio de Janeiro. Sua ordem para juízes e vereadores da vila de Guaratinguetá abordou a necessidade de impedir o trânsito de boiadas por esse caminho. Segundo o governador, o “novo caminho da vila de Paraíba (São José) [foi] unicamente

²⁴ "PARECER do Conselho Ultramarino sobre a representação da Câmara da vila de São Sebastião da capitania de São Paulo, solicitando a suspensão dos tributos recaídos sobre o açúcar, sal, aguardente, café, arroz, e algodão, impostos pelo ex-governador e capitão general Antônio Manoel de Melo e Castro". 03.10.1806. AHU_ACL_CU_023, Cx. 28, D. 1264.

²⁵ "Ordem para o estabelecimento de paradas, etc.". 31.01.1774. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. s.d., v. 33. p. 135-136.

²⁶ "Ordem para o estabelecimento do correio entre S. Paulo e o Rio de Janeiro". 19.10.1772. Ibid. p. 77-78.

aberto e destinado para o concurso dos viandantes e tropas de comércio”, sendo este uso de maior interesse para Sua Majestade²⁷.

Para Petrone, a dificuldade encontrada pelos produtores de açúcar decorreu da falta de tradição no mercado internacional da capitania, uma vez que o açúcar foi o primeiro produto paulista dedicado à exportação e o sistema viário da capitania ainda se encontrava pouco desenvolvido²⁸.

Apesar das tentativas de Botelho Moura, foi somente no governo de Lorena que a situação se modificou.

Em complemento à sua política de exportação, o que será abordado no tópico três deste capítulo, era necessário que se garantisse o trânsito rápido e seguro das mercadorias para o porto de Santos.

A estrada construída por Lorena, que ligava São Paulo a Santos ficou pronta em finais de 1791 (ou início de 1792). Nas palavras de Petrone, “foi uma obra realmente notável para a época, a que empreendeu promovendo o calçamento da descida da serra”²⁹. Diferentemente do que ocorria até então, a obra permitia o trânsito de tropas pela serra, o que antes só era possível a pé. Além disso, ainda segundo o autor, a segurança propiciada pelo calçamento permitiu que o trânsito de mercadoria fosse feito inclusive durante a noite.

Anos depois, John Mawe, um viajante inglês, esteve em São Paulo e, observando a nova estrada, a descreveu como “boa e pavimentada, mas estreita, devido às subidas íngremes, foi talhada em zig-zag, com voltas frequentes e abruptas na ascensão”³⁰, conforme se vê na figura 1.

Dauril Alden falou sobre a recuperação econômica do Império português promovida pela política ilustrada, com ênfase no continente americano.

Para ele, houve a displicência com as vias terrestres, sendo que pouco se fez para melhorar a condição das estradas na América portuguesa. Assim como Petrone, o autor destaca a importância da calçada de Lorena.

Afirma, ainda, que a estrada na serra do mar foi o maior exemplo de esforço de “governadores coloniais diligentes e da cooperação, muitas vezes compulsória, das comunidades locais”. Destaca-se ainda, que os outros exemplos de melhorias em estradas

²⁷ "Ordem para os Juizes e Vereadores da Vila de Guaratinguetá impedirem os estragos que fazem as boiadas em trânsito nas plantações da nova vila de São José do Paraíba". 10.11.1775. Ibidem. p. 109-110, citação 109.

²⁸ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968. p. 187.

²⁹ Id., Ibid. p. 192-196. Citação página 192.

³⁰ Id., Ibid. p. 197.

indicados por ele também sejam da capitania de São Paulo, citando, inclusive, um caminho conhecido como trilhas de mulas, entre o Rio Grande do Sul e São Paulo³¹.

Figura 1 – A calçada de Lorena³².



No caso das vilas do Norte, porém, a situação era diferente.

Apesar de não haver notícia de uma estrada calçada, havia diferentes caminhos que passavam pela região. O caminho novo da Piedade conectava as vilas do Norte ao Rio de Janeiro e a São Paulo e suas ramificações chegavam a diferentes partes da capitania e, inclusive, à capitania de Minas Gerais. Estas passagens, para Petrone, já estavam esboçadas desde o início do século XVIII³³.

As mudanças promovidas na capitania de São Paulo embora expressassem também a ação particular dos governadores, de maneira geral traduziam diretrizes da política da Coroa portuguesa. Alden afirmou que neste período foram incorporadas as mudanças da virada do século, após o declínio da mineração e o retorno à agricultura.

³¹ ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia: 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, Brasília: FUNAG, 1998. p. 555.

³² A figura 1 mostra a forma que se encontra a calçada de Lorena atualmente. Ela mostra o tortuoso caminho pelo qual as caixas de açúcar tiveram que passar. Ainda assim, de acordo com as cartas do período, o caminho era muito melhor do que seus rivais na capitania de São Paulo. Imagem: <<http://oslorenas.blogspot.com/2008/08/blog-post.html>>, acesso em 28 de Julho de 2011.

³³ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968. p. 204.

Houve, então, “expansão [tanto na] da produção dos gêneros básicos tradicionais, sobretudo açúcar e tabaco, quanto no desenvolvimento de novos itens de exportação, mormente algodão e arroz, além do cacau, do café e do anil”³⁴.

Ele nomeia outras diferentes mudanças econômicas que foram postas em prática durante o período para a melhoria nas finanças imperiais.

A primeira delas foi a criação, em 1761, “de um tesouro real centralizado em Portugal”, que previa o maior controle por parte da Coroa de suas próprias finanças. Nesse contexto, a principal função do tesouro real era promover subsídios aos produtos das partes imperiais.

A segunda medida foi abolir o tráfico de escravos para a metrópole. A intenção, longe do pensamento humanitário, repousava na necessidade de mão-de-obra que sofriam os domínios coloniais.

Em terceiro lugar, buscou-se diminuir a dependência de Portugal das indústrias europeias, principalmente inglesas. Assim, o setor industrial do Reino foi impulsionado pela Coroa e as manufaturas dos domínios ultramarinos foram reprimidas.

Uma das principais medidas para a região Norte da capitania de São Paulo, porém, foi o fim do monopólio do sal, o que ocorreu em 1801. Desta forma, na tentativa de suprir a demanda crescente da população e diminuir os custos das mercadorias, buscou-se em São Paulo um método diferente de produção de sal e pólvora, principalmente no período em que a criação de bestas por parte dos paulistas era crescente.

Em todo o âmbito imperial, portanto, as mesas de inspeção foram fortalecidas. Procurou a Monarquia, com esta medida, aumentar a competitividade do açúcar e fumos brasileiros, além dos produtos de outras partes do Império.

Por fim, na região Norte e Nordeste da América portuguesa, Pombal levou a cabo a criação de duas companhias de monopólio. Segundo Alden, “a missa inicial dessa companhia [a do Grão-Pará] era fornecer escravos negros para o Norte, oferecer preços atraentes pelos produtos básico da colônia, já existentes e novos, e transportar essas mercadorias para Portugal por meio de seus próprios comboios”. Para esse autor, a missão audaciosa da Companhia foi cumprida a bom contento. Tanto foi que quatro anos após a instauração da

³⁴ ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia: 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, Brasília: FUNAG, 1998. p. 527.

Companhia do Grão-Pará, foi formada a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, criada com o intento de revitalizar a economia da região Nordeste da América³⁵.

A prosperidade do século XVIII causou o crescimento demográfico em Portugal. Coube, então, à Coroa propiciar condições para que seus potentados participassem ativamente do serviço administrativo, proporcionando meios para que estes vassallos recebessem mercês e honrarias. No jogo político do Antigo Regime era essencial que a nobreza fosse incentivada a servir ao Rei³⁶.

A monarquia portuguesa sempre teve grande habilidade na utilização dos serviços de seus principais. Segundo Russell-Wood, o constante trânsito de burocratas do Império pelos domínios dava a impressão de onipresença da Monarquia, ainda que a densidade reinol no além-mar nunca tenha sido muito alta³⁷.

O incremento de servidores transitando pelas partes ultramarinas do Império lusitano ocasionou disputas internas em algumas regiões. Este foi o caso dos *casados* em Goa. Ângela Xavier expôs que os *casados*³⁸ foram os primeiros a participarem do processo colonizador promovido pela monarquia lusitana na região, resultado de uma engenharia social de matrimônios nem sempre bem sucedida³⁹. Porém, no século XVIII houve um fluxo maior de reinóis para o Oriente, o que ocasionou a predileção da Coroa por reinóis nos cargos administrativos da região. Os *casados*, então, perderam espaço e poder.

1.2 – A prática por mercês em uma região periférica

Neste tópico pretendo observar o móvel da sociedade das vilas do Norte. As intenções destes homens era o de servir à Monarquia da melhor forma possível. Seus serviços prestados eram recompensados com mercês pela Coroa. De certa forma já abordei este assunto no tópico anterior, mas retorno a ele para uma melhor exposição.

A primeira mercê que posso destacar eram as sesmarias. Os domínios ultramarinos ibéricos contribuía com a economia do Império através da fabricação de produtos que não

³⁵ ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia: 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, Brasília: FUNAG, 1998. p. 550-555. Citações páginas 550 e 553.

³⁶ RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América**. Miraflores, Portugal: DIFEL, 1998. p. 101-111.

³⁷ Id., *Ibid.*, p. 94-101.

³⁸ "Em Goa, os colonos-negociantes de portada, denominados casados, em oposição ao grupo dos soldados e comerciantes itinerantes, ditos solteiros, apareciam como atacadistas que efetuavam transações nas rotas da China e do Japão". ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 15.

³⁹ XAVIER, Ângela Barreto. **"O lustre do seu sangue"** Bramanismo e tópicos de distinção no contexto português. Niterói: Relume, vol. 16, n. 30, 2011. p. 73-74.

eram possíveis de serem encontrados na metrópole, ou eram encontrados em pequenas quantidades.

Desta forma, era necessário que a Coroa viabilizasse a produção de seus vassalos. No caso da América portuguesa, os gêneros exportados ao Reino eram ligados à agricultura, exceto o caso dos minerais. Assim sendo, a terra possuía uma importância destacada na sociedade colonial.

No período analisado são três os requerimentos enviados por colonos à Coroa pedindo confirmação de sesmarias. Lourenço Bicudo de Brito, Capitão-mor da vila de Jacareí, pediu a confirmação do terreno entre o distrito de Paraibuna e a vila de São Sebastião. Na sua argumentação, consta que ele foi o responsável por abrir o caminho que ligou as duas áreas, razão pela qual ele requeria estas terras.

João Borges dos Santos, José Borges dos Santos e o Alferes Antônio Querido Portugal requeriam conjuntamente terras na vila de Cunha. Segundo eles, a sesmaria havia sido conseguida socialmente, ela se situava na divisa entre as vilas de Jacareí e Cunha, e a carta de confirmação não havia sido pedida antes por “omissão de seu procurador”⁴⁰.

O Guarda-mor João da Silva Costa e Bento Francisco Vaz de Carvalhaes, em 1804, requisitaram à Coroa a carta de sesmaria. Segundo o procurador destes homens, Joaquim Antônio da Silva, o Capitão-General e Governador Franca e Horta já havia concedido aos dois homens uma sesmaria de uma légua na ilha de São Sebastião.

Na carta de Franca e Horta, em 18 de Julho de 1803, há a indicação de que os dois suplicantes pediam um pedaço de terra no caminho entre a vila de Jacareí e a de São Sebastião, mesmo caminho no qual se encontrava a sesmaria de Lourenço Bicudo de Brito. Porém, não tinha possibilidade, nem disponibilidade, de terras naquela região, por isso o governador ofereceu a terra na ilha de São Sebastião, o que foi aceito pelos suplicantes.

Após explicar este pedido dos dois homens o governador fez a partilha das terras e indicou os trabalhos que deveriam ser feitos na área para a confirmação da sesmaria. Para o governador era necessário, por exemplo, que caminhos fossem abertos na região e que se tomasse conta da propagação da religião na ilha⁴¹.

⁴⁰ "REQUERIMENTO de João Borges dos Santos, José Borges dos Santos e Antônio Querido Portugal solicitando confirmação da carta de sesmaria relativa a terras na vila de Cunha" ant. 16.04.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 840.

⁴¹ "REQUERIMENTO de Joaquim Antônio da Silva, como procurador de João da Silva Costa e Bento Francisco Vaz de Carvalhaes, moradores na vila de São Sebastião, ao príncipe regente [D. João] solicitando confirmação de sesmaria que lhes tinha sido concedida na ponta de leste na Ilha de São Sebastião" ant. 23.10.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1079.

A documentação me indica que a concessão de sesmarias ocorria pela prestação de serviços à Coroa. A sesmaria destinada a Brito é exemplar neste sentido, ele foi indicado pelo governador a receber a sesmaria porque abriu o caminho que ligou a vila de Jacareí à vila de São Sebastião. A obra, por sinal, deve ter tido um impacto substancial na região, tanto que o pedido de João da Silva Costa e Bento Francisco Vaz de Carvalhaes referia-se à mesma área, porém a falta de terras na região foi o que fez o governador indicar a sesmaria na Ilha de São Sebastião.

O serviço à Coroa também fica demonstrado neste último caso. Mesmo não recebendo sesmaria na área que pleiteavam, João da Silva Costa e Bento Carvalhaes comprometeram-se com o governador a trabalharem pela melhoria da região.

Em relação a essas elites constituídas no Antigo Regime, Nuno Monteiro expressa, em sua obra, interessantes reflexões. De acordo com o autor, neste período houve maior fluidez nos elegíveis às câmaras portuguesas e a participação de segmentos sociais que não viviam como nobres. Além disso, salienta que não necessariamente os mais ricos eram os mais poderosos, ainda que o acúmulo de capital seja fato necessário para a titulação ⁴².

Nas partes periféricas do Reino, a participação nas câmaras municipais se mostrou, do ponto de vista econômico, ruinoso para as elites locais. Nas palavras do autor: “nos pequenos e pequeníssimos concelhos, a regra parece ter sido a da resistência das elites sociais locais a integrarem diretamente as instituições camarárias, incluindo as vereações”. Isto porque em muitos casos era necessário que os administradores tirassem do próprio bolso para o pagamento de impostos e melhorias da região. Nota-se que esta constatação foi feita em relação a Portugal, mas nos domínios de além-mar a distinção propiciada pela atividade nas câmaras deveria ser mais desejada.

Contudo, a principal via para a mobilidade social residia nos postos nas ordenanças, no qual também haveria custos. Mesmo nas municipalidades do Reino os ofícios das ordenanças “conferiam um enorme poder social, hipóteses de promoção interna e até de acesso à elite dos vereadores” ⁴³, isto nas terras menos disputadas.

Eu considero que as vilas do Norte constituem uma área periférica dentro da própria capitania, razão pela qual uma alta patente nas ordenanças deveria ter uma função essencial para o destaque e ascensão social. Por um lado, garantia o destaque social, por outro, qualificava o beneficiado com o título a buscar um posto mais elevado, caso assim almejasse.

⁴² MONTEIRO, Nuno G. **Elites e poder**: entre o Antigo Regime e o liberalismo. 2ª Ed., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007. Especialmente o tópico “um retrato das elites locais nos finais do Antigo Regime”

⁴³ Id., *Ibid.*, tópico “governanças municipais e trajectórias sociais”.

Em 22 de Novembro de 1797 o Capitão General Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça enviou carta ao Secretário de Estado falando sobre diversos aspectos da capitania que necessitavam ser melhorados. Entre eles o governador citou a falta de capitães, especialmente no litoral, o que constituía um grande obstáculo às suas pretensões⁴⁴.

Esta visão de Mendonça acerca da capitania estava na mente de seu antecessor, ao que tudo indica. Durante o governo de Lorena, diversos requerimentos de carta patente foram enviados para o Conselho Ultramarino, ao todo dez requerimentos dos quais oito foram anexados com carta patente.

No governo de Mendonça foram oito requerimentos com pedidos por confirmação de carta patente, e todos eles tiveram as cartas anexadas. E, no governo de Franca e Horta, o número de requerimentos foi quatro, sendo dois recusados e outros dois possuindo carta patente anexa.

Ao se analisar os requerimentos pelo aspecto local, foi possível perceber um largo predomínio da vila de Cunha. Ao todo foram 6 requerimentos para algum posto nesta vila, 5 da vila de Taubaté, 2 de Pindamonhangaba, 2 de Lorena, 3 para toda a região de Serra Acima, 1 requerimento para São Luiz e 1 outros para Guaratinguetá. Chama atenção esta informação porque a vila de Cunha possuía uma população bem menor que a de Guaratinguetá e Taubaté, por exemplo. Apesar da carta de Mendonça para D. Rodrigo de Souza Coutinho não foi feito nenhum requerimento para posto de ordenanças nas vilas do litoral Norte.

Os postos pedidos também constam nos requerimentos. Houve mais pedidos pela patente de Capitão, em diferentes âmbitos, do que qualquer outra. Na tabela 1 têm-se a incidência de pedidos por postos. Ressalto o grande número de pedidos pelo posto de capitão, mas é necessário compreender que não necessariamente era o posto mais alto. Informo ainda que não fiz a diferenciação entre capitão de companhia, capitão de regimento, capitão-mor e etc.

Quadro 1.1 – Pedidos por postos nas ordenanças nas vilas do Norte⁴⁵.

⁴⁴ "Para o Secretário de Estado". 22.11.1797. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Typographia do <<Diário Oficial>>, v. 29, 1899. p. 44-46.

⁴⁵ O quadro foi feito a partir de diversos documentos com os requerimentos por carta patente: "REQUERIMENTO do capitão de uma Companhia das ordenanças da vila de Cunha, Antônio José de Macedo, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 27.01.1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 565; "REQUERIMENTO do sargento-mor Agregado das ordenanças da vila da Cunha, José Álvares de Oliveira, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 19.06.1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 574; "REQUERIMENTO do capitão da Companhia da vila de Pindamonhangaba, Manuel Pereira Lima, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 17.09.1796. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 651; "REQUERIMENTO do capitão da Ordenança dos bairros Curupaituba e Pirapitingui do distrito da vila de Pindamonhogaba, Francisco Homem de Melo, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 13.10.1796. AHU_ACL_CU_023, Cx. 12, D. 659; "REQUERIMENTO do capitão da 2ª

Capitão	Sargento-mor	Tenente	Ajudante	Brigadeiro	Coronel
15	2	2	1	1	1

Por fim, o outro ponto interessante dos requerimentos é a existência de membros da mesma família fazendo requerimentos por postos. A família Macedo, de Cunha, contou com dois representantes: Antonio José de Macedo, que pediu o posto de Capitão em 1792⁴⁶, de

Companhia de Cavalaria do Regimento de Dragões Auxiliares de serra acima, José Antônio Moreira, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 22.10.1796. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 660; "REQUERIMENTO do capitão Auxiliar da Companhia da vila de Taubaté, Antônio José Argoso, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 08.11.1796. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 662; "REQUERIMENTO do capitão de umas das Companhias do Regimento da Cavalaria de Ligeiros Auxiliares de serra acima, José Gomes de Siqueira e Mota, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 26.04.1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 673; "REQUERIMENTO do capitão da Nova Companhia da Ordenança dos moradores do bairro de um distrito da vila de Taubaté, Antônio Moreira da Costa, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 22.05.1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 679; "REQUERIMENTO do capitão-mor da vila de São Luís da Paraitinga José Gomes de Gouveia Silva, à rainha [D. Maria I], solicitando a confirmação de sua patente" ant. 07.09.1798. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 690; "REQUERIMENTO do capitão Agregado a Companhia da vila de Taubaté, Antônio José Airoso, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 16.05.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 707; "REQUERIMENTO do capitão da Companhia da Ordenança do bairro dos Mato-Dentro, do distrito da vila de Taubaté, João Moreira da Costa ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 26.09.1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 763; "REQUERIMENTO do capitão da Companhia da Ordenança do bairro do Bananal, distrito da vila de Lorena, Pedro Gomes Nogueira, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 03.10.1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 766; "REQUERIMENTO do Fuzileiro da 4ª Companhia do Regimento de Milícias de Infantaria da vila de Cunha, Francisco Lourenço Guimarães ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 20.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 825; "REQUERIMENTO do sargento-mor das ordenanças da vila de Cunha, Luís Manuel de Andrade ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 20.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 826; "REQUERIMENTO do tenente da 6ª Companhia de Fuzileiros do Regimento de Milícias da Infantaria da vila de Cunha Antônio dos Santos Pereira, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 20.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 827; "REQUERIMENTO do capitão da 6ª Companhia de Fuzileiros do Regimento de Milícias da Infantaria da vila de Cunha, Francisco José de Macedo, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 20.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 828; "REQUERIMENTO do capitão das ordenanças da vila de Lorena, Antônio José de Babo, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 30.07.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 867; "REQUERIMENTO de José Antônio Mendes da Costa, como procurador do capitão da 4ª Companhia da Ordenança do bairro de Caraguatá, distrito da vila de Taubaté, João Gomes de Araújo, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 10.07.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1052; "REQUERIMENTO do ajudante da Ordenança da vila de Guaratinguetá, Francisco das Chagas Guimarães, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 24.01.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1106; "REQUERIMENTO de João Luís Pereira da Costa, com procurador de capitão Agregado a 8ª Companhia do Terceiro Regimento da vila de Cunha, Antônio José das Neves, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 16.02.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1112; "CARTA do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio José da Franca e Horta, ao príncipe regente [D. João], dando seu parecer negativo ao requerimento do coronel do Regimento de Milícias da vila de Cunha da capitania de São Paulo, Antônio José de Macedo, no qual solicitou o posto de brigadeiro com o comando do seu Regimento, e das vilas de Cunha, São Luís do Paraitinga, Ubatuba e São Sebastião, além do hábito de Cristo" 20.04.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 25, D. 1142; "CARTA dos oficiais da Câmara de São Luís ao príncipe regente [D. João], elogiando Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, governador e capitão general da capitania de São Paulo, pela escolha de Antônio José de Macedo para coronel de Milícias e comandante das vilas de Parati e Ubatuba" 01.06.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 856.

⁴⁶ "REQUERIMENTO do capitão de uma Companhia das ordenanças da vila de Cunha, Antônio José de Macedo, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 27.01.1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 565.

Coronel por volta de 1800⁴⁷, e de Brigadeiro em 1805⁴⁸; e Francisco José de Macedo que requisitou a patente de Capitão em 1801⁴⁹. Aquele, por sinal, é o único caso que encontrei de uma pessoa com dois requerimentos. Além disso, ele possuiu três patentes diferentes⁵⁰.

A família Moreira da Costa, da vila de Taubaté, também se faz presente na documentação com dois representantes: Antônio Moreira da Costa – em 1797 requereu o posto de Capitão em uma nova companhia no distrito da vila de Taubaté⁵¹ – e João Moreira da Costa – requereu o posto de Capitão na Companhia das Ordenanças em Taubaté no ano de 1800⁵².

Nos maços de população a família Moreira da Costa se fez notar. O primeiro a aparecer foi Antônio Moreira da Costa, no ano de 1789, como Sargento do bairro de Caçapava (vila de Taubaté) e dono de dez escravos.

No final do governo Lorena, em 1797, ele aparece novamente nas listas nominativas. Neste momento ele tinha posse de 24 escravos e o posto de Capitão. O requerimento de confirmação da carta patente, como citado acima, foi enviado nesse período.

Em 1802, o senhor Antônio Moreira da Costa volta a aparecer nos maços de população. Nesse ano, seus negócios parecem ter crescido num ritmo veloz. Apenas cinco anos depois do maço anterior, ele já possui 35 escravos, sendo ao menos dez africanos (quatro de Angola, seis de Benguela e outros de origens ilegíveis). Ele afirmou ser Tenente-Coronel do corpo miliciano, porém não encontrei documento com o requerimento de confirmação desta patente. E, como regra do século XIX, seus negócios aparecem com maiores detalhes.

⁴⁷ "CARTA dos oficiais da Câmara de São Luís ao príncipe regente [D. João], elogiando Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, governador e capitão general da capitania de São Paulo, pela escolha de Antônio José de Macedo para coronel de Milícias e comandante das vilas de Parati e Ubatuba". 01.06.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 856.

⁴⁸ "CARTA do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio José da Franca e Horta, ao príncipe regente [D. João], dando seu parecer negativo ao requerimento do coronel do Regimento de Milícias da vila de Cunha da capitania de São Paulo, Antônio José de Macedo, no qual solicitou o posto de brigadeiro com o comando do seu Regimento, e das vilas de Cunha, São Luís do Paraitinga, Ubatuba e São Sebastião, além do hábito de Cristo". 20.04.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 25, D. 1142.

⁴⁹ "REQUERIMENTO do capitão da 6ª Companhia de Fuzileiros do Regimento de Milícias da Infantaria da vila de Cunha, Francisco José de Macedo, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente". Ant. 20.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 828.

⁵⁰ Em cartas do governador Bernardo José de Lorena ele revela da atuação de Macedo como sargento-mor: "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando a calúnia do sargento-mor das ordenanças da vila da Cunha, Antônio José de Macedo, em ter dito que os postos das ordenanças são providos por acesso imediato, do mesmo modo como é praticado nas tropas pagas e auxiliares". 15.02.1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 567.

⁵¹ "REQUERIMENTO do capitão da Nova Companhia da Ordenança dos moradores do bairro de um distrito da vila de Taubaté, Antônio Moreira da Costa, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente". Ant. 22.05.1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 679.

⁵² "REQUERIMENTO do capitão da Companhia da Ordenança do bairro dos Mato-Dentro, do distrito da vila de Taubaté, João Moreira da Costa ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente". Ant. 26.09.1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 763.

Antônio Moreira da Costa, então com 36 anos, afirmava atuar em diferentes segmentos. Era senhor de engenho, fazendeiro e negociante. Em suas terras produziu 650 arrobas de açúcar (um dos maiores volumes encontrados para as vilas do Norte num único fogo) e 7500 canadas de aguardente. Para seu próprio consumo plantou milho, feijão, arroz e farinha.

Além disso, sendo negociante ativo, fez comércio com o Rio de Janeiro – rota comercial mais comum para as vilas do Norte. Comprou na capitania fluminense catorze escravos que revendeu em Taubaté⁵³, além disso, buscou doze quintais de ferro, dois quintais de aço, três barris de vinho, seis barris de aguardente e seis barris de vinagre. Todos estes artigos que buscou no Rio de Janeiro provieram do Reino.

Foi na sede do vice-reinado, também, que comercializou fumo. Na vila de Taubaté ele comprou cerca de 600 arrobas do produto por 384\$000 (trezentos e oitenta e quatro mil réis) e conseguiu lucro de 100\$000.

Por fim, também auferiu lucro com a atividade de seus escravos, que teriam dado lucro de 96\$000 réis ao senhor de engenho por serem ferreiros. Além disso, houve o comércio com Parati e Pindamonhangaba, porém não são discriminados os valores ou mercadorias.

No mesmo ano outros membros da família Moreira Costa aparecem.

João Moreira da Costa aparece como Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças. Ele foi dono de cinco escravos e produziu milho (1000 alqueires), feijão (30 alqueires) e arroz (30 alqueires), todos gêneros para consumo.

O Alferes Domingos Moreira da Costa, detentor de seis escravos, apesar de afirmar possuir engenhoca, não plantou cana-de-açúcar; seus gêneros são todos voltados para o consumo próprio e em pequeno volume: milho (74 alqueires), feijão (12 alqueires) e arroz (20 alqueires).

Neste ano também aparece Francisco Moreira da Costa. Este senhor, além de reverendo, era senhor de engenho. Ele produziu 150 arrobas de açúcar, 300 alqueires de milho, 100 alqueires de feijão, 100 alqueires de farinha e 26 alqueires de arroz. Os volumes dos produtos de consumo, apesar de grandes, explicam-se pelo tamanho da escravaria: 44 escravos – sendo um Rabola e dois de Benguela. O açúcar foi comercializado no Rio de Janeiro, o que lhe deu o lucro de 75\$000 réis.

⁵³ Os catorze escravos custaram 2:240\$000 (dois contos e duzentos e quarenta mil réis), porém na revenda seu lucro foi de 400\$000 réis. Se os escravos tivessem preços fixos, o que não ocorria, cada um teria custado 160\$000 réis e a revenda de cada teria dado o lucro de 28\$000, aproximadamente. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Taubaté, 1802: rolo 204.

No ano da chegada da família real ao Brasil, somente o Reverendo Francisco Moreira da Costa aparece nos maços de população. Neste ano de 1808, ele indicou ter produzido 2500 arrobas de açúcar, um dos maiores volumes encontrados em todos os maços num único fogo. Além disso, indicou ser fazendeiro e possuir 70 escravos.

Eu fiz o recorte temporal desta pesquisa para o ano de 1808, porém à necessidade de verificar a continuidade do processo que analiso me fez sistematizar alguns maços para anos posteriores. Taubaté é um destes casos.

Em 1810, portanto, Francisco Moreira da Costa continua nos maços de população. Desta vez o Reverendo aparece como fazendeiro e senhor de engenho. Ele produziu 600 arrobas de açúcar com seus 142 escravos – a maior escravaria da vila.

As propriedades deste senhor indicam as possibilidades de negócios nesta região periférica da América. Francisco Moreira envolveu-se com diferentes atividades, cultivou, negociou e criou animais. Tudo aponta para o fato de que, economicamente, foi um período de larga prosperidade. No capítulo três outros exemplos e trajetórias foram remontadas para abordar os negócios desenvolvidos nas vilas do Norte.

No mesmo ano, outro agente da família Moreira da Costa aparece nas listas nominativas. Joaquim Moreira da Costa, negociante, ostentou o posto de Capitão e era dono de doze escravos. Sua atividade era o comércio de bois em Sorocaba⁵⁴.

A terceira família que aparece é a Guimarães. Em 1801, Francisco Lourenço Guimarães pediu o posto de Tenente dos Fuzileiros da 4ª companhia do regimento de milícias. E, em 1805, Francisco das Chagas Guimarães se candidatou ao posto de Ajudante das Ordenanças na vila de Guaratinguetá.

Na vila de Sorocaba, a economia girava em torno do comércio de gado. A semelhança com as vilas do Norte, porém, reside nas trajetórias familiares. Assim como as vilas do Norte, em Sorocaba as principais famílias na segunda metade do XVIII eram herdeiras de sertanistas. No início dos setecentos o capital foi redirecionado para o comércio de gado. Entretanto, nas vilas do Norte, redirecionou-se o capital para a agricultura.

Carlos Bacellar trabalhou com as listas nominativas da vila de Sorocaba. Os números que ele encontrou não destoaram dos que eu encontrei para as vilas do Norte. Por exemplo, em 1772, “apenas 19 domicílios de Sorocaba eram possuidores de 10 ou mais escravos;

⁵⁴ A família Moreira da Costa tem grande importância para meu estudo, por isso eu utilizarei a trajetória de seus membros novamente no capítulo 3 dessa dissertação. As listas nominativas se encontram em: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Taubaté, 1789-1810: rolos 200-207.

destes, somente 6 ultrapassavam a casa dos 20 cativos”⁵⁵, enquanto na vila de Taubaté, em 1789, são 27 fogos com mais de 10 escravos, sendo 5 os que possuíam mais do que 20 escravos.

Assim como as formações sociais eram parecidas, também eram similares as trajetórias. A vida de Salvador de Oliveira Leme, em Sorocaba, em muito se assemelha à de alguns homens do Norte. Salvador iniciou suas atividades com o negócio de fazenda seca. Foi dos seus primeiros lucros que ele passou a explorar novos negócios, como o empréstimo para outros comerciantes. De acordo com Bacellar, entre as décadas de 1760 e 1770, Salvador apareceu na documentação como “procurador, arrematador de impostos do Registro de Sorocaba e, finalmente, capitão-mor”⁵⁶.

O passo seguinte foi incorporar seus filhos nos negócios. O primogênito foi agregado do pai por um tempo, até conseguir arrematar o *contrato do açougue*. As informações de Bacellar revelam que este filho de Oliveira Leme seguiu os passos do pai nos arremates de impostos e comércio de gado.

Salvador de Oliveira Leme teve um filho também no segundo casamento. Este filho, Antônio João Ordonho, Bacellar indica que não seguiu nos negócios de tropas, mas foi para Minas. Lá conseguiu o posto de Guarda-mor e trabalhou na lavoura voltada para o consumo interno. Antes de falecer, além do posto, possuiu 46 escravos.

O genro de Salvador de Oliveira Leme também fez parte do clã. Paulino Aires de Aguirra foi, segundo Bacellar, um dos homens mais importantes de Sorocaba. Paulino foi o único membro da família que chegou a construir um engenho em seus domínios e, além disso, possuiu um plantel de 71 escravos, nas palavras do autor, “um formidável plantel”⁵⁷.

Na vila de Porto Feliz, próxima à Sorocaba, têm-se outro exemplo da função do posto nas ordenanças. Joaquim Barbosa Neves nasceu escravo. Aos 34 anos de idade, em 1813, ele morava com sua esposa na casa da mãe, trabalhava como alfaiate e possuía loja de fazenda. Apesar das condições possuíam dois escravos africanos adultos. Em 1815, aos 35 anos de idade, ele deu o primeiro passo nas ordenanças e se tornou soldado miliciano. Trabalhou neste período como mascate de fazenda seca e teve dois filhos.

⁵⁵ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001. p. 101-103, citação página 103.

⁵⁶ Id., Ibid.

⁵⁷ Id., Ibid., p. 107, passim.

Neste mesmo ano, 1815, ele foi reconhecido pela câmara de Porto Feliz como Alferes. Em outras palavras, ascendeu socialmente, deixou de ser soldado miliciano e passou a ser Alferes. Em 1820, aos 40 anos de idade, ele passou a ser alferes reformado⁵⁸.

O posto nas ordenanças, como já foi dito, obrigava que estes homens ficassem atentos aos problemas e necessidades da vila sob seu comando. Nuno Monteiro, citado anteriormente, já indicou a possibilidade de ruína de Capitães, Sargentos e etc., por causa da necessidade de dispender capital para a manutenção das vilas (construção de caminhos, reparo de paragens e etc.).

Porém, o que os homens que se dedicavam ao serviço miliciano e de ordenanças ganhavam com seus postos?

No intento de compreender a importância dos postos de ordenanças e milicianos vou citar três documentos. O primeiro, de 17 de Setembro de 1796, foi a concessão de carta patente de Capitão do regimento de cavalarias auxiliares ligeiros de Serra Acima por parte da Coroa para Manoel Pereira Lima, da vila de Cunha⁵⁹. O segundo documento, também uma confirmação de carta patente, destinou-se a Antônio José de Macedo, também de Cunha⁶⁰. E o terceiro, foi o ofício da Câmara de São Luis sobre a eleição de Antônio José de Macedo para Coronel e comandante das vilas de São Luis, Cunha, Ubatuba e Parati⁶¹.

Manoel Pereira Lima afirmou em carta, de 17 de Setembro de 1796, que o Capitão de um dos regimentos de cavalarias de Pindamonhangaba estava ausente e, por isso, havia a necessidade de eleger um ocupante para o cargo. Lima, de acordo com a confirmação, possuía todos os requisitos necessários para o posto. E, assim, foi-lhe concedida a carta patente.

A carta de Bernardo José de Lorena, de 14 de Janeiro de 1775, informava ser necessário que os postos auxiliares mantivessem-se sempre em ordem, para poderem ser empregados da melhor forma possível no serviço do Rei. No entanto, o antigo Capitão Manuel Rodrigues Pereira Brito havia se ausentado da vila. Por este motivo, Lorena achou

⁵⁸ GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio (Org.). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 355-357.

⁵⁹ "REQUERIMENTO do capitão da Companhia da vila de Pindamonhangaba, Manuel Pereira Lima, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente". Ant. 17.09.1796. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 651.

⁶⁰ "REQUERIMENTO do capitão de uma Companhia das ordenanças da vila de Cunha, Antônio José de Macedo, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente". Ant. 27.01.1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 565.

⁶¹ "OFÍCIO dos oficiais da Câmara da vila de São Luís, ao príncipe regente [D. João] sobre a capacidade do coronel de Milícias, Antônio José de Macedo para assumir o comando das vilas de Parati, Ubatuba e Cunha". 21.09.1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 750.

melhor promover o Tenente Manoel Pereira Lima para o cargo. Lorena escreveu sobre Pereira Lima o seguinte:

o nomeio e provo [...] no posto de capitão da companhia da vila de Pindamonhangaba, uma das dos Regimentos de Cavalaria Auxiliar de Ligeiros de Serra acima, de que é coronel Joaquim Manuel da Silva e Castro. O qual posto servirá enquanto eu houver por bem ou Sua Majestade, a quem deve requerer confirmação, não mandar o contrário. E *não vencerá soldo algum, mas gozará de todas as honras, graças, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que em razão do mesmo posto lhe pertencer.* [...] Pelo que ordeno ao cabo de Guerra, Milícia, e Justiça conheçam e hajam ao dito Manuel Pereira Lima por capitão da mencionada companhia e como tal o honrem e estimem. E aos seus subalternos e soldados desta ordeno também que *em tudo lhe obedecem* e cumpram suas ordens por escrito, e de palavra, como devem e são obrigados no que pertence ao Real Serviço⁶².

O que quero mostrar com este documento são dois motivos que levavam estes homens a almejamem os postos. O primeiro deles são as *honras, graças, privilégios, liberdades, isenções e franquezas* que conseguiam com a patente. Ainda que não houvesse soldo, os privilégios deviam ser incentivos fortes para participação nas ordenanças e milícias, ainda mais para negociantes. O segundo é a possibilidade de ter sob seu comando diversos homens da região. Isto possibilitava o contato com produtores, negociantes e fazendeiros, arquitetando uma rede de contato vasto e com diversos segmentos sociais. As possibilidades de bons negócios aumentavam.

O segundo documento é muito parecido com o primeiro. Antônio José de Macedo era Capitão de uma das companhias de ordenanças da vila de Cunha, mas o Sargento-mor da vila, Vitoriano dos Lemos Souza, ficou impossibilitado de continuar exercendo o cargo. O governador Lorena achou necessário promover alguém ao cargo. Foi preciso, então, encontrar alguém com “capacidade, préstimo, [...] e zelo”⁶³. Concorreu ao cargo, então, Antônio José de Macedo, indicado pelos oficiais da vila de Cunha.

A sequência da carta é padrão de carta patente: o governador indicou sua escolha, afirmou que não venceria soldo, mas teria privilégios, isenções e etc. e, por fim, indicou que todos os subordinados deviam passar a respeitar o comando de Antônio José de Macedo.

Esse segundo documento revela a possibilidade de se fazer “carreira” nos postos das ordenanças. Antônio José de Macedo, que já era Capitão, foi eleito para o posto de Sargento-mor. Em pouco tempo teria o posto de Tenente-Coronel e, por volta de 1805, pretendeu o

⁶² Parte do documento: "REQUERIMENTO do capitão da Companhia da vila de Pindamonhangaba, Manuel Pereira Lima, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente". Ant. 17.09.1796. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 651. Grifos meus.

⁶³ "REQUERIMENTO do capitão de uma Companhia das ordenanças da vila de Cunha, Antônio José de Macedo, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente". Ant. 27.01.1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 565.

posto de Brigadeiro, o qual não conseguiu. Teve, assim, em pouco tempo, diversos territórios e pessoas sob seu comando, obrigadas pela carta patente a obedecerem a seu jugo.

O terceiro documento é uma carta enviada pelos oficiais da vila de São Luiz sobre a eleição de Antônio José de Macedo, na época já como Coronel, para a fortificação das vilas de Parati e Ubatuba, além da defesa de Cunha e São Luiz.

Para os oficiais de São Luiz, a eleição de Macedo era tão acertada que eles pediram a S. Majestade que ele fosse responsável pelas vilas durante o período de paz, da mesma forma que era durante a guerra. Isto porque, nas palavras deles:

no referido Coronel Senhor encontramos todas as qualidades preciosas não só para o desempenho da defesa de que esta encarregado como para governar os povos [...] destas terras *a intriga própria destas terrinhas* porque ele *com a docilidade, a candura do seu gênio sabe atrair os corações dos seus súditos*, e chama-los aos Real Serviço com tanto fervor e vontade que com ele todos se interessam mais neste desempenho *por ser este homem não só imparcial como liberal* para com todos não dando ocasião porque *ao rico com a sua fala o faz humilde*, e pronto, e *ao pobre a custa de sua fazenda o anima*.⁶⁴

Este documento me permite verificar que o bom serviço prestado nos postos, e, provavelmente, também em cargos administrativos, criava laços de fidelidade entre os homens. E não eram homens simples. Os homens que assinaram esta carta, por exemplo, foram o Juiz José das Neves, o vereador Carvalho e o procurador Castro⁶⁵, ou seja, homens com *status* na vila de São Luiz.

Entretanto, se alguns homens queriam se aliar a Macedo outros buscavam sobrepuja-lo.

As nomeações e eleições na vila de Cunha, em 1790, são muito importantes para se entender o jogo político. Neste período, houve uma enorme querela envolvendo o Capitão José Gomes de Siqueira e Mota, o Governador Antonio Mello Castro e Mendonça, o Coronel Antônio José de Macedo, o Capitão Francisco Xavier Leite, entre outros oficiais.

A briga surgiu por causa da filha do Capitão Francisco Xavier Leite, Gertrudes Maria. Não vou tratar da briga neste momento, já que ela será apresentada no próximo tópico, mas é importante dizer que chegou ao ponto de o Coronel Macedo ser intimado pelo Governador a seguir e não perder de vista o Capitão Siqueira e Mota.

O capitão Siqueira era conhecido desafeto do Coronel Macedo. Para o governador, esta disputa entre os dois havia iniciado no governo de seu antecessor, Lorena. Como já relatei em documento anterior, o Sargento-mor e Comandante da vila de Cunha Vitoriano dos

⁶⁴ "OFÍCIO dos oficiais da Câmara da vila de São Luís, ao príncipe regente [D. João] sobre a capacidade do coronel de Milícias, Antônio José de Macedo para assumir o comando das vilas de Parati, Ubatuba e Cunha". 21.09.1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 750. Grifos meus.

⁶⁵ Os primeiros nomes, infelizmente, não consegui transcrever.

Lemos Souza ficou impossibilitado de continuar exercendo seu posto. Ele foi para o Rio de Janeiro tentar tratar sua moléstia, porém por lá mesmo acabou perecendo. Tornou-se necessário, então, a eleição de um substituto para o comando da vila.

Siqueira cobiçou este posto. Para ele seria mais fácil ascender à patente de Capitão-mor se fosse eleito Sargento-mor do que permanecendo com seu posto de capitão de milícias. Porém, os oficiais da vila de Cunha tinham outras ideias. A câmara elegeu, então, o Capitão Macedo para comandante interino da vila.

As desavenças entre Siqueira e Macedo eram anteriores à eleição de capitão-mor da vila de Cunha, mas cresceram muito depois dessa eleição. Isto porque, o primeiro, inconformado com o provável resultado da eleição, persuadiu e subornou seu tio, o Juiz Ordinário Felix Gomes de Siqueira, a suspender o escrivão da câmara e esconder o selo oficial.

Os oficiais da câmara enviaram ao governador uma representação sobre o caso. Lorena, governador no período, cancelou a suspensão ao escrivão e ordenou que a eleição fosse feita conforme as ordens de Sua Majestade.

José Gomes de Siqueira, porém, continuou tentando impedir a eleição. Novamente ele recorreu ao tio e pediu que ele se ausentasse da eleição, afirmando estar doente. A intenção de Siqueira era atrasar a eleição na vila até o início de 1791, quando iria abrir o terceiro pelouro na vila de pessoas de sua família.

Porém, os vereadores não se abateram com a ausência do Juiz Felix Siqueira e de outro Juiz (o nome não foi citado), este não compareceu por reais motivos de doença. A falta de Juiz para presidir a eleição foi superada pelo uso do vereador mais velho, recurso de legítima jurisdição. A eleição aconteceu e Antônio José de Macedo foi eleito comandante da Vila.

O Capitão José Gomes de Siqueira ainda tentou recorrer ao Governador. Porém, a falta de argumentos e razão de Siqueira fez com que a eleição de Macedo permanecesse legítima. Alguns anos depois, todavia, Siqueira entrou na “governança” da capitania através do Senado que ele ajudou a construir⁶⁶.

Os fatos relatados, por intermédio das memórias de Castro e Mendonça, representam as tensões que aconteciam na vila de Cunha devido ao interesse nas patentes e cargos

⁶⁶ Os acontecimentos e opiniões são do Governador Mendonça em sua Memória enviada a Coroa para defesa de seu crédito, contra as acusações que faziam ao seu governo: "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que recebeu a carta de José Gomes de Sequeira e Mota contra o seu governo, e comunica que está enviando as respostas da sua defesa em forma de memórias". 12.02.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 701.

administrativos. Os postos nas ordenanças tinham importância para os negócios e visibilidade na localidade e na capitania, como torno a ressaltar. Porém, havia um número bem menor de postos de destaque do que homens dispostos a ocupa-los.

1.3 – Práticas ilustradas e tensões na capitania

A disputa entre Macedo e Siqueira, pela eleição de comandante da vila de Cunha, foi um trecho das memórias de Mendonça sobre as acusações feitas contra ele no Conselho Ultramarino. O eixo central do ofício do Capitão-General foi a defesa de seu governo.

Os três capitães-generais que comandaram a capitania de São Paulo durante o período em estudo tiveram compreensões divergentes sobre a forma como animar a produção local. Enquanto Lorena e Horta ficaram preocupados com o comércio direto entre a Capitania e a metrópole, Mendonça preferiu concentrar esforços nas redes mercantis internas e no comércio de cabotagem.

A política de exportação dos governadores não foi um processo secundário no desenvolvimento da capitania. Segundo Petrone, foi essencial articular a exportação com a agricultura e, somente com incentivo à mercantilização, haveria os resultados necessários à política ilustrada⁶⁷.

Ana Paula Medici indicou que a preocupação em animar a agroexportação paulista nasceu no governo de D. Luis de Sousa. Em suas palavras, o morgado de Mateus se preocupou com “as questões mais críticas da administração colonial do período: o povoamento e o aumento produtivo; a manutenção e a defesa do território, além da ampliação e da correta arrecadação das rendas reais”⁶⁸. Mas foi durante os três últimos governos da capitania que se viu uma priorização da produção e comércio em São Paulo.

Bernardo José de Lorena, em 1789, proibiu o comércio de cabotagem que era praticado entre São Paulo e o Rio de Janeiro. Sua medida, de acordo com Petrone, era para tentar resolver a falta de capital dos paulistas. As trocas mercantis deveriam ser feitas entre Santos e Lisboa diretamente, sem a Praça do Rio de Janeiro como entreposto. Esta medida era avessa ao que se praticava até então.

⁶⁷ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968. p. 140. O tópico B do capítulo XVIII da autora é todo dedicado à política de exportação promovida pelos governadores anteriores a 1808 e posteriores a 1765. Por causa do recorte cronológico da pesquisa, vou-me dedicar aos três últimos governadores.

⁶⁸ MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 16-22. Citação p. 22.

A ordem de Lorena impulsionou os negociantes de Santos e os agricultores do Oeste paulista. Além disso, tem-se que levar em conta a facilidade de deslocamento entre estas partes por causa da “calçada do Lorena”. Contudo, as vilas do Norte, litoral e interior, ficaram prejudicadas e enviaram diferentes representações ao governador para criticar sua decisão.

Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, por sua vez, achou que a restrição de comércio era prejudicial à capitania e contrária aos interesses régios. O retorno à liberdade das exportações seria possível em resposta ao desenvolvimento dos negociantes da América Portuguesa, em final do XVIII. Com o capital crescente dos mercadores cariocas, por exemplo, o fluxo de valores que circulavam naquele porto era maior e isto permitia que maiores ganhos fossem alcançados no comércio local.

Entretanto, Antônio José da Franca e Horta, quando assumiu o governo paulista, incorporou medidas restritivas ao fluxo de mercadorias da capitania. O Capitão-General acreditou que o comércio direto entre a capitania e a metrópole era mais vantajoso e usou de diversos números durante o governo de Lorena para embasar sua afirmação. O aporte de embarcações em Santos, por exemplo, foi mais constantes em seu governo do que no de Mendonça.

Em 1804, Franca e Horta incorporou de vez o monopólio de Santos para exportação e o fim do comércio de cabotagem. Ele ainda procurou promover a linha direta de comércio com a cidade do Porto, além de Lisboa.⁶⁹

Renato de Mattos, em dissertação defendida na USP no ano de 2009, entende que este processo mercantil é um pouco diferente daquele apresentado por Petrone. Primeiramente, ele compreende que o porto de Santos só se desenvolveu devido às medidas de Lorena e de Horta, ampliando a importância das medidas destes governadores.

Em segundo lugar, ele também trata da decadência da agro exportação nas vilas do Norte com as medidas restritivas. Afirma, inclusive, que as ordens de Horta teriam sido mais danosas à economia do litoral Norte do que as de Lorena. O interior, porém, tinha que recolher guias alfandegárias para o tráfego de mercadorias que só eram retiradas em Santos, mas, ainda assim, sentiu menos os efeitos lesivos da ordem de Franca e Horta.

Em terceiro lugar, nas palavras do autor, “a praça do Rio de Janeiro não deixou de exercer importante função como mediadora na integração da capitania de São Paulo nas redes mercantis do Império lusitano”⁷⁰, inclusive durante os governos de Lorena e Horta.

⁶⁹ MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 144-149.

A quarta conclusão de Mattos refere-se à importância do comércio com a capitania carioca. Para o autor, o comércio ativo com o Rio de Janeiro também garantia o acúmulo de capitais, não sendo necessário o tráfego comercial com a metrópole para tanto.

Por fim, utilizando a bibliografia mais recente sobre o tema, o autor constata que as políticas mercantis postas em prática na capitania eram resultado de arranjos clientelares entre governadores e colonos, antes de terem a preocupação com resgate ou desenvolvimento econômico.

Esta última afirmação de Mattos é a mais significava como ponto de partida para compreender as tensões na capitania de São Paulo.

1.3.1 – Bernardo José de Lorena (1788-1797)

Na década de 1780, Marcelino Pereira Cleto exerceu a função de Juiz da Alfândega e Juiz de Fora de Santos. Ele foi importante peça administrativa da Coroa na América portuguesa, pois desempenhou diversas funções e ocupou altos cargos burocráticos para o Monarca.

Em 1782, ele concluiu seu texto “Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la”. Nela, ele afirmou que um dos problemas para a decadência de São Paulo foi a mineração. O êxodo de braço da lavoura para as minas dos sertões mineiros alijou a plantação. A divisão do território paulista em diversas outras capitanias retirou de Santos o papel principal na exportação do minério e, de São Paulo, a função central de organização das minas. Em consequência, a capitania ficou desfalcada na agricultura e sem os ganhos do ouro. A resposta da Coroa foi incorporar os paulistas à administração carioca, a medida foi antes um paliativo do que uma solução⁷¹.

A recuperação da autonomia pela capitania, no entanto, não buscou restabelecer o desenvolvimento aos paulistas, mas antes precaver-se da ameaça espanhola. As expedições de Botelho Mourão, entre 1765-1775, causaram novo baque na economia. A necessidade de

⁷⁰ MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

⁷¹ CLETO, Marcelino P. *Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la*. In: **Roteiros e notícias de São Paulo colonial (1751-1804)**. São Paulo: Governo do Estado. Coleção paulística v.1, 1977. E, Ana Paula Medici afirmou que, mesmo subordinada ao Rio de Janeiro, a indefinição da jurisdição por parte da Coroa ocasionou atritos entre as autoridades santistas e o governo do Rio de Janeiro: Cf. MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 37.

tropas, para combater em Iguatemi e manter as conquistas, refletiu na falta de mão-de-obra para a produção.

Cleto foi além e discorreu sobre a necessidade de fazer da Praça de Santos a sede da capitania de São Paulo. Para o Juiz de Fora, com esta medida o número de embarcações que se destinaria ao comércio marítimo com os paulistas seria maior.

Todavia, para isto era necessário que fossem executadas melhorias na estrada que levava as mercadorias para o porto. Com a falta desta obra, a maior parte dos produtores preferia levar seus gêneros para os portos de Ubatuba e São Sebastião ou, ainda, diretamente para o Rio de Janeiro. A alfândega só existia no porto de Santos; logo, as mercadorias exportadas por outros portos ou por via terrestre não eram taxadas, o que causava prejuízo à Real Fazenda ⁷².

A dissertação de Mattos é de grande valor porque ressalta o interesse de Cleto ao escrever sua "Dissertação sobre a capitania de São Paulo". O Juiz de Fora tinha negócios na vila de Santos e participava ativamente das disputas locais na Capitania de São Paulo. Logo, ele era representante dos interesses dos residentes de Santos que se viram prejudicados pela restauração da autonomia administrativa paulista.

Para Medicci, os primeiros adversários políticos de Botelho Mourão foram conquistados assim que ele aportou em Santos. Nas palavras da autora:

ao ocupar o mais alto posto administrativo da capitania acabou por restringir o campo de ação do ouvidor, do provedor da fazenda e do governador de armas sediados na praça santista; ao mesmo tempo que desprestigiou a vila ao transferir para o planalto os principais órgãos administrativos paulistas ⁷³.

As ideias de Cleto para desenvolver a capitania foram seguidas, quase que à risca, por Lorena. A estrada que ligava São Paulo a Santos foi calçada e o monopólio mercantil foi concedido. Além disso, da mesma forma como dissertou Cleto, o comércio direto entre colônia e metrópole foi incentivado pelo governador. Para Mattos, estes indícios demonstram a compatibilidade de interesses entre o Capitão-general e os negociantes santistas ⁷⁴.

Em 1788, o Juiz de Fora do porto de Santos era José Antônio Apotineiro de Silveira. Este senhor enviou um ofício ao Secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, explicando

⁷² CLETO, Marcelino. Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la. In: **Roteiros e notícias da São Paulo colônia: 1751-1804**. São Paulo: Governo do Estado; Coleção Paulística, v. 1, 1977. p. 17-30.

⁷³ MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 38.

⁷⁴ MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 71-72.

a demora da embarcação Santa Rita no atracadouro de Santos. Segundo o Juiz de Fora, foi necessária a permanência da galera por “mais de vinte tantos meses”⁷⁵, devido o extravio de mercadorias em direção ao Rio de Janeiro.

No mesmo ofício, Silveira afirmou ao Secretário que fazia de tudo para animar a cultura de plantações em Santos, especialmente o café. Porém, os resultados ainda pareciam demorar, uma vez que, havia “grande falta de gente [e] pouco calor que tem pela falta de giro de negócio e de dinheiro, para cujo calor e animação desta gente [...] poderia cooperar vindo para esta terra o Regimento que é próprio dela e se acha em São Paulo”⁷⁶.

Portanto, o governo de Lorena foi reflexo dos interesses locais de negociantes de Santos, em dificuldades financeiras depois da autonomia administrativa da capitania. Nos primeiros anos de seu governo, segundo Mattos, “Lorena [foi] cooptado por determinados grupos, os quais viam na figura do recém-empossado Capitão General, um importante aliado em prol da efetiva adoção de projetos políticos”⁷⁷. Esta hipótese de Mattos se confirma quando se percebe a similaridade entre as ideias dos administradores de Santos e as práticas do governador.

O avanço mercantil do porto de Santos com a política de Lorena incomodou o Vice-rei, D. José de Castro. Para este, permitir o comércio direto entre paulistas e a África seria muito danoso à economia do Rio de Janeiro. O governador, porém, era forte aliado de Jacinto Fernandes Bandeira, importante negociante da praça de Lisboa, o que permitiu o envio de uma embarcação de Benguela em direção ao porto de Santos.

Na documentação Lorena expõe os motivos que o teriam levado às restrições mercantis. Segundo ele, “a cabotagem” era a forma de comércio praticado pelos paulistas e foi difícil “evitar a saída dos efeitos de comércio com a Europa, para o Rio de Janeiro” devido o costume dos negociantes de São Paulo, que teriam se tornado “caixeiros dos do Rio”⁷⁸.

Sobre os tributos pagos à alfândega, o Capitão General afirmou que: “antigamente todos os efeitos que saíam para o Rio de Janeiro devendo pagar a dízima na Alfândega, ali

⁷⁵ "OFÍCIO do juiz de fora da praça de Santos, José Antônio Apotineiro da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro sobre a ordem que mandou para que a galera Santa Rita continuasse a sua viagem para Lisboa; do aumento da produção da cultura do café, e da necessidade de expandir esta vila para melhor se fazer a arrecadação dos produtos comercializados para a Fazenda Real". 17.03.1788. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 532.

⁷⁶ Id., Ibid.

⁷⁷ MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 75-78, citação p. 78.

⁷⁸ "Agricultura". **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia da Indústria de São Paulo, v. 14, 1895. p. 124-126, citações p. 125.

pagavam e satisfaziam na de Santos com as guias, hoje sucede o contrário, fica aqui o dinheiro e vai para lá o papel”⁷⁹.

Porém, para manter este estado de desenvolvimento do comércio, era necessário bons e conservados caminhos, principalmente para a vila de Santos. E, para Lorena, as falsificações encontradas no açúcar paulista em Lisboa ocorriam por causa da falta de navios em direção à metrópole no porto. Ademais, ele pediu aos negociantes de Lisboa que clamassem ao Rei pela formação de uma Inspeção em São Paulo.

Apesar da tensão entre Lorena e Castro, a política do governador lhe permitiu ganhar o apoio dos senhores de engenho de Itu, além dos negociantes de São Paulo e Santos. Desta forma, o Capitão General obteve enorme crédito com a Coroa. Por seus bons serviços prestados, o Monarca lhe gratificou com o controle da capitania de Minas Gerais, na esperança de que ele pudesse trazer de volta as rendas do ouro⁸⁰.

Segundo Medici, todavia, a intenção de Lorena não era satisfazer os anseios dos negociantes santistas, somente. O próprio general possuía negócios ultramarinos, em comunidade com Jacinto Fernandes Bandeira, que conectavam o porto de Santos e o Reino⁸¹.

Quando retornou ao Reino, Lorena recebeu o título de 5º Conde de Sarzedas e foi nomeado conselheiro de capa e espada do Conselho Ultramarino. Porém, antes mesmo de ser nomeado, ele já era da nobreza portuguesa, “filho do Marquês D. Luis Bernardo de Lorena e Távora e de D. Teresa de Távora, principal família implicada no atentado de D. José I década antes”⁸² e que perdeu o prestígio e os bens devido ao incidente. Após a queda do Marquês de Pombal, a Rainha D. Maria I restituiu os bens a Lorena e o indicou para o serviço real.

1.3.2 – Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802)

A nomeação de Mello Castro e Mendonça ocorreu no dia 29 de Maio de 1795, como premiação pela qualidade do serviço executado por ele como Capitão da Infantaria das Ilhas dos Açores, além do fato de o Secretário de Estado, Martinho de Mello e Castro, ser seu tio. A posse, porém, só foi dada em 28 de Junho de 1797, no Rio de Janeiro.

⁷⁹ "Agricultura". **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia da Indústria de São Paulo, v. 14, 1895. p. 125.

⁸⁰ MATTOS, Renato de. op. cit. p. 103-117.

⁸¹ MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 117.

⁸² Id., Ibid., p. 113.

Antônio de Mendonça assumiu com a mesma postura de Lorena. Nos primeiros meses de seu governo ele manteve as ordens de seu antecessor. Porém, após esta primeira fase, ele alterou profundamente a política de exportação da capitania. No ano de 1798, ele concedeu a liberdade de comércio para os paulistas. Desta forma, era possível o tráfego de mercadorias para qualquer parte do Império.

O Capitão General enviou, em 25 de Janeiro de 1799, carta ao Secretário de Estado dissertando sobre suas medidas para impulsionar a produção e comércio da capitania. Nas suas próprias palavras, ele explica que sua primeira preocupação foi em promover a agricultura e o comércio. Ele achou na capitania algumas ordens estabelecidas que eram opostas ao progresso, inclusive a obrigatoriedade de trato dos moradores do litoral com os negociantes de Santos. Assim, modificou-as aos poucos, até que “convencido do quanto era útil dar-lhes toda a liberdade”⁸³ encerrou com o monopólio de Santos. Nas palavras de Medici:

Inicialmente, o novo general permitiu que os gêneros que excedessem àqueles necessários para o preenchimento dos navios direcionados a Lisboa fossem vendidos, depois, atendendo à falta de navios surtos no porto de Santos com destino a Lisboa, permitiu que a metade da produção de açúcar e demais gêneros da vila de São Sebastião fosse exportada para qualquer lugar, até que em novembro de 1798 permitiu a exportação de quaisquer gêneros para os demais portos portugueses da América⁸⁴.

Sua medida beneficiava o porto do Rio de Janeiro, e o poder de atração da sede do vice-reinado era enorme no Centro-Sul americano. Dessa forma, ao conceder a liberdade marítima em São Paulo o maior favorecido foram os cariocas.

O número de embarcações que fizeram o caminho direto para Portugal diminuiu substancialmente. Com a liberdade de comércio, passou a ser mais vantajosa a cabotagem do que a rota direta.

A medida de Mendonça, porém, não passou impune à crítica. A câmara de Itu e os negociantes de Santos foram as principais vozes contrárias à sua iniciativa. Entretanto, ele não estava preocupado em saciar o desejo de Serra acima ou Santos, visto que a intenção dele era aumentar a produção e comércio nas vilas do Norte e do porto carioca⁸⁵. Não foram somente as câmaras que representaram contra as medidas de Mendonça; todo seu governo e seu modo

⁸³ "Para o dito secretário de Estado sobre ter facilitado o Comércio interior da Capitania". 15.4.1799. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, v. 29, 1899. p. 135-136.

⁸⁴ MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.135.

⁸⁵ MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 123-147.

de conduzir a capitania foi questionado por diversas vezes⁸⁶. Um dos principais opositores do governador foi o Coronel Jerônimo Martins Fernandes, que era Juiz Ordinário em São Paulo⁸⁷.

O Coronel se apresentou ao Conselho Ultramarino como um republicano antigo, que trazia no peito o Hábito de Cristo em recompensa aos serviços prestados à Coroa. Ele se sentiu na obrigação de enviar cartas ao Conselho para indicar a S. Majestade o que vinha ocorrendo na capitania, uma vez que os fiéis vassallos estavam sendo vexados na interpretação discrepante das leis da Coroa por parte do Capitão General.

O Coronel Fernandes, logo no início de sua carta, afirma que era necessário para ele enviar quatro vias da mesma correspondência, porque tinha receio que o governador abrisse suas cartas. De fato, ele chegou a dizer que não havia mensagem na capitania que não fosse aberta pelo governador e seu ajudante de ordens Thomas da Costa. Até mesmo na cidade do Rio de Janeiro as cartas dos paulistas eram abertas a mando destes dois homens.

Com o auxílio de Thomas da Costa, o governador participaria das atividades mercantis em São Paulo. Segundo Fernandes, não havia efeito que saísse do “país” sem que Mendonça e Thomas da Costa estivessem envolvidos na negociação. Ademais, o governador teria sido responsável por enviar uma embarcação carregada de “fumo, açúcar, pano de algodão e sal para o Rio Grande”⁸⁸, utilizando Joaquim Pedro, pequeno agricultor e dono de engenhoca, como agente da negociação.

Além disso, o tratamento dispendido para os opositores era o açoite. O autor da carta cita o caso de um capitão do mato, Francisco Ferreira, que teria sido chicoteado por mando de Mendonça, mesmo sendo homem livre.

Na questão da disciplina, por sinal, Castro e Mendonça praticaria a dispersão da tropa pela capitania sob o “pretexto de a conservar em paz”, porém, o verdadeiro intuito seria “a arruinar e para concorrerem para os seus interesses”⁸⁹.

Se a calçada de Lorena garantia a descida rápida da serra, era necessário um caminho tão bom quanto ela para facilitar o transporte de Cubatão para o porto de Santos. O caminho

⁸⁶ Durante seu governo, um total de 36 representações foram expedidas ao Conselho Ultramarino criticando seu governo: MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.141.

⁸⁷ "CARTA (cópia) de Jerônimo Martins Fernandes à rainha [D. Maria I], comunicando o mau procedimento do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, na sua administração, e dos vexames que vêm causando ao povo da cidade de São Paulo". 25.01.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 699.

⁸⁸ Id., Ibid.

⁸⁹ Id., Ibid.

teve início no governo de Mendonça, mas Fernandes afirma que era utilizada “meia dúzia” de pessoas no trabalho. Contudo, o imposto para a construção do caminho era cobrado integralmente, o que seria uma forma de desvio de tributos por parte do governador.

Ainda em Santos, o governador Mendonça teria tomado outra atitude de desagrado do Coronel Fernandes. Mendonça mandou voltar para São Paulo uma parte da artilharia que se encontrava em Santos, lembrando que esta era uma reivindicação dos santistas desde a época de Pereira Cleto.

Por fim, Jerônimo escreve à Rainha pedindo que o Capitão General Mendonça seja retirado do cargo e obrigado a pagar o que devia aos moradores paulistas.

Para discutir essa questão, é preciso, primeiro, destacar que a reclamação do Coronel Fernandes foi feita pouco tempo depois que o governador Mendonça passou a impor suas próprias medidas para a capitania, afastando-se das ordens do antecessor⁹⁰. Todavia, a mudança na política de exportação promovida pelo general se explica por dois motivos. O mais significativo deles refere-se ao fato de que, em 1797, devido às tensões na Europa, D. Maria I ordena que os navios dos portos menores da América portuguesa não se destinem diretamente a Lisboa⁹¹. Outro motivo, não menos importante, consiste, nas palavras de Mattos, no seguinte:

Alijados das instâncias de poder da capitania durante a administração de Bernardo José de Lorena, estes grupos [produtores das vilas do Norte] foram beneficiados com o fim das restrições ao livre comércio entre o litoral paulista e os demais portos da colônia nas quais preservaram imbricada rede de crédito e dívida [...] Além desses interesses internos à capitania de São Paulo correspondidos pelo governador Castro e Mendonça, somavam-se grupos de negociantes radicados na Praça do Rio de Janeiro que foram favorecidos diretamente com o restabelecimento do comércio costeiro das vilas litorâneas da capitania vizinha⁹²

O segundo aspecto a ser discutido diz respeito à tentativa do acusador de diminuir o crédito do comandante de São Paulo na questão do comércio, parte mais sensível da administração. Nesse aspecto, Castro e Mendonça teria fugido completamente das

⁹⁰ O general Castro e Mendonça, contudo, afirmou em Provisão do Conselho Ultramarino que só alterou as determinações do antecessor por estar seguro das vantagens dessa mudança. Nas suas palavras, “não me resolvi logo a abolir uma prática que existe havia mais de 8 anos, conhecendo quão delicado é fazer uma mudança repentina, sem estar seguro e fundado em sólidas razões”. “Provisão do Conselho Ultramarino sobre o requerimento da Câmara da Vila de São Sebastião”. 15.04.1799. **Documentos Interessantes para a história e costume de São Paulo**. vol. 29. p. 130-134 – apud MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 128

⁹¹ “Do sobredito”. 27.11.1797. **Documentos Interessantes para História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, v. 39, 1902. p. 145.

⁹² MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 135-136.

determinações anteriores e beneficiado uma área periférica da capitania e o porto do Rio de Janeiro.

O último ponto da crítica de Fernandes foi desmoralizar o governador perante seus comandados, ao acusá-lo de abrir correspondência privada e castigar homem livre. Assim, o autor das críticas, de certa forma, criava um pano de fundo em que todos os paulistas estariam descontentes com o governador, mas teriam medo de se exporem.

No mesmo documento consta a defesa apresentada pelo governador Mendonça. De início, ele desqualifica as reclamações de Jerônimo. Para Mendonça, um homem envolvido em diferentes falcatruas era pouco confiável e, por isso, requisitou a análise das assinaturas presentes na carta. O comandante afirmou que “na primeira vista conheci que era falsa, tanto por ver assinada naquela conta o Capitão Mor da Cidade, homem de muita probidade, e inimigo de Jerônimo Martins Fernandes [...], além de aparecerem ali pessoas assinadas, [...], que não existiam na cidade de São Paulo”⁹³ na data da carta. Inclusive, entre os assinantes constava Antônio Alvares Ferreira de Amaral que havia saído da capitania junto com a família meses antes.

Na conferência de assinaturas requisitada pelo governador ficou comprovado que as letras não correspondiam com os donos, tratando-se de uma falsificação. A preocupação de Mello e Castro, porém, era que seu crédito fosse afetado pelas críticas e, por isso, mesmo sendo uma falsificação, ele enviou a sua defesa.

Outro ponto defendido pelo governador foi a formação de novos regimentos. Segundo ele, os cinco novos regimentos de milícias e o três de cavalaria foram erguidos por ordem da própria Coroa. E os valores gastos com os militares não foram excessivos.

Na sequência, Fernandes, o acusador, afirmou que Antônio José de Macedo, morador da vila de Cunha, teria progredido na carreira militar por ter gastado avultadas somas com o Ajudante de Ordens. Para Mendonça, esta acusação era infundada e desferida pela “envenenada malevolência” de Fernandes, uma vez que Macedo havia merecido o posto de Coronel por sua honra e “conhecido zelo pelo bem do Real Serviço”⁹⁴.

De fato, é clara a aliança que possuíam Mendonça e Macedo, na sequência de sua defesa o governador revela que comprava escravos de Macedo e que outro membro desta família também era Ajudante de Ordens do capitão general.

⁹³ "CARTA (cópia) de Jerônimo Martins Fernandes à rainha [D. Maria I], comunicando o mau procedimento do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, na sua administração, e dos vexames que vêm causando ao povo da cidade de São Paulo". 25.01.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 699.

⁹⁴ Id., Ibid.

Uma das críticas de Fernandes ao comandante era que este teria se desviado das ordens e forma de governar do antecessor. Mendonça afirma que manteve as ordens de Lorena enquanto achou correto, porém, quando razões fundamentadas o compeliam a mudar o rumo da administração, ele praticou algumas mudanças, mas sempre respeitando as determinações do Rei. O ponto discutido é claramente a política de exportação, que foi mantida nos primeiros meses e depois completamente alterada.

Ainda sobre o comércio praticado, o Governador afirmou que fazia de tudo para manter a paz entre os paulistas. A liberdade de circulação de mercadorias na capitania era fator necessário para a felicidade e crescimento da atividade mercantil e, por isso, ela foi concedida⁹⁵.

Por fim, cabe ressaltar que as críticas de Jerônimo, em muitos pontos, se assemelham às reclamações proferidas contra Mendonça pelo Bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, e pelo Capitão mor de Cunha, José Gomes de Siqueira e Mota.

A desavença entre o Capitão-mor José de Siqueira e o Governador foi muito peculiar. Toda a briga girou em torno de Gertrudes Maria, filha do Capitão Francisco Xavier Leite, e sua gravidez, mas envolveu diversos oficiais da vila de Cunha, além do Capitão General⁹⁶. A querela é interessante porque evidencia as relações políticas da região, que se estendiam inclusive à cidade de São Paulo.

José Gomes enviou carta à Coroa reclamando das atitudes impostas contra ele pelo comandante da capitania. Na sua versão dos fatos, tudo iniciou quando Gertrudes Maria, casada com o Capitão Francisco Ferreira, aos 28 anos de idade tentou se emancipar do pai, Xavier Leite, mas foi tratada com crueldade, o que a fez buscar asilo com os avós e depois com as irmãs do suplicante.

A emancipação, porém, foi conquistada judicialmente através de Siqueira. Contrariado, o pai foi à presença do General reclamar da decisão. Para melhor compreender os fatos, o governador expediu ordem para que ela fosse trazida a seu palácio. A ordem foi cumprida pelo pai e pelo Coronel Macedo. Contudo, os dois conduziram a moça e as irmãs de Siqueira para São Paulo como se fossem prisioneiras. Nas palavras do Capitão, “aquela moça

⁹⁵ "CARTA (cópia) de Jerônimo Martins Fernandes à rainha [D. Maria I], comunicando o mau procedimento do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, na sua administração, e dos vexames que vêm causando ao povo da cidade de São Paulo". 25.1.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 699.

⁹⁶ As duas versões desta mesma história e as citações feitas foram transcrições do mesmo documentos: "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que recebeu a carta de José Gomes de Sequeira e Mota contra o seu governo, e comunica que está enviando as respostas da sua defesa em forma de memórias". 12.2.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 701.

foi remetida entre soldados de cavalarias auxiliares pedidos por aquele Coronel em todas as vilas, fazendo-se nestas o maior estrondo”.

Em 29 de Maio, a moça chegou à capital e foi encaminhada para a casa do Capitão e Juiz Ordinário José Arouche de Toledo. A pretensão era mantê-la segura e, ao mesmo tempo, vigiada, enquanto o governador refletia no caso.

A decisão de Mendonça foi de levar a moça ao recolhimento. Porém, o General ainda atribuiu os cuidados da moça à Siqueira que, além de sustentá-la durante seu recolhimento, deveria auxiliar o Ajudante de Ordens José Joaquim Gavião a pagar os bois que este havia comprado do pai da moça.

Neste momento, o Capitão Siqueira se revoltou contra a decisão do governador e afirmou que só cumpriria ordem escrita. O governador Mendonça, porém, levou o suplicante para uma sala interior, onde “com gritos o tratou com palavras indecentes e indecritíveis, e dizendo que a ordem por escrito que havia de dar, havia de dar para lhe mandar despír a farda e dar-lhe uma baixa; ao que respondeu o suplicante que se sujeitaria a tudo que se lhe tinha dito, por ser ele seu General”.

No dia 2 de Abril, novamente o suplicante foi chamado por Mendonça em seu palácio. A ordem agora era para que Siqueira assinasse termo em que se comprometia a assistir a moça durante o recolhimento. Além disso, ele não iria representar contra ninguém e manteria silêncio sobre o caso. Apesar dos protestos que o suplicante afirma ter feito, por fim ele assinou para “evitar maior desordem”.

A história, todavia, não encerrou. A moça não foi aceita pelo prelado no recolhimento, porque este ficou sabendo do ocorrido e da repugnância que ela sentia por ser levada ao convento. Por ter sido tão maltratado pelo governador e pela história ter se tornada pública em toda a capitania, e fora dela, o Capitão pediu auxílio a S. Majestade. Por fim, ele encerra pedindo ao Monarca que o livre “de subsequentes fúrias daquele General, que parece qual lobo voraz entre mansas ovelhas”.

Todo este relato da história é a versão apresentada pelo Capitão José Gomes de Siqueira e Mota para o Conselho Ultramarino contra o governador. Agora, resta-me discorrer sobre a versão apresentada por Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça.

O General inicia sua defesa relatando a inimizade que era nutrida entre o suplicante (Siqueira) e o pai da moça (Leite). Ambos eram capitães da vila de Cunha, o primeiro era o capitão-mor e comandante da vila enquanto o segundo era capitão de cavalaria auxiliar.

As disputas entre os capitães vinham de longa data. Anos antes do evento relatado, o governador da época, Lorena, mandou prender o soldado das Ordenanças, Balthazar

Rodrigues Franco, o que foi executado por Leite. O capitão-mor ficou sabendo da prisão, mas, como possuía negócio com o soldado, então ele subornou um juiz e mandou expedir voz de prisão a Xavier Leite por cárcere privado. O capitão fugiu para evitar ser preso. Por onde andou quando foragido não é relatado, mas o governador afirmou que ele conseguiu sentença na Relação do Estado de nulidade do processo. Leite voltou à vila de Cunha, sua casa foi restituída, mas seu posto tinha sido passado adiante.

As rixas entre os dois não encerraram. Francisco Xavier Leite buscou a amizade do capitão-mor, que passou a frequentar a casa daquele constantemente. A falsa amizade, porém, foi pretexto para Siqueira manter relação ilícita com a filha de Leite, Gertrudes Maria.

Algum tempo depois, a rapariga teve um filho que foi batizado com o nome de Joaquim e apresentado na casa de Siqueira. Aos poucos, o menino foi introduzido na casa dos avós da moça, onde permaneceu até o desenrolar deste processo.

O pai, Xavier Leite, porém, nada sabia sobre o enlace amoroso dos dois. Mas descobriu porque o capitão-mor, nas palavras de Mendonça:

esquecido de todos os sentimentos de honra, de humanidade e de justiça o mesmo cúmplice, o mesmo delinquente foi quem a difamou, jactando-se em todas as partes, aonde chegava do seu criminoso entendimento com ela, como é publico e notoriamente sabido, recomendando [...] a alguns sujeitos, que por ali passaram, e se demoravam na terra não intentassem nada dela por que era sua amasia.

A história, portanto, tornou-se conhecida na região e chegou aos ouvidos do pai. A decisão de Leite foi levar a filha para sua casa, tentando pôr fim no caso amoroso dos dois. O capitão-mor, porém, não ficou satisfeito com o fim do romance e passou a maldizer o pai da moça. Ele, até mesmo, incitou a moça a fugir, arrumando para ela a ajuda do “Alferes de Ordenança Antonio Máximo, afilhado da mesma e assistente na sua casa, para a acompanhar quando ela saísse”.

O plano funcionou e a moça foi parar na casa do capitão, e por lá permaneceu por três dias. A situação, contudo, era insustentável, tendo em vista que na mesma residência morava a esposa legítima de Siqueira.

Gertrudes Maria foi, então, conduzida à casa de um amigo do Capitão mor, o Guarda-mor Pedro dos Santos Souza. Este, entretanto, receoso das complicações de tamanha hospitalidade, não concedeu a permanência da moça, que foi levada para a casa das irmãs do capitão-mor, onde se achou quando foi chamada pelo Governador.

Neste meio tempo, o capitão-mor tomou atitudes para conseguir a emancipação da moça. Ele subornou o Juiz Ordinário que liberou Gertrudes Maria, porém, o Juiz não tinha jurisdição sobre o processo que havia sido recusado pelo Juiz de Órfãos.

Após a ordem de Mendonça, a moça foi remetida para São Paulo, acompanhada de senhora casada que estava indo com o marido a negócios na cidade. Na capital, foi instalada na casa do Coronel José Arouche de Toledo⁹⁷, onde permaneceu até ser enviada ao recolhimento.

Quando chamado à presença do governador, o capitão-mor debochou de suas ordens e tentou zombar das determinações do comandante. Chamado numa sala interior, o General perdeu a calma e, o próprio Mendonça relata: “lhe disse bastante irado, que a ordem que lhe havia de dar por escrito, era para se lhe despir a farda, e dar-lhe baixa por indigno do lugar que ocupava”.

Na tentativa de remediar a solução, o governador tentou que o capitão assinasse um termo se responsabilizando por Gertrudes no recolhimento. A ideia era concluir a rixa de forma amigável, a moça seria conduzida para o convento sobre a responsabilidade de Siqueira, o pai abriria mão de ação judicial contra o capitão e a moça, se não teria a honra restabelecida, ao menos estaria sob os olhos da Igreja.

O termo foi assinado, alguns dias depois o capitão-mor pediu licença ao governador para retornar a Cunha, onde residiam seus negócios. A permissão foi dada com a palavra de que ele retornaria. Porém, depois de chegar a Cunha ele tentou fugir da capitania, primeiro para Parati, e depois para Minas Gerais, na passagem em Taubaté. A carta de Mendonça encerra, assim, afirmando que Siqueira estava foragido em Minas e buscando difamar contra os homens “justos” da capitania.

Esta segunda versão da mesma história é completamente oposta à primeira, exceto por alguns pontos de concordância que pouco influenciaram nos argumentos dos dois senhores. O evento não é importante em razão do enlace romântico entre os personagens, ainda que interessante. O ponto principal deste ocorrido é observar que são os mesmos agentes que aparecem nas diferentes defesas de Mendonça e, ao mesmo tempo, os aliados de Siqueira e Mota são sempre os mesmos.

Antônio José de Macedo foi, provavelmente, o principal aliado de Mendonça na capitania. Sua eleição para capitão-mor não foi vencedora, pois quem conquistou o posto foi Siqueira e Mota. O posto, porém, foi concedido por despacho e não eleição, um método que o

⁹⁷ José Arouche de Toledo Rendon era: “paulista nascido numa das famílias mais tradicionais da região do planalto e membro de diversas instâncias administrativas paulistas durante cerca de 40 anos” MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p 111.

governador acreditou ser menos justo. Assim, quando ergueu uma nova companhia de cavalaria na região, colocou Macedo no posto de Coronel.

O respeito do General pelo Coronel, todavia, remonta ao período da ereção da vila de Cunha. A freguesia do Facão, parte da vila de Guaratinguetá, foi feita vila no governo do senhor Francisco da Cunha Meneses (1782-1786). A freguesia era governada por um Almotacé, posto no cargo pela vila de Guaratinguetá. Por quatro anos sucessivos, a região foi conduzida com grande respeito à paz por Antonio José de Macedo.

Por este motivo, quando o capitão comandante Vitoriano dos Santos Souza era obrigado a se ausentar, por moléstia ou viagem, a vila era comandada pelo recém feito Capitão Macedo. Criou-se neste momento ódio entre Siqueira e Macedo.

O mais importante de todo este longo evento, que mobilizou diferentes agentes das vilas do Norte, especialmente na Companhia da vila de Cunha, não reside na versão correta dos fatos, ou no destino de Gertrudes Maria, mas sim na compreensão das disputas, alianças e rivalidades que estavam presentes na região.

O aumento demográfico da capitania de São Paulo concomitante com o processo de entrada dos paulistas nas redes mercantis imperiais fez com que novos interesses nascessem no interior das vilas. Coube aos governadores incorporarem estes interesses. Talvez por este motivo, vários foram os eleitos às ordenanças na capitania. Porém, quanto mais capitães, sargentos e etc. foram formados, maior a variedade de pessoas, família e redes que eram levadas aos postos administrativos.

Quando Mendonça subiu ao posto de Governador e promoveu uma reforma na política que vinha sendo feita até então, favorecendo as alianças e interesses periféricos da capitania, a reação do maior grupo foi contrária ao General.

Outro exemplo ilustra ainda melhor este ponto de vista. O bispo de São Paulo, D. Mateus Pereira de Abreu, foi, segundo o próprio governador, um dos principais opositores de sua administração. Abreu tinha negócio no Oeste paulista e mantinha a paróquia de Piracicaba sob seus olhos; logo, tinha uma atenção particular pela vila.

O prelado fez para a Coroa diversas acusações em relação ao General. Acusava-o de não respeitar as leis e cerimônias da Igreja, de causar a fuga de moradores da capitania, motivada pelo fato de deixar a tirania do Ajudante de Ordem recair sobre os paulistas e, por fim, de manter a vila de Piracicaba sem um pároco⁹⁸.

⁹⁸ A acusação do Bispo de São Paulo e a defesa do governador Mendonça foram transcritas do mesmo documento, inclusive as referências: "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de

Em sua defesa, Mendonça afirma que sempre respeitou as cerimônias religiosas. Em suas palavras: “não há festividade pública, missa nova, ou procissão, a que eu não assista”. Portanto, as acusações do reverendo buscavam desacreditar o General aos olhos da Coroa, antes de reclamar de sua postura religiosa.

A fuga dos paulistas pelo mau governo de Mendonça também se revelou uma falsidade. Em razão de documentos apresentados por Mendonça, é possível perceber que o número de habitantes na capitania não diminuiu, pelo contrário, aumentou em alguns milhares. Da mesma forma, a produção de açúcar cresceu em cerca de 24 mil arrobas.

Se foi o recrutamento que fez as pessoas fugirem de suas casas, o motivo é antigo e não inteiramente culpa do Ajudante de Ordens. Na verdade, a defesa que Mendonça fez de seu ajudante também revela muito sobre o contexto da capitania. Para ele, era Thomas da Costa quem mais o auxiliava na administração de São Paulo porque possuía estudo no Reino, algo que escapava aos outros ajudantes por mais que eles fossem honrados e dotados de qualidades para o serviço à Majestade.

O recrutamento, por sinal, teve uma novidade, segundo o General. Pela primeira vez em São Paulo, além de serem convocados a servir militarmente, os homens tiveram ensino militar com Thomas da Costa. Entretanto, o próprio governador compreendeu que, ao fazer o recrutamento, seu ajudante “granjeou muitos inimigos”.

A última acusação, contudo, é a mais reveladora. Para o reverendo, era um grande descaso o governador não auxiliar os moradores de Piracicaba na manutenção de um pároco para a freguesia. Porém, salta aos olhos que, segundo o Bispo, os moradores de Piracicaba afirmavam não ter condições de manter o religioso, sendo que esta freguesia estava na região mais abastada da capitania.

Além disso, o governador afirma que ele indicou um frei para o serviço, acertou com ele todos os detalhes da função e combinou que ele deveria passar no palácio para pegar o seu pagamento e os valores referentes à acomodação em Piracicaba. Entretanto, depois de tudo acertado, o religioso não retornou mais ao Palácio.

As críticas contra Castro e Mendonça vieram do grupo que se sentiu prejudicado pela sua nova política. A defesa, por outro lado, veio obviamente por aqueles que conseguiram expandir seus negócios.

Em agosto de 1799, a câmara da vila de Taubaté enviou uma carta destinada a S. Majestade. Neste documento os oficiais da câmara defendem a atuação do governador. Para

Sousa Coutinho, comunicando o seu protesto contra as infâmias que seus opositores dizem do seu governo". 23.3.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 705.

eles, “sempre fiéis vassallos de Vossa Majestade”, era por zelo que eles deviam enviar esta ata para Lisboa, quando souberam que “algumas queixas contra o atual Governador” haviam chegado à “Real Presença”.

As acusações contra Castro e Mendonça só podiam partir de pessoas “mal intencionadas”, que sofriam de “falta [...] dos verdadeiros sentimentos de sinceridade”. Era, portanto, necessário à Coroa compreender as medidas do General, o “vassallo mais honrado”, avesso aos “despotismos, monopólios, extravios, e evidências, que continuavam [a] praticar os poderosos, e ricos”.

Em anexo, os oficiais da câmara enviaram uma cópia de um termo assinado por eles no ano de 1798, no qual, lavravam a memória do bom governo de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça. Este era, nas palavras deles, um sinal de gratidão ao bom governo empreendido pelo General.

No documento, os oficiais, ainda no intuito de defender o governador, afirmavam que este era protetor da honra dos paulistas, mantenedor do povo em paz e dos corpos militares “na mais exata disciplina”. Ao final, assinaram o termo para que este fosse um “monumento da posteridade” e encerram aclamando o governador três vezes⁹⁹.

Os homens que assinaram o documento revelam, de certa forma, qual era o perfil dos homens gratos ao governador. Os principais nomes são Euzébio José de Araújo, sargento-mor e Comandante da vila em 1798, e Antônio Moreira da Costa, capitão.

O primeiro, no maço de 1802, aparece com o maior plantel da vila e como produtor de algodão e açúcar, cinco e oitenta arrobas respectivamente. Além disso, suas mercadorias foram comercializadas na Praça do Rio de Janeiro. O segundo, já mencionado anteriormente, era um dos principais nomes da região, tendo participado da fabricação de açúcar e gêneros para alimentação, da criação de animais e do comércio ativo com o Rio de Janeiro. Foi na praça carioca que ele vendeu 650 arrobas de açúcar e comprou diferentes gêneros da metrópole¹⁰⁰.

Em 15 de Março de 1800, foi a vez dos homens de Guaratinguetá enviarem carta ao Conselho Ultramarino criticando o Bispo D. Mateus de Abreu Pereira. Os oficiais da câmara afirmaram que o prelado “despojou do benemérito Sacerdote João Gonçalves Lima para lhe por Vigário o Padre Francisco da Costa Moreira”, trazido do Reino pelo prelado.

⁹⁹ "CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Taubaté a rainha [D. Maria], prestando sua solidariedade ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, pelas críticas que seu governo tem recebido. Remetem a cópia do termo que se encontra registrado no Livro de Vereança, cujo conteúdo é um requerimento em apoio ao dito governador". 09.08.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 710.

¹⁰⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Taubaté, 1789-1810: rolos 200-207.

A intenção do religioso, na ótica dos camarários, era enriquecer o Padre Moreira, uma vez que a vara de Guaratinguetá comportava as vilas de Cunha, Lorena, Pindamonhangaba, Taubaté, São Luiz, São José e Jacareí, e “todas compreendem perto de quarenta mil pessoas”. Além disso, “lhe confiou a encomenda da Igreja, que agora o pá de Altar, oblações, e a outros percalços, é rendosa em quase seiscentos mil réis, procedentes das conhecenças de oitenta réis por cobertura de cada pessoa de confissão”.

Na mesma carta os oficiais indicam que tentaram argumentar com o Bispo, porém, “não houveram, Príncipe e Senhor, lagrimas bastantes para mover a coração do Prelado; não respondes às súplicas, fomentou a intriga entregando a queixa ao acusado”.

As súplicas, então, foram direcionadas ao governador. Este, por sua vez, afirmou que já havia enviado à Coroa as reclamações contra D. Mateus, o que incentivou os homens de Guaratinguetá a escreverem esta carta, na qual pediam a restauração do sacerdote João Gonçalves Lima.

Interessante notar que, ao reclamarem da atuação do Bispo de São Paulo, os oficiais da câmara de Guaratinguetá estavam indo contra um dos maiores adversários do Capitão-General. De certa forma, eles reforçavam a defesa de Castro e Mendonça ao indicarem que um de seus acusadores possuiu falha na conduta do serviço à S. Majestade.

O pedido dos camarários incentivou tanto o General que, no final do ano de 1800, ele enviou um ofício ao Conselho Ultramarino pedindo a remoção do Bispo. Para ele, somente com a alteração do prelado suas ordens de incentivo ao povoamento da vila de Guaratinguetá poderia dar resultado.

No documento, o governador afirmou que trouxe sete famílias das ilhas portuguesas e mais outras do Rio Grande para a região, porém, a falta de Padre, retirado por ordem do prelado, deixou-as pouco satisfeitas. Assim, o governador pediu ao monarca a troca do Bispo, uma vez que, com este “inimigo declarado do Estado, e da Religião” não haveria um pastor na região, “sem o qual não pode existir uma sociedade Cristã”¹⁰¹.

Por fim, foram enviadas cinco cartas ao Conselho Ultramarino pedindo a manutenção de Castro e Mendonça no cargo. A primeira, em 10 de Dezembro de 1800, foi enviada pelos oficiais da vila de Ubatuba, uma das principais favorecidas pelo comércio de cabotagem. Depois foi a vez, na ordem, de Sorocaba, Taubaté, Cunha e São Sebastião enviarem suas cartas¹⁰².

¹⁰¹ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que somente com a saída do atual prelado é que poderá atender melhor aos novos povoadores daquela capitania" 01.11.1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 768.

¹⁰² "CARTA do presidente e mais oficiais da Câmara da vila de Ubatuba, ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no governo de São Paulo".

Todas seguiram a mesma lógica de pedido, porém a da vila de Taubaté é a mais reveladora. Seguindo a lógica de pedido à Coroa, eles primeiro apresentam suas qualidades como “fieis vassallos, que sempre constituiu o caráter deste povo da Vila de Taubaté na capitania de S. Paulo”. Em seguida, eles passam a defender o governador:

Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, Governador, e Capitão General desta Capitania de S. Paulo, que entre todos os Generais da mesma, se tem distinguido em zelo, e atividade, honra, desinteresse, ainda mais na boa, e exata arrecadação da Real Fazenda de Vossa Alteza, faz objeto de nosso zelo, e fidelidade [...]. Nem pareça a Vossa Alteza exageração de poucos indivíduos interessados, ou apaixonados [...], [mas] um povo verdadeiramente interessado no bem da Coroa, tem mais de uma vez autorizado a verdade da novo asserção¹⁰³.

Por último, eles anexaram a discussão que houve no Senado da câmara acerca do governo de Castro e Mendonça e a confirmação dos oficiais do bom governo executado.

Apesar, porém, de se dizerem desinteressados, a situação sugere o contrário. As cinco câmaras que enviaram representação ao Conselho Ultramarino tinham interesse no contato próximo com a capitania vizinha. O comércio de gado, para Sorocaba, possuía o porto do Rio de Janeiro como principal mercado consumidor, apesar da demanda em Minas e interior. E, as vilas do Norte que se pronunciaram eram as que possuíam maior proximidade comercial com os cariocas. Também é significativo o fato de Ubatuba ter sido a primeira, já que, a pequena vila do litoral Norte era a mais próxima da capitania fluminense. Logo, ela era, muito provavelmente, a maior subsidiária dos negociantes da Praça do Rio de Janeiro. Se as cartas pesaram para a decisão da Coroa não é possível precisar, porém Castro e Mendonça permaneceu na capitania até o final de 1802, embora seu governo devesse ter acabado em 1800.

A política mercantil empreendida por Lorena e Mendonça foi antagônica. Ambos buscaram favorecer a capitania de São Paulo da maneira que acharam mais propícia. Mas também, da maneira que melhor se encaixasse nos seus próprios negócios.

10.12.1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 785; "CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Sorocaba ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 28.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 833; "CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Taubaté ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 29.03.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 836; "CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Cunha ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 11.04.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 838; "CARTA dos oficiais da Câmara da vila de São Sebastião ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 18.04.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 842.

¹⁰³ "CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Taubaté ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 29.03.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 836.

A administração colonial não era algo simples. Os funcionários régios eram enviados a localidades que já possuíam suas redes mercantis e interesses arraigados. Aos agentes administrativos restava a opção de “se adaptar às especificidades das regiões que vinham governar” e, além disso, “negociar e firmar acordos com determinados grupos de poder locais”¹⁰⁴. No caso relatado, fica claro que os governadores escolheram lados opostos.

Bernardo José de Lorena optou por favorecer as antigas famílias tradicionais da capitania, aliando-se aos negociantes paulistanos e santistas e aos produtores do Oeste. Castro e Mendonça, por sua vez, deu voz aos prósperos negociantes do Rio de Janeiro e aos produtores da região Norte paulista.

1.3.3 – Antônio José da Franca e Horta (1802-1808)

Ao final do período colonial, a capitania teve nomeado um novo governador. Antonio José de Franca e Horta foi empossado pela Coroa nos mesmos moldes de seu antecessor, devendo permanecer em São Paulo enquanto não recebesse ordem contrária do Rei.

O discurso de chegada de Franca e Horta também se assemelhou muito com o de seus antecessores. O General destacou a falta de recursos da capitania, a estagnação que a acometia e a iminente decadência. A solução repousava, para ele, no comércio direto com Lisboa¹⁰⁵.

Em fevereiro de 1803, ele voltou a restringir o comércio de cabotagem praticado em São Paulo. Pouco mais de três meses depois, ele “ordenou a proibição da exportação de aguardente, café, arroz, cacau, baunilha, farinha de mandioca, algodão, anil e couros que não fossem diretamente para Portugal ou, para esse fim, a Santos”¹⁰⁶.

O açúcar não fazia parte desta sua primeira ordem. Havia duas explicações para esta ausência: a grande safra daquele ano e o contato entre os paulistas e os cariocas. Na ordem expedida pelo governador, fica claro que o gênero era “superabundante” na capitania e, ao

¹⁰⁴ MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos:** o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822). 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 137.

¹⁰⁵ MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios:** A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808). 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 147.

¹⁰⁶ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo:** expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Edipe, 1968. p. 148.

mesmo tempo, os valores de seu comércio podiam ser utilizados para os negociantes paulistas saldarem seus débitos com os do Rio de Janeiro¹⁰⁷.

A reação contrária, como antes, não tardou. Os produtores de São Sebastião e Ubatuba foram os primeiros a reivindicarem a manutenção da liberdade de comércio, sem sucesso. As reclamações eram as mesmas, o preço menor que era pago pelos negociantes de Santos em relação ao comércio com o Rio de Janeiro. Para Petrone, o que se verifica, é que “apesar do progresso na agricultura de ‘serra acima’, [essa atividade] continuava atrasado e na mão de poucos negociantes”¹⁰⁸.

Em 1804, foi a vez da restrição ao comércio de açúcar. Franca e Horta, então, ordenou ao Juiz da Alfândega de Santos que não permitisse a exportação do gênero e seus derivados para o Rio de Janeiro, ou mesmo outro lugar que não o Reino. Segundo ele, a fraca safra do produto impossibilitou a livre exportação, sendo necessário, antes, suprir a necessidade dos comerciantes da própria capitania. Contudo, as restrições do Capitão General foram menos prejudiciais aos agricultores da região Norte do que as de Lorena¹⁰⁹.

O governo de Franca e Horta foi defendido, nos moldes do antecessor, desde o início. No mesmo ano da restrição do comércio de açúcar surgem os pedidos de manutenção do governador. Em um único documento do Conselho Ultramarino, é possível verificar uma série de cartas enviadas por câmaras ao C.U., pedindo a manutenção do General.

Em 30 de Setembro de 1804, a câmara de Cunha se pronunciou. Seus oficiais afirmavam que era muito importante a pacífica administração empregada pelo governador, já que vinha dando resultado no aumento da produção. Nas palavras dos camarários:

Rogando a N. A. R. pela conservação de um destro General que felizmente nos governa; este não perdendo de vista ao interesse desta Capitania tão úteis ao Estado, vai com agigantados passos fazendo com toda a tranquilidade florescer Sua Capitania, que balanceava a deteriorar-se. Já os povos adoçados com o suave governo se empregão nas suas manufaturas, promovendo aumento do Estado, e as suas casas; já foram desterrados os clamores, só respira a doce paz e alegria, um dos primeiros cuidados do nosso Exímio General.¹¹⁰

¹⁰⁷ "Instruções para as câmaras da Marinha". 22.06.1803. **Documentos Interessantes para História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 55, 1937. p. 105. A explicação de Franca e Horta vai ao encontro ao texto de Mattos que discorre sobre o fato dos governadores da capitania administrarem de acordo com os próprios interesses e de seus aliados. Pelo que se percebe, alguns negociantes paulistas tinham o costume de fazer comércio com os cariocas e, por isso, conseguiam crédito e participavam das redes mercantis imperiais.

¹⁰⁸ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968. p. 149.

¹⁰⁹ Id., Ibid.

¹¹⁰ "CARTAS dos oficiais das Câmaras das vilas de Cunha, Porto Feliz, Itú, Taubaté, Parnaíba, Sorocaba e Moji das Cruzes, ao príncipe regente [D. João] sobre os agradecimentos pela permanência de Antônio José de Franca e Horta no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 30.09.1804, São Paulo. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1073.

Esta carta estava assinada por cinco oficiais, o Juiz presidente, três vereadores e um Procurador. Destes, somente dois homens foram listados nos maços de população do ano anterior, o procurador José Felipe Ar e o vereador Francisco José. Ambos eram pequenos comerciantes; o primeiro “vivia de seu negócio de fazenda seca” e o segundo vendia escravos novos na vila.

José Felipe aparece, também, na lista nominativa de 1808. Neste período, ele mostrava os mesmos dois escravos de 1804, porém, afirmava ser natural de Minas e ostentava o posto de Capitão, além de aparecer como “mercador”¹¹¹.

Na vila de Porto Feliz a reação foi parecida. Os camarários exaltaram a felicidade com que Franca e Horta conduzia a capitania e afirmaram que o povo não sofria a falta de gêneros de primeira necessidade. Isto porque, nas palavras deles, “a agricultura e o comércio fazem o ponto principal dos seus desvelos e cuidados”.

Na mesma toada, a vila de Itu também recomendou o governador ao Conselho Ultramarino. Porém, a defesa dos representantes ituenses ficou centrada na política econômica de Franca e Horta. Para eles, o Governador “com todo esforço” estava animando o “comércio, agricultura e navegação”. Entre os incentivos, a vila contou, também, com a abertura de um novo caminho entre Itu e São Paulo. Nas palavras dos camarários: “para a mais fácil exportação dos gêneros de embarque, fez abrir, e franquear, um novo caminho desta vila para a capital de São Paulo por terreno mais cômodo”.

Além desta, Franca e Horta fez, segundo a vila de Itu, outras obras importantes para a vida dos paulistas. Na vila, construiu asilo e conseguiu remédios na vila, no porto de Santos, construiu uma casa para os enfermos, mandou reconstruir o colégio dos Jesuítas e, também, construiu um “espaçoso” cais e uma alfândega para facilitar o comércio, entre outras obras.

Ao todo foram sete vilas que apresentaram elogios ao governador neste mesmo documento: Cunha em Setembro; Porto Feliz, Itu, Taubaté, Parnaíba e Sorocaba em Outubro; e Mogi das Cruzes em Novembro. Todavia, outras cartas de apoio foram enviadas ao Conselho Ultramarino¹¹². As vilas de São Luiz do Paraitinga¹¹³, Pindamonhangaba¹¹⁴, Guaratinguetá¹¹⁵ e Lorena¹¹⁶ entre elas.

¹¹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Cunha, 1789-1810: rolos 49-51.

¹¹² As citações foram transcritas do seguinte documento: "CARTAS dos oficiais das Câmaras das vilas de Cunha, Porto Feliz, Itú, Taubaté, Parnaíba, Sorocaba e Moji das Cruzes, ao príncipe regente [D. João] sobre os agradecimentos pela permanência de Antônio José de Franca e Horta no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 30.09.1804, São Paulo. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1073.

¹¹³ "CARTA dos oficiais da Câmara de São Luís de Paraitinga, ao príncipe regente [D. João], solicitando a conservação de Antônio José da Franca e Horta como governador e capitão general da capitania de São Paulo". 27.01.1805, vila de São Luiz do Paraitinga. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1107.

O governador Franca e Horta promoveu uma drástica mudança na capitania. Economicamente, ele promoveu o comércio direto entre Santos e Lisboa, e tentou, inclusive, abrir uma rede comercial com a cidade do Porto. Administrativamente, ele priorizou as construções na vila de Itu, na cidade de São Paulo e no porto de Santos. Em outras palavras, empreendeu melhorias na principal vila produtora de açúcar (Itu), na sede do governo e local das mais tradicionais famílias paulistas (São Paulo) e, por fim, no principal porto da capitania e residência dos negociantes paulistas empenhados no comércio transatlântico (Santos). E, politicamente, ele também buscou se afastar das determinações de seu antecessor.

O longo embate entre o governador Mendonça e o Capitão-mor de Cunha, José Gomes de Siqueira e Mota, relatado em páginas anteriores, resultou na entrega de patente do Capitão. Porém, a história foi reavivada, em 1804, por Franca e Horta.

Franca e Horta enviou carta ao Conselho Ultramarino dizendo ser favorável à readmissão do antigo Capitão¹¹⁷. Isto porque, nas suas palavras, o Coronel Macedo, protegido de Castro e Mendonça, foi o responsável por influenciar o administrador no período e conseguir a entrega de patente de Siqueira e Mota, seu adversário na vila.

Os procedimentos adotados no processo foram, nas palavras do General, “irregulares e ilegais [...], e até suspeitosos na forma da legislação de Vossa Alteza”. Para ele, todo o processo teria tomado forma por causa da obstinação de Macedo em levar a ruína para Siqueira e Mota.

O ponto principal da defesa do capitão, porém, era o fato de que todos da capitania, com exceção feita “de algum parcial do dito Coronel”, afirmaram e atestaram “a inocência e a honra do suplicante”. Além disso, Macedo só havia chegado ao posto de Coronel porque Castro e Mendonça “atirou-lhe” a patente.

¹¹⁴ "CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba, ao príncipe regente [D. João], solicitando a conservação de Antônio José de Franca e Horta como governador e capitão general da capitania de São Paulo". 16.02.1805, vila Real de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1113.

¹¹⁵ "CARTA dos oficiais da Câmara de Guaratinguetá, ao príncipe regente [D. João], solicitando a conservação de Antônio José da Franca e Horta como governador e capitão general da capitania de São Paulo". 29.04.1805, vila de Guaratinguetá. AHU_ACL_CU_023, Cx. 25, D. 1145.

¹¹⁶ "CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Nossa Senhora da Piedade de Lorena, ao príncipe regente [D. João], solicitando a conservação de Antônio José da Franca e Horta como governador e capitão general da capitania de São Paulo". 29.04.1805, vila de Nossa Senhora da Piedade de Lorena. AHU_ACL_CU_023, Cx. 25, D. 1146.

¹¹⁷ As citações seguintes, referentes a mesma carta, e todo o parecer do governador Franca e Horta foram transcritos do documento: "CARTA do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao príncipe regente [D. João], dando seu parecer favorável a respeito da readmissão de José Gomes de Siqueira, que tivera baixa de seu posto de capitão-mor da vila de Cunha, por ser acusado injustamente do homicídio do marido de Gertrudes Maria". 14.12.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1095.

Para não restar dúvida sobre a nova política empregada, em 1805 Franca e Horta despachou uma carta ao príncipe regente dando o parecer negativo ao pedido de Antonio José de Macedo. O Coronel havia pedido à Coroa o posto de Brigadeiro, o comando das vilas de Cunha, São Luiz, Ubatuba e São Sebastião e, também, o Hábito de Cristo¹¹⁸.

O parecer "negativo" deixou clara a postura do general, contrária ao grupo favorecido por seu antecessor. O principal expoente deste grupo era o próprio Macedo, que manteve relações com Castro e Mendonça depois deste retornar a Portugal¹¹⁹. Logo, o que se viu foi o fim do incentivo aos negócios periféricos da capitania e o retorno da centralização econômica no açúcar e no comércio direto com a metrópole.

É fato reconhecido que as elites no século XVIII sofreram uma transformação na América. Com a crise do período, elas buscaram se apoiar no casamento endogâmico e nas titulações recebidas pelas suas casas nos tempos áureos¹²⁰.

Porém, no caso paulista, a atuação de Castro e Mendonça permitiu a facções de grupos locais tomar a frente do processo administrativo da capitania. Ela conseguiu fazer parte das rotas mercantis e buscar titulações nas ordens militares.

Interessante que, pela análise das tensões na capitania, é possível perceber que havia elites com interesses diversos dentro de uma mesma vila, como é o caso de Cunha e Taubaté. Homens, negociantes e produtores, preocupados com o comércio de cabotagem e com o comércio direto com o Reino, reagiram de formas distintas às políticas empregadas pelos governadores do período.

¹¹⁸ O documento tem um problema de leitura grave, devido a tinta repassada fica muito difícil a transcrição do documento. Porém, no indício do Projeto Resgate e em alguns fragmentos da carta fica possível a identificação da postura contrário do General Franca e Horta. Cf.: "CARTA do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio José da Franca e Horta, ao príncipe regente [D. João], dando seu parecer negativo ao requerimento do coronel do Regimento de Milícias da vila de Cunha da capitania de São Paulo, Antônio José de Macedo, no qual solicitou o posto de brigadeiro com o comando do seu Regimento, e das vilas de Cunha, São Luís do Paraitinga, Ubatuba e São Sebastião, além do hábito de Cristo". 20.04.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 25, D. 1142.

¹¹⁹ "OFÍCIO de Antônio José de Macedo para o ex-governador e capitão da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça comunicando que seu compadre, o sargento-mor Luís Manuel de Andrade, que está indo para o Reino, para ser confirmado no posto de tenente coronel da dita vila, e na falta deste posto lhe seja dado quaisquer mercê". 18.05.1808. AHU_ACL_CU_023, Cx. 30, D. 1350.

¹²⁰ Cf. FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio (Org.). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

CAPÍTULOS 2: AS MERCADORIAS DAS VILAS DO NORTE

Em primeiro lugar tenho que ressaltar o caráter específico da geografia paulista. A capitania era entroncamento de diversos caminhos: para o Nordeste e região meridional de Minas pelas vilas do Norte (atual Vale do Paraíba), para Minas Gerais e Goiás através de Campinas e, por Sorocaba e Itapetininga ia-se para as zonas meridionais da América. Além disso, as vilas litorâneas formavam a ponte com outras partes do Império, mas foi no interior que as culturas se desenvolveram com maior liberdade¹.

Em segundo lugar, a região da capital era o nó onde se articulavam os diferentes caminhos para dentro da América. Desta forma, ao longo dos caminhos novas conjunturas econômico-sociais se desenvolveram, o que acarretou em novas especificidades da capitania.

Por fim, o terceiro ponto, a própria documentação produzida na capitania permite verificar outros recortes regionais. No caso paulista, a região de “serra acima” divide-se entre o caminho para o Rio de Janeiro e o Oeste paulista, enquanto o litoral se dividiu entre Norte e Sul².

Com estes três pontos em mente, o recorte geográfico feito perpassa duas regiões distintas. As vilas do Norte, conforme são tratadas aqui, unem as vilas do caminho para o Rio de Janeiro e as vilas do litoral Norte da capitania. Um processo identificado por Caio Prado Jr. pelo conceito de “cidades conjugadas”, devido à necessidade das vilas do interior em manterem-se unidas às do litoral para o contato com a metrópole e mercado externo³.

O recorte geográfico para o estudo histórico não é fato irrelevante. Na década 1990 Maria Yedda Linhares escreveu um texto que, de certa maneira, norteia a percepção do impacto geográfico neste estudo.

Segundo a autora, “o conceito de microrregiões homogêneas deveria, assim, facilitar os trabalhos de todos aqueles que buscavam um quadro espacial” e, tendo em vista esta necessidade, o IBGE empregou a partir de 1966 um enorme esforço metodológico para dividir o país em 361 microrregiões⁴.

¹ Cf. PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

² MOURA, Denise A. Soares. **Região, relações de poder e circuitos mercantis em São Paulo (1765-1822)**. João Pessoa, PB: SAECULUM, n. 14, Jan/Jun, 2006. p. 40-42.

³ PRADO JR, Caio. op. cit., p. 117. Na historiografia mais moderna: RUSSELL-WOOD. A.J.R. Ports of colonial Brazil. In: KNIGHT, Franklin; LISS, Peggy. **Atlantic port cities: economy, culture, and society in the Atlantic World (1650-1850)**. Knoxville, Estados Unidos: The University of Tennessee Press, 1991.

⁴ LINHARES, Maria; SILVA, Francisco. **Região e História agrária**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995. p. 19.

A dificuldade em recortar geograficamente a pesquisa, porém, se manteve. Isto porque, o conceito tinha como base os dinâmicos elementos de produção e, portanto, tinham efeito durante determinado período somente⁵.

O interesse passou a ser, então, estudar a região com este novo conceito dinâmico, fato que se dá porque ao cabo da pesquisa “o historiador deveria ser capaz de revelar a dimensão regional de sua pesquisa, corrigir ou reafirmar pretensões iniciais e desvendar conexões até então não pensadas”⁶.

O panorama da região estudada não deve perder de vista a importância que o comércio tinha no Império português. Os lusitanos que se aventuraram ao mar no século XV buscavam novos mercados para a Coroa, no caso as especiarias da Índia. Ainda que tenham formado diferentes tipos de ocupação, o comércio foi padrão na expansão marítima. Ainda assim, o aumento de cabedal foi, via de regra, uma das formas utilizadas para se conseguir privilégios com S. Majestade, como será abordado no terceiro capítulo⁷.

Segundo Russell-Wood, aportaram no século XVI as mais variadas mercadorias em Lisboa. A expansão marítima lusitana, em seu ápice, alcançou de Nagasaki até a América e levou para Portugal os produtos desses lugares em quantidades variadas. O autor, inclusive, chega a contestar o conceito contemporâneo de globalização, uma vez que o comércio entre as diferentes partes do globo já era praticado nos seiscentos⁸.

No século XVIII, o comércio ainda possuía o papel estruturante de antes. De fato, a crise no Haiti, grande produtor de açúcar, além das tensões na América espanhola, favorecia a exportação da América portuguesa de açúcar para o mercado Europeu. As guerras entre as nações europeias, apesar de deixarem o trânsito de mercadorias mais perigoso, valorizava os produtos⁹.

O período pombalino, e mesmo depois da queda do Marquês, foi de incentivo à produção agrícola. Porém, mais que isso, na sua política teve “indústria, agricultura e comércio [foram] objetos da ação governamental” criando um “elevado grau de unidade”.

A complementaridade entre a economia colonial e metropolitana se dava pelo comércio. Nas palavras de Arruda, “o fomento agrícola no Brasil nutriu as fábricas portuguesas, criando-se uma simbiose entre os dois espaços econômicos separados pelo

⁵ LINHARES, Maria Yedda. **Região e História agrária**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995. p. 20.

⁶ Idem, Ibidem, p. 25.

⁷ RUSSELL-WOOD. A.J.R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América**. Miraflores, Portugal: DIFEL, 1998. p. 21-26.

⁸ Id., Ibid., p. 193-194.

⁹ PEDREIRA, Jorge. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir. **A Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 64-67.

oceano”. Além destes, o Brasil também fabricou “produtos para reexportação do Reino, [e] alimentos para a população metropolitana”¹⁰.

A importância do comércio entre América e Portugal ficou evidente no século XIX. A indústria lusitana foi o setor que mais sentiu a perda do domínio do mercado americano. Nas palavras de Arruda, “perdido o mercado brasileiro, evidenciou-se a incapacidade de estrutura técnica da indústria portuguesa para sobreviver num mercado de concorrência”¹¹.

Foi, contudo, nos setecentos que o processo de aceleração da produção colonial e união entre as partes do Império se consolidou. Ainda de acordo com Arruda, “marcante foi a transformação da agricultura brasileira no final do século XVIII [...], emergem pequenas e médias propriedades, diversifica-se o quadro produtivo, integram-se formas livres e semilivres de exploração do trabalho e, no limite, escravos africanos são utilizados na economia mercantil de subsistência”¹².

No caso de portos menores, como é o caso deste trabalho, o contato diário com as cidades portuárias maiores era necessário¹³. Parati e Angra dos Reis, por exemplo, mantinham comunicação diária com o porto do Rio de Janeiro. Os portos do Norte da capitania de São Paulo parecem ter tido a mesma ligação. Russell-Wood ressaltou, inclusive, que a movimentação costeira na América foi pouco estudada, havendo poucas descrições deste tipo de comércio¹⁴.

O comércio costeiro foi praticado, via de regra, para cumprir três funções: a troca de gêneros alimentícios da região periférica para o centro, a redistribuição de artigos importados do principal porto para os menores e, por fim, a exportação de efeitos específicos, como foi o caso do cacau no litoral baiano ou algodão no Maranhão.

A atividade mercantil em São Paulo também foi praticada por via terrestre, especialmente no tráfico de animais. A proeminência que a feira de Sorocaba adquiriu no século XVIII transformou as rotas meridionais da América. Elas foram mais povoadas por boiadas que partiam da região sul com destino a Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro¹⁵.

¹⁰ ARRUDA, José Jobson de Andrada. **Decadência ou crise do império luso-brasileiro**: o novo padrão de colonização do século XVIII. São Paulo: Revista USP, n. 46, 2000. p. 69.

¹¹ Id., *Ibid.*, p. 70.

¹² Id., *Ibid.*, p. 76.

¹³ Cf. RUSSELL-WOOD. A.J.R. Ports of colonial Brazil. In: KNIGHT, Franklin; LISS, Peggy. **Atlantic port cities**: economy, culture, and society in the Atlantic World (1650-1850). Knoxville, Estados Unidos: The University of Tennessee Press, 1991. p. 201-202.

¹⁴ Id., *Ibid.*, p. 217.

¹⁵ Cf. PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O Barão de Iguape**: um empresário da época da Independência. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.

O impulso ao comércio garantiu maiores possibilidades de acúmulo de capitais para os colonos. Através das trocas entre as diferentes partes do Império foi possível às famílias da América portuguesa alcançar fortuna, formando as elites locais. Ainda que participar da elite local não significava, necessariamente, ser possuidor de fortuna¹⁶.

Além disso, a centralização do poder, promovida inicialmente pelo Marquês de Pombal, também beneficiou as elites locais. Os homens bons que participariam da administração central depois de 1808 eram de famílias que “vinham se inserindo progressivamente nas estruturas de mando e governo da colônia”. Estas famílias foram detentoras de “cargos diversos e mercês”, formaram “redes familiares que permaneciam próximas ao governo central” e “apresentavam um histórico que revela uma base sólida e incontestável no que se refere às estruturas de mando e controle social e econômico já no século XVIII”¹⁷.

Segundo Fragoso, essas famílias formaram bandos de poder desde o início da colonização na América. Para ele, valendo-se do *status* de conquistador adquirido pelos principais homens de determinadas famílias, eles foram capazes de articular bandos de poder entre os principais da terra, formando a “nobreza principal”.

Ainda de acordo com o autor, “um conjunto de famílias era mais nobre se participasse de uma rede de alianças formadas, por exemplo, pelo provedor da Fazenda Real, por capitães de fortalezas e camaristas”. Através dessas alianças, formavam-se os bandos que, na definição dele, “implicava o acúmulo de recursos sociais, administrativos e políticos de seus integrantes”¹⁸.

Ana Paula Medici, ao estudar especificamente a capitania de São Paulo, percebe que a dinâmica social é a mesma. Nas palavras da autora:

Tal como ocorria em outras partes do Império português, esta prática permitiu à gente radicada em São Paulo recorrer aos governadores e à Coroa solicitando altas patentes, privilégios e mercês a que julgavam merecedores devidos aos serviços prestados na qualidade de ‘fiéis vassalos’¹⁹.

¹⁶ FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio. Cenas do Antigo Regime nos trópicos. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio (Org.). **Conquistadores e negociantes**: História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 20-21.

¹⁷ MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos de mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: Id., Ibid. p. 414.

¹⁸ FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: Ibidem, p. 33-120, citação p. 71.

¹⁹ MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos**: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822). 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 9.

Na América espanhola o processo foi muito semelhante. Na vila de Guanajuato, por exemplo, os mineiros tiveram um papel preponderante durante o período de 1660 até 1730. A partir de então, porém, os negociantes se estabeleceram como a principal elite do cabildo e dominaram as instâncias administrativas²⁰.

O que procuro estabelecer, resumidamente, são os impulsos régios para a produção agrícola e, ao mesmo tempo, as ramificações sociais deste processo. Através da documentação do Conselho Ultramarino é possível perceber os gêneros que foram incentivados e de que forma. E, nos maços de população de cada vila apreende-se a evolução, ou não, do cultivo destas mercadorias.

2.1 – Os gêneros para alimentação

No século XVIII estruturou-se o comércio de carne e produtos para alimentação pela capitania. A famosa feira de Sorocaba arquitetava diferentes ramos da mercantilização da carne e, nos mais diferentes espaços da América, fazia-se a produção de alimentos. Estes dois segmentos, para Blaj, são indícios do processo de desenvolvimento comercial na capitania de São Paulo²¹.

A expansão mercantil possibilitou à capitania desenvolver sua infraestrutura, ainda que precariamente. Em decorrência disso, novas estradas e paragens foram formadas em São Paulo, inclusive o novo caminho da piedade que unia as vilas do Norte com a capital fluminense²².

A tese central da autora, portanto, foi rejeitar os conceitos de “decadência” e “estagnação” que por muito tempo cercaram as análises historiográficas sobre a capitania de São Paulo. Para ela, se as vilas paulistas não esbanjavam riquezas, tampouco eram tomadas por miséria²³. Seus moradores eram capazes de articular redes mercantis, fazer valer seus interesses e, principalmente, servir ao Rei em busca de mercês²⁴.

Nos seiscentos, de acordo com Russell-Wood, muitos gêneros fizeram a travessia do Atlântico e foram exportados da América portuguesa para Lisboa. Ao todo, 125 diferentes

²⁰ ORTIGOSA, José Luis C. **Mineros en el cabildo de la villa de Guanajuato (1660-1741)**. Sevilha, Espanha: Anuário de Estudos Americanos, n. 63, Jan/Jun, 2006. p. 192-200.

²¹ BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2002. p. 159-168.

²² Id., Ibid., p. 261-276.

²³ Id., Ibid., p. 96-98 e 102.

²⁴ Id., Ibid., p. 297-302.

gêneros aportaram no Tejo. No século XVIII, o processo se aprofundou e as conexões entre os domínios da coroa foram multiplicados²⁵.

Através das ordens régias, verifica-se a importância que determinadas mercadorias passaram a ter em Portugal. A mandioca foi uma das principais culturas de primeira necessidade incentivadas pela Coroa.

Em 1795, o Secretário de Estado, D. Luis Pinto de Souza Coutinho, escreveu ao governador de São Paulo, Bernardo José de Lorena, explicando a necessidade de farinha de mandioca no Reino. Nas palavras do Secretário:

seria útil que V. S. desse as providências necessárias, para que a plantação da Mandioca aumentasse tudo quanto fosse possível, porque a esterilidade dos anos tem reduzido o pão neste Reino a um preço a que não podia chegar as pobres famílias [...] o que só poderia remedia-las se houvesse fartura de Farinha de pau por cujo motivo manda a mesma Senhora recomendar muito a V. S. a cultura da dita Mandioca, e que toda a que não for necessária para a sustentação das famílias dessa capitania, se mande conduzir para este Reino²⁶.

Em 1801, em ofício enviado a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o general Castro e Mendonça afirmou que estava praticando o estímulo à cultura da farinha em resposta às “repetidas Ordens que a este respeito [...] tem sido dirigidas”²⁷.

O período de desenvolvimento da economia paulista ficou no entorno do mercado interno. O contato com o Rio de Janeiro, aprofundado pelo comércio da farinha, feijão, arroz, gado e outros produtos, garantiu o crescimento econômico na ordem de 150% entre 1765-1808, segundo Fragoso²⁸.

Na vila de Cunha, no ano de 1789, foram 53 fogos listados que possuíam mais de dez escravos ou o dono do domicílio era oficial militar. Destes, quatro eram pequenos comerciantes e não plantavam. Os 49 domicílios produtores plantaram milho.

Os valores, quando especificados, são variados e não seguem um padrão aparente. Os donos dos maiores plantéis produziram em média 1409 alqueires e o outro grupo teve média de 1128 alqueires por domicílio.

²⁵ RUSSELL-WOOD. A.J.R. **Um mundo em movimento**: os portugueses na África, Ásia e América. Miraflores, Portugal: DIFEL: Difusão editorial, 1998. p. 199-200.

²⁶ "Ofício do Secretário do Estado sobre o cultivo da mandioca". 20.06.1795. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Aurora, v. 25, 1898. p. 135-136.

²⁷ "OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando que tem se dedicado ao fomento da plantação e exportação de farinha de mandioca para o reino" 15.12.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 18, D. 896.

²⁸ FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa ventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2ª ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1998. p. 135-141.

A especificidade que encontrei diz respeito à localização do domicílio. Os fogos da primeira companhia tiveram médias maiores de produção, enquanto as residências da segunda companhia, mais periféricas, tiveram médias menores.

O dono do maior plantel da vila, José Gomes de Siqueira e Mota, senhor de 35 escravos, produziu 2000 alqueires de milho, enquanto o maior produtor de milho foi o Capitão Luis Melo de Andrade que, junto com seus agregados, colheu 3020 alqueires de milho. Ainda assim, é interessante salientar que o gênero era bastante difundido na alimentação básica dos paulistas e a produção total da vila foi 56380 alqueires.

O feijão teve um desempenho similar. Ele também foi produzido na totalidade das residências, mas em volume inferior. O total colhido dele foi de 2774 alqueires. O maior produtor de feijão foi o senhor Francisco Pereira de Souza, dono de 17 escravos, que afirmava viver da lavoura. As médias de produção também foram muito parecidas, o grupo mais abastado teve média de 68 alqueires por fogo e o outro grupo ficou com 56 alqueires de média²⁹.

Ao que tudo indica, dez anos depois, a vila de Cunha sofreu um forte declínio na sua cultura de alimentos. Apesar dos incentivos régios, não houve o cultivo da mandioca ou a fabricação de farinha na vila. Além disso, a produção de milho ficou em poucos 518 alqueires.

O maior cultivador neste ano foi João Monteiro Ferros, senhor de 64 anos de idade e detentor de dezoito escravos. O dono da maior colheita de milho de dez anos antes, Luis Melo de Andrade, apareceu na lista de 1799 tendo obtido apenas dezoito alqueires de milho. Todavia, neste ano era fabricante de aguardente e dono de 31 escravos, maior plantel da vila.

Se a cultura do milho estava cambaleante e a do feijão encontrava-se em franca decadência. Somados os 37 fogos que cultivaram a semente, o volume foi de 71 alqueires apenas. Os maiores produtores colheram três alqueires.

Em 1803, a plantação volta a apresentar volumes apreciáveis. Todos os fogos dedicados à agricultura colheram milho. Ao todo, foram produzidos 30630 alqueires do grão, volume menor do que em 1789, mas muito superior ao de quatro anos antes. O maior agricultor foi Antonio Pereira da Silva, que fez 2000 alqueires do cereal com seus 25 escravos.

O feijão seguiu a mesma tendência. Todos os domicílios se dedicaram à semente. O volume total foi de 1912 alqueires, também menor do que em 1789, mas muito superior à produção de 1799.

²⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Cunha, 1789-1810: rolos 49-51.

A partir de 1808, entretanto, a vila de Cunha sofreu um processo de extinção da agricultura. Curiosamente, nenhum dos fogos listados apareceu com cultivo. Alguns afirmaram que eram agricultores e que tudo foi consumido na própria residência, porém nenhum forneceu detalhes da produção. A única exceção foi José Francisco de Macedo, agricultor, dono de 12 escravos que colheu nove alqueires de milho. Os outros quarenta fogos se dedicaram à fabricação de tocinho (31 fogos) e à criação de animais (12 fogos) ou não listaram a produção (9 fogos).

Jacareí era a vila da região Norte mais próxima de São Paulo. Em 1789, o mapa produzido encontra-se muito deficiente, e somente três páginas dele permanecem no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Por este motivo, a sistematização tem início em 1798³⁰.

Neste ano a vila tinha 3776 agricultores, segundo o mapa de ocupações do próprio maço de população. Destes, 24 fogos se encaixam nas balizas desta pesquisa.

Neste universo, 15 destinaram-se à agricultura, sendo que todos se dedicaram ao milho e ao feijão. Entretanto, somente seis residências listaram suas produções, e ao todo foram 1840 alqueires de milho e 137 de feijão.

O domicílio da senhora Maria de Leme obteve o maior quantidade de milho, com 800 alqueires. A viúva tinha 102 anos de idade e era dona de catorze escravos. Por outro lado, o alferes Lino José de Moreira, 40 anos de idade, foi o maior produtor de feijão, com 40 alqueires. Porém, ele só possuía oito escravos.

Em 1802, a situação mudou pouco. Pela proximidade de São Paulo, os homens de Jacareí se dedicavam numa maior proporção ao comércio. Liste 41 domicílios na vila, de acordo com os limites da pesquisa, porém, somente 17 se aplicavam à agricultura.

A produção do milho esteve presente em quinze fogos, fabricando 3928 alqueires do cereal. Porém, 2050 alqueires vieram da residência do Capitão da 4ª companhia das ordenanças, Joaquim Nogueira, e seus dez escravos.

Na produção de feijão, o número de fogos que se dedicaram à produção foi o mesmo. O volume, no entanto, foi de 237 alqueires somente e o maior produtor foi, novamente, o alferes Lino José de Moreira, com 40 alqueires.

Os dois fogos que não produziram milho e feijão, contudo, não listaram seus efeitos, por este motivo não foram contabilizados. O fogo do sargento João Leitões dos Santos não indicou o que foi cultivado, apesar de ele afirmar que “vive de suas lavouras”. E, da mesma forma, o capitão-mor Miguel de Siqueira, dono do maior plantel da vila com 34 escravos,

³⁰ Não utilizei anos próximos, como 1784, 1785, 1792, 1793 ou 1794 porque, assim como 1789, essas listas estão muito deficientes possuindo somente de 2 a 4 páginas.

sendo 25 africanos, afirmou que era possuidor de engenho e que vendia mantimentos e porcos, porém não concedeu detalhes.

O maço de 1808 desta vila não apresenta detalhes. Ele consiste, meramente, de uma lista dos moradores de Jacareí e de suas ocupações. Entretanto, a lista de 1810 volta a apresentar variadas minúcias.

Na vila havia 28 fogos que se encaixavam nas balizas desta pesquisa, contudo, somente quinze eram agricultores. Todos eles plantaram milho e feijão e, conforme o padrão das outras vilas, o volume de milho foi muito superior ao do feijão. O total de milho colhido foi 3675 alqueires e o de feijão, 427 alqueires.

O maior produtor de feijão foi o domicílio de Joaquim Frz. Nogueira, 49 anos, que era capitão da 4ª companhia e possuía 10 escravos. A quantidade total foi de 150 alqueires de feijão; além disso, ele colheu 200 alqueires de milho, 50 alqueires de arroz, seis arrobas de algodão e vendeu aguardente, não diz o volume, que lhe rendeu 40\$000 réis.

O maior volume de milho foi feito na residência de Antonio de Souza, 46. Ele era morador novo em Jacareí, havia se mudado de São Luis, mas era natural de Taubaté. Sua produção foi de 1500 alqueires de milho, 25 de feijão, 50 de arroz e 100 porcos. Além disso, seu plantel de escravos era o maior da vila, com 31 almas, incluindo três novos africanos³¹.

A outra vila comercial no interior da região Norte de São Paulo era Lorena. A vila, formada em 1789, não possuiu um maço no ato de sua ereção. Porém, em 1797, ela indicou sua tendência ao comércio. São 60 domicílios que se encaixaram no recorte desta pesquisa e, destes, 47 eram voltados à agricultura.

O milho e o feijão foram produzidos em 46 fogos, sendo que um deles está com a folha rasgada, por isso não é possível saber se eles plantaram ou não os alimentos. No caso do milho, o volume total da colheita foi de 26965 alqueires, enquanto o feijão ficou com 2170 alqueires.

O grande volume do milho se explica, provavelmente, pela criação de animais. O cereal também era usado na alimentação das bestas e, tendo em vista o nó de caminhos em que Lorena se constituía, é possível acreditar que os tropeiros faziam paradas na vila antes de seguirem viagem para Minas Gerais ou Rio de Janeiro.

O maior produtor de milho na vila foi Hilário Gomes de Nogueira. O domicílio deste senhor produziu 9000 alqueires do grão, 180 de feijão, 60 de arroz, 200 arrobas de açúcar branco e 50 arrobas de açúcar mascavo. Além disso, tinha “negócio de bois”.

³¹ Os dados da vila de Jacareí foram retirados de: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Jacareí, 1789-1810: rolos 97-99.

A quantidade de milho poderia ser explicada pelo grande plantel de escravos, 80 no total. Porém, seu vizinho, Luiz José e Almeida, era dono de 15 escravos, mas colheu 6000 alqueires de milho e comercializou porcos com o Rio de Janeiro. Logo, o volume de milho plantado parece ser correlacionado com a criação de animais.

Por fim, havia quatro produtores de milho que eram, ao mesmo tempo, envolvidos com a produção/comércio de gado. A média de milho colhido em seus domicílios era de 4425 alqueires. E, nos fogos que não participavam da criação/comércio de gado a média de milho produzido era de 220,5 alqueires.

Infelizmente, no maço de 1808 não se tem particularidades da situação de cada domicílio. Os únicos pontos abordados são o número de escravos que cada residência possuiu, o chefe dela e a principal atividade dele, em caso de militares as patentes são descritas³².

As listas nominativas de São Luis do Paraitinga não se adentraram em minúcias. Nos quatro anos sistematizados, 1789, 1797, 1802 e 1808, o máximo de detalhes observados foi a indicação da principal atividade do chefe da residência. Neste caso, salta aos olhos o crescimento de interesse na criação e comércio de animais.

Em 1802 são 16 produtores, dos quais, cinco são criadores de animais e outros cinco criadores de porcos, mas também possuem plantação. Seis anos depois o número aumenta. Foram sete os fabricantes de toicinho, ou algo relacionado à criação de porcos, enquanto outros quatro se dedicam à agricultura e aos porcos.

A explicação deste crescimento reside no valor dos porcos. O maço de população de 1802 tem, em anexo, um mapa dos preços correntes de gêneros naquele ano. Enquanto o valor do açúcar ficava na casa de 1280 réis a arroba, em média, o preço da arroba do toicinho era, em média, 1920 réis. E, o porco inteiro era vendido, em média, por 3200 réis a cabeça. Logo, um animal que podia ser criado com os restos da alimentação da família era mais valioso do que o açúcar branco fabricado³³.

Em Taubaté, última vila do interior analisada, a situação não diferia muito das demais. Eram 39 homens atuantes na plantação de algum gênero, no ano de 1802. Destes, todos colheram milho e um não cultivou feijão. A produção total do cereal foi na ordem de 7132 alqueires, volume parecido com o que havia sido encontrado na vila de Jacareí. No caso do feijão a quantidade colhida foi de 1460 alqueires.

³² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Lorena, 1789-1810: rolos, 113-117.

³³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de São Luiz do Paraitinga, 1789-1810: rolos 179-181.

Os maiores produtores de milho foram João Moreira da Costa, capitão, e Francisco Ramo da Silva, alferes. Interessante notar que nenhum dos dois senhores tinham dez escravos, Costa tinha cinco escravos e Silva possuía nove. Além disso, nenhum dos dois indicou estar envolvido com a criação de animais. Na verdade, ambos indicam ser agricultores, e o segundo afirmou ter engenho, porém não plantou cana-de-açúcar. Portanto, o milho colhido por estes senhores deveria ser usado no comércio interno entre as vilas do Norte.

No ano de 1808, Taubaté sofreu uma fuga de agricultores. O número de produtores ligados à terra diminuiu para trinta, dezoito plantadores de feijão e dezessete de milho e feijão, sendo que o restante colheu gêneros variados. O domicílio com o maior volume de ambos os gêneros foi de Dona Margarida Florinda. Esta senhora possuía 69 escravos, o segundo maior plantel da vila, colheu 800 alqueires de milho, 210 de feijão, 300 de arroz e dez arrobas de algodão³⁴.

Na vila litorânea de São Sebastião a situação era um pouco diferente. Em 1803, apesar de ter 59 fogos dedicados a algum tipo de gêneros ligados à terra, somente dezesseis cultivaram o milho. O volume total do cereal foi 188 alqueires e o maior produtor foi Apolinário Aires com 60 alqueires, fora os 100 alqueires de farinha e os 20 de feijão. Ele era, também, dono de dezesseis escravos e possuía engenho, no entanto, não listou açúcar ou aguardente.

O feijão, por seu turno, foi produzido em 45 domicílios e chegou ao volume total de 835 alqueires. O maior produtor de feijão foi Antônio Lourenço de Freitas, senhor de engenho, natural de Braga, dono de 55 escravos e, além da farinha e feijão, colheu 600 arrobas de açúcar branco, 100 arrobas de açúcar mascavo, 132 canadas de aguardente, 80 alqueires de arroz e 30 alqueires de milho.

Em São Sebastião, no ano de 1808, eram 26 agricultores, menos da metade apresentada cinco anos antes. A cultura do feijão foi praticada em 20 domicílios que, juntos, totalizaram 473 alqueires da semente. O maior produtor desse grupo foi João José da Silva Costa, Capitão e senhor de engenho, dono de 66 escravos, a segunda maior senzala da vila. Ele produziu 300 alqueires de farinha, 100 de feijão, 100 de arroz, 600 arrobas de açúcar branco e 51 canadas de aguardente.

Por fim, somente um produtor plantou milho. O senhor João Esteves colheu cinco alqueires do cereal, 93 alqueires de farinha, dez alqueires de feijão, seis arrobas de fumo e quatro arrobas de açúcar branco. Ademais, ele era dono de onze escravos.

³⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Taubaté, 1789-1810: rolos 200-207.

A decadência da agricultura em São Sebastião se manteve em 1810. Somente 21 fogos se dedicaram à plantação neste ano. O milho foi empregado por seis deles, e o volume ultrapassou os 42 alqueires. O feijão, por outro lado, teve dezesseis adeptos que conseguiram acumular 369 alqueires.

O maior produtor de farinha e feijão foi o senhor Manuel Correia de Mesquita. Este senhor era capitão-mor, nascido na freguesia de Serve, bispado do Porto, e, com seus 82 escravos, fabricou 450 arrobas de açúcar, 2700 canadas de aguardente, 600 alqueires de farinha, 80 alqueires de feijão e 50 alqueires de arroz³⁵.

Para finalizar, faltou delinear a produção de Ubatuba, também no litoral norte, todavia economicamente menor do que São Sebastião.

O maço de 1790 não apresenta detalhes, assim como o de 1788 e 1789 que não estão completos. Porém, em 1798 existem alguns detalhes interessantes.

Em primeiro lugar, eram 32 produtores ligados à terra. Em segundo lugar, o milho, foi plantado por 22 domicílios, num volume aproximado de 187 alqueires. Dois fogos, contudo, não detalharam a produção.

Em terceiro lugar, o feijão também foi cultivado por 22 senhores. A quantidade total da colheita foi mais de 270 alqueires. Apesar de um domicílio não ter exposto o tamanho da produção, os números eram superiores ao do milho.

Quatro anos depois se percebe que a economia ubatubense estava em franco regresso. Somente onze fogos se dedicaram ao cultivo. Nove se dedicaram ao milho e ao feijão. O volume total reportado foi de 210 alqueires e de 173 alqueires, respectivamente.

Ao final do período colonial, em 1808, o número de produtores passou a ser 28. Apesar de ser mais do que o dobro de seis anos antes, ainda era menor do que de dez anos antes. Dezoito destas residências fizeram 332 alqueires de feijão e somente um fogo plantou milho, colhendo seis alqueires.

Após o estabelecimento da família real e a abertura dos portos para todo o Império, especificamente no ano de 1810, havia em Ubatuba 21 produtores. Doze deles se dedicaram ao feijão, colhendo 113 alqueires, e quatro fogos cultivaram 57 alqueires de milho³⁶.

Para facilitar a visualização os dados acima, forneceram as duas tabelas seguintes.

³⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de São Sebastião, 1789-1810: rolos 183-185.

³⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Ubatuba, 1789-1810: rolos 212-215.

Tabela 2.1 – Variação dos volumes de milho nas vilas do Norte (1788-1810).

	Cunha	Jacareí	Lorena	Taubaté	São Sebastião	Ubatuba
1788/89/90	56380	-	-	-	-	-
1797/8	518	-	26965	-	-	187
1802/3	30630	3928	-	7132	188	210
1808	-	-	-	2543	5	6
1810	-	3675	-	-	42	57

Tabela 2.2 – Variação dos volumes de feijão nas vilas do Norte (1788-1810).

	Cunha	Jacareí	Lorena	Taubaté	São Sebastião	Ubatuba
1788/89/90	2774	-	-	-	-	-
1797/8	71	-	2170	-	-	270
1802/3	1912	237	-	1460	835	173
1808	-	-	-	641	473	332
1810	-	427	-	-	369	113

As tabelas não apresentam, de fato, nenhum dado novo, porém permitem visualizar a flutuação do volume dos dois gêneros destacados.

O primeiro ponto que fica claro é a falha nos detalhes da documentação. Vários são os anos em que os maços não apresentam as minúcias da produção. Em alguns casos, como Jacareí em 1808, eles só apresentam os nomes e as patentes militares. Uma das hipóteses para estes hiatos foi o fato de serem vilas periféricas, logo, o controle do comércio e da agricultura era menos rígido.

O motivo para isso é o objetivo que a administração buscava com as listas. No século XVIII, quando os maços de população foram instaurados, a preocupação era ter melhor conhecimento dos indivíduos disponíveis para o serviço militar. Buscou-se ter noção dos braços capazes de manter as disputas no Sul da América contra os espanhóis.

No século XIX, entretanto, o objetivo muda. Os administradores passam a querer compreender a sociedade que governavam. As listas passam a ter maiores detalhes quanto à vida e produção da população. Destoa desta regra a vila de Jacareí que, conforme citado, apresentou em 1808 uma lista puramente militar.

Maria Isabel Danieli trabalhou com os maços de população na sua tese e discorreu sobre a necessidade dos governadores pós-restauração de compreenderem a população, especialmente militarmente, sob suas ordens. Nas palavras da autora:

A origem dos maços de população está diretamente articulada com a importância que assumiram as companhias de ordenanças na reorganização militar da capitania de São Paulo, tendo sido empreendida pelo Morgado de Mateus entre 1765 e 1766, efetivando a sua reestruturação em meados de 1767. O processo iniciado pelo Morgado de Mateus na constituição da força militar na capitania de São Paulo, bem como o estado material que se encontrava a capitania, tecendo critérios específicos

na política do recrutamento militar, na escolha dos oficiais e demais componentes das ordenanças³⁷.

Em segundo lugar, a variação dos volumes garante um indicativo interessante. Durante o governo de Antônio José de Franca e Horta a produção de gêneros voltados para o abastecimento regrediu em Taubaté e São Sebastião, porém progrediu em Ubatuba.

No caso de Taubaté, a produção de milho e feijão caiu para menos da metade. E, em Ubatuba e São Sebastião, a produção de milho, que nunca foi de grande vulto, passou a ser menor do que uma dezena de alqueires. Porém, se em São Sebastião a colheita de feijão reduziu em torno de 50% entre 1802 e 1808, em Ubatuba ela praticamente dobrou de volume.

O último ponto diz respeito aos níveis de produção do milho. Pelo que se pode perceber, ele era muito mais difundido no interior do que no litoral. A explicação provável reside no comércio de bois e bestas, afinal, a necessidade alimentar dos homens do interior e litoral era igual, porém o gado só podia ser criado no interior.

Mais um ponto que influencia esta minha opinião é a geografia da produção. Apesar de o milho ser mais cultivado em todo o interior, as vilas de Cunha e Lorena era as maiores produtoras. Elas estavam situadas nos limites da capitania, eram paragens para os viajantes e, logo, deveriam estar em contato frequente com os tropeiros. Constituíam, portanto, uma importante fonte de alimentação para aqueles que estavam de passagem e, ao mesmo tempo, garantia mercado para aqueles que plantavam.

Resumidamente, acredito que a presença de gado influenciou a quantidade de milho que era plantado nos domicílios das vilas do Norte. Desta forma, o comércio de gado, capaz de estruturar redes mercantis da zona meridional da América até o Rio de Janeiro, também afetava o comportamento econômico-social dos homens do Norte³⁸.

Por fim, corrobora esta hipótese a tese de Danieli. Segundo a autora, o tropeirismo foi capaz de construir infraestrutura na parte Sul da Capitania/Província de São Paulo. Ela abordou os séculos XVIII e XIX em São Paulo e deu especial atenção à região do quadrilátero do açúcar, impulsionada pelo comércio de gado. Nas palavras da autora:

O persistente crescimento do comércio de muare e bovinos, a partir de meados do século XVIII, impulsionado pelo mercado consumidor da corte e pela expansão das atividades internas, faz deste comércio um espaço estratégico para a arrecadação

³⁷ DANIELI, Maria Isabel Basilisco Celia. **Economia mercantil de abastecimento e rede tributária**: São Paulo, séculos XVIII e XIX. 2010. 257 f. Tese (Doutorado em História Econômica)– Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2006. p. 80-81.

³⁸ De acordo com Maria Borrego o comércio de carne era o setor mais rentável da capitania paulista. Por este motivo, também, ele foi o mais taxado para a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. Cf. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil**: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). 2006. 339 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 85-90.

tributária [...]. Eles fazem também ressaltar uma outra faceta ligada à figura e à atividade do tropeiro como elemento impulsionador e difusor na infra-estrutura ligada aos caminhos do sul e peça chave do sistema tributário. [...] e o comércio de luar como construtores não apenas de um comércio interno, mas como os elementos necessários para a compreensão dos diversos aspectos da vida paulista entre o dezoito e o dezenove.³⁹

Pelos números apresentados percebe-se que havia formas de acumulação de capitais voltadas para o abastecimento interno. Em especial quando se verifica a quantidade de produtores que se dedicavam aos alimentos, ainda que não fosse o único cultivo que faziam.,

João Fragoso, em *Homens de Grossa Aventura*, afirmou que ao menos 60% dos paulistas se dedicaram ao cultivo de alimentos e, entre 1765-1808, a capitania teve um crescimento de 150%⁴⁰. Nas vilas do Norte a maioria dos agricultores, e eles eram a enorme maioria da população, plantaram alimentos conjuntamente com outros gêneros.

A dinâmica que Carlos Bacellar encontrou na vila de Sorocaba foi muito similar à das vilas do Norte. Segundo o autor, os homens de Sorocaba se envolviam com negócios de fazenda seca ou com o cultivo de alimentos, depois acumulavam capitais, patentes e diversificavam seus negócios⁴¹. No caso dos homens do Norte isto, explica por que, em muitos casos, eles possuíam diversos gêneros no mesmo domicílio.

Para identificar como este processo ocorria utilizarei o exemplo da vila de Taubaté. Em 1808, foram listados 35 fogos com proprietários de mais de 10 escravos ou possuidores de patentes de oficial. Estes domicílios tinham a seu dispor 752 escravos. Três fogos eram ocupados por negociantes e seus 32 escravos, no total. E, das 32 residências restantes somente sete cultivavam exclusivamente algum gênero. Em outras palavras, 21% do que pode ser considerada a elite de Taubaté era exclusivamente produtora de algum gênero, porém, os outros 79% tinham seus negócios diversificados⁴².

Outro exemplo interessante pode ser visto em 1802, também na vila de Taubaté. O fogo de Antonio Moreira da Costa é significativo para explorar as ramificações de negócios em que um homem bem estabelecido na vila do Norte podia atuar.

³⁹ DANIELI, Maria Isabel Basilisco Celia. **Economia mercantil de abastecimento e rede tributária**: São Paulo, séculos XVIII e XIX. 2010. 257 f. Tese (Doutorado em História Econômica)– Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2006. p. 3.

⁴⁰ FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Brasiliense, 1998. p. 135-141.

⁴¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001. p. 103-105.

⁴² O número de escravos envolvidos na produção de alimentos era, portanto, alto. Afinal, como um domicílio podia fabricar diferentes artigos, não é incomum uma residência que produzia artigos para alimentação ter muitos escravos. Cf.: FRAGOSO, João. op. cit., p. 119-121.

O senhor Costa era Tenente Coronel Miliciano, senhor de engenho, fazendeiro, agricultor e um dos maiores negociantes da região. Em poucas palavras, ele atuou em todos os segmentos produtivos e no comércio.

Ele produziu em sua residência açúcar, milho, feijão, arroz, farinha e aguardente. Além disso, vendeu na Praça do Rio de Janeiro animais, mas não informou maiores detalhes sobre esta operação. Ademais, fez comércio com Parati e Pindamonhangaba.

O açúcar foi vendido no Rio de Janeiro e rendeu cerca de 520\$000 réis. A aguardente foi vendida na própria vila e ele lucrou 20\$000 réis. Comprou diferentes artigos de fazenda seca no porto do Rio de Janeiro, gastou cerca de 5:600\$000 réis na Praça, mas não informou quanto lucrou na transação. Também comprou fumo em Taubaté, cerca de 600 arrobas por um preço total de 384\$000 réis, que foram revendidas no Rio de Janeiro, barganha que lhe garantiu o lucro de 100\$000 réis. Por fim, nos maços de população, ele ainda revelou que trouxe da Praça carioca 14 escravos, pagou por eles 2:240\$000 réis e revendeu-os pelo valor total de 2:640\$000 réis⁴³.

Maria Borrego afirmou em sua tese que os comerciantes de São Paulo não eram especializados. Um pequeno negociante poderia ter sesmaria, na qual cultivaria para o seu sustento e pequeno comércio. Este processo, verificado pela autora como corrente na sede da capitania, na primeira metade do século XVIII, não era, portanto, evento exclusivo das vilas do Norte, mas comum em toda a capitania⁴⁴.

Conforme esse exemplo, a maior parte da população produziu para o próprio consumo almejando auferir algum lucro com as sobras de sua produção⁴⁵, e isto sem contar a maior da população presente nos maços que não foi contabilizada por não se encaixar nas balizas desta pesquisa.

A dinâmica verificada na capitania, entretanto, não era exclusiva de São Paulo, nem mesmo da América portuguesa. Em Tucumán os pequenos comerciantes locais conseguiam, assim como os melhores negociantes, diversificar seus investimentos. Nas palavras da autora, “tanto unos como otros poseían una serie de bienes muebles e inmuebles de variada índole

⁴³ O comércio interno, apesar de ser quantificado em valores de espécie, circulava pelas capitanias em mercadoria. Cf.: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001. p. 110-127.

⁴⁴ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil**: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). 2006. 339 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 104-106 e 122-125.

⁴⁵ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, op. cit., p. 127-137.

que estarían indicando cierta diversificación en las inversiones; por otro lado, en ambos casos se observó la existencia de deudas activas y passivas”⁴⁶.

Ana Paula Medicci, em tese de doutorado recente, demonstrou que as rendas provenientes dos arremates de impostos e taxas da capitania de São Paulo eram indícios da prosperidade. Desta forma, perceber o aumento dos valores pagos nos arremates era verificar o progressivo interesse que se tinha na capitania. Para a autora isto fica claro quando se nota que o período dos governos de Lorena a Horta são de crescimento nas rendas, uma vez que a capitania estava desenvolvendo sua agricultura e comércio. Nas palavras dela:

Estes números demonstram que na virada entre os séculos XVIII e XIX a capitania de São Paulo passava por um período comercialmente próspero, no qual tanto no comércio de exportação atlântica promovido através das praças de Santos e do Rio de Janeiro quanto o comércio interno à América portuguesa, especialmente para as regiões originalmente mineratórias, ofereciam boas oportunidades aos negociantes ali radicados. O mesmo acontecia com as atividades agrícola e criatória, que por sua vez faziam aumentar a arrecadação das rendas reais envolvidas na produção e comercialização dos gêneros produzidos ou importados pelos paulistas⁴⁷.

Pelo que foi exposto neste tópico, através da documentação e da bibliografia, fica clara a importância que os gêneros de abastecimento interno tinham no Império português, mais ainda no século XVIII.

As vilas do Norte, apesar disso, não tiveram uma expansão na produção. A despeito das omissões nos maços populacionais, os volumes de alimentos colhidos nas vilas decresceram, com raras exceções.

2.2 – A cana-de-açúcar na virada do século XVIII

A cana-de-açúcar era o principal produto exportado pela América portuguesa. A crise no Haiti, as hostilidades entre Inglaterra e França e o aumento demográfico na Europa impulsionaram os preços dos derivados da cana-de-açúcar e incentivaram sua produção na América ao final do século XVIII.

Segundo Dauril Alden, esses diferentes fatores deram um renovado estímulo ao açúcar no Nordeste da América portuguesa e, inclusive, permitiram a expansão da planta para outras partes. Nas palavras do autor:

⁴⁶ PAROLO, María Paula. **Categorías ocupacionales y actores económicos**. Los sectores mercantiles em Tucumán (1800-1830). Boletim do Instituto de História Argentina e Americana. 3ª série, n. 27, 1º sem. 2005. p. 89-97, citação p. 91.

⁴⁷ MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 157-175, citação p. 159.

Estimulada por preços mais favoráveis, mormente no final da década de 1770 e nos anos 1790, aumentou significativamente o volume e o valor de suas exportações. A cana passou a ser cultivada em muitas capitanias, mas os principais centros exportadores continuavam sendo Pernambuco (junto com a Paraíba), a Bahia (e a capitania subordinada de Sergipe) e Rio de Janeiro; no final do período a cana era também cultivada em regime intenso na capitania de São Paulo⁴⁸.

Ainda para o autor, foram os preços atraentes e a construção da calçada do Lorena que incentivaram a produção na capitania paulista. As duas principais regiões produtoras foram as vilas litorâneas de Ubatuba e São Sebastião e o quadrilátero do açúcar⁴⁹.

Para aqueles que desejam estudar a produção canavieira paulista, a obra de Thereza Petrone é imprescindível. A autora discorre sobre os mesmos fatores para o impulso na cana-de-açúcar na capitania. Sendo essa a tese central de seu livro, ela desenha um panorama do complexo canavieiro e as consequências da cana-de-açúcar em São Paulo. Por este recorte, ela dá maior importância para as vilas do quadrilátero do açúcar, principal região exportadora do açúcar.

A fabricação do açúcar esteve presente em São Paulo desde o início de sua ocupação pelos portugueses e nunca se extinguiu. Porém, somente na segunda metade do século XVIII, mais precisamente no governo do Morgado de Mateus, que a indústria canavieira passou a exportar o gênero em volumes consideráveis.

Durante seu governo, o Morgado de Mateus conseguiu as primeiras exportações de algodão e açúcar, além de ter promovido, conforme já foi exposto, “a cultura de mantimentos, tais como, o milho, o feijão e o arroz”.

Se, como afirmou Alden, foi somente no governo de Bernardo José de Lorena que a exportação de açúcar teve valores expressivos isso se deveu às medidas do governador em benefício desta produção. Diferentemente dos seus antecessores, Lorena favoreceu a exportação, construiu a estrutura que possibilitava o comércio do gênero⁵⁰ e, através da sua influência no Reino⁵¹, garantiu a entrada do açúcar em Lisboa.

Em 1788, a galera Santa Rita, depois de passar mais de 20 meses no porto de Santos, partiu de São Paulo em direção a Lisboa. A demora no despacho da embarcação foi em consequência, nas palavras de José Antônio Apotineiro da Silva, Juiz de fora de Santos, “das

⁴⁸ ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia: 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, Brasília: FUNAG, 1998. p. 556-557.

⁴⁹ Id., *Ibid.*, p. 560.

⁵⁰ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968. p. 9-24, citação p. 16.

⁵¹ Cf. MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

intrigas de seus correspondentes e carregadores, pois tendo e prontificado carga para ela transportar, toda se extraviou deixando ficar a dita Galera exposta”.

O ofício do Juiz de fora foi acompanhado do Mapa da carga da galera. Neste mapa, reproduzido abaixo, é possível perceber a importância do açúcar. Porém, é digno de nota o preço da aguardente, do anil e do couro e o volume de exportação de arroz.

Tabela 2.3 – Mapa da carga da galera Santa Rita (1788)⁵².

Gêneros	Caixas	Feixos	Caixotes	Sacas	Couros	Barris	Pipas	Barricas	Arrobas	Preços	Importância
Açúcar F R	58	10							2320	1\$350	3:132\$000
Açúcar BB	3	1							140	1\$150	161\$000
Açúcar M		1							22	800	17\$600
Goma	6		2					8	400	640	256\$000
Arroz	1			600					4000	640	2:560\$000
Couro					733					1\$280	938\$240
Aguardente							60			36\$000	2:160\$000
Anil			1						4	22\$400	89\$600
Algodão				9					29	4\$000	116\$000
Melaço						15	7				380\$000
Soma	68	12	3	609	733	15	67	8	6915	Réis	10:074\$240

Em 1792, o capitão general Lorena enviou outro mapa de carga. Desta vez, o ofício tinha o objetivo de indicar os produtos que estavam presentes no corveta Senhor dos Passos e Santo Antônio, de propriedade de Jacinto Fernandes Bandeira.

Tabela 2.4 – Mapa da carga da corveta Senhor dos Passos e Santo Antônio (1792)⁵³.

Gênero	Caixa	Feixo	Caixote	Barrica	Barril	Saca	Quant.	Arrobas	Preço	Comporta
Açúcar F	122	22						5472	2\$000	10:944\$000
Açúcar R	20	8						966	1\$800	1:739\$700
Açúcar B	1							49	1\$600	78\$400
Açúcar Ra	3	1						139	1\$400	194\$600
Goma	2	10		10				85	480	40\$800
Arroz						669		3780	640	2:419\$520
Couros							786	361	870	808\$640
Sola							335		700	234\$500
Aguardente					10				Por	6\$400
Café			3			1		12	3\$200	38\$400
Soma	146	31	3	10	10	370	1253	11065		16:757\$760

O segundo mapa de cargas revela o aumento dos preços do açúcar. O açúcar fino possuía o mesmo valor do açúcar redondo em 1788. Porém, foi vendido por 2\$000 réis em

⁵² "OFÍCIO do juiz de fora da praça de Santos, José Antônio Apotineiro da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro sobre a ordem que mandou para que a galera Santa Rita continuasse a sua viagem para Lisboa; do aumento da produção da cultura do café, e da necessidade de expandir esta vila para melhor se fazer a arrecadação dos produtos comercializados para a Fazenda Real" 17.03.1788. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 532.

⁵³ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando os mapas da carga que transporta a corveta Senhor dos Passos e Santo Antônio". 15.02.1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 568.

1792, enquanto o redondo foi vendido por 1\$800 réis. Portanto, ambos estavam mais valorizados do que os 1\$300 réis por arroba de 1788.

As duas embarcações apresentadas possuíam tamanhos diferentes e carregavam quantidades variadas de produtos. Todavia, proporcionalmente, a segunda embarcação carregou mais açúcar do que a primeira: cerca de 59% da corveta foi ocupada com tipos variados de açúcar, enquanto 35% da galera Santa Rita foi ocupada com açúcar. Um dos motivos para a disparidade pode residir nas acusações feitas pelo juiz de fora de Santos, citado anteriormente.

A embarcação Senhora da Cana Verde partiu de Santos em direção a Lisboa em 1792. O navio carregou 29332 arrobas de diferentes produtos da capitania paulista e alguns do Rio de Janeiro. O açúcar representou mais de 88% do peso da embarcação, ou 21401 arrobas. Os preços dos quatro tipos de açúcar estavam elevados: 2\$100 réis para o fino, 1\$900 réis no redondo, 1\$700 réis no batido e 1\$400 réis no mascavo. Por fim, o valor do açúcar embarcado foi de 41:459\$400 de réis.

Além dos derivados da cana-de-açúcar, foram importantes gêneros de exportação o café e os couros. O segundo foi avaliado em 9:912\$000 réis – quando somando o couro comprado na Praça do Rio de Janeiro, também – e o primeiro em 320\$000 réis. Como se pode ver, o valor do café era muito menor e o cultivo ainda dava os primeiros passos na capitania.

Tabela 2.4 – Mapa da carga do navio Senhora da Cana Verde (1792)⁵⁴.

Gêneros	Caixas	Feixos	Sacas	Pipas	Barris	Quantidades	Arrobas	Preços	Soma
Açúcar F	310	2					12600	2\$100	26:040\$000
Açúcar R	130	1					5200	1\$900	9:980\$000
Açúcar B	33						1321	1\$700	2:247\$400
Açúcar M	57	2					2280	1\$400	3:192\$000
Arroz			500				3010	800	2:408\$000
Aguardente				7				40\$000	280\$000
Couro						1000	625	2\$200	1:400\$000
Do RJ						6077	3800		8:512\$000
Atanados do RJ						800		1\$200	960\$000
Café			200				100	3\$200	320\$000
Goma	1	2			420		396	750	297\$000
Miudezas									200\$000
Soma total	531	7	700	7	420	7877	29332	-	55:836\$400

⁵⁴ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho, informando que enviou o mapa da carga do navio Senhor da Cana Verde, de que é mestre Felix Carneiro dos Santos" 02.07.1795. AHU_ACL_CU_023, Cx. 12. D. 605.

No governo de Antônio Castro e Mendonça o preço do açúcar se manteve em alta. Num mapa enviado pelo governador, em 1797, ao conde de Linhares fica ressaltado o alto valor da mercadoria em Lisboa.

O navio Santos Mártires Triunfo do Mar carregou mais de 28276 arrobas de açúcar. O volume era de, aproximadamente, 78% do peso carregado na embarcação, e o valor do açúcar correspondia a 83% do carregamento.

Tabela 2.5 – Mapa da carga do navio Santos Mártires Triunfo do Mar (1797)⁵⁵.

Gêneros	Caixas	Feixo	Caixotes	Barris	Barodo?	Sacas	Qtds	Arrobas	Preços	Importância
Açúcar F	451	20	-	-	-	-	-	18560	2\$600	44:545\$200
Açúcar R	164	-	-	-	-	-	-	6960	2\$000	9:520\$000
Açúcar B	13	-	-	-	-	-	-	525	1\$800	1:963\$000
Açúcar M	54	-	-	-	-	-	-	2231	1\$400	122\$900
Goma	3	1	-	2	1	-	-	196	900	122\$400
Arroz	-	-	-	-	-	809	-	5002	800	4:001\$600
Couros	-	-	-	-	-	-	4189	2374	2\$000	1:948\$000
Sola	-	-	-	-	-	-	101	-	800	80\$800
Anil	-	-	10	-	-	-	-	45	2\$560	1:164\$800
Café	-	-	1	-	-	93	-	470	3\$200	1:504\$000
Taboas	-	-	-	-	-	-	600	-	600	360\$000
Miudezas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400\$000
Soma total	685	21	11	2	1	1000	4888	36112	-	65:732\$700

No mesmo ano, um pequeno bergantim partiu do porto de Santos em direção a Portugal. Por ser uma pequena embarcação, famosa por sua capacidade de manobra, agilidade e velocidade, não havia muito espaço para carregar efeitos da América. Mas o capitão José Lopes Gouvea aproveitou-se da aguada feita em Santos e abarrotou seu bergantim com os principais gêneros da terra: 30 caixas de açúcar fino, 10 de branco, 10 de redondo e 4 de mascavo, fora 350 caixas de arroz⁵⁶.

A corveta Santíssimo Sacramento, em 1801, também levou produtos de São Paulo para a Europa. Porém, três características da carga desta embarcação diferem das outras apresentadas. Primeiro, o preço do açúcar decaiu muito e o tipo fino, mais valorizado, foi negociado a 1\$500 réis por arroba, uma queda de 43% de seu preço. Em segundo lugar, o algodão teve o maior valor no comércio, com 4\$000 réis por arroba. E, terceiro, o preço do

⁵⁵ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que enviou o mapa da carga do navio Santos Mártires Triunfo do Mar, que vai da vila e praça de Santos para a Corte" 17.08.1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 683.

⁵⁶ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o envio do mapa da carga do bergantim Alegria, que segue viagem para Lisboa, de que é mestre José Lopes de Gouveia" 20.10.1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 685.

couro também decaiu muito, ficando em 1\$600 réis a arroba. Apesar da brusca queda nos preços, o valor total de exportação do açúcar representou mais de 85% do total.

Tabela 2.6 – Mapa da carga da corveta Santíssimo Sacramento (1801)⁵⁷.

Gêneros	Caixas	Sacas	Quantidades	Arrobas	Preços	Importância
Açúcar F	170			7650	1\$500	12:240\$000
Açúcar R	23			1058	1\$200	1:269\$600
Açúcar M	11			517	800	413\$600
Algodão		46		160	4\$000	540\$000
Arroz		22		132	600	79\$500
Couros			297	186	1\$600	298\$400
Café		35		132	3\$000	396\$000
Miudezas						400\$000
Total	204	104	297	9835		15:737\$100

A queda dos preços do açúcar não passou despercebida pela administração local ou pelos moradores. Castro e Mendonça enviou carta ao secretário de Estado afirmando que

A perturbação ocasionada neste do Brasil pela atual Guerra, veio cortar em flor as grandes esperanças que prometiam a sua maior prosperidade pelo numeroso estabelecimento de Engenhos de açúcar que no tempo do meu governo se haviam erigido (sic). Baixa o preço deste novo produto. E perde-se todo o equilíbrio de um ramo de indústria tão importante à nação porque iludidos os fabricantes com as primeiras vendas, e querendo meter maiores fundos em escravatura; não olham a exorbitante soma porque lhe vendem os negociantes das outras capitanias, e alguns desta. Estagna o comércio, fica sem preço o açúcar, e perdendo os escravos o valor que a conjuntura acidental lhes havia dado, apenas existem os novos engenheiros, mas sem meios para pagarem as dívidas contraídas⁵⁸.

Os privilégios requeridos pelo capitão-general nesta carta foram concedidos aos senhores de engenho de São Paulo. Aliviou-se, assim, o impacto da queda dos preços do açúcar. Porém, a situação em si não alterou.

No mesmo ano de 1801, alguns meses após o pedido do governador, saiu do porto de Santos o bergantim Grão Penedo do mestre José da Silva Neves. A pequena embarcação carregava açúcar e tipos de madeira. O preço do açúcar, como na embarcação anterior, continua em decadência: foi negociado a 1\$400 réis a arroba.

⁵⁷ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando o mapa da carga da Cruzeta Santíssimo Sacramento que partiu do porto de Santos com destino a Lisboa". 04.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 823.

⁵⁸ "OFÍCIO do governador de capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a queda de preço do açúcar e os prejuízos que esta vem causando aos proprietários de engenho desta capitania. Solicita os mesmos privilégios que foram concedidos aos produtores do Rio de Janeiro, pela provisão, de 26 de Julho de 1760" 02.05.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 845.

Tabela 2.7 – Mapa da carga do Bergantim Grão Penedo (1801)⁵⁹.

Gêneros	Caixas	Feixos	Taboas	Arrobas	Preço	Importância
Açúcar F	51			2550	1\$400	3:570\$000
Açúcar R	21			1054	1\$000	1:540\$000
Açúcar M	7			960	600	216\$000
Freixos		80		270	1\$900	378\$000
Madeira			700		400	280\$000
Soma						5:498\$000

A primeira embarcação a sair do porto de Santos no governo de Antônio José da Franca e Horta foi o navio Pensamento Ligeiro. Este barco, que saiu do porto paulista em 1803, tinha a pretensão de fazer escala em Pernambuco e depois seguir para a corte.

O capitão José Luiz Pereira, responsável por ele, demonstrou interesse pelos mesmos produtos que as embarcações antecedentes. Tipos variados de açúcar, arroz, algodão, café, couros e madeira, bem como outros gêneros em menor quantidade, foram carregados no navio.

A diferença, porém, reside no valor do açúcar. Em 1803, ao que tudo indica, este efeito recuperou uma parte de seu preço, o açúcar fino foi negociado a 1\$600 réis, o redondo a 1\$200 réis, o batido a 1\$000 réis e o mascavo a 800 réis a arroba.

Tabela 2.8 – Mapa da carga do Navio Pensamento Ligeiro (1803)⁶⁰.

Gêneros	Caixas	Feixos	Sacas	Dúzias	Quantidades	Arrobas	Preços	Importância
Açúcar F	341	15				3894	1\$600	22:225\$600
Açúcar R	37					1580	1\$200	1:896\$000
Açúcar B	23					1125	1\$000	1:125\$000
Açúcar M	19					852	800	681\$600
Arroz			37			218	1\$000	218\$000
Algodão			5			13	6\$000	78\$000
Café			57			275	3\$000	825\$000
Couros					120	72	1\$920	138\$240
Total	420	15	99	5	170	8029		27:727\$440

No mesmo ano, uma corveta também saiu do porto de Santos em direção a Lisboa. O pequeno barco carregava consigo açúcar – fino, redondo e mascavo –, aguardente, arroz e café. Os valores do açúcar ficaram no mesmo patamar, porém, o capitão Sabino José da Silva pagou um pouco mais caro pelo tipo redondo, 1\$440 réis a arroba. O comércio de aguardente,

⁵⁹ "OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o envio do mapa da carga do bergantim Grão Penedo que partiu do porto de Santos, fazendo escala no Rio de Janeiro, com destino a Lisboa" 13.10.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 885.

⁶⁰ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, enviando o mapa da carga do navio Pensamento Ligeiro, que partiu do porto de Santos com destino à Corte" 16.02.1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 19, D. 946.

por outro lado, parece não ter sido afetado. As 36 pipas do gênero foram vendidas para o capitão por 40\$000 réis cada, valor superior ao negociado na Galera Santa Rita em 1788⁶¹.

Em Junho de 1803, a cotação do açúcar continuava em recuperação. A galera Astrea transportou de Santos para Lisboa açúcares, couros e arroz. O capitão da embarcação, Vicente Joaquim de Macedo, pagou pelo açúcar fino 1\$800 réis por arroba, preço pouco inferior ao pago na década anterior.

Tabela 2.9 – Mapa da carga da Galera Astreia (1803)⁶².

Gêneros	Caixas	Sacas	Quantidades	Alqueires	Arrobas	Preços	Importância
Açúcar F	166				7836	1\$800	14:104\$800
Açúcar R	15				702	1\$200	842\$400
Açúcar M	50				2588	1\$000	2:588\$000
Arroz		200		600		2\$000	1:200\$000
Couros			5500			1\$600	8:800\$000
Total	231	200	5500	600	11126		27:535\$200

A comparação entre as importâncias transportadas pela Galera Astreia e o Navio Pensamento Ligeiro permite algumas constatações. Em primeiro lugar, o valor que ambas embarcações transportaram foram parecidos, com uma diferença de aproximadamente 200 mil réis. Em segundo lugar, o açúcar representou 93% do gasto do capitão José Luiz Pereira na terra, enquanto o capitão Vicente Joaquim de Macedo gastou 63% com tipos de açúcar. Não obstante, ele despendeu mais dinheiro com a compra de açúcar mascavo do que com redondo. Em terceiro lugar, o gasto com couro foi o segundo maior do capitão Macedo, atrás somente do açúcar fino, ainda que ele tenha pagado menos do que o capitão Pereira.

No ano seguinte, 1804, o Navio Pensamento Ligeiro voltou a Santos. Seu mestre José Luiz Pereira negociou mais uma vez na praça paulista, todavia, ele não embarcou algodão. Os gêneros transportados encontram-se na tabela seguinte.

⁶¹ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior sobre o envio pela corveta Nossa Senhora da Vitória, de que é capitão Sabino José da Silva, do mapa da carga que partiu do porto de Santos para cidade de Lisboa" 16.03.1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 19, D. 955.

⁶² "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior sobre o envio do mapa da carga da Galera Astrea, que partiu do porto de Santos em direção a Lisboa" 26.06.1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 20, D. 979.

Tabela 2.10 – Mapa da carga do Navio Pensamento Ligeiro (1804)⁶³.

Gêneros	Caixas	Feixos	Sacas	Quantidades	Arrobas	Preços	Importância
Açúcar F	347	5			15609	2\$400	37:462\$800
Açúcar R	42				1919	2\$000	3:838\$000
Açúcar BB	7				300	1\$800	530\$000
Açúcar B	41				1959	1\$600	3:135\$200
Açúcar M	44				1868	1\$400	2:615\$200
Arroz			735		4410	1\$000	4:410\$000
Café			10		38	3\$000	115\$500
Couros				48		2\$000	96\$000
Miudezas							400\$000
Total	481	6	745	48	26104		52:612\$700

O documento não apresenta o proprietário do navio. Contudo, após gastar mais de 27 contos com diferentes gêneros na capitania de São Paulo e Pernambuco, o Pensamento Ligeiro retornou para fazer nova transação no porto de Santos, despendendo mais 52 contos de réis na América.

O padrão de consumo manteve-se. O mestre José Luiz Pereira gastou grande parte de sua verba com açúcares, cerca de 90%. Ademais, nem mesmo a valorização de mais de 60% dos gêneros impediu Pereira de comprar quase três vezes mais na Praça de Santos.

O governador Franca e Horta levou a cabo o plano de ampliar o número de portos de destino para as produções paulistas. Ele acreditou que a demanda em Portugal não se resumia à cidade de Lisboa e enviou carta ao secretário de Estado, confirmando seu desejo de abrir uma linha de comércio com a cidade do Porto. Em 1805, a primeira embarcação com destino a esta cidade aparece na documentação.

O bergantim Desejada Paz, nome sugestivo para o período, partiu do porto de Santos em direção à Praça do Porto, em Janeiro de 1805. Além dos gêneros encontrados nas embarcações para Lisboa, relatadas acima, encontram-se diversos produtos de origem animal. Na tabela a seguir encontram-se os efeitos contidos na embarcação.

⁶³ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, José Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior sobre o envio do mapa da carga do navio Pensamento Ligeiro" 16.04.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1044.

Tabela 2.11 – Mapa da carga do Bergantim Desejada Paz (1805)⁶⁴.

Gêneros	Caixa	Saca	Feixo	Pipa	Quantidade	Barrica	Alqueire	Arroba	Preço	Valor
Açúcar F	100							5000	2\$400	12:000\$000
Açúcar R	20							1000	1\$800	1:800\$000
Açúcar B	15							700	1\$700	1:190\$000
Açúcar M	17							750	1\$600	1:200\$000
Arroz		800					2400		2\$400	5:760\$000
Café		60						230	4\$000	920\$000
Goma			2					10	1\$500	15\$000
Aguardente				4					50000	200\$000
Couros					1130				70	1:582\$000
Pontas de Boi					1400				40	56\$000
Banha						5		40	1\$400	56\$000
Sebo								60	1\$600	96\$000
Soma	152	860	2	4	2530	5	2400	7790	Réis	24:875\$000

Não foi somente o Navio Pensamento Ligeiro que retornou à capitania de São Paulo. Em maio de 1805, a galera Astreia retornou ao porto de Santos em busca de mais efeitos para a Corte. Os gêneros transportados foram os mesmos de antes, com adição da goma e café.

Tabela 2.12 – Mapa da carga da Galera Astreia (1805)⁶⁵.

Gêneros	Caixas	Feixos	Sacas	Ditas	Arrobas	Alqueires	Quantidades	Preços	Importância
Açúcar F	247				11277			2\$400	27:064\$800
Açúcar R	40				1888			1\$800	3:398\$400
Açúcar M	21				980			1\$400	1:372\$000
Açúcar F		27			335			2\$400	804\$000
Arroz			198		990			1\$200	1:088\$000
Café				55*	220			4\$000	880\$000
Couros							5022*	2\$000	(ilegível)
Goma	3					60		(ilegível)	85\$500
Total	311*	27*	198*	55*	15690*	60*	5022*		41:537\$600*

* O dado aparece no documento com deficiência de contraste.

A primeira viagem da galera deve ter resultado num razoável lucro para seus negociantes. Mesmo com os preços do açúcar em baixa, em 1803, eles retornaram dois anos depois dispostos a gastar 50% a mais nos efeitos paulistas.

Os preços dos tipos de açúcar negociados estavam em recuperação, portanto mais caros do que na primeira entrada da embarcação. Porém, isso não afastou o mestre Vicente Joaquim de Macedo. Somente em açúcares foram gastos 32:639\$200 réis, mais do que o total

⁶⁴ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio do mapa da carga do bergantim Desejada Paz, que partiu de Santos com destino ao Porto" 16.01.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1104.

⁶⁵ "OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de São Paulo] Antônio José de Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio dos mapas da carga de duas galeras a saber: galera Astreia, de que é capitão Vicente Joaquim de Macedo, e do bergantim Pastor, de que é capitão Manuel José da Rocha, que partiram do porto de Santos em direção à Corte e à vila da Figueira" 07.03.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1118.

da despesa anterior. Dessa maneira, despenderam-se 78% da importância da embarcação na compra de derivados da cana, contra 63% em 1803. Em outras palavras, enquanto a cotação do açúcar ascendia no porto de Santos a procura por ele também aumentava.

No mesmo ofício do governador Franca e Horta, além do mapa de transporte da galera, foi em anexo o mapa do carregamento do Bergantim Pasto, de quem era mestre Manuel José da Rocha.

O bergantim era menor do que a galera, portanto, tinha capacidade menor. De fato, a quantidade de efeitos levados por ele, embora muito menores, tinha a importância adicional de destinar-se à vila de Figueira, no extremo meridional de Portugal. Este fato indica os esforços da administração colonial em ampliar as redes de comércio dos negociantes paulistas.

Tabela 2.13 – Mapa da carga Bergantim Pastor (1805).

Gêneros	Feixos	Sacas	Quantidades	Arrobas	Preços	Importância
Açúcar	20			101	2\$400	242\$600
Arroz		750			7\$680	5:760\$000
Couros			40		2\$000	80\$000
Meios de sola			100		1\$120	112\$000
Total	20	750	140	101	Réis	6:194\$400

Os gastos feitos pelo mestre Manuel José da Rocha indicam que o interesse dos habitantes de Figueira era pelo arroz. O açúcar, é claro, foi embarcado, mas somente 101 arrobas do produto, cerca de 4% do valor gasto no Porto de Santos.

Outro exemplo da expansão mercantil de Santos, pelas mãos de Franca e Horta, reside na galera Mentor. A embarcação zarpou de Santos em março de 1805, levando consigo diversos gêneros. O total do capital empreendido em São Paulo foi de 29:897\$985, ou seja, não fugiu da média das outras galeras. Porém, foram oito tipos diferentes de açúcar envolvidos no negócio, além de pontas de bois, café, aguardente, farinha, goma, couros, banha, arroz, taboas e madeiras em geral⁶⁶.

Por consequência, os portuenses, ainda que cientes da importância do açúcar, não deixaram passar a oportunidade de terem acesso aos gêneros americanos sem ter os negociantes de Lisboa como intermediários.

Em maio de 1805, o conhecido mestre José Luiz Pereira, responsável pela embarcação Pensamento Ligeiro, estava novamente partindo do porto de Santos em direção a

⁶⁶ "RELAÇÃO de ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio do mapa da carga da galera Mentor, de que é mestre Felix Carneiro dos Santos, que partiu do porto de Santos com destino a cidade do Porto" 13.03.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1126.

Lisboa. Os principais gêneros no navio vão listados no quadro abaixo, porém, além destes, três gaiolas com diversos pássaros e pêssegos do Rio Grande foram enviados ao rei.

Tabela 2.14 – Mapa da carga do Navio Pensamento Ligeiro (1805)⁶⁷.

Gêneros	Caixas	Feixos	Dúzias	Sacas	Arrobas	Quantidade	Preços	Importância
Açúcar F	407	26			18715		2\$200	41:173\$000
Açúcar R	67				2972		1\$700	3:052\$400
Açúcar M	36				1608		1\$300	2:090\$400
Algodão				16	37		3\$200	118\$400
Arroz				1045			6\$960	7:273\$200
Café				18	69		3\$520	242\$880
Couros						5671	2\$000	11:342\$000
[ilegível]						1100	800	880\$000
Taboas			25				5\$000	125\$000
Total	510	26	25	1079	23401	6771	Réis	68:297\$280

Apesar dos preços mais acessíveis praticados em 1805, o responsável pela embarcação gastou mais ainda nos gêneros da terra. Ao todo, foram 68:297\$280 réis utilizados na compra de diversos produtos paulistas. Os efeitos mais significativos, afora o açúcar, foram o arroz e couro.

No ano de 1806, a embarcação Conceição Minerva foi enviada para Lisboa. Este navio, comandada pelo capitão Francisco de Sales Silva, embarcou açúcar, goma, arroz, couros, sola, anil e café.

O açúcar, mais uma vez, sofre das pressões externas, concernentes às guerras, e seu preço oscila para baixo. Desta vez, o açúcar fino foi negociado a 2\$000 réis a arroba. Ademais, os valores de açúcares e dos outros efeitos embarcados são próximos, 55% e 45% respectivamente.

⁶⁷ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio do mapa da carga do navio Pensamento Ligeiro, de que é mestre José Luís Pereira, que partiu do porto de Santos com destino a Lisboa" 02.05.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1151.

Tabela 2.15 – Mapa da carga do Bergantim Conceição Minerva (1806)⁶⁸.

Gêneros	Caixas	Feixos	Sacas	Quantidades	Arrobas	Preços	Importância
Açúcar F	185	33			8582	2\$000	17:165\$000
Açúcar B	69				3315	1\$600	4:984\$000
Açúcar M	16				727	1\$200	873\$000
Goma	3				115	1\$000	115\$500
Arroz			935		6077	900	5:469\$750
Couros				4775		2\$000	9:550\$000
Sola				242		800	193\$600
Anil		25			75	25\$600	1:920\$000
Café			46		220	4\$000	882\$000
Total	273	58	981	5017	18913	Réis	41:251\$850

Por fim, em junho de 1806 partiu de Santos o Navio Correta Vitória. Este barco transportou três tipos de açúcares, arroz, café, goma, anil e couro. Interessante que o padrão de compra foi parecido com seu antecessor, também de 1806.

É possível, portanto, que o padrão de compras tivesse se alterado na segunda metade da década de 1800, já que a produção alimentícia na Europa deve ter decaído com o aumento das hostilidades bonapartistas, inclusive com a declaração do Bloqueio Continental neste ano. Assim, coube à América a função de suprir as necessidades básicas dos lusitanos e aliados. Entretanto, esta é apenas uma hipótese que merece maiores análises e estudos para sua conclusão.

Tabela 2.16 – Mapa da carga do navio Correta Vitória (1806)⁶⁹.

Gênero	Caixa	Saca	Barril	[ilegível]	Quantidade	Alqueire	Arroba	Preços	Importância
Açúcar F	150						6900	1\$800	12:420\$000
Açúcar R	50						2300	1\$600	3:680\$000
Açúcar M	12						552	1\$200	662\$400
Arroz		400				1200	2600	2\$000	2:400\$000
Café		6					30	4\$000	122\$000
Goma	2		1				80	1\$000	80\$000
Anil				112			705	2\$400	1:692\$000
Couros					3724		3572	65	7:431\$580
Total	214	406	1	112	3724		16740	Réis	28:487\$980

Os catorze mapas das embarcações discriminados acima permitem constatar a flutuação dos preços de diferentes efeitos. O contexto europeu, a safra e os contatos mercantis eram os principais motivos para a variação do preço.

⁶⁸ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio do mapa da carga do navio Conceição Minerva, de que é capitão Francisco de Sales Silva, que partiu do porto de Santos com destino a Corte" 21.04.1806. AHU_ACL_CU_023, Cx. 27, D. 1237.

⁶⁹ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio do mapa da carga do navio Correta Vitória que, partiu do porto de Santos para a Corte" 28.06.1806. AHU_ACL_CU_023, Cx. 27, D. 1257.

Pablo Oller Mont Serrath, em dissertação defendida na USP em 2007, construiu uma tabela no segundo apêndice sobre os preços do açúcar. O autor utilizou os mapas das embarcações que saíram do porto de Santos para fazer o cálculo. A confecção da tabela, como o próprio autor explica, foi feita “por uma média anual simples dos preços indicados nos mapas das embarcações que levavam o produto daquele porto”.

Tabela 2.17 – Preço do açúcar, por arroba, no porto de Santos (1790-1801)⁷⁰.

Data	Açúcar Branco Fino	Açúcar Branco Redondo	Açúcar Branco Batido	Açúcar Mascavo
1790	-	1600	1300	960
1791	1650	1600	1450	1000
1792	2150	1950	1700	1450
1793	2100	1900	1700	1400
1794	2350	2050	1800	1550
1795	2250	1950	1650	1350
1796	1900	1700	1500	1200
1797	2400	2000	1800	1400
1798	2350	1700	-	1350
1801	1500	1100	-	700

Com a mesma lógica de Serrath, concebe-se a seguinte tabela.

Tabela 2.18 – Preço do açúcar, por arroba, no porto de Santos (1802-1806).

Data	Açúcar Branco Fino	Açúcar Branco Redondo	Açúcar Branco Batido	Açúcar Mascavo
1802	-	-	-	-
1803	1666	1280	-	1600
1804	2400	2000	1800	1400
1805	2342	1780	1600	1483
1806	1850	1600	1500	1250

A variação dos valores envolvidos na negociação do açúcar foi computada através dos mapas de carga de cada embarcação, conforme se apresenta na documentação do Conselho Ultramarino. Os preços revelam o valor das transações do gênero no porto de Santos.

Porém, as vilas do Norte eram muito mais ligadas aos comerciantes do Rio de Janeiro. Assim, para observar o comércio praticado nesta região busco os dados dos maços de população.

Os maços da vila de Lorena possuem muitos detalhes e estão, geralmente, em bom estado de conservação. No ano de 1797, os proprietários de fogos da vila apresentaram, além da produção, os valores pelos quais seus efeitos foram comercializados⁷¹.

⁷⁰ SERRATH, Pablo Oller Mont. **Dilemas & Conflitos na São Paulo Restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)**. 2007. 315 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Apêndice 2, p. 240-241, citação p. 240.

⁷¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Lorena, 1797: rolo 114.

Manoel Domingues Salgueiro, sargento-mor da 1ª companhia de ordenanças, por exemplo, produziu 40 arrobas de açúcar fino e 20 arrobas de mascavo, que vendeu por 1\$800 réis e 1\$200 réis a arroba, respectivamente.

O capitão Domingos Leal, o ajudante José Antônio Lopes, o tenente dos auxiliares Manoel Glz. Silva, Maria de Silveira, Luiza Francisca de Jesus, Francisco Coelho da Silva, Antônio José Maposo, também venderam açúcar na terra, pelo mesmo preço praticado pelo sargento-mor. Também fizeram comércio na terra José Marques da Costa e João Frz. da Siqueira, mas conseguiram cotações menores para açúcar fino e mascavo, 1\$700 e 1\$760 réis a arroba, respectivamente.

Por outro lado, Maria do Rego Bard., Hilário Gomes de Nogueira e Manoel Glz. Portugal destinaram seus açúcares, fino, redondo e mascavo, para o Rio de Janeiro. As cotações foram de 2\$000, 2\$300 e 2\$400 réis a arroba, respectivamente. Afora o açúcar fino, Hilário Gomes de Nogueira e Manoel Glz. Portugal comercializaram mascavo e conseguiram os preços de 960 e 1\$280 réis por arroba no Rio de Janeiro.

O único caso contraditório foi o fogo de Alexandre Alves. Este senhor indicou ter vendido seus dois tipos de açúcar para o Rio de Janeiro pelos preços de 1\$600 réis e 960 réis a arroba.

A situação revela um mercado mais favorável no Rio de Janeiro. Acredito que fatores como a participação em redes mercantis, influência na localidade, capacidade de negociação, qualidade do produto, período da venda, entre outros, devem ter influenciado as cotações conseguidas por cada domicílio.

Porém, a tendência que se revela era de valores mais favoráveis nos portos do que no interior. Situação que se explica pela demanda externa e maior capacidade financeira dos negociantes de grosso trato⁷².

Em alguns anos os maços de população fornecem informações pertinentes na questão de preços. Na vila de Lorena, em 1802, por exemplo, existem alguns mapas de exportação que indicam os destinos da produção lorenense⁷³. Os efeitos da vila tiveram três destinos: Rio de

⁷² Curioso, portanto, o fato de os produtores do Norte terem reclamado da restrição de Lorena para o comércio com o Rio de Janeiro, uma vez que os negociantes de Santos pagavam preços semelhantes. As reclamações, assim, deviam ser um ato político, no qual os produtores do Norte buscavam manter vivas suas redes clientelares com os cariocas, ignorando o potencial comercial de seus pares paulistas, da forma como indica Renato de Mattos. Cf.: PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968; MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

⁷³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Lorena, 1802: rolo 115.

Janeiro, Ilha Grande e Minas Gerais. Contudo, para a capitania mineira só foram 10 canadas de aguardente e sal. E, para Ilha Grande, foi feijão, milho, farinha e toicinho, em pequenas quantidades.

Portanto, o principal, e praticamente único, destino da colheita de Lorena foi a capitania do Rio de Janeiro. A primeira companhia de ordenanças indicou 40 arrobas de tabaco e 50 de toicinho, a terceira companhia exportou três animais, 33 arrobas de toicinho e 75 de tabaco, a sexta companhia enviou 772 arrobas de toicinho, 20 de anil, 40 de café, 510 de açúcar e 50 pipas de aguardente e, por fim, a oitava companhia vendeu cinco arrobas de tabaco, 28 de café e 182 de toicinho.

Neste mesmo maço, está presente o “mapa dos preços correntes na paróquia da vila de Lorena no ano de 1802”. Este mapa indica o maior valor comercializado na exportação do açúcar como 1\$600 réis a arroba, o menor 1\$000 réis e a média 1\$280 réis.

A vila de São Luiz do Paraitinga, por sua vez, era mais voltada à criação de animais do que à agricultura. Nem por isso ela deixou de exportar o gênero. No maço de 1802 está presente o “mapa de exportação dos produtos da Paróquia de S. Luiz do Paraitinga no ano de 1802”⁷⁴. Três portos foram os destinos dos efeitos luisenses: Rio de Janeiro, Parati e Ubatuba. Para o primeiro foram 4112 arrobas de toicinho, 3180 de fumo e 2000 de açúcar. Para Parati 752 arrobas de toicinho e 374 de fumo, enquanto para Ubatuba foram 168 arrobas de toicinho e 44 de fumo.

A cotação do açúcar em São Luiz ficou na média de 960 réis, tendo sido o maior valor pago 1\$280 réis e o menor 800 réis por arroba. As explicações para a menor importância despendida no açúcar luisense, considerando que em Lorena a média do mesmo ano foi de 1\$280 réis, podem estar na qualidade do açúcar ou na rede mercantil, uma vez que São Luiz era uma cidade menos abastada que Lorena.

Por fim, cabe ressaltar um caso desta vila. A única residência que apresenta a descrição “senhor de engenho” é a de José Herr. de Carvalho, natural de Taubaté e dono de 84 escravos. Na senzala deste senhor aparecem escravos de diferentes partes africanas como: Angola, Congo, Moçambique, Rebola, Ganga, Casanje e Camundá. Assim sendo, pelo tamanho do plantel e pela descrição feita, é crível que ele tenha sido o responsável pelas 500 arrobas de açúcar fabricadas na vila.

Em 1808, os colonos de São Luiz continuaram a se dedicar à fabricação de toicinho, prioritariamente. E, mais uma vez, os três gêneros exportados foram açúcar, toicinho e fumo.

⁷⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de São Luiz do Paraitinga, 1802-1808: rolo 180.

As médias dos preços, todavia, foram maiores. O açúcar foi negociado por 1\$280 réis a arroba, mas o maior valor pago foi 1\$600 réis e o menor 1\$120 réis.

Ao todo, exportaram-se 730 arrobas de açúcar, além de 1800 arrobas de toicinho, 2040 arrobas de fumo e 522 porcos inteiros para o Rio de Janeiro, mais 40 arrobas de toicinho e 769 de fumo para Parati e 118 arrobas de toicinho e 34 de fumo para Ubatuba.

Os homens de São Luiz importaram vinho, vinagre, sal, aguardente, algodão e algodão em rama para o consumo. O porto de Parati foi responsável pelos produtos do Reino: vinho e vinagre, além de parte do sal; Ubatuba completava a necessidade por sal. A vila de Pindamonhangaba vendeu para São Luiz 180 medidas de aguardente, assim como Taubaté, que comercializou 1020 medidas do produto e 60 de algodão em rama. Por fim, eles importaram de Jacareí 45 arrobas de algodão.

Apesar dos poucos produtores de vulto residentes em São Luiz, as finanças da vila, ao que tudo indica, eram muito prósperas neste período. O capital invertido em importações para o ano de 1802 na vila foi de 2:265\$200 réis e o total das exportações foi de 11:505\$700 réis. Em outras palavras, a balança comercial luisense era muito favorável.

Por fim, outro homem se destacou na vila. Foi o fogo de José de Alvarenga, senhor de engenho e dono de 85 escravos. Sua senzala contava com homens de Benguela, Casanje, Conguela, Angola, Rebola, Camanda, Congo e Moçambique. Além disso, ele foi responsável pelo envio de 700 arrobas de açúcar para o Rio de Janeiro, das 730 arrobas totais exportadas.

Na vila de Taubaté as informações referentes aos volumes da produção aparecem nos maços de 1802⁷⁵ em diante. Porém, não existem mapas de exportação ou importação. Os efeitos derivados da cana-de-açúcar foram 3032 arrobas de açúcar, 25 barris e 25 canadas de aguardente.

Ademais, o principal produtor de açúcar da vila foi o seu capitão-mor Manuel Correia Bitencourt, com 500 arrobas fabricadas, mais milho e feijão. Este senhor de engenho era dono de 36 escravos e indicou ter exportado seu açúcar para o Rio de Janeiro.

Anos à frente, em 1808⁷⁶, os maços dão sinais de que a colheita estava a todo vapor, com 4750 arrobas de açúcar colhidas e mais de 120 barris de aguardente produzidos. E, o maior fabricante do gênero foi Francisco Moreira da Costa.

⁷⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Taubaté, 1802: rolo 204.

⁷⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Taubaté, 1808: rolo 206.

Este senhor constitui um caso interessante. Além de senhor de engenho, ele era reverendo da vila e fazendeiro. Também foi o dono do maior plantel da vila neste período, com 70 escravos em sua senzala.

De acordo com Thereza Petrone, as vilas litorâneas ao Norte seriam melhores produtoras do que ao Sul. Nelas era possível cultivar açúcar e arroz, além de “café, anil, mandioca, milho, feijão e algodão”; a centralidade da produção residia em Ubatuba e São Sebastião⁷⁷. No ano de 1798, na vila de Ubatuba⁷⁸, porém, somente dois domicílios apresentaram a produção do açúcar.

O engenho do ajudante Domingos dos Santos produziu 140 arrobas do gênero, nove arrobas de mascavo e fabricou três pipas de aguardente. Fora isso, ele colheu também 150 alqueires de farinha, peixes, milho e feijão.

O outro engenho em funcionamento na vila foi o do capitão João Baptista. Este senhor, que se autointitulou “roceiro”, fabricou 31 arrobas de açúcar fino e 11 de mascavo. Além disso, só produziu farinha.

Dois fatos se destacam nestes senhores. O primeiro diz respeito ao fato de que ambos tinham poucos escravos, treze e oito respectivamente, mas apresentavam patentes nas ordenanças. E segundo, o capitão indicou que sua produção foi vendida no Rio de Janeiro. A proximidade do porto de Ubatuba com Parati e a Praça do Rio de Janeiro favorecia este comércio.

Entretanto, foi na fabricação de aguardente que a vila se dedicou. O domicílio de Antônio José de Cabral, com apenas seis escravos, produziu duas pipas de aguardente. Domingos dos Santos, como já foi dito, fabricou três pipas do gênero. O capitão José Lopes, com nove escravos, fez uma pipa e um barril do efeito. E, o sargento-mor Diogo de Escovar Ortiz, dono de treze escravos, fabricou 11 pipas de aguardente, que foram mantidas em armazém próprio.

Neste ano de 1798, no maço de população há um mapa comparativo do gêneros da vila de Ubatuba. Ele sugere que 171 arrobas de açúcar fino, 20 de mascavo e mais de 20 pipas de aguardente foram fabricadas na vila.

Ao todo, 31 arrobas de açúcar e 11 de mascavo foram exportadas, mas não há indícios sobre a aguardente. Os destinos de ambos os produtos foi o Rio de Janeiro, Ilha

⁷⁷ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968. p. 25.

⁷⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Ubatuba, 1798: rolo 213.

Grande ou Parati, ou seja, a capitania carioca. O mapa dos preços praticados na exportação, todavia, não apresentou os dados para os dois efeitos.

Na lista de 1802, a situação pouco se alterou⁷⁹. O único senhor a perfazer açúcar foi o ajudante Domingos dos Santos, vinte arrobas no total, mas ele também produziu duas pipas de aguardente. Ademais, ele colheu 194 alqueires de farinha e 4000 peixes.

As engenhocas, por outro lado, eram mais difundidas na vila. A “dona” Rosa Luiza de Aguierre fez uma pipa, farinha, feijão, milho, e fumo, com seus 19 escravos. O senhor Antônio Afonso Pereira tinha doze escravos e produziu oito pipas de aguardente, além de 16 alqueires de farinha, cinco de feijão e seis de milho.

As produções de outros senhores são muito semelhantes. Ignácio Nunes Pereira colheu farinha, milho e feijão, além de duas pipas de aguardente. José Barbosa da Silva fez um barril de aguardente, mais farinha, feijão, milho e algodão. E João Vilela, nascido em Parati, fabricou oito pipas de aguardente, além de milho, feijão, arroz e café. Este senhor foi, também, o único produtor de aguardente com mais de 20 escravos, 44 no total.

A cultura da cana-de-açúcar, apesar de letárgica em Ubatuba, ainda era exportada. No mapa comparativo há o indício das 20 arrobas feitas na vila, mas também de 136 arrobas do produtos consumidos internamente e mais 50 arrobas exportadas. Por outro mapa, o de exportação, as cinquenta arrobas de açúcar aparecem exportadas para Santos.

Em 1808⁸⁰, a cana-de-açúcar passou a ser utilizada somente na feitura de aguardente. Foram três pipas feitas na residência do ajudante Manuel Alvez de Moura, vendidas no Rio de Janeiro, e uma pipa fabricada por Antônio Alvez Louredo, vendida na “terra” por 32\$000 réis.

Os senhores, de acordo com o sobrenome, deveriam ter algum parentesco. Pela diferença de idade, o alferes Manuel tinha 79 anos e o ajudante Antônio tinha 42, acredito que eram tio e sobrinho. E, desta forma, devem ter fabricado a aguardente na mesma engenhoca, tendo um cedido o uso para o outro.

A última vila analisada, e a maior do litoral Norte, é São Sebastião. O primeiro maço a conceder detalhes sobre a produção é de 1803 e corresponde com as expectativas⁸¹. Os domicílios que se dedicaram ao açúcar fino foram 34, vinte fabricaram açúcar mascavo e 22 produziram aguardente. A quantidade de açúcar fino gerada foi 6038 arrobas e 529 arrobas de mascavo. Além disso, foram feitas 11763 canadas de aguardente.

⁷⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Ubatuba, 1802: rolos 213.

⁸⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Ubatuba, 1808: rolo 215.

⁸¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de São Sebastião, 1803: rolo 184.

O tenente coronel Julião Moreira foi o principal açucareiro. Com seus 69 escravos ele fez 1000 arrobas do gênero e mais 100 arrobas de mascavo, 300 alqueires de farinha, 20 alqueires de feijão, 16 alqueires de arroz e 154 canadas de aguardente; parte dela foi vendida para Santos.

Por outro lado, o maior fabricante de aguardente foi o sargento-mor Manoel Correia de Mesquita. Dono do maior plantel de escravos da vila, 84 no total, ele fez 10 pipas de aguardente e mais 550 arrobas de açúcar, 30 arrobas de mascavo, 150 alqueires de farinha e 50 alqueires de feijão. Outros detalhes foram listados: ele era natural do Bispado do Porto e sua aguardente foi vendida em Santos.

A agricultura em São Sebastião, contudo, parece ter encolhido no governo de Franca e Horta. Em 1808⁸², os números apresentados pelos três gêneros derivados da cana-de-açúcar são menores do que anteriormente. Ao todo, são doze produtores que fizeram 2283 arrobas de açúcar, onze que, somadas as produções, fizeram 4806 canadas de aguardente e somente um produtor que fabricou 26 arrobas de açúcar mascavo.

A maior quantidade de açúcar foi conseguida pelo capitão João José da Silva Costa, dono de 66 cativos. Sua residência gerou 600 arrobas de açúcar, 51 canadas de aguardente, 300 alqueires de farinha, 100 alqueires de feijão e 100 alqueires de arroz.

A aguardente, por sua vez, foi feita em maior quantidade por duas mulheres. A “dona” Maria Barbosa fez seis pipas de aguardente, além de 100 alqueires de farinha e 20 de feijão. Aliás, sua senzala possuía doze escravos. E, Anna Pinheira, que não possuía a denominação “dona”, mas tinha 27 escravos e produziu 150 arrobas de açúcar, seis pipas de aguardente, 30 alqueires de farinha e três de feijão.

O açúcar mascavo foi feito por outra “dona”. Antônia Margarida, de 62 anos, natural da Ilha de São João, era senhora de engenho e tinha 91 escravos, o maior plantel da vila e um dos maiores da região. Ela fabricou 310 arrobas de açúcar, 26 de mascavo, 55 canadas de aguardente, 500 alqueires de farinha, 30 alqueires de feijão e 25 alqueires de arroz.

Conforme apresentado no tópico anterior, resta analisar por meio de tabela o volume da produção das vilas do Norte. O quadro 19 reproduz os números apresentados nas listas nominativas para o açúcar fino. As vilas de Lorena, Taubaté, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião e Ubatuba permitem algumas verificações.

Tabela 2.19 – Volume de colheita de açúcar nas vilas do Norte, em arrobas (1797-1810)⁸³.

⁸² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**, Vila de São Sebastião, 1808: rolo 185.

⁸³ Os maços de população se encontram em diferentes situações no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Jacaref, por exemplo, teve maço muito deficiente em 1797, optei, portanto, por utilizar o de 1798. O maço de

	Cunha	Jacareí	São Luiz	Lorena	Taubaté	São Sebastião	Ubatuba
1797	-		-	1662	-	-	
1798		-	-				171
1802			2000	480	3032		20
1803	300		-			6038	
1808	-	-	730	-	4750	2283	-
1810	-	-	-		1955 ⁸⁴	2205*	-

* Um domicílio não indicou a quantidade de açúcar fabricado.

Em primeiro lugar, o período de 1802 a 1808, ou seja, durante o governo de Franca e Horta, só foi favorável à agricultura taubateana. Para as outras vilas foi um período de debacle da fabricação do efeito.

Em segundo lugar, a abertura dos portos, após a chegada da família real no solo americano, não resultou em grandes inversões ou mudanças na agricultura. As vilas de Taubaté e São Sebastião mantiveram seus esforços no açúcar, com tendência ao declínio. E, ao mesmo tempo, as vilas de Ubatuba e Lorena, que já tinham focado em outros gêneros, não retornaram ao açúcar.

Tabela 2.20 – Volume de colheita de açúcar mascavo nas vilas do Norte, em arrobas (1797-1810).

	Cunha	Jacareí	São Luiz	Lorena	Taubaté	São Sebastião	Ubatuba
1797	-		-	376	-	-	
1798		-					-
1802		-	-	70	-		-
1803	-					529	
1808	-		-	-	-	26	-
1810	-	-			-	65*	-

* Um domicílio não indicou a quantidade de açúcar mascavo fabricado.

A fabricação do açúcar mascavo não teve grande amplitude na região. As três tendências que podem ser captadas são: a diminuição do produto em Lorena no governo de Mello e Castro, a retração da fabricação em São Sebastião no governo de Franca e Horta e, em seguida, a recuperação do segmento pós-abertura dos portos.

Contudo, os dados são poucos e o açúcar mascavo, de qualquer forma, não devia ter grande aceitação nem no mercado, uma vez que era um tipo menos nobre do gênero, nem entre os agricultores, posto que necessitava da construção do engenho da mesma forma que o fino.

O próximo quadro mostra as flutuações da aguardente. Este efeito demandava menores recursos para sua fabricação, pois a construção da engenhoca era mais acessível que do engenho completo. Ao mesmo tempo, ela tinha grande aceitação por todo o Império, era

1802, apesar de estar sistematizado, não passa de uma lista militar sobre os homens moradores da vila. Basicamente, os anos que estão preenchidos em preto são os quais não foram sistematizados e os quais possuem um hífen é porque foi sistematizado, mas não apresenta produção do gênero.

⁸⁴ Muitos agricultores e senhores de engenho taubateanos reclamaram aos recenseadores das geadas ocorridas no período.

apreciada pelos escravos e população livre e, ainda que fosse feita a importação de aguardente e vinho do Reino, supria a necessidade do dia-a-dia da casa-grande.

Tabela 2.21 – Quantidade de aguardente produzida nas vilas do Norte, em canadas (1797-1810) ⁸⁵.

	Cunha	Jacareí	São Luiz	Lorena	Taubaté	São Sebastião	Ubatuba
1797	-		-	51271,5*	-	-	
1798		150*					3650
1802		174	2000	18680*	2025		4490
1803	200*					8600	
1808	-		1280	-	9618	3546	840
1810	-	166*			3608*	9748*	-

* Um domicílio não indicou a quantidade de aguardente fabricada.

Os ganhos possíveis com o efeito fizeram com que todas as vilas se dedicassem a ele. Até em Cunha, que se dedicou à criação de animais mais do que à agricultura, fez-se uma tentativa de produzir a cachaça. E, Lorena foi a principal produtora da bebida.

Pelos mapas de exportação é possível verificar o preço pelo qual ela era negociada. Em 1797, a aguardente teve como maior preço pago 22\$000 réis a pipa e o menor preço 16\$000 réis, sendo a média 18\$000 réis. A título de comparação, a aguardente importada do Reino no mesmo ano teve como preços 12\$800 réis no máximo, 10\$800 no mínimo e média de 11\$200 réis por pipa⁸⁶.

Ao final do governo de Castro e Mendonça, a queda nos preços foi geral. Na vila de Lorena, por exemplo, a aguardente passou a ser negociada por barril, sendo que os valores ficaram por volta de 1\$200 a 900 réis e a média 1\$000 réis.

Não foram somente os efeitos derivados da cana-de-açúcar que tiveram queda. Por exemplo, em 1797, o café foi negociado por 3\$900 réis a arroba, 2\$650 réis em média e 1\$920 no mínimo, mas o preço em 1802 era de 1\$600 réis a arroba, 1\$280 réis em média e 1\$000 réis no mínimo, por arroba.

Alguns senhores conseguiam bons negócios individualmente. Hilário Gomes Nogueira, por exemplo, já citado anteriormente e conseguiu bons preços para seus efeitos. Sua conexão no Rio de Janeiro valia a pena; ele enviou para esta Praça 400 arrobas de açúcar

⁸⁵ A unidade de medida padrão em Portugal, no século XVI adiante, era a canada, equivalente a 2 litros da bebida. Porém, nem todos os fogos informaram as produções nesta medida. Alguns utilizaram o barril e outros a pipa. Porém, esta equivalia a cerca de 210 canadas e o barril era próximo de 80 canadas. Para mais: Cf. MONTEIRO, Paulo. **The Nautical archaeology of the Azores: Barris, baldes e selhas em arqueologia.** Disponível em: <<http://nautarch.tamu.edu/shiplab/01monteiro/Barris01.htm>>. Acesso em 11 set. 2011.

⁸⁶ Há um grande contraste neste mapa de exportação. Segundo Roquinaldo Ferreira, o mercado angolano pagava cerca de quatro vezes mais pela geribita metropolitana do que pela produzida na América, no século XVII. Cf. FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria. (Org.). **O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 346

fino, 50 arrobas de açúcar redondo, 20 de mascavo e 50 canadas de aguardente que lhe renderam 200\$000 réis.

O contato próximo com o Rio de Janeiro, todavia, não era exclusivo de grandes agricultores. O sargento Francisco Antônio do Rosário, por exemplo, possuía somente um escravo e colheu 50 alqueires de milho, 20 de feijão e 30 de farinha, mesmo assim ele vendeu sua produção no Rio de Janeiro e lucrou 12\$800 réis.

A vila de Taubaté também oferece exemplos interessantes. Em 1802, Claudio José de Camargo, tenente-coronel, dono de 23 escravos, oito deles provenientes de Benguela, vendeu sua produção de açúcar para o Rio de Janeiro e faturou 58\$000 réis.

Camargo também trabalhou como negociante da vila. Ele comprou dos produtores locais açúcar e fumo e os revendeu na Praça carioca. Por outro lado, aproveitou sua estadia na capitania fluminense e comprou gêneros de fazenda seca, que revendeu quando voltou à vila.

José Gomes de Almeida não possuía posto nas ordenanças, mas era dono de 30 escravos. Sua safra de 1801 contava com 450 arrobas de açúcar, vendidas em 1802 no Rio de Janeiro. Os valores, porém, não foram explicitados.

Outros, entretanto, faziam o comércio local. Lourenço Garcia Toledo era agricultor, mas tinha seu engenho em construção. Ele colheu diversos gêneros, incluindo quatro arrobas de algodão que foram vendidas na própria vila, o que lhe rendeu 25\$600 réis. O alferes Francisco da Cunha Souza era dono de 24 escravos e fez 30 arrobas de café que foram vendidas localmente rendendo 52\$800 réis.

O aumento na fabricação de aguardente se explica pela necessidade constante de mão-de-obra. Roquinaldo Ferreira afirmou que a fase comercial do tráfico negreiro nos sertões africanos se confundiu com a introdução, em Angola, da cachaça de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. A geribita, como era conhecida, era indispensável na aquisição do escravo. Ela fazia parte do “pacote de mercadorias trocadas por escravos”.

A vantagem para os agricultores paulistas estava no baixo custo da produção. Possuir e manter uma engenhoca era muito menos custoso do que um engenho completo. Nas palavras de Ferreira, “sendo praticamente um subproduto do açúcar dos engenhos, apresentavam grande vantagem devido ao baixo custo de produção”⁸⁷. Os ganhos conseguidos com a aguardente giravam em torno de 25% do lucro bruto dos engenhos.

⁸⁷ FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria. (Org.). **O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 346.

A importância da bebida em Angola só aumentou. No final do século XVIII, período desta pesquisa, “70% dos prédios de Luanda eram formados por tabernas cuja principal atividade era vender geribitas”⁸⁸. O reflexo da demanda por aguardente se dava, também, nos preços dos escravos. Segundo Ferreira: “No principal mercado fornecedor de escravos para Luanda, a feira de Kassanje (Casanje nos maços), os preços de 1792 mostram que bastavam sete litros (trinta frasqueiras) [três canadas e meia] de geribitas para adquirir um escravo considerado de excelente qualidade”⁸⁹.

Apesar da importância da aguardente, tanto como porto seguro dos fabricantes em período de crise quanto como mercadoria de troca por escravos nos sertões africanos, o açúcar era o produto mais importante comercialmente para a região.

Abaixo reproduzo o resumo de engenhos da capitania de São Paulo, conforme consta na documentação.

Tabela 2.22 – “Resumo geral dos Engenhos que existem nas Vilas de Serra acima desta capitania de São Paulo desde o ano de 1793 até o ano de 1798 com o nº de escravos nelas ocupados, e seu rendimento anual”.⁹⁰

Vilas	1793			1794			1795		
	Nº Enge	Escravo	Arrobas	Nº Enge	Escravo	Arrobas	Nº Enge	Escravo	Arrobas
Taubaté									
Lorena	1		200	1		200	1		200
Cunha				1	23	10	1	23	15
São Luiz									
Pindamonhangaba	1	28	150						
Guaratinguetá				5	19	980	9	41	980
Sorocaba	4	150	1880	4	168	1680	6	226	2440
Itu	57		35894	66		52452	79		14940
Porto Feliz	7	95	1580	9	137	2630	14	181	3955
Piracicaba							1	33	200
Atibaia				1	9	30	1	9	30
Mogi mirim	1		14	2		140	5		362
Jundiaí	2	5	700	6	16	1600	6	26	1616
São Carlos	5	12	1790	8	60	2330	11	75	3988
Total	78	320	41708	103	427	61402	134	614	28126

⁸⁸ FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria. (Org.). **O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 347.

⁸⁹ Id., Ibid., p. 350.

⁹⁰ "MAPAS com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo" post. 1798. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 698.

Vilas	1796			1797			1798		
	Nº Enge	Escravo	Arrobas	Nº Enge	Escravo	Arrobas	Nº Enge	Escravo	Arrobas
Taubaté	2	37	66	4	44	165	10	114	496
Lorena	3		619	5		1097	27	442	1968
Cunha	2	42	66	3	54	36	3	54	810
São Luiz				1	63	600	5	103	1400
Pindamonhangaba	6	65	325	7	76	431	10	98	1165
Guaratinguetá	21	133	1602	43	274	2930	65	392	7879
Sorocaba	9	293	4890	11	317	2518	14	365	6671
Itu	100		51479	104		61940	104	2106	64611
Porto Feliz	27	388	12170	34	549	17010	42	725	27110
Piracicaba	2	42	340	3	65	550	2	42	700
Atibaia				2	49	70	4	77	129
Mogi mirim	12		909	19		1528	25	205	2497
Jundiaí	7	38	2660	9	62	2834	13	210	2820
São Carlos	18	124	6246	27	177	10086	35	588	15503
Total	209	1162	80872	272	1730	101795	359	5521	126659

Os números permitem verificar que as quantidades envolvidas na fabricação de açúcar pela região Oeste da capitania eram mais significativas do que a área Norte. Contudo, e é neste fato que a pesquisa se centra, houve o aumento da produção da mercadoria nas diferentes vilas do Norte.

A mercantilização das vilas ocorrida no período final da década de 1790, conforme constatado pelo resumo, impactou a economia norte de São Paulo. As vilas passaram a se adequar com a demanda externa e, também, puderam ter acessos aos variados gêneros manufaturados do Reino, entre outros produtos do Império. Além disso, foi através da inserção do açúcar na região que houve a dinamização econômica deste espaço.

Para a autora Lucila Herrmann, a mudança entre a cultura de subsistência, praticada até 1775, e a plantação de cana-de-açúcar foi rápida, não existindo “períodos marginais” de transição⁹¹.

Segundo a autora, até 1775, as listas nominativas da vila de Guaratinguetá indicavam uma massa popular pobre que sobrevivia através da subsistência, sendo os ajudantes na colheita somente os agregados. A partir de 1776, porém, “em 742 fogos de Guaratinguetá 190” possuíam escravos, “embora em pequeno número”⁹².

Apesar do acúmulo de capital neste período, através do açúcar e aguardente, somente em 1798 a denominação “senhor de engenho” passou a ser utilizada na vila. Nas palavras de

⁹¹ HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômicas; Edição Fac-Similada, 1986. p. 57.

⁹² Idem, *Ibidem*, p. 53.

Herrmann, não havia ainda “uma noção de valor social presa à situação econômica do senhor de engenho”⁹³.

No aspecto econômico, a principal mudança ocorrida na vila foi a inserção de artigos de luxo provenientes do Reino. Mais uma vez nas palavras da supracitada, “se nos anos anteriores vinha da Corte somente o sal, a pólvora, os tecidos modestos, no ciclo dos engenhos, de ano para ano, as mercadorias finas e os artigos de luxo começam a penetrar”⁹⁴.

A invasão do elemento servil também esteve presente. Num primeiro momento ele foi incorporado na região para aumentar a colheita de gêneros de abastecimento, em seguida, quantidades maiores de escravos foram retirados dos sertões africanos com destino às vilas do Norte para suprir a carência de mão-de-obra nas lavouras. A especialização na cana-de-açúcar e mercado externo gerava a necessidade de escravos em abundância, fator dispensável na economia de subsistência.

As giribitas, neste caso, tiveram papel fundamental. Como já foi dito anteriormente, ela teve um papel estruturante no tráfico de escravos nos sertões africanos, conseguia 25% a mais de lucro nos engenhos e era quatro vezes mais barata do que a aguardente do Reino⁹⁵. A produção das vilas do Norte, portanto, mesmo que sua exportação não chegasse ao sertão de Angola, servia para amainar a demanda regional.

Além disso, os mapas de exportação indicaram a exportação da maior parte da aguardente fabricada para o Rio de Janeiro. Assim, creio que a giribita era utilizada na compra de escravo na Praça carioca e de lá era exportada para a África, em busca de mais mão-de-obra. Entretanto, no rol de documentos pesquisados não encontrei menção sobre a movimentação específica das mercadorias das vilas do Norte.

Os escravos representavam 29% da população de Guaratinguetá no ano de 1798. Em 1805, porém, eles passaram a ser 36% da população; número que só aumentou, chegando a 42% em 1829. Herrmann afirma que tanto a urbe quanto a zona rural demandavam escravos, a primeira para serviços pequenos e a segunda para mão-de-obra na lavoura. Contudo, a demanda por braços na área rural teve um aumento maior do que na zona urbana. Em algumas regiões da vila de Guaratinguetá, especialmente o Sul que era voltado para os engenhos de

⁹³ HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômicas; Edição Fac-Similada, 1986. p. 54.

⁹⁴ Id., *Ibid.*, p. 56.

⁹⁵ FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria. (Org.). **O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 346-150.

açúcar, a população negra chegou a ser 51% da população, sendo 36% escravos e 15% livres⁹⁶.

A atração exercida pelos canaviais não levou para Guaratinguetá somente a população negra, mas também a população branca. A imigração de homens e mulheres livres de diferentes partes da capitania de São Paulo, principalmente das vilas vizinhas, foi intensa no período. Ademais, pessoas de regiões mineiras e cariocas se destinaram a Guaratinguetá, assim como colonos de “Lisboa, Vila de Príncipe, Alentejo, São Miguel, Guimarães e São João da Foz”. Voltarei a este assunto no capítulo seguinte, mas para perceber a imigração nas outras vilas da região Norte da capitania de São Paulo⁹⁷.

Esta atração influenciou a disputa por terras na vila. Em pouco tempo novas hierarquias sociais foram sendo forjadas. O topo delas era ocupado por homens possuidores de terras, porém não eram necessariamente largas porções de terra. Além destas, estes senhores eram donos de grande número de escravos e produziam açúcar em engenho próprio, destoando da maioria da população. Era deste segmento da população que saíam os capitães-mores, sargentos-mores e outros ocupantes de postos nas ordenanças e cargos burocráticos, especialmente as vereanças.

A segunda camada populacional em importância era constituída pelos possuidores de terras, mas donos de poucos escravos. Eles produziam algo além de sua subsistência e, em certos casos, possuíam pequenos engenhos ou engenhocas em suas propriedades. Assim como a elite da terra, eles eram acompanhados de agregados e parentes que sobreviviam através da subserviência. Esta segunda camada, ainda que menos importante que a anterior, era atuante nas vilas e alguns estão presentes neste trabalho⁹⁸.

As elites paulistas se estabeleceram de maneira parecida, pelo que pude perceber. Assim como em Guaratinguetá, um dos principais nomes de Sorocaba, Salvador de Oliveira Leme, iniciou sua trajetória como negociante de fazenda seca com atuação na região Oeste da capitania, nas cercanias de Sorocaba, em meados do século XVIII.

Bacellar fez um estudo centrado na vila de Sorocaba. Em seu estudo, a figura de Salvador de Oliveira Leme aparece como modelo da acumulação de capitais e expansão de negócios mercantis em partes da capitania paulista. Nas palavras do autor:

Partindo de suas atividades com fazenda seca, Salvador de Oliveira Leme pôde acumular o suficiente para financiar outros comerciantes, ao mesmo tempo em que expandia seus negócios. Entre a década de 1760 e a de 1770, aparece na

⁹⁶ HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômicas; Edição Fac-Similada, 1986. p. 59-60.

⁹⁷ Id., Ibid., p. 60.

⁹⁸ Id., Ibid., p. 65-66.

documentação como procurador, arrematador de impostos do Registro de Sorocaba e, finalmente, capitão-mor. Como comerciante, residia na vila, num sobrado, e adquiriu terras para fazer lavouras e pastos para suas tropas. Significativamente, a lista nominativa indica a reprodução de animais como uma provável atividade, que lhe havia rendido, no ano de 1772, 60 bezerros e 10 potros⁹⁹.

Os negócios de Salvador permitiram a seus filhos e filhas casamentos vantajosos. As alianças matrimoniais buscaram adicionar elementos de outras famílias importantes da cercania de Sorocaba, processo aprofundado por seus netos. Em síntese, “Salvador de Oliveira Leme, seus filhos e respectivos cônjuges constituíram um importante e sólido clã familiar, ricos e influentes na sociedade sorocabana”¹⁰⁰.

Os dois exemplos citados, Guaratinguetá e Sorocaba, servem para demonstrar que o processo visto nas outras vilas do Norte não foi caso isolado, já que era parte de um movimento maior que ocorria no Império português. O aprofundamento da mercantilização intracolônial e a transferência da centralidade econômica do Império para o Atlântico-Sul influenciou decisivamente o desenvolvimento mercantil e social da região Norte da capitania de São Paulo.

2.3 – Os outros produtos para exportação

Apesar da importância do açúcar, outros gêneros ganharam destaque no contexto do início do século XIX. O algodão era cada vez mais cultivado para alimentar as indústrias europeias de tecidos manufaturados. O arroz incrementava o prato dos ibéricos. O anil estava presente nas fileiras por matéria-prima da manufatura lusitana. E os negreiros da África Ocidental tinham um crescente interesse pelo fumo. Estes foram produtos que tiveram sua colheita incentivada pela Coroa e deram frutos nas vilas do Norte paulista.

2.3.1 - Tabaco

Dauril Alden indicou que a agricultura na América portuguesa foi incentivada pela monarquia não somente através da legislação, mas também pela criação de estruturas que favorecessem a produção e comércio. Este foi o caso do fumo.

Este artigo era monopolizado pela capitania da Bahia que era detentora de 90% do volume exportado. Portugal representava uma grande parcela da exportação e o fumo de

⁹⁹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001. p. 105.

¹⁰⁰ Id., Ibid., p. 107.

melhor qualidade era enviado não só para Lisboa, mas também para cidades da Itália, do Norte da Alemanha, da Espanha e, em alguns momentos, para cidades da França. O fumo de menor qualidade, por outro lado, era levado à África e trocado por escravos¹⁰¹.

De certa forma, o tabaco não parece ter sido largamente promovido na capitania de São Paulo. Nos documentos do Conselho Ultramarino, por exemplo, no período de análise o fumo não é citado. Contudo, em 1776, houve a troca de correspondência entre Luiz Garcia de Carvalho, o governador Martim Lopes Lobo de Saldanha e o sargento-mor de São Luiz, acerca desta cultura. Luiz Garcia afirmou ter recebido a carta do governador e do sargento-mor e já estar tomando as devidas providências para aumentar o cultivo do tabaco na vila de Taubaté. Além disso, este senhor mostrou-se preocupado com a qualidade do gênero. Segundo ele, os agricultores de Taubaté tinham pressa pela colheita e acabavam retirando a planta muito cedo, diminuindo a qualidade do produto final e reduzindo o crédito do efeito no mercado. Assim, para melhorar o conceito dado ao fumo paulista ele passou aviso à câmara de Taubaté para que os agricultores fossem presos em caso de descuido com a produção¹⁰².

Entretanto, no século XIX ainda existem indícios da produção de fumo em algumas vilas paulistas. Em Taubaté, em 1802, dos agricultores listados, somente três afirmaram que colheram a planta. O sargento e agricultor João Evangelista de Camargo tinha quatro escravos, dois de Benguela, e colheu 81 alqueires de milho, 42 alqueires de feijão, 4 arrobas de algodão e 80 arrobas de fumo que foi vendido no Rio de Janeiro, gerando para ele 80\$000 réis.

O alferes José Correia de Siqueira tinha sete escravos e uma produção similar ao de João Evangelista. O alferes fabricou 100 alqueires de milho, 16 alqueires de feijão, 20 alqueires de arroz e 105 arrobas de fumo. A família Siqueira era importante na vila de Taubaté; alguns membros dela, por sinal, são listados constantemente por apresentarem diversos postos nas ordenanças. Este senhor, no caso, também exportou o fumo para o Rio de Janeiro, porém não indicou valores.

Por fim, Thomas da Vila Nova Guedes, sexagenário sem posto nas ordenanças, tinha 23 escravos. Gerou, entre outros, 80 arrobas de fumo que foram vendidas na própria vila por 64\$000 réis. Percebe-se, como já foi indicado no caso da aguardente, que o mercado local pagava menos pelos artigos do que os comerciantes cariocas.

¹⁰¹ ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia: 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, Brasília: FUNAG, 1998. p. 561-564.

¹⁰² "Para o Prático da cultura dos fumos Luiz Garcia de Carvalho". 19.10.1776. **Documentos Interessantes para História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado, v. 76, 1954. p. 138.

Ainda neste maço é possível perceber outros detalhes. Existem “contas das produções e rendimentos de 1802” divididos por companhias¹⁰³. Infelizmente, nem todas as companhias têm estas contas explicitadas, mas as duas presentes no maço já possibilitam alguns constatações. Em uma delas, afirma-se que o fumo “feito e vendido” totalizou 1175 arrobas que renderam 835\$520 réis, tendo sido consumidas na vila 80 arrobas do mesmo. Além disso, o documento afiança que 16 arrobas foram vendidas para Parati por 16\$000 réis, 170 arrobas foram vendidas no Rio de Janeiro por 170\$000 réis, e havia 150 arrobas na Praça do Rio de Janeiro para vender, mas ainda não tinha conseguido comprador.

Em outra dessas “contas”, vê-se que a venda de fumo chegou a 1368 arrobas, tendo exportado 747 arrobas para o Rio de Janeiro e 30 arrobas para Parati. As arrobas que foram para a primeira representaram 40\$000 réis somente, e as da segunda renderam 33\$600 réis. É provável, portanto, que nem todo o volume levado para as vilas tenha sido vendido.

O vestígio mais importante que estas contas deixaram, todavia, foi a possibilidade deste efeito ter sido mais produzido pela camada popular da vila de Taubaté. A forma como sistematizei os maços de população desconsidera imensa parte da população que sobrevivia em pequenas propriedades rurais com poucos escravos e que não fazia parte da administração local, nem mesmo das ordenanças. Entretanto, os três senhores que listei produziram somente 265 arrobas do artigo, sendo que as contas afirmam que o volume total dele na vila foi de 2543 arrobas.

O artigo não sumiu da pauta taubateana e, em 1808, ele ainda era produzido por alguns senhores da vila. O alferes José Correia de Siqueira aumentou sua fabricação para 200 arrobas de fumo. Não contente, ainda expandiu sua produção para outros artigos tais como 12 alqueires de amendoim, 20 alqueires de farinha, além de rapaduras, um subproduto do açúcar. Tanto o fumo quanto a rapadura foram vendidos no Rio de Janeiro por 150\$000 réis e 46\$000 réis respectivamente. A quantidade de escravos em sua propriedade também aumentou para uma dezena.

O domicílio de Pedro Telles, 16 escravos, também fabricou 160 arrobas de fumo e fez 150 alqueires de milho e 32 de feijão. Os dois senhores foram acompanhados pela agricultora Maria do Nascimento, dona de 24 escravos e um “sitio que planta mantimentos” que, além dos alimentos, fez 30 alqueires de arroz e 70 arrobas de fumo.

¹⁰³ Interessante notar que esta divisão da vila em Companhias não era o usual. Normalmente, listavam-se por freguesias o território de uma vila. Resta afirmar que todas as oito companhias estavam sob o controle do mesmo capitão-mor.

Os maços de Jacareí, conforme afirmei, não são muito detalhistas. Apesar disso, eles destacam a união da família Siqueira na região, já que, em 1810, outro membro deste clã, Miguel Martins de Siqueira, capitão-mor da vila, dono de 15 escravos, inclusive oito recém-incorporados da África, também plantou fumo. Em sua propriedade ele colheu 200 alqueires de milho, 50 alqueires de feijão, 60 alqueires de arroz, dez arrobas de algodão, 100 arrobas de café e 200 arrobas de fumo. Os dois últimos artigos foram vendidos no principal porto carioca e renderam 552\$000 réis, pois a arroba de café estava cotada neste porto a 2\$000 réis e o fumo estava cotado em 1\$760 réis.

Em São Luiz, o agricultor Diogo da Silva Prado, natural de Taubaté, fabricou 42 arrobas de fumo com seus 18 escravos, provenientes de duas partes africanas: Benguela e Monjolo. Mas, assim como em Taubaté, documentos anexos às listas nominativas indicam volumes maiores para o artigo. No caso de São Luiz, o mapa de exportação informa que foram vendidos para o Rio de Janeiro 3180 arrobas de fumo, mais 372 arrobas para Parati e outras 44 arrobas para Ubatuba. Os preços correntes do efeito, porém, eram pequenos: 800 réis no máximo, 640 réis no mínimo e 720 réis de média.

Na mesma vila, em 1808, a situação pouco se alterou. Somente duas residências indicaram algum contato com o efeito. José Alexandre Gomes de Gouvêa era capitão, dono de sete escravos e filho do capitão-mor da vila José Gomes de Gouvêa Silva. Seus escravos, provenientes de Angola, Benguela, Rabelo e Casanje, fabricaram 350 arrobas de toicinho e 150 arrobas de fumo. A outra residência era do negociante Manoel José Pereira, que comprava toicinho e fumo dos produtores locais e os vendia no Rio de Janeiro. Tratava-se, portanto, de um intermediário do comércio regional.

Mais uma vez o mapa de exportação contrasta a lista nominativa. O mapa de exportação deste ano revela uma exportação de 2843 arrobas de fumo: 2040 para o Rio de Janeiro, 769 para Parati e 34 para Ubatuba. E, o volume apresentado pelos agricultores da elite não é o mesmo apresentado no mapa de exportação, dinâmica parecida com a vista em Taubaté.

Em Lorena, os volumes apresentados são ainda mais divergentes. Não encontrei, no ano de 1797, uma única residência que se encaixe nas balizas da pesquisa e que tenha fabricado fumo. No entanto, o mapa de exportação da paróquia de Areias, parte do território de Lorena, indicou o comércio de 92 arrobas de tabaco. E, no mapa de exportação da paróquia de Piedade, também território de Lorena, outras 132 arrobas de tabaco foram exportadas para a Praça do Rio de Janeiro. De resto, no “mapa comparativo” das duas paróquias, há a

informação de que foram produzidas 270 arrobas do gênero; destas, 46 arrobas foram consumidas na própria vila e o restante, conforme exposto acima, foi exportado.

Em 1802 ocorre o mesmo processo. Nenhum dos domicílios listados indica ter plantado tabaco, porém os mapas de exportação das companhias mostram que o artigo foi comercializado. Somando as quatro companhias que anexaram os mapas, têm-se 177 arrobas de tabaco exportadas para o Rio de Janeiro, único destino do efeito. Ainda assim, o artigo valorizou no mercado e passou a custar 1\$000 réis a arroba no máximo, 850 réis de média e 640 réis no mínimo. Em 1808 não houve listas ou mapas anexados ao maço; não é de se espantar, portanto, que não houvesse vestígios do artigo na vila.

Nas duas vilas litorâneas da região Norte, o padrão de colheita se manteve. Em Ubatuba, no ano de 1798, não houve um único agricultor que tivesse indicado a fabricação de fumo ou a plantação de tabaco em seu domicílio. Contudo, no “mapa comparativo” e no “mapa de exportação”, ambos os gêneros são listados. No primeiro mapa, o tabaco aparece como tendo sido exportada toda sua produção, 27 arrobas, porém não há dados sobre o fumo. No segundo mapa, tabaco e fumo aparecem divididos, o primeiro foi exportado para São Sebastião, todas as 27 arrobas, enquanto o segundo foi exportado para Rio de Janeiro, Parati e Ilha Grande, 64 arrobas no total, sem distinção entre os três portos.

Na tabela relativa aos preços dos produtos exportados, anexa às listas nominativas, reside o valor com que era comercializado o tabaco, mas não há o mesmo dado sobre o fumo. Nesta, o maior preço pago pela arroba do cultivo foi 3\$200 réis, tendo sido o menor preço e também a média 3\$000 réis.

Em 1802 o fumo parece ter se espalhado pela vila. A “Dona” Roza Luzia de Aguirre, 56 anos, era senhora de 19 escravos e colheu 130 alqueires de farinha, 16 alqueires de feijão, 20 alqueires de milho, uma pipa de aguardente e 92 arrobas de fumo. O último, como consta na lista, foi produzido no ano anterior. Esta senhora, possuidora do único domicílio com mais de 10 escravos que se preocupou em fabricar o fumo, foi responsável por 92 das 157 arrobas totais produzidas na vila. Pelo “mapa de produção”, verifica-se que as 157 arrobas foram exportadas e, pelo “mapa de exportação”, observa-se que 36 arrobas foram para o Rio de Janeiro, São Sebastião comprou outras 25 arrobas e Ilha Grande foi a maior consumidora do fumo ubatubense com 96 arrobas.

Em 1808 e 1810, entretanto, não existem indícios da fabricação deste gênero. Nenhuma residência listou a produção de tabaco ou fumo e não houve a presença de mapas que pudessem fornecer dados sobre este plantio.

A vila de São Sebastião parece fugir ao padrão. No maço de 1803 não existem mapas, ainda assim o fumo se faz presente na pauta dos agricultores. Ao todo, cinco proprietários listam o fumo na sua colheita: Manoel Ignácio do Amaral com duas arrobas, Francisco Antônio da Silva com 20 arrobas, José de Barros Moura também com 20 arrobas, Mathias Miguel Porto com cinco arrobas e Manoel Sute do Amparo com nove arrobas. Entre estes homens, nenhum possuía mais de 20 escravos, e o dono do maior plantel foi o sargento Mathias Miguel Porto que, além do fumo, produziu 110 alqueires de farinha, 18 alqueires de feijão, 23 alqueires de arroz, 200 arrobas de açúcar e três arrobas de açúcar mascavo. Os dois tipos de açúcar foram produzidos no engenho do senhor José Francisco de Moura.

Em 1808 o cultivo parece ter perdido força na vila. Somente três domicílios se dedicaram a colher fumo: João Esteves fabricou seis arrobas, Francisco Antônio da Silva fez 25 arrobas e Manoel Ignácio do Amaral produziu dez arrobas. Mais uma vez não existem mapa comparativo ou mapa de exportação no maço, desta forma, não possuiu indícios que atestem sobre o movimento da mercadoria ou o preço dela.

Os senhores Francisco Antônio da Silva e Manoel Ignácio do Amaral produziram o gênero em 1802 e 1808. Em 1802, Manoel Ignácio do Amaral possuía dez escravos e uma produção de 50 alqueires de farinha, sete alqueires de feijão, sete arrobas de açúcar e duas arrobas de fumo. Em 1808, o mesmo senhor era dono de 14 escravos e fabricava 29 arrobas de açúcar, três alqueires de feijão, 20 alqueires de farinha e 10 arrobas de fumo.

Logo, constata-se o fator econômico do açúcar nos domicílios sebastianenses e um dos eixos interpretativos da pesquisa como um todo: o aumento da fabricação de gêneros exportáveis, mormente o açúcar, era impulsionado pela compra de escravos que, por sua vez, expandia a produção, um ciclo vicioso de desenvolvimento que permitia o reconhecimento local de fortuna e destaque.

Alguns, porém, dependiam de fatores que extrapolavam sua própria capacidade. Francisco Antônio da Silva foi um exemplo disso. Em 1803, ele possuía doze escravos, fabricava milho, feijão, fumo e açúcar. Por ter nascido no Reino, no bispado de Braga para ser mais exato, ele deve ter encontrado maior facilidade para conseguir um parceiro que fosse dono de engenho, o que lhe permitiu fabricar as 20 arrobas de açúcar.

Em 1808, porém, ele não produziu esta mercadoria, preferindo concentrar esforços na fabricação de duas pipas de aguardente, além de produzir farinha, feijão e fumo. Neste ano, apesar de constar o posto de alferes reformado, ele produziu aguardente ao invés de açúcar. As possibilidades de ganho com a aguardente eram muito boas, mas não garantia o mesmo *status* do açúcar. Ainda assim, este senhor preferiu manter suas forças produtivas na bebida.

Em 1810, ele comprou mais um escravo, totalizando 13, e expandiu seu cultivo de fumo, 30 arrobas no total, mas se manteve produzindo aguardente, uma pipa.

Ainda em 1808, outros dois produtores se dedicaram ao fumo: Manoel Ignácio do Amaral que, apesar dos seus 74 anos, passou a ter 17 escravos e a produzir 40 arrobas de açúcar, 30 arrobas de fumo e 50 alqueires de farinha; e, “dona” Maria Barboza senhora de 13 escravos, que se dedicou a fabricar três pipas de aguardente, 100 alqueires de farinha, 20 alqueires de feijão, 20 alqueires de milho e 58 arrobas de fumo. Ambos venderam seus efeitos derivados da cana-de-açúcar e o fumo, porém sem registrar em qual localidade.

Tabela 2.23 – Quantidade de fumo/tabaco produzido nas vilas do Norte, em arrobas (1797-1810).

	Jacareí	São Luiz	Lorena	Taubaté	São Sebastião	Ubatuba
1797		-	270**	-	-	
1798	-					27**
1802	-	3596**	177**	2543***		157**
1803					56*	
1808		1958**	-	430*	41*	-
1810	200*			825*	118*	-

* Soma feita a partir dos dados fornecidos nas listas pelos produtores.

** Total alcançado pelos “mapa de exportação” ou “mapa comparativo” em anexo às listas.

*** Dado fornecido nas “contas das produções” anexas aos maços de população.

O cultivo do fumo não parece muito claro na documentação. Nos arquivos do Conselho Ultramarino não existe uma ordem específica de fomento da mercadoria, somente algumas cartas e ofícios genéricos para aumentar a plantação de diferentes gêneros. No caso dos maços, não existem muitas residências que tenham se dedicado ao fumo. A vila que teve o maior número de agricultores desta planta foi Taubaté que, em 1810, teve sete produtores, contabilizando 825 arrobas do produto.

Na tabela 2.23, foi feita uma divisão que deixa clara a participação pequena das elites do Norte na produção do fumo. Isto porque, nos anos em que os dados foram obtidos, a partir das listas dos próprios agricultores, o número é menor do que nos outros casos. Em outras palavras, quando os dados fornecidos vinham do total da vila, sem a divisão de escravos feitas por esta pesquisa, o volume de fumo era maior.

Caso notório é o da própria vila de Taubaté. Nas informações sobre o ano de 1802, consegui o dado através de duas “contas das produções” anexas às listas nominativas. Elas estavam divididas entre as duas paróquias da vila e foram somadas para compor o quadro. Em 1808, porém, o número foi fornecido diretamente pelos agricultores da vila, respeitando a baliza de 10 escravos da pesquisa. O volume total neste segundo caso foi muito menor do que no primeiro, 430 arrobas contra 2543 arrobas respectivamente.

A última constatação possível diz respeito aos trajetos deste artigo pelas vilas do Norte e Centro-Sul da América portuguesa. No “mapa comparativo” da vila de Ubatuba, em 1798, constata-se que foram produzidas 27 arrobas de fumo, sendo que toda esta mercadoria foi exportada para São Sebastião.

Em Lorena, no ano de 1797, foram 270 arrobas de fumo fabricadas segundo dois mapas comparativos, um da paróquia de Santa Ana de Areias e outro da Paróquia de Piedade. Destas, 46 foram consumidas nas próprias paróquias e o restante, 224 arrobas, foi exportado para o Rio de Janeiro.

Em 1802, os mapas presentes foram os de exportação, divididos pelas companhias de ordenanças da vila. As companhias que apresentaram o tabaco na pauta de exportação indicaram o porto do Rio de Janeiro como destino.

Em Taubaté, os destinos desta mercadoria foram mais variados. Em uma das “contas” tem-se que o fumo colhido e vendido totalizou 1175 arrobas, sendo que 80 arrobas foram consumidas na própria vila, 16 arrobas foram para o porto de Parati, 170 arrobas foram vendidas no Rio de Janeiro e outras 150 arrobas estavam no Rio de Janeiro esperando comprador. Na outra “conta” aparecem outras 1368 arrobas de tabaco colhido, tendo ido para o Rio de Janeiro 747 arrobas e 30 arrobas para Parati.

Por fim, a vila de São Luiz do Paraitinga, que foi a maior fabricante do gênero também apresentou seus dados através de “mapas”. No ano de 1802, existe um “mapa de exportação dos produtos da Paróquia de São Luiz do Paraitinga” que indica que 3180 arrobas do fumo foram para o Rio de Janeiro, 372 arrobas foram para Parati e 44 arrobas do produto, para Ubatuba. Em 1808, a situação pouco difere. Ainda são os três locais os destinos do fumo luisense. O Rio de Janeiro foi responsável por 2040 arrobas do produto, Parati comprou 769 arrobas e Ubatuba comprou as 34 arrobas restantes.

Portanto, a conclusão a que chego é que havia certo movimento desta mercadoria entre as vilas do Norte e, inclusive, um consumo interno do gênero. O fumo abastecia o mercado interno e as necessidades básicas dos moradores. Porém, a força de atração do principal porto carioca fazia com que o excedente fosse destinado a ele, possivelmente para o comércio de escravos na África. Logo, ainda que não fosse um efeito fortemente produzido pelas elites do Norte, ele estava presente nos domicílios mais modestos das diferentes vilas e participava do comércio regional com o Rio de Janeiro, possibilitando o contato com negociantes cariocas e a inserção de escravos na região.

2.3.2 – O anil nas manufaturas têxteis

Os estudos acerca do anil estão diluídos em outros artigos. Os textos consultados que fornecem alguma pista sobre este gênero, via de regra, tratam dos tecidos orientais que participavam de rotas no Atlântico Sul. Não foge desta regra o artigo de Luís Frederico Antunes em *O Antigo Regime nos trópicos*.

O anil, proveniente das diferentes espécies do gênero *Indigofera*, presentes nos trópicos, é o mais antigo corante de tecidos. Nos séculos XVIII e XIX, esse produto participou do comércio com Lisboa, numa tentativa de incentivar e promover a indústria têxtil portuguesa, sufocada pela concorrência da Inglaterra.

Em outra ponta do Império, ele era matéria-prima da confecção dos têxteis indianos. O Brasil fornecia o corante e o produto final era exportado de Goa para diferentes partes do Império, incluindo África, Bahia e Rio de Janeiro¹⁰⁴.

Luís Antunes indica em seu texto que algumas plantas asiáticas foram introduzidas no Brasil, especialmente após a perda de Ceilão para os holandeses. Esta necessidade de especiarias por parte do Império impulsionou o cultivo de artigos, tais como o anil, em solo americano¹⁰⁵. Essa iniciativa foi transmitida para a capitania paulista no início do século XIX.

Algumas medidas metropolitanas, ainda que sem este propósito inicial, acabaram por fortalecer o comércio entre a América e a Índia. No caso, a Carreira da Índia, conforme estabelecida pelo marquês de Pombal, foi responsável por despejar parte da carga indiana no mercado americano. Nas palavras de Antunes:

com o objetivo de tornar mais rendosas as viagens da *Carreira da Índia*, os navios escalavam na Bahia ou no Rio de Janeiro para acabar de carregar os porões com tabaco e patacas da América espanhola, mercadorias que em muitos casos iriam servir de pagamento de têxteis indianos [...]. Os oficiais e marinheiros também estavam autorizados a transportar mercadoria nas chamadas *caixas das liberdades* ou *caixas de marca*, arcas que tinham um tamanho padrão, estavam isentas do pagamento do frete e, por vezes, até dos direitos alfandegários. Parte dessa mercadoria era imediatamente vendida no Rio e na Bahia¹⁰⁶.

Por fim, a semimanufatura têxtil indiana era a responsável por abastecer as indústrias portuguesas. Estas, por sua vez, destinavam sua produção quase que inteiramente para o Rio de Janeiro. A dinâmica, ao final do XVIII, era a entrada do pano indiano no mercado lusitano

¹⁰⁴ ANTUNES, Luís Frederico Dias. Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indu-brasileiro (1808-1820). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria. (Org.). **O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.p. 381-420.

¹⁰⁵ Id., Ibid., p. 382.

¹⁰⁶ Id., Ibid., p. 387, destaques feitos pelo autor.

e sua industrialização em tecidos mais finos que abasteceriam a América; os tecidos de menor qualidade, por outro lado, eram transportados para os portos africanos e participavam do tráfico de escravos. Foi com este processo que a indústria têxtil portuguesa se fundou e conseguiu uma rápida expansão¹⁰⁷.

Logo, era de se esperar que as matérias-primas necessárias para abastecer as engrenagens do comércio imperial fossem incentivadas. Na documentação do Conselho Ultramarino, no período de 1788 a 1808, somente um ofício (1803) e um mandado (1804) foi estabelecido entre São Paulo e o Paço sobre o anil, ambos durante o governo de Antônio José da Franca e Horta.

No primeiro, o governador afirmou que estava dando instruções a seus comandados para que diferentes culturas fossem incentivadas na capitania, “sobretudo a do anil, e a do algodão, do milho, feijão etc.”¹⁰⁸. Como indiquei, o anil se encontra misturado a outros efeitos, sem um impulso específico da Coroa. Infelizmente, o documento apresenta alguns problemas graves para a leitura, já que o processo de tinta repassada foi intenso no papel e, assim, a transcrição se torna muito difícil.

O segundo documento, porém, consegue trazer mais informações, apesar de também ter partes ilegíveis. Este era um mandado do Príncipe regente para que o Conselho Ultramarino desse parecer “propondo os meios de promover a prosperidade daquela Capitania, e Restaurar a cultura, e extração do Anil, dos mais gêneros que lhe são próprios”, além de estabelecer um plano para o comércio direto entre a “Metrópole e a sobredita Capitania”¹⁰⁹.

O ofício enviado pelo governador está juntado neste documento. Franca e Horta não estava satisfeito com as condições da agricultura de São Paulo, visto que, para ele, o comércio se encontrava “por extremo estagnado”, assim como a agricultura de diversos gêneros,

¹⁰⁷ ANTUNES, Luís Frederico Dias. Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indu-brasileiro (1808-1820). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria. (Org.). **O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 389.

¹⁰⁸ "OFÍCIO (cópia) do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, dando conta, em conformidade com as ordens do destinatário e das suas Instruções, do que vinha fazendo na capitania, em prol do comércio, da lavoura, sobretudo a do anil, e a do algodão, do milho, feijão etc. Diz julgar que uma das melhores formas de incentivar a agricultura é promover a exportação dos gêneros, instituindo-se um comércio direto com as praças de Lisboa e Porto. Alude também à epidemia das bexigas e à possibilidade de se trazerem casais ilhéus para povoarem a costa de São Paulo" 19.02.1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 19, D. 947.

¹⁰⁹ "MANDADO (cópia) do Conselho Ultramarino, ordenando que se consulte sobre o restabelecimento da cultura de anil e algodão na capitania de São Paulo e dos demais gêneros como a farinha, feijão e milho, e a forma como deve ser feito o comércio entre esta capitania e a metrópole" 27.06.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1051.

inclusive do anil e, por fim, os engenhos de açúcar estavam sendo abandonados pelos senhores descrentes na fabricação do produto.

O plano do capitão-general para superar as dificuldades dos agricultores paulistas estava centrado na exportação direta para Lisboa. Ele formulou, em linhas gerais, quatro alterações a serem feitas pela Coroa para a expansão da agricultura paulista.

A primeira seria fazer do Erário Régio o assegurador dos os negociantes dispostos a enviar suas mercadorias para Portugal. Assim, em caso de prejuízo, seria o Estado que arcaria com as despesas.

A segunda era reduzir as cobranças de entradas e saídas dos gêneros que tivessem feito a travessia do Atlântico, pois isso faria envolver menores quantias dos negociantes na operação.

A terceira e quarta propostas eram, de fato, apostas do governador. Segundo ele, os efeitos deveriam ter maior consumo no Reino, o que ocasionaria uma concorrência maior pelos efeitos e a conseqüente elevação de preço. No mesmo sentido, haveria o aumento populacional nos portos paulistas pela necessidade de negociantes que fizessem o tráfego das cargas com o Reino.

Este plano, enviado à Junta, previa, também, a entrada de escravos na capitania de maneira mais destra, com menores gastos para os negociantes e diminuição dos impostos cobrados. O governador invocava, nesta proposta, o envolvimento pessoal de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Nas palavras do governador:

são quase baldadas quaisquer disposições para fomentar a agricultura e o comércio sem que se facilite a entrada da escravatura diretamente na Capitania que a sua indigência afasta para outras capitanias onde o numerários é maior a abundância, e onde os negociantes não sofrem empate do dinheiro que ocasionaria nesta vende-los fiado. [...] meio pois que posso divisar para ao mesmo tempo animar as duas fontes de riqueza do Estado é que V. Exa., se declare o Protetor desta Capitania, obtendo de S. A. R. a mesma graça que obteve a do Pará a instâncias do Ilmo. e Exmo. Senhor D. Francisco por Decreto de 10 de outubro de 1798 que a isenta para 10 anos dos direitos impostos na escravatura atendendo o que esta se acha em maior decadência que a do Pará e o seu terreno nem se acha mais cultivado, nem é inferior em fertilidade¹¹⁰.

Por fim, Franca e Horta também pedia o envio de famílias das ilhas para povoar a capitania, com especial atenção, o litoral, que tinha terras férteis, mas encontrava-se inabitado.

O Tesoureiro-mor ficou responsável de dar o parecer sobre os pedidos do governador. A sua análise, porém, deu indícios que destoavam das palavras de Horta. Nas

¹¹⁰ "MANDADO (cópia) do Conselho Ultramarino, ordenando que se consulte sobre o restabelecimento da cultura de anil e algodão na capitania de São Paulo e dos demais gêneros como a farinha, feijão e milho, e a forma como deve ser feito o comércio entre esta capitania e a metrópole" 27.06.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1051.

palavras dele: “Eu não considero nesta Capitania tão abandonada a Agricultura, como o Governador quer persuadir, pois que comparando o estado atual dela, com o do tempo antecedente, tenho toda a razão para me persuadir do contrário”. Os mapas anuais feitos por Castro e Mendonça indicavam o crescimento do valor da arrematação dos dízimos da capitania, além do crescente volume de açúcar produzido, dois fatores que sugeriram ao conselheiro a situação de desenvolvimento da capitania, e não a estagnação, ou, como ele escreveu: “se pode concluir que não é na agricultura o abatimento exagerado, nem me consta que em outro tempo ela florescesse mais”.

Ainda assim, o tesoureiro apontou a qualidade da produção paulista como o maior obstáculo para seu comércio no mercado europeu. Para ele, não havia um padrão de qualidade nas mercadorias paulistas, sendo necessário, portanto, buscar medidas que aumentassem a qualidade da produção e não necessariamente o volume dela. Esta melhoria, simples na opinião do conselheiro, seria de grande utilidade para os engenhos e ocasionaria a prosperidade da capitania.

Uma medida concomitante seria a redução de impostos de saída sobre o açúcar e o algodão, listados como os principais gêneros paulistas no comércio com a metrópole. A redução de um terço dos dízimos cobrados pelos gêneros seria pelo período de dez anos. Contudo, não haveria prejuízo para o Erário Régio uma vez que a isenção fiscal seria compensada no aumento do volume comercializado. Em outras palavras, o tesoureiro apostava que, com a redução tributária no comércio direto entre São Paulo e o Reino, os agricultores paulistas expandiriam suas plantações e exportariam um volume maior de gêneros.

Por fim, este documento ainda permite algumas constatações. Conforme foi dito no primeiro capítulo, a política de exportação dos governadores paulistas variou muito entre 1788 e 1808. Os motivos nem sempre estiveram presentes na documentação e crê-se que, ao menos em alguma medida, os objetivos eram pessoais¹¹¹. Porém, os burocratas do Império em conjunto com Antônio José da Franca e Horta estabeleceram uma série de facilidades para os negociantes interessados no comércio direto com a metrópole.

O responsável pela Junta da Real Fazenda de São Paulo, João Vicente da Franca, tinha opinião similar à do governador e garantiu, da sua parte, três facilidades para os paulistas: o empréstimo de quantias para aqueles que tivessem interesse, mas a pessoa ficaria

¹¹¹ Para mais: Cf. MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

responsável por fazer o pagamento no Cofre do Real Erário em Lisboa através de título seguro ou moeda; a Junta também se responsabilizava por cobrir metade dos gastos dos negociantes paulistas; e, por último, seria responsabilidade da Junta trazer, de tempos em tempos, navios interessados no tráfego direto com Lisboa para o porto de Santos¹¹².

Os documentos apresentados acima demonstram o interesse da Coroa em aproximar a capitania paulista do centro decisório do Império. Os meios já foram nomeados, mas falta agora listar os resultados. Pelos mapas de cargas das embarcações que saíram do porto de Santos com destino a Lisboa ou Porto já foi verificada a presença do anil, sempre em quantidades menores, mas com preços elevados. Logo, sabe-se que a política monárquica garantiu a manutenção do comércio deste efeito.

Os maços de população assinalam que o cultivo do anil foi praticado nas vilas do Norte, mas em pequena quantidade. Somente na vila de Ubatuba a produção teve algum sucesso. Nas vilas de Jacareí, São Luiz do Paraitinga e Taubaté não aparecem indícios do anil em nenhum dos anos pesquisados. Em Cunha, o gênero apareceu em 1789 no mapa de exportação, todavia, a informação não foi esmiuçada. No mapa não estiveram presentes dados como o volume carregado ou o valor do produto. Infelizmente, não houve menção deste efeito em nenhum dos outros anos na vila.

Em Lorena, alguns dados permitem compreender melhor o cultivo do anil na região. Foi no ano de 1802 que constou o único produtor do gênero na vila. João Ribeiro Barbosa, agricultor de 59 anos, colheu 200 alqueires de milho, 40 de feijão, 40 de arroz, 150 de farinha e 20 arrobas de anil. Ele revelou que alcançou lucro de 30\$000 réis com a venda do anil para a Praça do Rio de Janeiro.

Outros elementos sobre o anil estão presentes neste ano. No mapa de exportação da 6ª Companhia das Ordenanças da vila, o anil aparece tendo sido exportado para o Rio de Janeiro, num volume de 20 arrobas, ou seja, possivelmente, foi a produção de João Ribeiro. Mas, no mapa de exportação da Paróquia da vila de Lorena, o anil reaparece, tendo sido exportado no volume de cinco arrobas para o Rio de Janeiro.

Neste ano foi feito um “mapa dos preços correntes na Paróquia da vila de Lorena”, o qual acusou o valor da arroba do anil como sendo 20\$480 réis o máximo, 17\$920 réis a média e o mínimo de 12\$800 réis.

¹¹² "MANDADO (cópia) do Conselho Ultramarino, ordenando que se consulte sobre o restabelecimento da cultura de anil e algodão na capitania de São Paulo e dos demais gêneros como a farinha, feijão e milho, e a forma como deve ser feito o comércio entre esta capitania e a metrópole" 27.06.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1051.

O valor é significativo, uma vez que, com cada arroba vendida no preço máximo era possível adquirir um peso de pano de algodão, um peso de Bretanha e um peso de fitas, e ainda sobriaria dinheiro. Ainda a título de comparação, este valor máximo da arroba de anil era equivalente a mais de doze arrobas de açúcar ou 20 arrobas de tabaco, tendo em vista os preços máximos negociados por cada produto.

Se assim posto o número parece elevado ele era praticado desde governos anteriores. Em 1797, na mesma vila de Lorena, não listei um único produtor do anil. Ainda assim, no mapa de exportação da paróquia de Areias, parte do território da vila, tem-se a informação de quatro arrobas do efeito vendidas para o Rio de Janeiro. A arroba do anil foi negociada em 1797 por 20\$400 réis (máximo), 17\$500 réis (média) e 16\$250 réis (mínimo), ou seja, preços muito próximos aos praticados em 1802.

Na vila litorânea de São Sebastião, o anil esteve pouco presente nas fazendas dos agricultores selecionados. Em 1797, ele aparece na lavoura de Manoel José Teixeira, dono de dezenove escravos. Em 1803, Teixeira colheu três arrobas de anil, 180 alqueires de farinha e 16 de feijão. Nesta época, ele já contava com 24 escravos e indicou que nasceu na cidade do Porto. Ademais, o maço indica que o anil foi vendido para o porto de Santos, possivelmente uma consequência do governo de Franca e Horta.

Para os anos seguintes não encontrei outras informações acerca deste homem, exceto o possível parente Joaquim José Teixeira, que foi listado em 1808, nascido em Guimarães e pequeno comerciante de fazenda seca que não possuía escravo.

Na vila de Ubatuba, porém, o anil parece ter alcançado maior proeminência. Em 1798, onze domicílios listaram a colheita deste produto, fabricando 281 arrobas. O sargento Francisco Homem da Costa, família importante na vila e na região, fabricou 200 alqueires de farinha, 12 de milho, 10 de feijão, 15 de arroz e 50 arrobas de anil que vendeu na “serra acima” por 300 réis a libra. Ele também era dono de 16 escravos.

O alferes Antônio Henrique, senhor de 22 escravos, fabricou 72 arrobas de anil, além de 112 alqueires de farinha, quatro de feijão, 10 de arroz, duas arrobas de café e milho. E, por fim, a senhora Rosa Luzia de Aguirre, com o distintivo apelido de Dona, possuidora de 22 escravos, produziu 120 alqueires de farinha, 22 de milho, 12 de feijão, 80 de arroz e 96 arrobas de anil.

Os outros oito produtores eram homens com poucos escravos, que fabricaram pequenas quantidades de anil, comparativamente. Inclusive o capitão-mor, João dos Santos, era dono de somente sete escravos e colheu oito arrobas de anil. Manuel José Portugal tinha oito escravos e fez 14 libras de anil. Francisco de Freitas Guimarães tinha cinco escravos e

fabricou sete arrobas de anil; vendeu sua produção no Rio de Janeiro por 400 réis a libra, ou seja, 89\$600 réis¹¹³.

Antônio Correa de Oliveira também era dono de oito escravos e fabricou sete arrobas de anil. Em seu caso, porém, ele afirma que vendeu três arrobas do produto em “serra acima” por 320 réis a libra e quatro arrobas no Rio de Janeiro, por 400 réis a libra; em outras palavras, ele obteve 30\$720 réis na região norte e 51\$200 réis na capitania fluminense.

Maria Thereza, pequena proprietária denominada de “roceira”, colheu duas arrobas de anil que vendeu na terra; ela tinha cinco escravos. Outra senhora, Ana da Cruz, colheu 16 arrobas de anil com seus cinco escravos, mas não deu informações sobre o destino da sua colheita. Da mesma forma, Manuel Angelo e o capitão João Bar. dos Santos plantaram uma e oito arrobas de anil com seus seis e sete escravos, respectivamente, e não indicaram o destino da produção.

Em 1808, porém, a cultura do anil parece estar em decadência. O número de produtores na vila diminui para seis, sendo que o maior volume colhido foi de Antônio Alvez Louredo, com oito arrobas, que foi vendida no Rio de Janeiro, que renderam 10\$000 réis. Os outros agricultores dedicados ao anil foram:

Tabela 2.24 – Produtores de anil da vila de Ubatuba (1808).

Nome	N. escravos	Volume (libras)	Destino	Rendeu (réis)
Daniel da Conceição	2	32	Rio de Janeiro	9\$600
Angélica Jacinta Correia*	41	256	Rio de Janeiro	44\$000
André Correia Leite	0	54	Rio de Janeiro	21\$600
Domingos dos Santos	12	64	Rio de Janeiro	-
Antônio Gomes de Oliveira	5	50	Rio de Janeiro	-

* O fogo da carioca Angélica Jacinta Correia foi administrado por Antônio Joaquim Brandão.

A produção do anil permite algumas constatações interessantes. O alto valor de comércio não interessou aos grandes agricultores do Norte paulista, se for considerado que a maioria dos cultivadores do anil eram pequenos proprietários que, com pouca mão-de-obra à disposição e que fizeram pequenas quantias do artigo. Mas existiram exceções, como o caso de Angélica Jacinta Correia.

O preço do gênero esteve sempre em alta e não tenho indício de que ele fosse utilizado no mercado interno. Os mapas, tanto de exportação quanto comparativo, indicam o comércio do produto para Santos ou Rio de Janeiro. Em alguns casos ele foi vendido em outras vilas do interior, mas estas também listam o anil como produto de exportação para o Rio de Janeiro. É provável, portanto, que as inconsistências encontradas entre o volume de

¹¹³ O peso da arroba era equivalente a 32 libras em Portugal no século XVIII e estou usando este índice para o cálculo, tendo em vista que ele tenha vendido toda a produção do anil, informação que ficou vaga no documento.

produção e a quantidade de agricultores dedicados ao anil nos mapas de exportação de Lorena sejam resultado da compra e revenda do anil do litoral. Em outras palavras, os comerciantes de Lorena buscavam anil no litoral e exportavam para o Rio de Janeiro, incentivados pelo alto valor da mercadoria.

2.3.3 – O algodão para a indústria têxtil lisboeta

O algodão foi outro produto utilizado na indústria têxtil do império português. A diferença entre ele e o anil reside na aplicação. Enquanto o anil era um corante que se destinava às semimanufaturas indianas, o algodão era a matéria-prima da indústria do Reino, ponto inicial da revolução industrial e principal déficit da balança comercial portuguesa em relação à Inglaterra.

Dauril Alden caracterizou a plantação de algodão como um produto mais fácil, devido aos baixos custos na colheita e no beneficiamento, além de propiciar uma boa perspectiva de lucros. A cultura do algodão era “bem menos complicada do que a cana e não requeria equipamento caro”, além do solo não necessitar maiores cuidados¹¹⁴.

O benefício potencial era maior do que o conseguido com o açúcar. Um escravo colhia uma quantidade inferior de algodão do que de cana, porém os lucros era maiores. Isto por causa da escalada de preços, ao final do século XVIII e início do XIX, quando o valor subiu de 3\$200 réis a arroba em 1770 para 5\$900 réis em 1800, empurrados pela expansão da indústria têxtil lusitana, britânica e francesa¹¹⁵.

Jorge Pedreira também fez a comparação neste período do cultivo da cana-de-açúcar em relação ao algodão. A constatação deste historiador é muito próxima da anterior. Ainda assim, ele ressalta que os níveis de exportação não foram impressionantes somente nos valores, apesar da relevância destes, mas também no volume quando as exportações do gênero setuplicaram alcançando a marca de 2886 toneladas em 1789. E, “nos anos seguintes, a expansão manteve esse ritmo, de tal forma que, em 1796-1800, a média anual já chegava a 4.443t”. Este autor, de certa forma, concorda com a noção de renascimento agrícola conforme explicitado por Alden e reforça o papel do mercado interno da América portuguesa que teria

¹¹⁴ ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia: 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, Brasília: FUNAG, 1998. p. 568.

¹¹⁵ Id., Ibid., p. 568-569.

vido responsável por parte do desenvolvimento das indústrias europeias e, concomitantemente, abastecedora da população em franco crescimento¹¹⁶.

Pedreira faz uma descrição do processo de desenvolvimento da indústria metropolitana baseada no cultivo do algodão e sua relação com o mercado americano que é interessante de assinalar. Nas palavras do autor:

Em 1776/77, apesar da política de fomento industrial empreendida pelo Marquês de Pombal, os produtos industriais portugueses ainda geravam menos do que a quarta parte das exportações para as colônias. Os tecidos nacionais representavam apenas 30% de todos os têxteis expedidos para o império. Nas duas décadas seguintes, os setores exportadores do aparelho industrial conheceram um progresso muito significativo. Os têxteis, em primeiro lugar, principalmente os tecidos de linho e os estampados de algodão (que constituíam 60% das exportações de artigos industriais em 1796-1806) e, em menor escala, as manufaturas de lã e seda (que correspondiam a 17% das remessas industriais). Além disso, grandes quantidades de carregamentos de chapéus (tanto finos quanto grosseiros) e artigos de metal, notadamente pregos e ferramentas agrícolas, completavam os carregamentos de produtos das manufaturas nacionais expedidos para o Brasil¹¹⁷.

A facilidade do cultivo de algodão aliado à necessidade do mercado externo fez com que outras partes da América arriscassem plantar o gênero. Porém, para Alden, os limites do cultivo do algodão residiam nas capitânicas do Norte, já que nas capitânicas do Rio de Janeiro e São Paulo “os esforços para estimular a produção [...] se revelaram infrutíferos”¹¹⁸. Em uma das tabelas apresentadas pelo autor fica nítido que a capitania paulista não foi grande exportadora do gênero. Em 1798, 4686 arrobas de algodão foram exportadas, sendo que no Rio de Janeiro a exportação foi na ordem de 10013 arrobas e no Maranhão o volume foi de 91215 arrobas¹¹⁹. Destarte, segundo o autor, não houve exportação do gênero pela capitania antes deste ano.

Na vila de Cunha a plantação do algodão não esteve presente nas camadas de senhores com mais de dez escravos. Porém, em 1803, alguns fogos indicam que fiavam algodão ou faziam panos, provavelmente grosseiros, para a vestimenta dos escravos, mas ainda assim, havia algodão por aquelas terras.

Em Jacareí, por outro lado, a colheita do algodão teve número apreciáveis em 1798. São sete fogos, dos 32 listados, que cultivaram este gênero e outros quatro que se envolveram no comércio do produto. Entre os agricultores, seis eram homens das ordenanças que investiram nesta planta e conseguiram pequenos volumes, algo entre 8 e 25 arrobas.

¹¹⁶ PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir. **A Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 64-65.

¹¹⁷ Id., Ibid., p. 65-66.

¹¹⁸ ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia: 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, Brasília: FUNAG, 1998. p. 565.

¹¹⁹ Id., Ibid., p. 567.

Porém, o alferes Antônio Rodrigues Moreira fabricou 150 arrobas de algodão em sua residência, as quais foram vendidas no Rio de Janeiro, e lucrou cerca de 100\$000 réis. Os negociantes, por sua vez, declararam sempre a mesma rota, compravam o algodão na vila e vendiam no porto do Rio de Janeiro.

Em 1802, foram três produtores de algodão: Angelo Nogueira, Lino José Moreira e Bernardo José. O primeiro, nascido em Mogi-mirim e dono de dez escravos, colheu 100 alqueires de milho, 14 de feijão e cerca de nove arrobas de algodão. Lino Moraes, em seu turno, fabricou diversos gêneros, entre eles milho, feijão, aguardente e algum outro que estava ilegível. Além disso, apesar de ter somente oito escravos ele era alferes da 1ª Companhia das Ordenanças e produziu 19 arrobas de algodão. Por fim, Bernardo José, dono de seis escravos de Benguela, era Capitão das ordenanças e imigrante de Braga que colheu milho, feijão e também 25 arrobas de algodão.

Resta ainda fazer uma ressalva em relação a este maço. Muitos fogos que não possuíam escravos e eram tidos como o grupo mais popular da vila afirmaram que viviam do algodão.

No ano de 1808, infelizmente, não existe uma maço apreciável na vila de Jacareí, somente uma lista nominativa dos principais oficiais das ordenanças da vila. Porém, em 1810, o documento volta a apresentar diferentes detalhes. Neste ano são listados oito produtores de algodão, sendo que seis possuíam dez ou mais escravos. Apesar de não parecer, isto indica que esta planta foi cultivada também pela parte mais relevante economicamente da vila, uma vez que em Jacareí a maior parte da população não possuía muitos escravos, até mesmo entre os oficiais das ordenanças.

Tabela 2.25 – Lavradores de algodão da vila de Jacareí, em arrobas (1810).

Nome	Escravos	Vol.	Patente	Observações
José Luis Pereira	5	8		
Miguel Pedro Moreira	16	6		Tinha engenho.
Lino José de Moraes	5	50	Capitão	
Miguel Martins de Siqueira	15	10	Capitão-mor	8 escravos africanos.
Bernardo José de Souza	15	60		Natural de Chaves, 11 escravos africanos.
José Antônio de Oliveira	11	10		Natural do Porto. 9 escravos africanos.
Joaquim Nogueira	10	6	Capitão	
Ignácio Bicudo de Brito	12	6		Um escravo africano.

São Luiz do Paraitinga não cultivou o algodão. Pelo contrário, a vila era dependente do produto feito nas vilas próximas. Em 1802, pelo mapa de importação da vila, percebe-se que os panos de algodão, o algodão bruto e os diferentes tipos de panos feitos no Reino foram levados ao mercado luisense por negociantes da terra. Os panos de algodão chegaram à vila provenientes do Rio de Janeiro, Taubaté e Jacareí. O algodão bruto foi comprado em Taubaté.

E, os panos de lã, de linho, os chapéus, a seda e as bretanhas foram importadas do porto do Rio de Janeiro.

No ano de 1808 os vestígios são parecidos. O algodão em rama foi importado de Taubaté, enquanto o algodão bruto foi comprado em Jacareí. O valor da compra de 45 arrobas de algodão em Jacareí custou aos luisenses 450\$000 réis. Portanto, apesar de não ser uma produtora da mercadoria, São Luiz deu indícios de que havia a cultura do algodão em certas vilas da região.

A útil informação do mapa de importação de São Luiz do Paraitinga mostra que a cultura do algodão em Taubaté deveria ser largamente empreendida. Em 1802, nove fogos se dedicaram a esta planta, mas um domicílio não está legível:

Tabela 2.26 – Agricultores de algodão da vila de Taubaté, em arrobas (1802).

Nome	Escravos	Vol.	Patente	Observações
Euzébio José de Araujo	62	5	Sargento-mor	15 escravos africanos.
João Ant. Cardoso	28	6		Reverendo.
João Evangelista Camargo	4	4	Sargento	2 escravos de Benguela.
Domingos Francisco Silva	35	10	Capitão	6 escravos africanos.
Lourenço Garcia Toledo	18	4		Vendeu o algodão na vila por 25\$600 r.
Anna Cortez Toledo	14	10		Agricultora.
José Luiz de Camargo	19	6		
Antonio Leite da Silva	13	-		Afirmou vender algodão em Parati.

Os volumes cultivados da planta não foram muito grandes, visto que nenhum dos agricultores extrapolou uma dezena de arrobas. Porém, o número de escravos presentes nos fogos foi muito maior do que o visto nas outras vilas, especialmente no caso de Euzébio José de Araújo, que tinha 62 escravos. Além disso, Parati aparece como destino da produção de Antônio Leite da Silva, mas, infelizmente, este senhor não detalhou o volume de sua colheita.

Em 1808, a situação é parecida com a anterior, mas a quantidade de fogos dedicados ao algodão é menor, somente quatro. João da Costa era dono de 11 escravos e fez 10 arrobas de algodão, Maria Leme do Prado fez 4 arrobas com seus 12 escravos, Antônio Leite reapareceu para fazer duas arrobas de algodão com seus 11 escravos e, por fim, a dona Margarida Florinda, agricultora com 69 escravos, fabricou 10 arrobas.

Estes números reforçam a noção de que o tamanho da escravaria não necessariamente significava a expansão do volume produzido. Isto é nítido quando se compara o fogo de Margarida Florinda e João da Costa, ambos com 10 arrobas de algodão colhidas, mas a primeira tinha 69 escravos e o segundo somente 11.

Na vila de Lorena, o algodão foi plantado para o consumo da própria vila, em 1797. São cinco produtores da planta, mas todos eles colheram pequenas quantias, de 20 a 200

varas. A principal lavradora do gênero foi Maria do Rego, que colheu as 200 varas de algodão. Nos mapas de importação, o produto também aparece, advindo do Rio de Janeiro. Por outro lado, ele não aparece nos mapas de exportação, o que reforça a noção de cultura para o consumo.

Apesar da tentativa de fabricar algodão na vila, ele não frutificou. O produto continuou sendo mais importante na importação do que na exportação. Em 1802, o volume encontrado nos fogos foi de 10 arrobas: o alferes Manoel Cardoso de Siqueira fez cinco arrobas e as outras cinco foram colhidas no domicílio do capitão Domingos Leal.

Em Ubatuba, os dados sobre o algodão não destoam da letargia das outras vilas. Em 1798 foram duas residências que se dedicaram à cultura do algodão, sendo que uma delas era de propriedade de Marcelino Marcelo, dono de cinco escravos, que colheu 70 alqueires de farinha, oito arrobas de café e cinco arrobas de algodão. Este senhor está declarado na lista nominativa como “pardo”, dado interessante que mostra a possibilidade de cultivo por parte da população livre descendente de escravos.

Apesar de um hiato em 1802, o algodão reaparece na lista em 1808. Neste ano são oito agricultores dedicados ao efeito. Mais uma vez, porém, ocorre de os volumes colhidos serem pequenos e pouco expressivos. Manuel Alvez de Moura foi o proprietário que conseguiu o maior volume de algodão em seu domicílio, 11 arrobas no total. Ele era alferes e, além do algodão, retirou da terra farinha, feijão, café e aguardente, os dois últimos efeitos comercializados no Rio de Janeiro. Por outro lado, Domingos dos Santos era o dono do maior plantel envolvido no plantio de algodão, doze escravos no total, mas fez somente cinco arrobas.

Por fim, a vila litorânea de São Sebastião também possuiu lavradores dedicados ao plantio do algodão, contudo, o esforço a esta planta ficou restrito ao ano de 1803. Nesta data seis domicílios listados abaixo, fizeram a colheita deste efeito.

Tabela 2.27 – Agricultores de algodão da vila de São Sebastião, em arrobas (1803).

Nome	Escravos	Vol.	Patente	Observações
Matheus João Biancourt	12	1		
Rafael Pinta	17	8		
Elois de Moura Negrão	16	3		
Francisco Gomes de Siqueira	14	4		
Antonio Rodrigues Moura	17	10		Senhor de engenho.
Amaro Rodrigues da Cruz	12	2		Senhor de engenho.

A vila de São Sebastião, apesar de ter maior investimento em mão-de-obra, não conseguiu melhor resultado com o algodão. Seus produtores tiveram bons plantéis de

escravos, porém, ainda assim, mantiveram a colheita em volumes pequenos. Nem se pode afirmar que eram homens sem experiência na terra ou pouco dedicados à agricultura, uma vez que dois deles eram senhor de engenho.

Mas, por algum motivo, não se pode visualizar um quadro diferente do que foi desenhado por Alden: o impulso ao plantio do algodão foi infrutífero na capitania de São Paulo.

2.3.4 – Arroz: subsistência e exportação

O arroz participou da dinâmica mercantil interna e externa nas vilas do Norte. Enquanto os agricultores de algumas vilas se preocuparam com o plantio somente para satisfazer o próprio consumo, como é o caso de Cunha, em outras vilas os domicílios vincularam sua produção de arroz com o mercado externo e cultivaram volumes maiores.

Em Cunha, em 1789, são 38 fogos que produzem arroz. Nenhum deles, porém, chegou a grandes quantidades, sendo que o maior volume colhido contabilizou 50 alqueires na residência de Pedro dos Santos Souza, Guarda-mor e dono de 23 escravos. Por outro lado, José Gomes de Siqueira, que ainda não apresentava posto nas ordenanças, era o senhor com o maior número de escravos em seu fogo que se dedicou ao plantio do arroz, foram 35 escravos para a produção de vinte alqueires.

Nesta mesma vila, nos anos seguintes, a situação pouco se altera. Em 1803, o maior volume cultivado do arroz foi de 30 alqueires e, em média, mais de 24 escravos estavam envolvidos nestes fogos. Após este ano, todavia, o arroz não apareceu mais em Cunha.

A dinâmica produtiva do arroz em Jacareí foi inversa à de Cunha. Enquanto nesta os volumes de produção do arroz decaíram ano após ano até o fim da agricultura na vila, naquela os lavradores dedicados ao arroz progrediram gradativamente.

Em 1798, foram quatro fogos que produziram 62 alqueires de arroz. Em 1802, o volume colhido passa a ser 88 alqueires. Mas é no ano de 1810 que o artigo passa a povoar melhor a vila, quando 14 residências dedicadas ao gênero que produziram 357 alqueires. O aumento no tamanho da colheita é, provavelmente, um reflexo da mudança da Corte para o Rio de Janeiro.

Na vila de Taubaté, a produção nunca teve grande destaque, mas esteve sempre presente. O aumento que se percebe não foi substancial. No primeiro ano em que possuiu detalhes, 1802, o volume total da produção foi de 540 alqueires. Este valor subiria para 576

alqueires em 1808 e 588 em 1810, ou seja, os produtores dedicaram-se cada vez mais ao gênero, mas numa cadência lenta.

Em Lorena a situação não foi muito diferente de Taubaté. Infelizmente, só os anos de 1797 e 1802 apresentaram os detalhes das produções. No primeiro ano foram 45 fogos envolvidos no plantio que colheram 1166 alqueires pelas mãos de 629 escravos. Já no segundo ano, foram 48 residências envolvidas no cultivo do arroz, colhendo 1180 alqueires. Em 1802, todavia, existe um mapa de preços que permite verificar o pequeno valor de mercado do arroz, que custava cerca de 320 réis somente, chegando a ser negociado por parcos 200 réis¹²⁰.

No litoral o arroz esteve em constante decadência. Porém, a vila de Ubatuba fornece novos dados para a análise. No ano de 1798 eram 21 produtores de arroz, sendo que alguns afirmaram vender o gênero. O volume total da colheita foi de 669 alqueires, porém, no mapa comparativo aparecem somente 544 alqueires produzidos na vila, sendo que 284 alqueires teriam sido consumidos na própria vila e os outros 260 alqueires foram vendidos.

O valor do gênero não destoou muito do encontrado em Lorena, onde o preço máximo pago foi 360 réis, 240 réis o preço mínimo e média de 300 réis. O destino do cultivo foi mormente para São Sebastião, com 112 alqueires, e o restante foi para a capitania do Rio de Janeiro, nas Praças do Rio de Janeiro, Ilha Grande e Parati, com 148 alqueires no total.

Portanto, ainda que o volume envolvido na atividade mercantil tenha sido pequeno e que o valor de mercado não fosse elevado como outros gêneros, é significativa a participação do arroz nas embarcações para a capitania carioca, principalmente, tendo em vista que o comércio já era feito antes da chegada da família real.

Na lista nominativa de Ubatuba de 1802, muitos foram os produtores que não descreveram o arroz. Somente dois domicílios informaram o cultivo deste gênero, foram eles: Francisco Antônio, dono de 36 escravos que fez 43 alqueires, e João Vilela, nascido em Parati, senhor de 44 escravos que fabricou 500 alqueires de arroz.

No mapa comparativo desta vila, aparecem 888 alqueires de arroz feitos, sendo que 344 foram destinados ao consumo e 544 à exportação. O mapa de exportação corrobora com o anterior e indica que 514 alqueires foram para a Praça do Rio de Janeiro e outros 30 alqueires foram vendidos para São Sebastião.

¹²⁰ O arroz vendido pelo porto de Iguape para o Rio de Janeiro alcançou valores mais significativos, sendo o preço corrente 1\$050 réis em 1809, 1\$459 réis em 1812, decaindo para 800 réis em 1815 e atingindo 1\$564 réis em 1817. Para mais: VALENTIN, Agnaldo. **Uma civilização do arroz**. Agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880). 2006. 370 f. Tese (Doutorado em História Econômica)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.28.

Em 1808, são mais fogos que se dedicam a este artigo, 13 no total, porém o volume produzido foi menor, somente 286 alqueires. As maiores produções foram feitas nas residências de Angélica Jacinta Correa e Manuel da Silva Alvez, 50 alqueires cada um. Foi a dona Angélica, também, a proprietária do maior número de escravos participantes no cultivo do arroz, 41 escravos.

Sobre Angélica Jacinta possuo ainda outros detalhes. Ela era nascida na cidade do Rio de Janeiro, já era um senhora de idade, viúva e, também por isso, seu fogo era administrado por Antônio Joaquim da Costa no ano de 1808. Entretanto, não encontrei informações sobre este senhor.

No último ano, 1810, foram quatro domicílios que se dedicaram ao plantio do arroz. Os números são pequenos, sendo que o único fogo que chama atenção é, novamente, o de dona Angélica Jacinta Correa, que fez 150 alqueires com seus 41 escravos.

Na vila de São Sebastião, a conjuntura não era diferente. Até 1803, os maços de população não fornecem maiores detalhes sobre o plantio, razão pela qual pode-se concluir que o arroz foi alvo de pouco interesse dos domicílios. Neste ano, quinze agricultores se dedicaram a esta planta, perfazendo um total de 489 alqueires de arroz colhidos.

O principal expoente deste grupo foi Manoel da Silva Lopes, capitão de costada, que fez 153 alqueires e era dono de 40 escravos. Além do arroz, ele fabricou 54 arrobas de açúcar, 14 arrobas de mascavo, 50 canadas de aguardente, 94 alqueires de feijão e 250 alqueires de farinha.

Contudo, não foi dele o maior plantel envolvido no cultivo. Julião Moreira e Maria Gomes de Ov., tinham 69 escravos cada e também plantaram o arroz. Ambos eram pessoas destacadas na sociedade local; o primeiro tinha a patente de Tenente Coronel e era senhor de engenho, enquanto a segunda era dona e senhora de engenho. Ainda assim, colheram 16 e 12 alqueires respectivamente.

Em 1808, o número de lavradores que se dedicaram ao arroz decaiu para sete, somente, e três merecem destaque. O capitão de milícias e senhor de engenho João José da Silva fez 100 alqueires de arroz com seus 66 escravos. A senhora Anna Josefa colheu os mesmos 100 alqueires de arroz, porém, ela possuía 57 escravos. E, por fim, Antônia Margarida fabricou parcos 25 alqueires de arroz, mas ela era dona de 91 escravos. Além disso, ela era natural da Ilha de São João e senhora de engenho.

A rizicultura, portanto, não tinha grandes raízes na região Norte. Nem todas as vilas se dedicaram ao seu plantio. São Luiz, por exemplo, não cultivou em nenhum ano, mas

algumas fizeram volumes interessantes do cereal e venderam para o Rio de Janeiro. Lorena e Ubatuba deixam clara essa conexão.

A rizicultura foi mais densamente presente no Vale do Ribeira. O estudo de Agnaldo Valentim sobre o arroz em Iguape e Xiririca também se baseou nas listas nominativas. No ano de 1801, o autor visualizou que uma pequena parcela da população era possuidora de escravos, em Iguape pouco mais de 21% da população e em Xiririca pouco menos de 40%.

Os números mais reveladores, porém, concentram-se na atividade efetuada nos domicílios e nos volumes de exportação. De acordo com a tabela 1.8 do autor, 30,6% da população de Iguape e 47,6% de Xiririca se dedicaram ao cultivo de arroz, sendo que, 1,3% das residências de Iguape e 2,9% de Xiririca tinham engenhos de arroz¹²¹. O autor também apontou que "a exigência de força de trabalho escrava não se configurava como fator limitante à expansão da rizicultura"¹²², algo que, provavelmente, era compartilhado pelas vilas do Norte.

A exportação do arroz, entre os anos de 1809 e 1825, foi de volumes muito superiores aos praticados nas vilas do Norte. Em 1809, por exemplo, o Vale do Ribeira exportou para o Rio de Janeiro 12.770 alqueires de arroz e 3655 alqueires para Santos¹²³. Enquanto isso, as vilas do Norte, no início do século XIX, colhiam pouco mais de um milhar de alqueires.

A crescente importância do arroz não foi sentida somente nas colônias. Em Lisboa, segundo Valentim Alexandre, um dos gêneros de maior destaque, após açúcar e couro, era o arroz. Para o autor, perceber a crescente valorização de preços e demanda por diferentes mercadorias, tais como o arroz, foi algo que escapou nas obras de Arruda e Novais, porém, é significativa nas balanças de comércio os valores que estes produtos adquirem na virada do século¹²⁴.

¹²¹ VALENTIN, Agnaldo. **Uma civilização do arroz**. Agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880). 2006. 370 f. Tese (Doutorado em História Econômica)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.37.

¹²² Id., Ibid., p. 38.

¹²³ Id., Ibid., p.27.

¹²⁴ ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império**: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993. p. 25-40.

2.3.5 – Café, gênero do século XIX

As vilas do norte se notabilizaram nos séculos XIX e XX pelo cultivo do café. O grão ultrapassou, por volta de 1850, o açúcar em importância e volume exportado¹²⁵. Seu cultivo ficou centrado nas áreas do Vale do Paraíba fluminense, Vale do Paraíba paulista, sul de Minas Gerais e Oeste da Província de São Paulo.

Porém, nos maços de população das vilas do norte (no século XIX, Vale do Paraíba paulista) o café não aparece com grande destaque. Em Cunha ele não foi cultivado, pelo menos até o ano de 1810.

Na vila de Jacareí, em 1810, o primeiro agricultor arriscou seu plantio. O capitão-mor da vila, Miguel Martins de Siqueira, era dono de 15 escravos, sendo oito africanos, e não plantava açúcar. Por outro lado, dedicou-se a cultivar diferentes gêneros em quantidades substanciais: fez 200 alqueires de milho, 50 alqueires de feijão, 60 alqueires de arroz, 10 arrobas de algodão, 100 arrobas de café e 200 arrobas de fumo. Os dois últimos gêneros listados renderam para ele 552\$000 réis, tendo sido vendido o café por 2\$000 réis a arroba e o fumo por 1\$760 réis. Percebe-se que, apesar de não ser um gênero difundido, o valor da arroba do grão era alto.

Em Taubaté, foi no ano de 1808 que se tentou o cultivo desta planta. A agricultora Maria Leme do Prado, proprietária de 12 escravos, fabricou 13 alqueires de feijão, 138 alqueires de farinha, dez de arroz, quatro arrobas de algodão e duas arrobas de café. Não informa, porém, outros detalhes.

Na vila de São Sebastião, foi também no ano de 1808 que o primeiro domicílio dedicou-se ao café e foi também uma mulher que plantou o gênero. A dona Joaquina de Macedo plantou 80 alqueires de farinha, 8 de feijão e quatro arrobas de café, que vendeu na terra; sob suas ordens ela possuía 17 escravos.

Na vila de Ubatuba foi onde o café fincou as raízes mais fundas neste período. Em 1798, eram sete residências que arriscaram o plantio do café. Para cinco deles, todavia, o volume colhido não ultrapassou seis arrobas, e o número de escravos que trabalharam nestas propriedades não chegou a duas dezenas.

Entretanto, dois senhores despontam como os principais a plantar o café. O alferes Antonio Henrique era dono de 22 escravos e cultivou duas arrobas de café, além de farinha, anil, feijão, arroz e milho. E, Domingos Correa Brandão fabricou, com as mãos de seus 46

¹²⁵ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968. p. 223-226.

escravos, 50 arrobas de café, vendidas no Rio de Janeiro. Além do mais, fez farinha, milho, feijão e arroz.

Na mesma vila, em 1808, a quantidade de produtores de café chegou a doze. Ainda houve a ocorrência de domicílios que plantaram volumes parcos de café, no entanto, a média por fogo aumentou. Foram nove residências que indicaram 10 ou mais arrobas de café colhidas neste ano. E, dentre eles, o cabo Salvador Luiz destaca-se com 120 arrobas cultivadas e vendidas no Rio de Janeiro por 1\$280 réis.

Este senhor, por sinal, é indício da necessidade de alta patente para conseguir melhores negócios. Isto porque, Antônio Alvez Louredo, ajudante das ordenanças, também vendeu suas 50 arrobas de café no Rio de Janeiro, mas para ele foram pagos 2\$000 réis por arroba. Mesma cotação praticada para o alferes Manuel da Silva Alvez, que fez 16 arrobas de café, e Angélica Jacinta Correa, nascida no Rio de Janeiro, que comercializou 20 arrobas.

Contudo, a situação era ainda menos favorável àqueles que não possuíam posto nas ordenanças. Joaquim Glz. fez 40 arrobas de café, era dono de 12 escravos e vendeu sua mercadoria no Rio de Janeiro. Ainda assim, a cotação paga para ele foi de 600 réis por arroba, somente. Obviamente, a qualidade do produto deveria influenciar nos valores transacionados.

Por fim, os moradores de Lorena não listaram o cultivo do café. Entretanto, no mapa de exportação e no mapa de preços dos anos de 1797 e 1802 ele aparece.

O mapa de preços de 1797 indica que o café estava muito valorizado na vila. A arroba era negociada a 3\$900 réis, valor quase duas vezes maior que o do açúcar refinado. E, nos mapas de exportação, aparecem 70 arrobas do grão, exportadas para o Rio de Janeiro. Interessante, também, que no mapa comparativo da paróquia de Areias constam 2912 arrobas de café produzidas, mas todo este volume teria sido consumido na própria vila.

E, no ano de 1802, os mapas de exportação revelam o comércio dos grãos para o Rio de Janeiro. Ao todo foram 90 arrobas de café para a Praça carioca, no valor de 1\$600 réis a arroba. Apesar do decréscimo na cotação do café em relação a 1798, ele ainda estava no mesmo patamar do açúcar refinado, na verdade, os preços por arroba eram exatamente iguais.

Thereza Petrone, na década de 60, já falava sobre a policultura praticada nas vilas do Norte. Para ela, o açúcar não monopolizou as forças da região, sendo que diversos gêneros foram produzidos. Nas palavras da autora:

No Vale do Paraíba, apesar de certa importância, a cana de açúcar nunca teve o papel que teve na outra área de "serra acima", ou seja, no quadrilátero formado por

Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá [...]. Parece, entretanto, que a cana de açúcar não monopolizou todas as forças dessa área¹²⁶.

Ao utilizar os maços de população constata-se que foi, de fato, uma opção dos agricultores da vila do Norte expandir o portfólio de culturas. Isto porque, muitos destes homens já fabricavam açúcar e aguardente, mas, mesmo assim, optaram por introduzir outras culturas em suas terras.

Do mesmo modo, não se pode afirmar que os cultivos foram executados pela camada mais popular da população nortista. Foram citados diversos exemplos de produtores que tinham o *status* de senhor de engenho ou fazendeiro e que praticavam a lavoura de diversos gêneros. Além disso, muitas vezes, estes sujeitos eram donos de plantéis respeitáveis, contando com dezenas de escravos.

Apesar disso, é digno de nota que alguns gêneros apareciam primeiramente nos domicílios menos abastados deste espaço. Entretanto, este movimento de diversificação da plantação não foi símbolo somente das vilas do Norte. Pelo contrário, Jorge Pedreira afirmou que:

No Brasil, o cultivo da cana-de-açúcar estendeu-se a novas áreas, enquanto o algodão tornou-se uma das primeiras mercadorias do comércio a longa distância. O renascimento agrícola contemplou ainda outras produções, que se destinavam quer ao mercado interno, quer à exportação. Em suma, a prosperidade mercantil não deve ser subestimada¹²⁷.

Logo, foi no processo de renascimento da agricultura da América portuguesa que as diferentes plantas foram incentivadas. Como foi afirmado no primeiro capítulo, pelas ordens régias fica exposta a intenção da Coroa portuguesa de diversificar o plantio na capitania paulista e integrar os espaços imperiais. E, pelo que foi discorrido neste capítulo, as vilas do Norte constituíram uma ambiente favorável para o desenvolvimento de plantios diversos.

¹²⁶ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968. p. 38-39.

¹²⁷ PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir. **A Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 66.

CAPÍTULO 3: OS PRINCIPAIS DAS VILAS DO NORTE

O período final do século XVIII e o início do XIX foi de profundas alterações na sociedade do Império português. Como já foi tratado anteriormente, a metrópole se preocupou em desenvolver a produção da América e, também, aprofundar os laços mercantis com seus domínios. Este capítulo busca discutir de que forma esta conjuntura interferiu nas escolhas, econômicas e políticas, dos principais potentados da parte Norte da capitania de São Paulo.

João Fragoso, Carla de Almeida e Jucá Sampaio indicaram que a primeira geração na América foi formada por conquistadores. Homens que, através de seu próprio cabedal e esforço, trabalharam para expandir o domínio régio. Esta primeira elite conseguiu mercês, benefícios e privilégios da Coroa que lhes permitiram manter por longo período o controle local e, da mesma forma, seus descendentes reclamaram para si a tradição conquistadora de suas famílias¹.

Os descendentes destes homens reafirmaram o *status* de conquistadores que sua família carregava. A preocupação deles era preservar o mando local que exerciam. Assim, lembrando os feitos de seus pais e avós, estes fidalgos afastavam os negociantes e os senhores de engenho que possuíam maior cabedal, mas menor reconhecimento régio, das instâncias administrativas locais².

Ao mesmo tempo, foi praticada por estas famílias uma "engenharia política" para os casamentos. Os membros das famílias desempenhavam um papel específico e tinham como objetivo adquirir matrimônio favorável ao próprio clã. Assim, os casamentos endogâmicos eram executados para dificultar a inserção de outras pessoas em instâncias administrativas. Os casamentos externos, porém, eram feitos para dar variedade aos negócios da família. Desta forma, as núpcias serviam para expandir a atuação familiar, mas mantendo o poder local dentro do próprio grupo³.

O texto de Fragoso, não obstante, retrata o Rio de Janeiro. Esta Praça tornou-se central no comércio imperial português e seus negociantes, por consequência, aumentaram

¹ FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio. Cenas do Antigo Regime nos trópicos. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio (Org.). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos.** América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 22-24.

² FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: Op. cit., p. 44-48.

³ Id., Ibid., p. 61-72.

suas posses rapidamente. Esta especificidade fez com que no século XVIII as famílias cariocas tradicionais perdessem espaço para os enriquecidos negociantes⁴.

Na mesma linha de raciocínio, Carla Maria de Almeida indicou a trajetória de Maximiliano de Oliveira Leite e sua família na capitania de Minas Gerais. Como a autora destaca, a principal característica deste clã foi conseguir "construir-se como uma elite de projeção imperial". Ao observar a trajetória dos descendentes de Maximiliano, nota-se que "tanto localmente quanto nas regiões mais centrais do Império português" eles estiveram presentes exercendo postos de controle⁵.

A atuação nas câmaras por parte das elites locais não foi exclusividade do além-mar. Em artigo, Paulo Fernandes descreveu uma determinada oligarquia local que ocupou os postos camarários em Portugal. Para o autor, em concordância com Nuno Monteiro, a principal razão da proeminência destes homens era a espontaneidade com que impunham respeito⁶.

Ainda de acordo com Fernandes, "a institucionalização do princípio de soberania popular pelo regime liberal teve como consequência a alteração da forma de recrutamento das elites locais", quando os critérios passaram a ser censitários e não mais através do parentesco.

Em Viana do Castelo, "foi um estrato burguês em ascensão" que passou a dominar o município e, em Torre Vedras, novos indivíduos passaram a participar da câmara. Já em Lisboa, de economia mais pujante, vários novos estamentos conseguiram fazer parte da composição da municipalidade.

Entretanto, o termo ruptura é rebatido pelo autor. Através das fontes por ele consultadas e as análises feitas, percebe-se "uma certa continuidade entre o 'velho' e o 'novo'". Ainda mais, porque "alguns dos novos vereadores já tinham tido experiência governativa em virtude de terem desempenhado cargos municipais, como os de procurador do concelho, chanceler, tesoureiro e escrivão"⁷.

Este terceiro capítulo, portanto, refere-se a alguns bandos de poder local que se formaram nas vilas do Norte. O primeiro passo foi elencar as principais famílias através dos

⁴ FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: Op. cit., p. 99-104.

⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra como projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio (Org.). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 124.

⁶ FERNANDES, Paulo J. da Silva. **Elites locais e poder municipal**. Do Antigo Regime ao Liberalismo. Lisboa, Portugal: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; *Análise Social*, vol. XLI, n. 178, 2006. p. 57-61.

⁷ Id., *Ibid.*, p. 62-73, citações p. 62, 63 e 66.

maços de população. Estes documentos fornecem o posto de ordenanças, o número de escravos e o nome completo do responsável pelo domicílio. A partir do século XIX ele apresenta, também, a naturalidade, a produção e outros detalhes sobre as finanças da residência.

Em face disto, busquei encontrar as principais famílias de cada vila. Em Cunha foram os grupos Macedo e Siqueira⁸ que se destacaram. Em Jacareí, foram os potentados da família Nogueira, tendo papel central Hilário Gomes Nogueira. Na vila de Lorena, os reinóis de sobrenome Portugal, que deram indícios sobre a dinâmica de imigrantes nesta parte da capitania de São Paulo, e o clã Reis também foram arrolados. Em São Luiz, a família Gomes e Gouveia foram os principais pecuaristas e galgaram mercês régias. E, em Taubaté, o clã Costa formou os principais potentados da vila.

No litoral, a principal família foram os Correa, todavia, o clã Moura explicita a prática de empréstimo de engenho para fabricação de açúcar. E, por fim, em Ubatuba, somente a família Homem teve a trajetória refeita. Ainda assim, nesta vila também observei Rosa Luzia de Aguirre, devido ao tamanho de sua escravaria, sua dedicação a diferentes gêneros, tais como o anil, e o diferencial "dona" que lhe foi concedido⁹.

Ao mesmo tempo, busquei na documentação do Conselho Ultramarino referências aos sobrenomes listados, especialmente quando os principais agentes de cada família eram relatados. Os resultados obtidos, via de regra, foram pedidos de sesmarias ou confirmações de cartas patentes. Em alguns casos, todavia, encontrei documentos que foram além e explicitaram outros aspectos da vida destes homens. Algumas disputas domésticas dos proeminentes senhores da vila de Cunha, inclusive, foram relatadas.

Como não podia deixar de ser, os potentados estavam em patamares, material e social, distintos uns dos outros. Por exemplo, o sargento Francisco Homem da Costa, maior expoente do bando Homem, conseguiu, em 1798, amealhar o suficiente para manter 16 escravos. Número muito inferior aos 80 escravos do capitão Hilário Gomes de Nogueira da vila de Jacareí, no mesmo ano. Ainda que não definitivo, o tamanho do plantel de escravos indicava o cabedal do domicílio.

Da mesma forma, os dois grupos de Cunha, os Macedo e os Siqueira, são recorrentes na documentação do Conselho Ultramarino, mais do que qualquer outro bando. Isto devido à

⁸ Os Siqueira aparecem com duas grafias: Siqueira e Siqueira Mota. Para facilitar a compreensão, unifiqui todos os nomes pelo Siqueira, sobrenome que mais aparece.

⁹ É possível que ela tenha sido parente de Paulino Aires de Aguirra. Cf. MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 86.

proximidade que conseguiram com os governadores da época, relatado no capítulo 1, e as disputas por mercês na vila. Ainda assim, respeitando as diversidades destes grupos, eles foram os potentados de suas respectivas vilas.

E, tendo em vista as diferentes situações em que se encontravam os grupos familiares nas vilas do Norte, busquei utilizar o conceito de família, clã ou bando para denominar os homens e mulheres que foram arrolados com um mesmo sobrenome. Os conceitos potentados e elites, por outro lado, não seguem este caráter generalizante. Para a autora Carla de Almeida, as famílias que desejavam ter projeção imperial deveriam respeitar duas condições básicas:

Precisavam, antes de qualquer outra coisa, se construir como uma nobreza da terra, o que implicava necessariamente ocupar cargos concelhios, atuar na conquista e na defesa da soberania da Coroa Portuguesa na colônia, *integrar as ordenanças e acumular grandes cabedais*. Para além disso, outra condição fundamental para ter sucesso neste empreendimento era *manter ou estabelecer vínculos fortes e decisivos com o centro do Império*, o que podia ser viabilizado pelo sistema de casamentos, pela colocação de descendentes ou aparentados no Reino e *pela proximidade com as principais autoridades coloniais residentes na América, sobretudo com os governadores das capitanias*¹⁰.

As famílias selecionadas se enquadram na primeira exigência da autora. Porém, não foi possível observar a participação destes homens nos concelhos, devido à documentação utilizada. E somente o agente Antônio José de Macedo conseguiu manter uma estreita ligação com o governador Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802), inclusive após o regresso deste a Portugal.

Assim sendo, creio que os grupos que tiveram suas trajetórias remontadas foram bandos locais, que eram vistos com respeito pelos habitantes das vilas e, em determinada medida, exerciam mando no local. Logo, eram potentados. No caso de Antonio José de Macedo, além da localidade, ele parece ter conseguido uma projeção imperial. Assim, não vou lançar mão do desígnio "elites" para os homens arrolados, apesar de ser possível acreditar que alguns tinham conexões com o centro do Império e da volatilidade do termo.

3.1 – As famílias de São Sebastião¹¹

¹⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra como projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio (Org.). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 136-137 (grifos meus).

¹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de São Sebastião, 1789-1810: rolos 183-185.

A vila de São Sebastião localizava-se a 90 quilômetros, aproximadamente, do porto de Parati e 45 quilômetros dos portos de Ubatuba e Santos. Além disso, através do caminho de Paraibuna, era possível alcançar Serra Acima, pela vila de Jacareí. Sua posição geográfica permitia o contato constante com a capitania do Rio de Janeiro e com o principal porto paulista.

O cultivo de cana-de-açúcar remonta à década de 1780, pelo menos. No ano de 1783, Manoel Cardoso de Abreu afirmava que a vila, assim como Ubatuba, produzia pescados, fumo e aguardente, que comercializava com a Praça do Rio de Janeiro.

Segundo Thereza Petrone, até os anos de 1788-1789, o açúcar progrediu na parte Norte do litoral paulista. Porém, com as ordens restritivas do governador Bernardo José de Lorena (1788-1797), ela entraria em decadência. Nas palavras da autora: "o litoral ao Norte de Santos [...] foi, sem dúvida, muito mais povoado e tinha, apesar de tudo, uma economia bem mais florescente"¹².

O ano de 1803 foi o primeiro em que os maços de população indicaram detalhes sobre a colheita em São Sebastião. Neste ano foram lavradas mais de seis mil arrobas de açúcar nesta vila. Este volume sugere a exportação do produto, seja via Santos, seja via Rio de Janeiro.

A influência do açúcar nas vilas do norte já foi retratada, mas deve ser reforçada. Conforme indicou Lucila Herrmann, os engenhos de açúcar trouxeram às vilas paulistas "uma crescente complexidade, permitindo uma hierarquização nos 'teres' e a formação de classes distintas". A "classe" de senhores de engenho se formou neste período enquanto os escravos "invadiram" as vilas¹³.

A aguardente também representou o desenvolvimento econômico para os novos senhores de engenho. Sendo ela um subproduto da cana-de-açúcar, mas ainda assim de grande valor no mercado e com crescente demanda, sua produção não era onerosa e o retorno econômico muito favorável. Não por acaso, os exemplos listados em São Sebastião tiveram alguns domicílios dedicados à produção de açúcar ou aguardente ou ambos.

3.1.1 – Manoel Correa de Mesquita e os outros Correa.

¹² PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968. p. 25-35, citação p. 27.

¹³ HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômicas; Edição Fac-Similada, 1986. p. 65.

Manoel Correa de Mesquita aparece na vila de São Sebastião, em 1788, com o posto de sargento-mor aos 50 anos. A lista deste ano indica também que ele possuía 39 escravos, porém não existem outros detalhes. No mesmo ano, usando o sobrenome Correa, aparecem João Correa Marzagam, 50, com o posto de capitão, e 13 escravos; na vila de Cunha, Manoel Rodrigues Correa, dono de 11 escravos, duas casas e um sítio, onde produziu artigos para alimentação. A vila vizinha, Ubatuba, em 1790, tinha um representante do sobrenome Correa: Domingos Correa Brandão, 56, que tinha 39 escravos, mais o posto de capitão de agregados.

Ao final do governo de Lorena, em 1797, ao contrário do que seria esperado, o número de escravos sob sua posse aumentou consideravelmente. Aos 63 anos de idade, Manoel Correa de Mesquita passou a contar com 81 escravos em suas propriedades, além de manter o posto de sargento-mor.

João Correa Marzagam, também com 63 anos, teve um aumento de suas posses. Ele manteve o posto nas ordenanças (capitão) e adquiriu mais escravos, totalizando 22. Em Cunha, Manoel Rodrigues Correa também comprou novos escravos e chegou a 13 almas.

De volta a São Sebastião, outro Correa surge em 1797. José Correa da Silveira Marzagam, 48, não possuía posto nas ordenanças, mas era dono de 14 escravos. Neste ano, não existem outros detalhes sobre este senhor.

E, em Lorena, encontra-se um outro membro da família. José Correa Machado não possuía muitos escravos; de fato, listou apenas um que deveria servir para lhe ajudar nos serviços de casa. Não obstante, ele obteve o posto de sargento e vivia da venda de molhados. Ele chegou a relatar, inclusive, a compra de 50 barris de vinho e dois barris de aguardente do Reino, por 150\$000 réis, que foram vendidos na região, auferindo o lucro de 32\$000 réis.

Na vila de Ubatuba, em 1798, Domingos Correa Brandão, 62, também foi listado. Ele era dono de 46 escravos, mas não apresentou posto militar. Interessante observar que este senhor arrolou sua colheita em 260 alqueires de farinha, 18 de milho, 120 de feijão, 80 de arroz e 50 arrobas de café. Sem dúvida, seus negócios residiam na Praça do Rio de Janeiro, pois o café foi vendido neste porto, da mesma forma que 60 alqueires de arroz.

Em 1803, a melhoria na qualidade dos maços de população e a incorporação de maiores detalhes proporcionam a percepção de novas e interessantes informações acerca desta família. Manoel Correa de Mesquita continua sendo o principal nome, dono de 84 escravos e possuidor da patente de sargento-mor. O bispado do Porto foi o local de nascimento deste homem que passou a ser descrito como senhor de engenho. E a sua colheita foi relatada com 550 arrobas de açúcar fino e 30 arrobas de mascavo produzidas em seu engenho, além de 10

pipas de aguardente que foram vendidas em Santos. De resto, lavrou também 150 alqueires de farinha e 50 de feijão.

João Correa Marzagam não apresenta mais posto nas ordenanças, mas conseguiu aumentar sua escravaria para 26 almas. Assim como Manoel, ele também foi listado como senhor de engenho e fabricou açúcar fino, 200 arrobas, e mascavo, 8 arrobas, além de artigos para necessidade básica.

José Correa Marzagam, 54, foi pormenorizado como agricultor que cultivou 250 alqueires de farinha e 20 de feijão. Porém, ele também conseguiu produzir 38 arrobas de açúcar fino. Como o próprio proprietário relatou no documento, "o açúcar foi feito em engenho de outrem"; provavelmente, os outros representantes da família Correia, descritos aqui, deveriam ter permitido o uso de sua moenda.

Manoel Rodrigues Correa, da vila de Cunha, volta a aparecer nos maços. Sua plantação era modesta, tendo colhido 120 alqueires de milho e 20 alqueires de feijão que, segundo ele mesmo afirmou, foram consumidos em sua casa. O número de escravos também foi o mesmo de seis anos antes: 13. Porém, nesta lista ele especifica sua profissão: negociante de fazenda seca.

Nota-se que, durante o governo de Mello e Castro, apesar de sua insistência em incentivar a produção e comércio da região Norte paulista, os ganhos materiais destes senhores foram menores do que no governo anterior. Uma das hipóteses pode ser a própria ligação de Manoel Correa de Mesquita com os negociantes de Santos, já que, mesmo com a liberdade de comércio, ele vendeu sua aguardente para Santos e não para o Rio de Janeiro – mesmo os cariocas oferecendo, via de regra, valores melhores pelas mercadorias paulistas, conforme indiquei no capítulo anterior.

O crescimento moderado, todavia, pode ser explicado também por fatores externos. Apesar de toda a política de incentivo da Coroa e seus funcionários, eles não eram capazes de controlar os preços no mercado europeu, muito menos em período de guerra. Além disso, o açúcar perdia paulatinamente sua potência econômica no cenário atlântico¹⁴.

Em 1808, Manoel Correa de Mesquita, 75, aparece com 58 escravos ante os 84 de 1803. Ainda com o posto de sargento-mor, ele produziu 400 arrobas de açúcar e 110 canadas de aguardente, constatando-se que ambos os produtos foram menos explorados do que haviam sido cinco anos antes. Também plantou artigos para alimentação: 400 alqueires de farinha, 50 de feijão e 50 de arroz.

¹⁴ Cf. ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império**: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

Isabel Correa, 61, viúva de José Correa Marzagam, foi listada como senhora de engenho, dona de 30 escravos e fabricante de 400 arrobas de açúcar e 100 canadas de aguardente, números bem próximos dos de Manoel Correa. Além destes, ela colheu 100 alqueires de farinha, 60 de feijão e 20 de arroz. Infelizmente, houve a omissão de João Correa Marzagam neste ano.

Na vila de Cunha, Manoel Rodrigues Correa reaparece. A lista nominativa de 1808 indicou que ele era carioca e mercador, produziu para seu consumo, mas sem detalhar os efeitos. Apresentou também 11 escravos, dois a menos do que em 1797.

José Correa Machado também volta a ser listado na vila de Lorena. Em 1808, com 55 anos, ele foi descrito como negociante e proprietário de dois escravos. Na mesma vila, o mineiro André Lopes Correa, 57, também foi listado como alferes que possuía nove escravos, sendo cinco de Angola.

A recuperação após a abertura dos portos por parte de Manoel Correa de Mesquita foi rápida. Em 1810, ele afirmou ser do bispado do Porto e, mais especificamente, natural da freguesia de Sever. Como senhor de engenho, continuou fabricando açúcar fino, 450 arrobas neste ano, e aguardente, 9 pipas, além de 600 alqueires de farinha, 80 de feijão e 50 de arroz. Outros dois detalhes são importantes: sua escravaria passou a contar com 82 almas e ele conseguiu o posto de capitão-mor da vila de São Sebastião.

Isabel Correa, aos 63 anos de idade, não forneceu muitos detalhes na lista nominativa, porém ostentava o diferencial "dona" e 25 escravos. O número de escravos era significativo para uma viúva que não se dedicava mais à agricultura, pelo menos não há indícios de que continuou plantando.

E, ainda em São Sebastião, João Correa, 32 anos, surge como capitão da 2ª companhia da vila. Apesar de ser listado como "vive de seus negócios", ele fabricou 40 arrobas de açúcar, 100 alqueires de farinha, 30 alqueires de arroz e 6 de feijão.

Os documentos que utilizo não permitem confirmar esta hipótese, mas acredito que João Correa era filho de João Correa Marzagam, listado até o ano de 1803, com Isabel Correa. Isto porque o batismo com o mesmo nome do pai era prática comum naquela sociedade e a sua capacidade de fabricar açúcar, mesmo sem grande quantidade de escravos ou de um engenho, indica que ele utilizou-se das instalações de outra pessoa, provavelmente as de sua própria mãe.

Outro indício é o posto na ordenança, algo que era exclusividade de alguns homens, pertencentes às principais famílias locais. Segundo Hameister e Gil, "a patente de capitão de

ordenanças era, em todo o Império luso, um cargo de grande distinção, geralmente atribuído à melhor elite da terra", sendo que o Rei a distribuía de forma a "distinguir da plebe"¹⁵.

Em Cunha, Manoel Rodrigues Correa voltou a ser listado. Sem muita novidade em relação aos outros anos, ele afirmou ser natural do Rio de Janeiro, viver de fazenda seca e ser dono de doze escravos.

Manoel Correa de Mesquita foi um imigrante da cidade do Porto que se transformou em potentado local na vila de São Sebastião. Ser reinol na capitania paulista auxiliava nos negócios e contatos com os melhores da região¹⁶. Apesar das medidas de Antonio José da Franca e Horta (1802-1808), seu engenho de açúcar foi um forte instrumento de ganho material e social. Através de seus esforços, ele conseguiu se tornar um dos principais fabricantes de açúcar do litoral Norte paulista.

Suas habilidades garantiram proeminência local, recompensada com postos nas ordenanças. Em última instância, de forma a corroborar sua importância para a região, ele foi nomeado ao posto de capitão-mor.

Mesquita ainda aproveitou os benefícios que adquiriu em sua trajetória para auxiliar outros membros de sua família. Os outros Correa listados deviam ter gravitado ao redor dele e, até por isso, conseguiram galgar acúmulo material e postos nas ordenanças. O bando Correa, portanto, foi centrado no cultivo que tinha historicamente a maior rentabilidade na vila de São Sebastião: o açúcar.

Também fazia parte deste clã Angélica Jacinta Correa, moradora de Ubatuba. Em 1808, ela era proprietária de 41 escravos e tinha uma relação de colheita variada. Ela colheu 290 alqueires de farinha, 50 alqueires de arroz, 4 alqueires de feijão, 20 arrobas de café e 4 arrobas de anil. Seu fogo, porém, era administrado por Antônio Joaquim da Costa Brandão. Este senhor deve ter sido o responsável por negociar 100 alqueires de farinha para Santos, por 400 réis o alqueire; 36 alqueires de arroz para o Rio de Janeiro, por 480 réis o alqueire; além do café e do anil, também para a Praça carioca, por 2\$000 e 11\$000 réis, respectivamente. O fato de Angélica ser carioca deve ter auxiliado na transação.

¹⁵ HAMEISTER, Martha D. GIL, Tiago L. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio (Org.). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 300.

¹⁶ A importância de imigrantes Reinóis na América já foi ressaltada em: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: *Ibid.*, p. 164-168. E, em São Paulo o matrimônio com portugueses era desejado pelas principais famílias da cidade: Cf. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765).** 2006. 339 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Especialmente p. 41-50.

Interessante observar que o administrador do fogo de Angélica era aparentado de Domingos Correa Brandão. E, como visto, este senhor foi um dos poucos a conseguir mais de 20 escravos na vila de Ubatuba, assim como Angélica. Logo, havia grande amizade, se não parentesco, entre duas das principais residências da vila.

Não obstante, em 1810 ela apresentou a mesma dinâmica. Ela era dona de 41 escravos, mas permitia que outro administrasse sua colheita. Os mesmos efeitos foram colhidos e vendidos no Rio de Janeiro, em diferentes quantidades. Os preços praticados se assemelham com os de anos antes¹⁷, com ligeira tendência ascendente. Para as mulheres também havia distintivos sociais. No caso de Angélica Jacinta, ela carregava o desígnio de "Dona solteira".

3.1.2 – Engenhos emprestados

A família Moura representa um caso interessante e diferente na documentação. Em 1788, quatro membros aparecem nos maços de população com o sobrenome Moura. Tobias de Moura, 34, era alferes e dono de 13 escravos, Julião de Moura, 58, era tenente e senhor de 16 escravos, Ignácio de Moura, 67, era proprietário de 13 escravos e não tinha posto nas ordenanças, assim como José Francisco Moura, 44, dono de 10 escravos.

Em 1797, aparecem dois senhores com o nome de Julião de Moura. Um deles com 68 anos de idade, dezoito escravos e descrito como reverendo. O outro tinha 50 anos de idade, o posto de capitão e 43 escravos. Além deles, José Francisco de Moura, 56, apresenta 21 escravos e sem posto nas ordenanças.

Em 1803, Julião de Moura, 75, não foi descrito como reverendo, mas tinha o posto de tenente. Além disso, ele declarou ser senhor de engenho, dono de 23 escravos e produtor de 100 arrobas de açúcar, 10 arrobas de açúcar mascavo e 33 canadas de aguardente, fora efeitos para alimentação.

José Francisco de Moura, 70, também foi revelado como senhor de engenho, proprietário de 29 escravos que fabricaram 200 arrobas de açúcar, 6 arrobas de açúcar mascavo e 55 canadas de aguardente. Assim como Julião, ele também fez artigos para o consumo básico.

O outro Julião de Moura também foi listado neste ano. Porém, desta vez, seu sobrenome foi escrito como Moreira. Além disso, se em 1797 ele tinha 50 anos, em 1803

¹⁷ Os preços praticados foram: 400 réis para a farinha, 360 réis para o arroz, 2\$000 réis para o café e 11\$520 réis para o anil.

deveria ser seis anos mais velho ou próximo disso, contudo, afirmou-se que sua idade era 48 anos.

A propriedade deste Julião era uma das mais rentáveis na vila. Com o posto de tenente-coronel e o distintivo senhor de engenho, ele fabricou 1000 arrobas de açúcar, 100 arrobas de açúcar mascavo, 154 canadas de aguardente, que foram vendidas para Santos, mais farinha, feijão e arroz. E, sua senzala também era de respeito composta por 69 escravos.

Em 1803, outros membros da família Moura foram listados. Elois de Moura Negrão, 45, não era senhor de engenho, logo, não tinha a própria moenda para produzir açúcar. Ainda assim, com seus 16 escravos ele fez 250 arrobas de açúcar e 25 arrobas de açúcar mascavo, além de colher 3 arrobas de algodão, 50 alqueires de farinha e 14 de feijão.

Elois, provavelmente, produziu seu açúcar da mesma forma que José de Moura Negrão, outro membro da família. Este afirmou possuir onze escravos e ter feito 100 alqueires de farinha, quatro de feijão, cinco alqueires de milho e 15 arrobas de açúcar em engenho "emprestado". Pode-se supor, portanto, que os outros Moura emprestaram seus engenhos para Elois e José moerem suas canas-de-açúcar.

O último membro elencado foi José de Moura, 45, que não fabricou açúcar. Em sua residência, ele colheu 95 alqueires de farinha, 12 alqueires de feijão e 20 arrobas de fumo, outro produto que foi incentivado largamente pela Coroa.

Resta ressaltar, ainda, que Julião de Moura afirmou ser reverendo em 1797. Apesar de este detalhe não aparecer no maço de 1803, ser reverendo era algo que também distinguia socialmente. Isto porque reverendo era a pessoa que tinha feito os estudos completos, ou seja, havia passado por Coimbra, onde se manteve estudando. Ir ao Reino estudar era privilégio de poucos e, além de cabedal para tanto, necessitava de contatos em Portugal que o acolhesse¹⁸.

Em São Sebastião, alguns senhores mostraram que não eram somente os de maior fortuna que prosperavam socialmente. Manoel Lopes Ressurreição é o principal exemplo. O primeiro maço consultado para esta vila é de 1788 e o capitão-mor era Ressurreição. Ele manteve o posto até 1803, quando tinha 83 anos de idade. Após esta data não foi mais listado.

Em 1788, aos 66 anos, ele foi listado como capitão-mor e tinha 37 escravos. No final do governo de Lorena, em 1797, sua senzala aumentou para 63 almas. Em 1803, ele era dono de 62 escravos e, além do posto de capitão-mor, ainda se declarou senhor de engenho. Este último ano é o único em que sua atuação foi detalhada na documentação. Neste domicílio foi

¹⁸ HAMEISTER, Martha D. GIL, Tiago L. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio (Org.). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 285.

declarada a fabricação de 25 arrobas de açúcar e 13 canadas de aguardente. Para a alimentação, ele produziu 300 alqueires de farinha e 6 alqueires de feijão.

O retrato de Manoel Lopes Ressurreição não indica um grande produtor de açúcar. Porém, a quantidade de escravos que ele possuía e o posto de capitão-mor corroboram com a hipótese de ele ter sido alguém importante na vila¹⁹. O engenho, em outros tempos, talvez tenha produzido uma média anual maior do que as 25 arrobas de 1803.

Mathias Teixeira foi outro potentado local da vila de São Sebastião. Em 1788, aos 55 anos de idade, ele não indicou ter posto nas ordenanças, nem outros detalhes foram fornecidos na lista nominativa. Entretanto, ele era dono de 97 escravos, maior plantel da vila.

Nos anos seguintes, seus negócios prosperaram. Ainda que não tenha conhecimento da colheita, ou comércio, executada em sua propriedade, a quantidade de escravos aumentou para 112 almas.

Contudo, nenhum fogo apresentou Mathias Teixeira como proprietário em 1803. É possível que ele tenha falecido e seus escravos, como parte do espólio, tenham ido para seus herdeiros.

A evolução do número de escravos presentes na vila também esboça o desenvolvimento econômico e social de São Sebastião.

Tabela 3.1 – Número de escravos divididos por estrato social na vila de São Sebastião.

	1788		1797		1803		1808		1810	
	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos
20-	9	484	19	760	22	970	13	560	13	570
10-20	23	306	33	444	41	550	15	211	12	153
0-10 ²⁰	16	50	4	27	2	11	9	19	5	25
Total	48	840	56	1231	65	1531	37	790	30	748

A tabela permite verificar a escalada de escravos na vila de São Sebastião. Isto só era possível devido ao aumento de renda de seus moradores. Os incentivos régios atuavam facilitando a inserção de mão de obra na vila, a colheita expandia e retornava capital para os proprietários, especialmente quando os efeitos cultivados tinham boa aceitação no mercado.

¹⁹ "O cargo de capitão-mor era o mais elevado na hierarquia militar e conferia a seu ocupante nobreza vitalícia. Era função que só as pessoas principais de uma determinada localidade poderiam ocupar": ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio (Org.). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos.** América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 159.

²⁰ Os domicílios com menos de 10 escravos só foram listados nos casos em que os proprietários tinham posto nas ordenanças e/ou praticavam atividades comerciais, independente da dimensão de seu negócio.

Este capital era investido em expansão dos negócios da família, serviços ao Rei e em novos escravos.

Portanto, na operação de divisão entre a quantidade total de escravos pelo número de fogos, para se conseguir a média de escravos por fogos, percebe-se que entre os anos de 1788 e 1803 houve a escalada de trabalhadores compulsórios na vila. Em 1803, eram mais de 23 escravos por residência, em média. O ano de 1808, porém, foi de decréscimo do volume total de escravos e de fogos listados. O ano de 1810 foi o de menor número de escravos presentes nos domicílios destes senhores. Todavia, a menor quantidade de fogos listados, por não se encaixarem nas marcas da pesquisa, fez com que a média de escravos fosse a mais alta de todos os anos: 24,9.

Existem duas explicações para o processo desencadeado no ano de 1808: a imigração de homens que faziam parte deste grupo; e/ou a perda de cabedal com a crise nos preços, o que teria levado os senhores a venderem parte de seus bens. Isto foi mais prejudicial ao grupo intermediário, uma vez que o volume de mão de obra atrelado aos homens mais abastados na vila aumentou progressivamente em todos os anos.

Por último, a progressão de mão de obra africana na vila de São Sebastião, de acordo com os volumes de colheita (cf. Capítulo 2), seguiu o padrão estabelecido pela cana-de-açúcar. Em 1803, o volume de açúcar fabricado foi maior que seis mil arrobas, enquanto em 1810 o volume não ultrapassou de 2300 arrobas. A aguardente, por seu turno, teve a produção de 8600 canadas em 1803, 3546 canadas em 1808 e mais de 9700 canadas em 1810. Esta evolução indica que o consumo interno estava mais aquecido que o externo e, ao mesmo tempo, é provável que os senhores de engenho tenham se dedicado às giribitas para conter as perdas do açúcar.

3.2 – Ubatuba e os postos militares²¹

Um dos principais moradores da vila de Ubatuba era Diogo Escobar Ortiz. Sua relevância social reside nos cargos que ocupou, muito mais do que no cabedal que acumulou. A maior quantidade de escravos que chegou a possuir foram 18 e não chegou a construir engenho, mas fez giribitas em engenhocas de amigos.

²¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Ubatuba, 1789-1810: rolos 212-215.

Em 1790, Diogo Escobar Ortiz tinha 49 anos, 18 escravos e ele ocupava o posto de sargento-mor; por isso, era responsável pelos mais de 1800 habitantes da vila, entre brancos e escravos²².

No ano de 1798, Ortiz, 56, mantinha seu posto de sargento-mor e era proprietário de 13 escravos. Ele colheu 170 alqueires de farinha, 12 alqueires de milho, 8 de feijão, 18 alqueires de arroz e 2310 canadas de aguardente. Este efeito foi o equivalente a 63% de toda a produção feita neste ano na vila. Também é interessante destacar que as giribitas, segundo afirmou-se no Maço, foi guardada em seu armazém. Uma vez que ele não declarou ser dono de engenho, acredito que sua aguardente foi fabricada por empréstimo do maquinário de algum aliado.

Diogo Escobar Ortiz não foi arrolado em 1802. Em 1808, entretanto, ele foi listado como lavrador e capitão-mor. Sua senzala passou a ser composta por 14 membros e sua colheita registrou feijão, arroz, milho e farinha, que, com exceção do feijão, não ultrapassaram 100 alqueires.

Aos 68 anos de idade, em 1810, ele ainda era o capitão-mor de Ubatuba. Ainda assim, por ter nascido em São Sebastião, este é, por sinal, o primeiro ano que concede esta informação. Seu número de escravos decresceu para 12, mas seus negócios ampliaram. Além dos artigos para alimentação, ele passou a lavar o café. Colheu, neste ano, 40 arrobas do efeito e as vendeu no Rio de Janeiro, por 1\$600 réis a arroba.

Rosa Luzia de Aguirre foi proprietária de um fogo na vila de Ubatuba. Em 1790, ela era dona de 17 escravos e afirmou ser "dona". Mas, com o detalhamento de sua unidade produtiva, verificou-se a importância desta senhora na vila.

Em 1798, ela manteve o distintivo "dona", tinha 22 escravos e colheu 120 alqueires de farinha, 22 alqueires de milho, 12 alqueires de feijão, 80 alqueires de arroz e mais 96 arrobas de anil. O volume deste corante é interessante e indica uma tendência na vila de Ubatuba. O anil, conforme já explorado, tinha valor significativo de mercado e sua produção foi tentada e incentivada nas vilas do Norte.

Ao fim do governo de Melo e Castro, em 1802, Rosa Luzia, 56, indicou ter feito seus 19 escravos colherem farinha, feijão, milho, mais uma pipa de aguardente e 92 arrobas de fumo. Percebe-se que ela migrou sua produção do anil para o fumo e aguardente. Na falta de

²² Existe na lista nominativa deste ano, em Ubatuba, com o arrolamento simples de habitantes da vila. Segundo consta, havia 703 "brancos ou libertos", 756 "brancas ou libertas", 252 "negros" e 192 "negras". A título de comparação, em São Sebastião dois anos antes havia mais de 3300 moradores somente sob o comando da primeira companhia de ordenanças, sendo que estes dividiam-se em 1502 "brancos", 1005 "pardos" e 879 "pretos".

engenho próprio, ela deve ter conseguido alguém que lhe emprestasse a moenda. O fumo, por sua vez, tinha valor de mercado, era incentivado pela administração régia e possuía larga demanda.

No ano da chegada da família Real ao Rio de Janeiro, ela afirmou ter produzido farinha, feijão e arroz, mas abandonou outros cultivos. O arroz foi listado duas vezes, 8 alqueires e mais 38 alqueires. Isto porque os 38 alqueires foram vendidos para a Praça do Rio de Janeiro que, com a chegada de toda a corte lusitana, deveria estar com carência de alimentos.

Em 1810, aos 64 anos de idade, Rosa Luzia de Aguirre se mantinha na ativa. Ela, com seus 16 escravos, lavrou 120 alqueires de farinha, 11 de milho, 6 de feijão e 67 alqueires de arroz, vendidos na Praça do Rio de Janeiro. Neste ano, além de afirmar ser natural de São Sebastião, ela indicou que pagaram 480 réis pelo alqueire de arroz.

Um terceiro exemplo de enriquecimento na vila de Ubatuba pode ser observado pela família Homem, em especial Jerônimo Homem Coelho. No ano de 1790, este senhor possuía 10 escravos e não tinha posto nas ordenanças aos 51 anos de idade, assim como Francisco Homem da Costa, 47, que tinha 16 escravos.

Em 1798, Jerônimo Homem Coelho tinha apenas oito escravos, mas o posto de alferes. Em sua propriedade, ele plantou 66 alqueires de farinha, cinco alqueires de milho, três alqueires de feijão e doze alqueires de arroz. E Francisco Homem da Costa, 55, manteve seus 16 escravos e recebeu o posto de sargento, colheu 200 alqueires de farinha, doze alqueires de milho, dez de feijão, quinze de arroz e cinco arrobas de anil, vendidos em serra acima por 300 réis a libra. Parte da farinha, 96 alqueires, foi vendida para a tropa de Santos, mas sem especificar valores.

A partir de 1802, só existem vestígios sobre a vida de Jerônimo. Neste ano, aos 63 anos, ele colheu farinha, feijão e milho em poucas quantidades, suficientes apenas para alimentar sua residência e seus doze escravos. Mantinha seu posto de alferes e passou a fabricar redes de pesca. Com estas, por sinal, conseguiu 2500 tainhas.

Em 1808, o alferes Jerônimo tinha 13 escravos e plantava, para o consumo, 140 alqueires de farinha e dois de feijão. Coletou na pesca 6400 peixes, sua principal atividade, vendidos para Santos por 10\$000 réis o milhar. Ressalta-se que ele indicou ter nascido em Ilha Grande.

No ano final dos maços, 1810, Jerônimo, 71, pescou 800 peixes, além de ter feito 80 alqueires de farinha, com seus doze escravos. Desta vez, ele vendeu seus peixes na Praça do Rio de Janeiro por 1\$600 a centena. Logo, ao que tudo indica, ele foi progressivamente

abandonando a agricultura para se dedicar à pesca. A demanda por alimentos, especialmente na capitania fluminense, era crescente e o peixe era artigo comum no prato português.

A vila de Ubatuba não se dedicou integralmente a um gênero. A policultura, apesar de presente em todas as vilas do Norte, foi mais forte nesta. A cana de açúcar não parece ter criado raízes em Ubatuba. No ano de 1798, um fogo, somente, tinha engenho e outro afirmou que instalou "engenho novo para fazer aguardente".

Em 1802, são quatro residências que indicaram ter engenho. Todavia, a maioria das propriedades exploraram outros artigos, tais como algodão, café, fumo ou anil. Por exemplo, no ano de 1808 foram 70% das residências foram dedicadas a algum destes artigos, excluídas as residências de comerciantes. Não houve, de fato, um único fogo que tivesse cultivado, além dos gêneros de alimentação, somente a cana-de-açúcar, ou seja, estes quatro artigos sempre estavam presentes na pauta de produção, mesmo que junto com o açúcar.

Por fim, outro fator peculiar da vila de Ubatuba foi a quantidade de moradores imigrantes, tanto do Reino quanto de outras vilas próximas. Em 1808, nove dos 26 fogos listados foram ocupados por imigrantes, sendo três senhores provenientes do Reino (Porto, Santa Maria e Braga), dois cariocas, um de São João del-Rei e o restante de outras partes da capitania de São Paulo. Em 1810, o processo migratório aprofundou, foram 14 residências ocupadas por imigrantes de um total de 27 propriedades. Metade destes imigrantes vieram do Reino e o restante de partes de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Tabela 3.2 – Número de escravos divididos por estrato social na vila de Ubatuba.

	1790		1798		1802		1808		1810	
	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos
20-	4	139	4	137	4	124	2	75	3	97
10-20	8	111	7	103	8	110	10	130	8	104
0-10	3	18	8	62	1	5	14	37	16	34
Total	15	268	19	302	13	239	26	242	27	201

A tabela 3.2 revela a evolução de escravos e fogos na vila de Ubatuba no período analisado. A principal constatação refere-se à relação entre a quantidade de escravos elencados e a fabricação de aguardente. Como foi visto na tabela 2.21, produziram-se mais de 3000 canadas de aguardente em 1790 e mais de 4000 em 1798, entretanto, somente 840 canadas em 1802. Logo, os ubatubenses aproveitaram os ganhos com a aguardente para comprar mão de obra africana. Com a crise na produção, estes escravos foram remanejados para outras colheitas, aliviando, desta forma, as perdas. O desenvolvimento econômico

conseguido com a aguardente, contudo, não foi mais alcançado, assim como o número de escravos.

Os residentes de Ubatuba nunca conseguiram adquirir muitos escravos. A pequena parcela da população que era detentora de mais de 20 escravos atesta esta afirmação. Além disso, alguns exemplos ressaltam a falta de interesse, ou capacidade, de investir capital em mão de obra. A hipótese que surge reside no fato de Ubatuba ter sido uma vila economicamente menor, especialmente em comparação com a de São Sebastião, e grande parte de sua população ter se dedicado ao comércio, segmento que necessita de menos braços.

Francisco Pereira tinha 48 anos em 1808 e, além de capitão, era contratante de dízimos, uma atividade que, normalmente, necessitava de cabedal, garantia lucro e concedia prestígio²³. Ainda assim, neste ano ele só possuía dois escravos e lavrava farinha.

Por outro lado, eram cinco fogos que tinham mais de 20 escravos nos anos de 1808 e 1810, quando somados. Destes, Angélica Jacinta Correa e Manuel da Silva Alvez aparecem nos dois anos e Antônio Alvez Louredo surge somente em 1810. Estes três proprietários tinham em comum alguns fatores: todos eram imigrantes²⁴, todos faziam comércio no Rio de Janeiro e somente Manuel da Silva Alvez não produziu anil. Além disso, eles possuíam formas de distinção social, no caso, Antônio Alvez Louredo era guarda-mor, Manuel da Silva era ajudante e Angélica era dona.

Por fim, parte da receita dos moradores do litoral partia do arremate de contrato de baleias e do corte de madeira. Todavia, nenhuma das duas atividades era arrolada nos maços de população²⁵.

3.3 – A vila de Jacaré e seus principais da terra²⁶

Os moradores de Jacaré tinham o contato próximo com São Paulo e com São Sebastião, pela travessia de Paraibuna. Sua geografia permitiu aos seus residentes se

²³ "Foram homens enriquecidos nas lides americanas, naturais da terra ou reinóis, que durante o século XVIII buscaram se assenhorar do controle de rendas reais através da arrematação de contratos e dos principais postos de oficiais milicianos; pois [...] o primeiro movimento favorecia a acumulação de grandes somas". MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 46-47.

²⁴ Antônio Alvez Louredo era natural de Barcelos, no bispado de Braga. Angélica Jacinto Correa e Manuel da Silva Alvez eram cariocas.

²⁵ Para mais: BASSO, Leandro. **Economia e corte de madeira no litoral norte paulista no início do século XIX**. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

²⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Jacaré, 1789-1810: rolos 97-99.

arriscarem no comércio de gêneros. A proporção de comerciantes encontrados nesta vila, seja no comércio volante seja no fixo, supera o de qualquer outra vila analisada.

Para se ter uma ideia, no ano de 1802 listei 42 fogos que se encaixavam nas balizas da pesquisa. Deste total, 22 residências, 52%, afirmaram ter algum tipo de negócio. As denominações utilizadas foram: "negociante de fazenda seca", "negociante de animais do sul", "vive de sua venda", "vive de suas agências" e "vive de seu negócio de fazenda seca". Outros senhores, conforme discorrerei adiante, eram arrematantes de passagens ou contratantes de impostos. E, alguns, como o capitão-mor Miguel de Siqueira, tinham engenho e lavoura, mas também praticavam o comércio interno.

Assim como foi visto na vila de Ubatuba, não houve um produto dominante na pauta de produção dos moradores de Jacareí, o que ocasionou em diversos fogos a substituição da plantação em determinados períodos.

A consequência da conjunção destes fatores foi o pequeno número de escravos na vila. O volume de mão de obra compulsória foi diminuto, da mesma forma que em Ubatuba, e poucos fogos conseguiram ultrapassar a marca de 20 escravos. Os únicos dois fogos que alcançaram mais de 20 escravos foram: Miguel de Siqueira, capitão-mor que tinha 34 escravos em 1802; e Antônio de Souza, taubateano que residia em São Luiz antes desta data, que tinha 31 escravos em 1810.

3.3.1 – Nogueira: um clã tributário a Hilário Gomes Nogueira

A família Nogueira foi descrita pela primeira vez nos maços de população no ano de 1798. Neste ano, foram 5 membros que compuseram o bando em Jacareí. Em ordem de idade: Geraldo Frz. Nogueira, 60, era alferes que cultivava artigos para alimentação e tinha 14 escravos; Joaquim Frz. Nogueira, 40, era capitão, fabricava gêneros para alimentação e aguardente, além de ser dono de 9 escravos; Ignácio Nogueira, 35, era sargento, plantou milho, feijão e 10 arrobas de algodão, apesar de ser proprietário de um único escravo; Geraldo Frz. Nogueira, 33, provável filho de seu homônimo, era alferes, não tinha escravos e declarou viver de lavoura; por fim, José Joaquim Nogueira, 28, era sargento e ao lado de seu único escravo, fez milho, feijão, arroz e algodão, que vendeu.

Na vila de Taubaté, em 1797, havia um ajudante de ordens chamado José da Silva Nogueira, de apenas 22 anos, que era proprietário de cinco escravos. A lista nominativa, porém, não informou mais detalhes do que estes. A família Nogueira, ao que tudo indica, era diluída pelas vilas da região Norte.

Em Lorena, também em 1797, existia outro membro com este sobrenome. Hilário Gomes Nogueira, 50, foi o principal agente com este sobrenome. O maço deste ano indicou que sua produção foi de 250 arrobas de açúcar, 50 arrobas de açúcar mascavo, 9 mil alqueires de milho, 180 alqueires de feijão e 60 alqueires de arroz. Ele era senhor de engenho, tinha o posto de capitão e mais 80 escravos em sua senzala. Atuava em duas frentes mercantis neste ano: a criação e comércio de gado e a transação de açúcar com o Rio de Janeiro. Foi nesta Praça, inclusive, que vendeu o açúcar fino por 2\$300 réis a arroba e o mascavo por 960 réis a arroba.

Alguns vestígios me fazem crer que Hilário Gomes Nogueira, de alguma forma, conseguia os postos nas ordenanças para parte dos membros de sua família. José Joaquim Nogueira, por exemplo, tinha idade suficiente para ser filho de Hilário. Corrobora essa hipótese o fato de ambos serem mineiros. E, apesar de não ter conseguido sucesso economicamente, nem aparecer nos documentos do Conselho Ultramarino, ele possuía o posto de sargento, com apenas 28 anos de idade. Infelizmente, a documentação utilizada não permite mais do que elencar estas hipóteses com certos vestígios.

Ao final do governo de Melo e Castro, em 1802, as fazendas de Jacareí são detalhadas. Angelo Nogueira, 68, natural de Mogi-mirim, surge com 10 escravos, cultivando 100 alqueires de milho, 14 alqueires de feijão e nove arrobas de algodão. Joaquim Frz. Nogueira, 32, indicou ser capitão da 4ª companhia das ordenanças, proprietário de 10 escravos e colheu 2050 alqueires de milho, 30 alqueires de feijão e 40 canadas de aguardente. Por fim, Geraldo Frz. Nogueira, 38, manteve seu posto de alferes, comprou quatro escravos, mas, ainda assim, cultivou somente artigos para alimentação.

Em Cunha, no ano de 1803, dois comerciantes de escravos foram arrolados com o mesmo sobrenome. Francisco José Nogueira, 31, tinha dois escravos e José Martins Nogueira, 36, tinha três escravos. Nenhum dos dois possuía postos nas ordenanças ou qualquer outro detalhe.

De volta ao ano de 1802, na vila de Taubaté, apareceram os senhores José Antônio Nogueira, 29, e Gabriel Pereira do Couto Nogueira, 34. O primeiro era negociante, natural de S. Marinho, região do Porto, e tinha quatro escravos. O segundo, também da região do Porto, era alferes e agricultor com dez escravos.

E, na vila de Lorena, Hilário Gomes Nogueira, 52, reaparece plantando ainda mais cana-de-açúcar. Neste ano, este senhor tinha 75 escravos que fabricaram em seu engenho 400 arrobas de açúcar fino, 50 arrobas de açúcar redondo, 20 arrobas de açúcar mascavo e 50 canadas de aguardente. Além disso, ele colheu mil alqueires de milho, 300 de feijão, 100 de

arroz, 200 de farinha e 100 arrobas de toicinho. Este efeito e as giribitas foram vendidos no Rio de Janeiro, o que lhe garantiu lucro total de 300\$000 réis.

No final do período colonial, em 1808, a lista nominativa de Jacareí foi confeccionada com a preocupação meramente militar. Os homens foram arrolados apresentando o nome completo, idade, posto nas ordenanças ou ocupação, sem outros pormenores.

Ainda assim, foi possível perceber que Joaquim Frz. Nogueira, 45, permaneceu com o posto de capitão da 4ª companhia. José Joaquim Nogueira, 36, que não esteve presente no maço de 1802, apareceu em 1808 com o posto de alferes da 3ª companhia. E, com apenas 16 anos, José de Santa Anna Nogueira já possuía o cargo de sargento da 4ª companhia, antes ocupado por José Joaquim.

Na vila de Lorena, Hilário Gomes Nogueira, apesar dos poucos detalhes mostrados no maço, aparenta ter deixado de lavrar a terra e ter se dedicado exclusivamente à pecuária. Ele afirmou ser fazendeiro, proprietário de 63 escravos e manteve seu posto de capitão. Trinta e quatro dos escravos arrolados por Hilário eram provenientes de Angola.

O ano de 1810 sinaliza pequenas variações no bando Nogueira. José Joaquim, 38, não tinha mais escravos, mas ostentava seu posto de alferes da terceira companhia. Esta, por sinal, devia ser sua única ocupação, uma vez que não mencionou ter plantado nem para o sustento.

Joaquim Frz. Nogueira, 49, por sua vez, manteve seus dez escravos e o posto de capitão. Desta vez, contudo, ele arriscou o cultivo de algodão, seis arrobas no total, além do milho, feijão, arroz e aguardente. Este efeito, por sinal, foi responsável por lhe render 40\$000 réis. Em outras vilas, entretanto, não houve referência a outros membros da família.

O clã apresentou uma dinâmica interessante de análise. Centrada em um agente, morador da vila de Lorena, ela amealhou cargos nas ordenanças, provavelmente administrativos, em diferentes vilas da região Norte. Outro fator interessante consiste no fato de que alguns de seus membros são imigrantes de Minas Gerais, resultado do declínio da mineração e reordenamento da agricultura na capitania de São Paulo. Este processo iniciado no governo do Morgado de Mateus (1765-1776), em 1765, teve seus principais resultados no período posterior a 1788 (cf. Capítulo 1).

3.3.2 – A família Brito e os seus pedidos à Coroa

O primeiro membro da família Brito que foi possível descobrir na documentação não era residente na região Norte da capitania de São Paulo. José Bicudo de Brito era morador de Parnaíba. Em Outubro de 1729, o então capitão-general Rodrigo Cezar de Meneses expediu a carta patente de capitão-mor para José Bicudo. Nela, o governador deixou claro que a ausência do antigo ocupante do cargo era prejudicial à defesa da capitania. A falta de um comandante na vila causava problemas na disciplina entre os moradores. Assim sendo, nas palavras do governador:

[era] necessário nomear-se para este emprego pessoa de préstimo, respeito e capacidade e tendo eu [Meneses] atenção aos merecimentos e, mais partes que concorrem na pessoa de José Bicudo de Brito, *e ser de uma das principais famílias desta capitania*, haver exercitado o posto de capitão de infantaria de uma companhia de ordenanças da vila de Parnaíba com tão notória satisfação como era obrigado, desempenhando as obrigações do seu nascimento, em todas as diligencias de que foi encarregado do serviço de S. Majestade e, por esperar da sua pessoa daqui em diante se portará com a mesma satisfação em tudo de que for encarregado²⁷.

Anos mais tarde, a proeminência da família Bicudo de Brito só aumentou. O maior exemplo dos negócios foi Inácio Bicudo de Brito. Para este senhor foram concedidas duas sesmarias pelo governador da capitania Bernardo José de Lorena. A primeira era de uma légua de testada e uma de comprimento. Porém, é possível verificar que a légua de sertão está na travessia da Serra do Mar e segue o curso do rio Paraibuna paulista. Por este motivo, o governador exigiu de Brito o comprometimento de construir uma ponte no rio²⁸.

A segunda sesmaria concedida era maior, tinha três léguas de testada e mais três de comprimento. Ela estava localizada entre o rio Paraibuna paulista e a vila de São Sebastião. Este caminho, por sinal, construído pelo próprio Ignácio Bicudo de Brito, foi o principal motivador de sua reivindicação pelas sesmarias²⁹.

Este caso demonstra a política de mercês que fazia parte da lógica do estado no Antigo Regime. Ignácio Bicudo de Brito serviu à Coroa, abrindo um caminho que conectava parte do interior da capitania com o maior porto da região Norte; ademais, executava suas

²⁷ "REQUERIMENTO do oficial da Câmara de Santana do Parnaíba, José Bicudo de Brito, ao rei [D. João V], para que lhe fosse passada carta de confirmação do posto de capitão-mor daquela vila". Ant. 6 de Outubro de 1729. AHU_ACL_CU_023, Cx. 1, D. 89, grifos meus.

²⁸ "REQUERIMENTO do capitão-mor Inácio Bicudo de Brito à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta de sesmaria de uma légua de testada e uma légua de sertão que principia na barra do Ribeirão chamado Taboão". Ant. 18 de Fevereiro de 1790. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 543. Era prática comum no período comprar as terras, ou ocupá-las, e só depois de anos pedir a confirmação da carta patente. Neste caso, porém, isto não ocorreu por determinação do governador, que exigiu que a confirmação fosse pedida dentro de dois anos. Para mais: Cf. MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 88.

²⁹ "REQUERIMENTO do capitão-mor Lourenço Bicudo de Brito, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta de sesmaria que principia no novo caminho que vai da Paraibuna para vila de São Sebastião". Ant. 18 de Fevereiro de 1790. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 544.

funções de capitão-mor de Jacareí com grande diligência. Estes fatores contribuíram para que as duas sesmarias fossem concedidas pela Monarquia³⁰.

O primeiro maço sistematizado na vila de Jacareí foi para o ano de 1798. Neste ano, Inácio Bicudo de Brito esteve presente, com 60 anos de idade. Sua colheita não foi descrita, mas ele indicou possuir 16 escravos e ser sargento-mor. Antônio Bicudo Brito, 46, era capitão, afirmou viver de sua lavoura, tinha quatro escravos e produziu milho, feijão, arroz, onze arrobas de algodão e 12 canadas de aguardente.

Na vila de Lorena, outro membro do bando Brito foi retratado. Em 1797, Angelo Brito Pereira, 59, era proprietário de 24 escravos e fabricou 250 alqueires de milho, 50 alqueires de feijão, 40 alqueires de arroz e 15 barris de aguardente, cerca de 1200 canadas. O derivado da cana-de-açúcar foi vendido na própria vila por 960 réis a canada.

Em 1802, na vila de Jacareí, Inácio Bicudo de Brito foi recenseado. Apesar das duas sesmarias adquiridas e da política encorajadora da administração, ele não fez mais do que 100 alqueires de milho, 10 alqueires de feijão e cinco alqueires de arroz, com seus 16 escravos. O posto de sargento-mor, contudo, não deixa dúvidas sobre sua posição de destaque na vila.

Um outro agente da família Brito apareceu na vila de Jacareí. Frutuoso Bicudo de Brito, 55, era capitão da 1ª companhia e dono de oito escravos. Ele se denominou agricultor e afirmou ter colhido 190 alqueires de milho, 20 alqueires de feijão e 12 alqueires de arroz.

As outras vilas do Norte não apresentaram homens com o sobrenome Brito em 1802. Porém, em 1808, Angelo Brito Pereira, residente da vila Lorena, foi listado como agricultor, proprietário de 22 escravos e natural de Minas Gerais, sem especificar a vila.

Na vila de Jacareí, para a mesma data, o maço de população confeccionado pela administração apresentou o nome de Frutuoso Bicudo de Brito, Francisco de Brito de Araújo e João Raposo de Brito, sem especificar, contudo, mais do que os postos de ordenanças. Aquele era sargento-mor e os outros dois eram meros cabos de esquadra.

Em 1810, Inácio Bicudo de Brito voltou a ser arrolado. Sem posto nas ordenanças, sua ocupação foi descrita como "agricultor". Os gêneros fabricados foram milho, feijão, arroz e 6 arrobas de algodão. Além disso, ele era proprietário de 12 escravos, tendo sido um recém comprado da África, mas não detalhou o local.

O ponto mais interessante da trajetória do clã Brito diz respeito às mercês régias conseguidas. Inácio Bicudo de Brito teve seus negócios ligados à terra já referidos

³⁰ A concessão de sesmaria, como forma de agradecer o serviço dos colonos, por parte da Coroa, não foi uma prática iniciada no século XVIII, pelo contrário, e, além do mais, ela continuou por anos a fio. Inclusive, após a chegada da família Real, D. João aprofundou esta velha prática. MEDICCI, Ana Paula. op. cit., p. 228-229.

anteriormente, mas não parece ter sido proeminente fabricante de nenhum gênero de relevo. É possível que parte de seu milho fosse dedicado à criação de bestas, todavia, não era um volume muito diferente do encontrado em outros fogos.

Logo, creio que este senhor se dedicou ao comércio, seja de animais seja de qualquer outro segmento. A proximidade com a cidade de São Paulo e o caminho que ele mesmo abriu entre as vilas de Jacareí e São Sebastião permitem aventar esta possibilidade.

A tabela 3.3 possibilita perceber que as situações econômicas dos colonos de Ubatuba e Jacareí eram próximas. Os moradores desta não se interessaram pela agricultura monocultora, visando à exportação e alicerçada na volumosa mão de obra compulsória. Os incentivos administrativos para expandir a lavoura não transformaram os jacareenses em grande proprietários de terra, donos de vasto cabedal aplicado na terra.

Todavia, obras historiográficas mais recentes indicam que a ideia de decadência presente nos autores mais tradicionais sobre a capitania de São Paulo deve ser relativizada. Havia meios de acumulação na capitania e, também, os negócios feitos em São Paulo eram economicamente vantajosos³¹. Se não eram produtores, o mais provável é que os homens de Jacareí tenham se dedicado ao comércio e investido seu capital nas redes mercantis. A documentação que utilizei só me permite fazer inferências sobre esta hipótese.

O principal senhor de escravos na vila foi, em 1802, Miguel Miz. de Siqueira, que possuía engenho e vendia mantimentos e porcos. Este senhor era capitão-mor, responsável pela vila, portanto, e dono de 34 escravos, sendo 22 comprados na África e 3 em Benguela.

Em 1810, um taubateano que morava em São Luiz migrou para Jacareí. Levou consigo seus 31 escravos, três deles recém comprados da África, e fabricou neste ano 1500 alqueires de milho, 25 alqueires de feijão, 50 de arroz e criou 100 cabeças de porcos. Parte do milho foi destinada à criação dos porcos e outros animais, cuja venda destes lhe rendeu 100\$000 réis.

³¹ Cf. BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP: FAPESP, 2002; MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010; MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Tabela 3.3 – Número de escravos divididos por estrato social na vila de Jacareí.

	1798		1802		1810	
	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos
20-	0	0	1	34	1	31
10-20	8	113	9	128	15	199
0-10	24	76	31	85	12	23
Total	32	189	41	239	28	253

3.4 – A criação de animais na vila de São Luiz³²

Os proprietários de São Luiz se preocuparam com a criação de animais. Os maços de 1789 e 1797 não apresentam minúcias sobre as residências do moradores, porém, no ano de 1802, os detalhes apontam a dedicação que os luisenses tiveram com a criação de porcos, cavalos e bestas.

A vantagem geográfica da região Norte favorecia a pecuária. A vila de São Luiz, no caso, estava localizada na metade do caminho entre Taubaté e Ubatuba, era vizinha de Cunha, e possuía picadas que a ligavam à região de Paraibuna.

A carne fabricada nas vilas do Norte deveria ser mais acessível aos moradores da própria região. O mercado de carne era vasto, impulsionado pelo crescimento demográfico da capitania de São Paulo³³ e pela proximidade com vilas densamente povoadas, para o período, como Taubaté, Guaratinguetá e Lorena. Além da distância relativamente curta para os portos de São Sebastião, Ubatuba e Parati.

A pecuária sofreu uma explosão de demanda no século XVIII. De acordo com Carlos Bacellar,

A entrada do século XVIII fez a vila [Sorocaba] sentir os reflexos quase que imediatos da explosão do ouro nas Gerais. É certo que a demanda por animais de transporte, assim como por gado *vacum* para consumo, cresceu vertiginosamente, à proporção que a leva de mineradores se avolumava. [...] desde 1750 são conhecidas as feiras sorocabanas, onde se reuniam os interesses de compradores e vendedores. [...] este papel de grande centro comercializador fortaleceu-se durante todo o século XVIII. Se, por um lado, a demanda de gado por parte das minas tendeu a se estabilizar, por outro, houve um notável aumento da procura na nova capital da colônia, Rio de Janeiro, instalada em 1763, e no oeste paulista, onde a lavoura canavieira se expandia a partir de meados do século XVIII.

A tributação do gado vindo do Sul, todavia, foi desde cedo uma preocupação da administração colonial. Em 1734, início do processo, a Coroa já havia ordenado a instalação de um Registro de Curitiba, o que, por um lado, "traduzia a grandeza dos negócios já à época

³² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de São Luiz do Paraitinga, 1789-1810: rolos 179-181.

³³ Cf. PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968; HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômicas; Edição Fac-Similada, 1986.

realizados, a ponto de justificarem o esforço da Coroa em fiscalizar e arrecadar tributos"³⁴, mas, por outro lado, encarecia o produto.

Portanto, abre-se a hipótese de a carne produzida na vila de São Luiz e de Cunha³⁵ ser menos dispendiosa do que do Sul e, por isso, os produtores da região Norte, que tinham poder aquisitivo menor do que os senhores do Oeste paulista, deveriam utilizar-se do gado sulino para o trabalho e não para o consumo.

Os oficiais capitão-mor e sargento-mor eram os que mantinham o contato mais próximo com os moradores das vilas. Outros militares, de diferentes graduações, tinham atividades mais específicas com o trato da tropa ou defesa local. De acordo com Medici, "coronéis ou mestre de campo [eram] mercê geralmente concedida aos principais negociantes e produtores estabelecidos nas localidades luso-americanas, muitos dos quais ligados à arrematação", por exemplo³⁶.

A família Gomes e Gouveia se especializou em servir à Coroa em troca de postos nas ordenanças. No ano de 1797, José Alexandre Gomes e Gouveia, 22 anos, era capitão das ordenanças e tinha apenas um escravo. Não foram cedidos outros detalhes sobre sua residência. E, no mesmo ano, Antônio Estavão Gomes e Gouveia, de apenas 16 anos, também tinha um escravo e o posto de alferes na vila.

O principal potentado desta família, porém, era José Gomes de Gouveia Silva, 52, que era capitão-mor da vila e proprietário de 19 escravos. A patente já havia sido concedida pelo governador e por isso era utilizada por ele, mas a confirmação dela só foi concedida pela Rainha, D. Maria I, no ano seguinte em 1798³⁷. Este documento não revela muito, pois trata-se de concessão padrão de mercês e já foi descrita anteriormente.

Ainda assim, pesquisando a trajetória de José Gomes de Gouveia, verifica-se que ele atuou na campanha do Iguatemi. Ao lado do capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha, ele foi unguindo ao cargo de capitão-mor regente, o qual ocupou até a confirmação de sua carta patente, em 1798.

³⁴ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001. p. 21-41, citações p. 25-26.

³⁵ Para facilitar a compreensão e deixar o texto mais dinâmico escolhi dissertar separadamente o desenvolvimento da pecuária em São Luiz e Cunha. As trajetórias das famílias desta vila são as mais bem documentadas e, também por isso, resolvi dar um destaque especial para elas.

³⁶ MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos**: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822). 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 69.

³⁷ "REQUERIMENTO do capitão-mor da vila de São Luís da Paraitinga José Gomes de Gouveia Silva, à rainha [D. Maria I], solicitando a confirmação de sua patente". Ant. 7 de Setembro de 1798. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 690.

Na luta contra os espanhóis, José Gomes fez esforços militares que puseram em risco sua vida e suas finanças. Na verdade, como o próprio documento revela, muitos dos oficiais utilizaram suas próprias fazendas para comprar armas, munições e alimentos para si mesmos e para as tropas.

Além do mais, José Gomes pôs em risco sua própria saúde. Nas palavras do governador, ele "que não obstante as moléstias que padeceu nos anos que residiu naquela praça, se sacrifica honradamente a voltar para ela". Este senhor voltaria para Iguatemi a serviço da Coroa, para manter a Praça longe dos avanços castelhanos e garantir a expansão do Império³⁸.

Em 1802, José Gomes Gouveia e Silva, 57, mantinha seu posto de capitão-mor da vila de São Luiz. Ele se descreveu como agricultor, mas também criou porcos. Sua propriedade prosperou neste período e ele investiu em escravos, contabilizando 56 neste ano. Seus escravos, por sinal, foram incorporados de diferentes regiões e etnias da África: dez de Angola, sete de Benguela, dois do Congo, um Camundá³⁹ e um Rebola⁴⁰.

No mesmo ano, Salvador Gomes Gouveia, 44, também foi arrolado, tendo 33 escravos e sendo o sargento-mor da vila. Em sua senzala a variedade de etnias africanas também esteve presente. Foram dois escravos de Angola, três de Benguela, dois de Camundá e quatro do Congo.

Na vila de Lorena, Luis Gouveia, 62, foi listado com 27 escravos e o posto de capitão das ordenanças do Rio de Janeiro. Este senhor, natural de Lisboa, era senhor de engenho, mas não fez açúcar neste ano. Ao invés disso, produziu 200 alqueires de milho, 20 alqueires de feijão, 50 alqueires de arroz e 300 alqueires de farinha. Pelo sobrenome é possível aventar que ele fosse aparentado de José Gomes Gouveia.

No ano de 1808, os negócios de José Gomes Gouveia e Silva diversificaram. Além da pecuária, ele fabricou giribitas num total de 241 medidas. A sua senzala era composta por 51 escravos, provenientes das localidades referidas acima.

³⁸ O capitão-mor regente levou consigo diversas canoas com alimentos. A falta de víveres, sal e outros artigos era grave na região do Iguatemi. Na carta fica revelada a preocupação do governador com os moradores da região e a dificuldade de mantê-los fiéis ao Rei com a falta de condições básicas. "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo cópias das contas, documentos e mapas da praça do Iguatemi, enviadas pelo brigadeiro José Custódio de Sá e Faria e informações sobre a mesma praça, pelo capitão mor Regente José Gomes de Gouveia". 26 de Janeiro de 1776. AHU_ACL_CU_023, Cx. 7, D. 431.

³⁹ Variação de cabundá: "Bento, de nação Camundá, alto, cheio de corpo, sem barbas, pés grandes, anda um tanto banzeiro". FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 394.

⁴⁰ Atual região da Guiné Equatorial.

José Alexandre de Gomes e Gouveia, 33, voltou a ser listado neste ano. Ele produziu 350 arrobas de toicinho e mais 150 arrobas de fumo com seus sete escravos. Antônio Gomes de Gouveia, 28, foi outro que voltou a ser arrolado. Este manteve o posto de alferes, teve quatro escravos e fabricou 80 arrobas de toicinho.

Mais uma vez, trabalho com a hipótese de que José Alexandre e Antônio eram filhos de José Gomes Gouveia e Silva. A facilidade com que os mais novos conseguiram patentes oficiais nas ordenanças indica serem da família de potentado. O uso do sobrenome Gomes e Gouveia e a diferença de idade permitem crer que o potentado em questão era José Gomes. O bom relacionamento deste com o antigo governador, a relevância social que seu cargo emitia e os bons serviços prestados à Coroa revelam alguém capaz de conseguir a patente de alferes para um rapaz de 16 anos, por exemplo.

A trajetória de José Gomes Gouveia e Silva revela as possibilidades abertas àqueles que serviam a Monarquia, especialmente quando se refere à expansão ou defesa do território colonial.

João Fragoso afirmou que a conquista da Guanabara foi a justificativa que muitos homens usaram para pedir mercês ao Rei. Segundo o autor, "eles enfrentaram franceses e tamoios a pedido da coroa e o fizeram à custa de sua fazenda" e por isso requisitavam sesmarias. E Fragoso continua:

Em realidade, a maneira como o Rio de Janeiro fora conquistado deu margem a fenômenos que esclarecem alguns dos traços da sociedade colonial da região: formação de redes políticas entre segmentos das elites regionais e inter-regionais, constituição de uma nobreza da terra, interferência das parentelas dos conquistadores no governo da cidade e na montagem da economia da capitania. [...] as presas de guerra e os postos do governo da nova localidade foram distribuídos entre os conquistadores. Estes senhores [...] receberam sesmarias e vinham das melhores famílias de outras vilas coloniais⁴¹.

Contudo, a participação na conquista e na manutenção do território por si só não garantia a prosperidade de uma família. Era necessário que a "facção a que pertencia" fosse eficiente para assegurar o desenvolvimento dos negócios⁴².

Por outro lado, as famílias cariocas quinhentistas estavam em declínio no século XVIII. Sua imagem era a de senhores com poucos escravos, decadentes e sem capital, contrastando com os pujantes negociantes. Os bandos que conseguiram sobreviver utilizaram,

⁴¹ FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio (Org.). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos.** América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 50-51.

⁴² Id., Ibid., p. 71.

novamente, as conquistas. Estes homens, junto com a nobreza de São Paulo, foram atrás das minas e deram início à organização do governo nas Gerais.

Como afirmam os organizados do livro **Conquistadores e Negociantes**, "tal qual ocorrera décadas antes em São Paulo e no Rio de Janeiro, estavam a serviço do engrandecimento de suas casas"⁴³.

Acredito que, no caso da família Gomes e Gouveia, a lógica foi a mesma. O Iguatemi era necessário para a manutenção da Monarquia portuguesa na região meridional da América. Seu ponto estratégico demandou muito trabalho por parte dos administradores e muito cabedal de paulistas⁴⁴. A própria documentação dos Maços de População surgiu em decorrência da necessidade de quantificar os braços disponíveis para o serviço militar.

Desta forma, como já foi afirmado, se José Gomes e Gouveia não foi um típico *conquistador*, o seu serviço no Iguatemi lhe proporcionou o destaque social local necessário para ter o controle da vila de São Luiz.

A tabela 3.4 revela a evolução da posse de escravos na vila de São Luiz. O principal fator que pode ser verificado é o crescimento da diferença entre aqueles que possuíam até 20 escravos e os que extrapolavam este limite. O ano de 1802 pode ser considerado de virada para os principais proprietários de escravos na vila. Isto porque, até este ano, a camada mediana da vila era, somada, a maior detentora da mão-de-obra, situação que se inverte no início do século XIX e se aprofunda em 1808.

Tabela 3.4 – Número de escravos divididos por estrato social na vila de São Luiz do Paraitinga.

	1789		1797		1802		1808	
	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos
20-	3	75	4	136	6	268	8	326
10-20	5	74	10	155	9	125	8	120
0-10	8	24	7	13	5	17	8	32
Total	16	173	21	304	20	410	24	478

Interessante notar, também, que fogos que tinham o maior volume de escravos eram de senhores de engenho. Apesar de a vila ser dominada pela criação de animais foi, em 1802, foram o guarda-mor de Taubaté e senhor de engenho José Her. de Carvalho e o também senhor de engenho José de Alvarenga os donos dos maiores plantéis, com 84 e 85 escravos

⁴³ FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio. Cenas do Antigo Regime nos trópicos. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio (Org.). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 26.

⁴⁴ Ver: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

respectivamente⁴⁵. Este último senhor, além disso, comercializou suas 700 arrobas de açúcar na Praça do Rio de Janeiro.

3.5 – Taubaté, a importância do açúcar e as diferentes formas de acumulação⁴⁶

A família Moreira da Costa se desenvolveu rapidamente na virada do século XVIII para o XIX. Impulsionados pelos múltiplos negócios que ocorriam em Taubaté e pela política fomentadora da administração colonial, os Moreira da Costa conseguiram angariar postos nas ordenanças, aumentar a mão de obra e diversificar o portfólio de plantas.

Ao se procurar o sobrenome Costa nas vilas do Norte, o resultado é volumoso. Na vila de Cunha, em 1789, havia Manuel Rodrigues da Costa, 46, que vivia de sua lavoura e era proprietário de 20 escravos. Na área rural, fez 200 alqueires de milho e 100 de feijão. João Ferreira da Costa, 55, também vivia de sua lavoura, tinha 16 escravos, e cultivou 2500 alqueires de milho, 100 de feijão, 40 de arroz e 10 de amendoim. Já o senhor João de Oliveira Costa, 32, não declarou do que vivia, mas plantou 380 alqueires de milho e 30 de feijão com onze escravos. Os dois primeiros senhores tinham uma propriedade urbana e outra rural, este último, no entanto, só possuía o sítio.

No litoral, o capitão de costeiros Joaquim José da Silva Costa, 25, e a senhora Maria da Costa, 64, dona de 19 escravos, utilizaram o sobrenome, mas não revelaram mais detalhes sobre suas propriedades. E, em Ubatuba, no ano de 1790, Francisco Homem da Costa também listou dezesseis escravos sem outros pormenores.

Na vila de Taubaté, assim como no litoral, os efeitos cultivados e os negócios em que se envolveram não estiveram presentes nos maços. Sabe-se, porém, que Francisco da Costa Souza, 25, tinha 18 escravos e o posto de alferes, enquanto Antônio Moreira da Costa, 25, era sargento do bairro de Caçapava, com 10 escravos.

Durante o governo de Lorena, os negócios da família Moreira da Costa parecem ter prosperado. Em 1797, na vila de Taubaté, Antônio Moreira da Costa retorna à lista com o posto de capitão da vila e 24 escravos. João Moreira da Costa, 27, alferes, surge neste ano com três escravos. Na mesma vila, Anna da Costa, 45, estava viúva e dona de 33 escravos. E, Francisco da Costa Silva, 49, também foi listado como alferes e proprietário de 19 escravos.

⁴⁵ José Her. de Carvalho era taubateano e tinha escravos de Angola (2), Congo (5), Moçambique (3), Rebolá (5), Ganga (6), Kasanje (4) e Camundá (1). Enquanto no plantel de José Alvarenga havia escravos de Benguela (9), Kasanje (3), Conguela (4), Angola (2), Rebola (2), Camandá (2), Congo (2) e Moçambique. Isto, fora os quais não foram descritas as etnias ou localidades.

⁴⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Taubaté, 1789-1810: rolos 200-207.

Na vilas ao redor, outros "Costa" foram arrolados. José Marques da Costa, 39, não era proprietário do fogo, de fato declarou "viver a favor na casa da sogra", mas foi o nome dele que apareceu na residência. Este local fabricou 40 arrobas de açúcar, 10 arrobas de açúcar mascavo, 300 alqueires de milho, 40 alqueires de feijão e 20 de arroz, com cinco escravos. O açúcar foi vendido por 1\$700 réis a arroba do fino e 1\$200 réis a arroba do mascavo.

Assim como José Marques, Francisco da Costa também era morador de Lorena em 1797. Este era soldado de auxiliares e colheu 500 alqueires de milho, 120 de feijão e 60 de arroz, com a ajuda de doze escravos.

No litoral, o sobrenome também tinha certa popularidade. Maria da Costa foi mais uma vez arrolada, desta vez com 25 escravos. E Domingos da Costa Ribeiro, 67, surgiu com dez escravos e sem outros vestígios de seus negócios.

Em Ubatuba, Francisco Homem da Costa foi alvo da lista nominativa e indicou os mesmo 16 escravos. Porém, outros detalhes foram revelados pelo maço. Ele passou a usar o posto de sargento e lavrou 200 alqueires de farinha, 12 de milho, 10 de feijão e 15 de arroz, além de cinco arrobas de anil que vendeu na serra acima por 300 réis a libra. A farinha foi vendida para alimentar as tropas de Santos.

Em Taubaté, para o ano de 1802, foi descrito um negociante, sem escravos, de nome Luís Nunes da Costa, 39. João Moreira da Costa, 32, voltou a ser listado, desta vez com cinco escravos e com o posto de capitão da terceira companhia; fabricou 1000 alqueires de milho, provavelmente para alimentação de animais, 30 alqueires de feijão e 30 de arroz. Domingos Moreira da Costa, 41, conseguiu o posto de alferes e era proprietário de uma engenhoca e seis escravos, mas não fabricou aguardente, somente milho, feijão e farinha.

Os principais potentados foram Francisco Moreira da Costa, 27, e Antonio Moreira da Costa, 36. Apesar de mais novo, o primeiro era reverendo e senhor de engenho. Plantou em sua propriedade 150 arrobas de açúcar, 300 alqueires de milho, 100 alqueires de feijão, 100 alqueires de farinha e 26 alqueires de arroz. Ele também era dono de 44 escravos, comprados em diferentes locais e de variadas etnias. Ademais, fez comércio no Rio de Janeiro, onde vendeu parte de seu açúcar e lucrou 75\$000 réis.

O segundo, por seu turno, atuou em diversos setores. Sua principal atividade, porém, deve ter sido o comércio, uma vez que era detentor do posto de tenente coronel, honraria

reservada "aos homens de maiores cabedais, quase todos envolvidos com arrematação de impostos; revenda de gado, de escravos e de fazenda seca"⁴⁷.

O maço também auxilia na percepção dessa dinâmica no cotidiano de Antônio Moreira da Costa. Ele afirmou ser fazendeiro e senhor de engenho. Fabricou em seu engenho 650 arrobas de açúcar, considerando o estoque em seu armazém, e 25 barris de aguardente. Também plantou 140 alqueires de milho, 40 de feijão, 30 de arroz e 40 de farinha. Comprou no Rio de Janeiro 48 arrobas de ferro, 8 arrobas de aço, 14 escravos, 3 barris de vinho, 6 barris de aguardente, 6 barris de vinagre, 8 arrobas de bacalhau e, dos produtores de Taubaté, comprou 600 arrobas de fumo. Os escravos lhe custaram 2:240\$000 réis e foram vendidos para os fogos taubateanos, rendendo ao comerciante 400\$000 réis. O fumo foi vendido na Praça carioca e rendeu 100\$000 réis. Também comercializou o açúcar na mesma Praça, auferindo 520\$000 réis; já a aguardente foi vendida em Taubaté, rendendo 20\$000 réis.

O milho, feijão, arroz e farinha foram consumidos em sua própria residência, para o sustento de sua família e de seus 35 escravos. Além das transações relatadas, ele indicou que fazia comércio com Parati e Pindamonhangaba, mas não relatou valores destas redes. Por fim, dois escravos seus eram ferreiros e, fazendo trabalhos para fora, colaboraram com 96\$000 réis para as finanças da casa-grande.

Examinando a trajetória de Antônio Moreira da Costa, vê-se que perpassou por diversos pedidos de confirmação de carta patente. Em 22 de Maio de 1797, era despachado o requerimento de confirmação de carta patente no posto de capitão da Nova Companhia da ordenança dos moradores do distrito de Caçapava de Taubaté⁴⁸.

Pouco adiante, em 1800, era a vez de João Moreira da Costa requisitar a confirmação do posto de capitão do distrito de mato-dentro da vila de Taubaté⁴⁹. E, por fim, em 1807, Alexandre Pereira Diniz, procurador de Antônio Moreira da Costa, requisitou o posto de tenente-coronel do 2º regimento de infantaria de milícias de São Paulo⁵⁰. Interessante notar

⁴⁷ MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos:** o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822). 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 107.

⁴⁸ "REQUERIMENTO do capitão da Nova Companhia da Ordenança dos moradores do bairro de um distrito da vila de Taubaté, Antônio Moreira da Costa, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 22 de Maio de 1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 679.

⁴⁹ "REQUERIMENTO do capitão da Companhia da Ordenança do bairro dos Mato-Dentro, do distrito da vila de Taubaté, João Moreira da Costa ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente". Ant. 26 de Setembro de 1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 763.

⁵⁰ "REQUERIMENTO de Alexandre Pereira Diniz, como procurador do tenente-coronel Agregado ao 2º Regimento de Infantaria de Milícias da capitania de São Paulo, Antônio Moreira da Costa, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente". Ant. 1 de Junho de 1807. AHU_ACL_CU_023, Cx. 30, D. 1320.

que ambos os senhores, João e Antônio Moreira da Costa, não foram retratados nos maços de população de 1808 e de 1810.

Ainda no ano de 1802, outros fogos com sobrenome Costa foram encontrados. Em Jacareí, Manuel da Costa Leme, 58, era capitão e agricultor que fabricou 40 canadas de aguardente e colheu milho e feijão com 13 escravos, sendo três de seus agregados. A giribita foi vendida na própria vila e rendeu 1\$280 réis a canada.

Em Lorena, José da Costa, 45, era alferes e senhor de engenho. Produziu 20 barris de aguardente, 50 alqueires de milho, 40 alqueires de feijão, 25 alqueires de arroz e 20 alqueires de farinha. Além disso, tinha 14 escravos, um da costa, um de Benguela, três de Angola e um de Rebola.

Em São Luiz, outro José da Costa, 45, fez-se presente. Este era reinol, nascido em Braga, que tinha tropa e fabricou 100 arrobas de tocinho que foram vendidas na Praça do Rio de Janeiro. Para tomar conta da tropa, ele era proprietário de 21 escravos.

No ano de 1803, em São Sebastião, Domingos da Costa Ribeiro, 74, Antônio Caetano da Silva Costa, 40, e João José da Silva Costa, 38, tinham 15, 13 e 10 escravos, respectivamente. O terceiro, apesar de ter a senzala menos numerosa, era capitão de milícias e negociante com certo cabedal, afinal, além dos escravos era proprietário de dois bergantins.

No mesmo ano, em Cunha, dois fogos eram da mesma família. Manuel Carvalho da Costa, 45, era dono de loja de fazenda seca e tinha quatro escravos. Enquanto, Francisca da Costa Rezende, 98, era dona viúva que colhia para o consumo seu e de seus 13 escravos.

Em 1808, Francisco Moreira da Costa, 32, indicou a potencialidade econômica de diversas atividades na vila de Taubaté. O reverendo que se denominava fazendeiro era, também, senhor de engenho. Neste ano, com seus 70 escravos, um plantel significativo, fabricou 2500 arrobas de açúcar. Porém, não relatou suas atividades com animais, nem forneceu outros detalhes.

Joaquim Moreira da Costa, 30, surgiu neste ano de 1808 na vila. Ele foi negociante, dono de dez escravos, e comercializou 4000 muares de Curitiba para o Rio de Janeiro. Entretanto, ele mesmo indicou que teve "prejuízo grande" com a atividade. Este fato foi incomum, uma vez que o comércio de animais sulinos na Praça carioca era uma rede mercantil vistosa e em expansão no início do século XIX.

Aos 63 anos de idade, João da Costa era agricultor e senhor de engenho, além de praticar a pecuária. Ele plantou 48 alqueires de milho, 30 de feijão, 35 de farinha, 20 de arroz, 10 arrobas de algodão, 100 arrobas de açúcar e 20 barris de aguardente. O açúcar lhe rendeu 30\$000 réis e a giribita, 13\$600 réis.

Mathias Luis da Costa, 55, era agricultor e dono de engenhoca. Com seus onze escravos fez, além de gêneros para alimentação, 40 barris de aguardente, que vendeu na própria vila, rendendo-lhe 32\$000 réis.

E Salvador Leme da Costa, 43, também foi agricultor possuidor de engenhoca. Ele colheu efeitos para sua mesa, 40 barris de aguardente e 60 mil rapaduras. Seus barris foram vendidos, também, na terra, o que lhe garantiu 28\$000 réis.

Em Cunha, Manuel Carvalho da Costa, 50, continuou com sua loja de fazenda seca e quatro escravos; afirmou ser natural de Parati. E o padre João Pereira da Costa, 41, apesar de ter engenho e 31 escravos, não fabricou nada além de efeitos para abastecimento.

Na vila de Lorena foram três fogos com sobrenome Costa, nenhum, contudo, com relevo. O primeiro foi Anna da Costa, 46, que não tinha escravos e vivia de sua venda. João da Costa Lima e o mineiro José Marques da Costa eram agricultores, proprietários de cinco e dez escravos e com as patentes de guarda-mor e capitão, respectivamente.

Em São Luiz, Domingos Antunes da Costa, 37, era um reinol, nascido em Guimarães, proprietário de dez escravos e, apesar de se denominar agricultor, produziu 50 arrobas de toicinho e vendeu-as no porto de Parati.

Foi em São Sebastião, porém, que os fogos se desenvolveram melhor. Domingos da Costa Ribeiro, 79, construiu uma olaria que fabricou 8000 telhas, além de cultivar alimentos com seus 15 escravos. E, por fim, João José da Silva Costa, 43, manteve o posto de capitão de milícias, mas agora era, também, senhor de engenho. Com o trabalho de seus 63 escravos, ele fabricou 600 arrobas de açúcar e 51 canadas de aguardente. Se manteve seus dois bergantis, ele não teve dificuldades em transacionar suas produção, além do que, ele mesmo havia se descrito como "homem de negócio" em 1802.

Mais uma vez, estendo o recorte cronológico para perceber as possíveis alterações causadas pela chegada da família real e a abertura dos portos. No maço de 1810, em Taubaté, os negócios de Francisco Moreira da Costa parecem ter mudado pouco. O reverendo, senhor de engenho e fazendeiro fabricou 600 arrobas de açúcar, que vendeu no Rio de Janeiro. Sua senzala, porém, diminuiu para 39 almas.

O capitão Joaquim Moreira da Costa, 32, apesar de ter retratado prejuízo com o comércio de gado, comprou bois em Sorocaba e passou a ter doze escravos. No mesmo ramo estava envolvido Francisco da Costa Souza, 62, que era dono de 23 escravos.

Mathias Luis da Costa, 57, e Salvador Leme da Costa, 45, preferiram investir em engenhocas. O primeiro fez 20 barris de aguardente e o segundo fez rapaduras, que lhe renderam 100\$000 réis. Eles tinham 12 e 15 escravos, respectivamente.

Mathias Luis compartilhou com João da Costa Braga, 47, a atividade de cultivar fumo. O primeiro fez 120 arrobas e o segundo fez 200 arrobas, que foram vendidas no Rio de Janeiro. João também fez artigos para alimentação de sua família e seus 13 escravos.

Fora de Taubaté, os principais fogos com sobrenome Costa foram os da vila de São Sebastião. Domingos da Costa Ribeiro, 81, faturou com sua olaria 150\$000 réis e conseguiu investir em açúcar; colheu 5 arrobas do efeito. Ainda assim, apareceu no maço com um escravo a menos, totalizando 14 almas.

João José da Silva Costa, 45, também residente de São Sebastião, disse que vivia de seus negócios e era senhor de engenho. Ele fabricou a marca de 900 arrobas de açúcar fino, 50 arrobas de mascavo e 9 pipas de aguardente, com seus 64 escravos. Ademais, colheu 500 alqueires de farinha, 60 de feijão e 80 de arroz. O crescimento na quantidade de açúcar e aguardente produzida indica o desenvolvimento de sua residência, ainda que tenha ocorrido o decréscimo de seu número de escravos.

Na vila de Taubaté, assim como em Guaratinguetá, o açúcar concedia o diferencial "senhor de engenho". No século XIX, este passou a ser significativo na sociedade do Norte paulista⁵¹. Os homens que podem ser apontados como os principais potentados da família Costa, especialmente Antônio Moreira da Costa e Francisco Moreira da Costa, se envolveram com a fabricação do "ouro branco"⁵².

O primeiro acumulou atividades, atuou no comércio, no trato com animais e na agricultura. Conseguiu mercês régias, principalmente o elevado posto de Tenente coronel de milícias. E, através de diferentes redes mercantis, uniu a vila de Taubaté com outras vilas do Norte paulista, com a região meridional da América e com o Rio de Janeiro. Indiretamente, por causa da compra de escravos, favoreceu o tráfico de negros na costa africana.

O segundo, por seu turno, completou seus estudos em teologia e se formou reverendo. Portanto, tinha contatos na Europa. Seu açúcar foi comercializado na Praça do Rio de Janeiro e o gado na feira de Sorocaba. Assim como Antônio, ele conseguiu participar de variadas redes mercantis no Centro-Sul da América lusitana. Logo, torna-se nítida a posição da família Costa, mormente o ramo Moreira da Costa, como potentados locais.

⁵¹ Cf. HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômicas; Edição Fac-Similada, 1986.

⁵² SERRATH, Pablo Oller Mont. **Dilemas & Conflitos na São Paulo Restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)**. 2007. 315 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 107-133.

A relevância de alguns agentes não pode ser ignorada. Determinados sujeitos tiveram uma proeminência na capacidade de acumulação que lhes deu o papel central em suas famílias e na vila. Este foi o caso, em Taubaté, de Euzébio José de Araújo.

Em 1789, ele era o detentor do posto de capitão na vila de Taubaté, tinha 45 anos e 44 escravos. Na vila de Cunha e em São Luiz, no mesmo ano, existiam membros da família Araújo. Na primeira, o capitão de Pindamonhangaba era José Felipe de Araújo, 40, e vivia de seus negócios. Na segunda, Manuel Araújo de Carvalho, 62, era Major de ordenanças e tinha três escravos, um, inclusive, da Guiné.

A partir de 1797, porém, somente o fogo de Euzébio José de Araújo e o de seu filho, João Gomes de Araújo, continuaram sendo retratados pelos maços de população, ambos na vila de Taubaté.

Neste ano, Euzébio passou ao posto de sargento-mor da vila e contava com 58 escravos em sua senzala. Seu filho, apesar da pouca idade, 21 anos, tinha cinco escravos e o cargo de alferes.

Em 1802, Euzébio passou a contar com 62 escravos, nove de Benguela, 6 de Angola e o restante foi comprado na vila ou de outras partes da América. Neste ano, além disso, ele foi listado como senhor de engenho, fabricou 80 arrobas de açúcar e 5 arrobas de algodão, fora alimentos, e afirmou ser fazendeiro. Seu filho era negociante de bestas, tendo, inclusive, comprado 1050 cabeças de gado em Curitiba do Tenente Manuel Glz. Cultivou alguns efeitos, mas para a própria alimentação e, ademais, tinha oito escravos.

Em 1808, entretanto, Euzébio não é mais arrolado, nem seu filho. Dois fogos carregam o sobrenome Araújo, mas são dois mercadores: o capitão mineiro José Felipe de Araújo, que já havia sido listado em 1789, e João de Araújo Lima, 34, que era comerciante de escravos.

Outro exemplo, resumidamente, é Manuel Correia Bitencourt e Joaquim José Bitencourt. O primeiro foi, a partir de 1802, o capitão-mor efetivo de Taubaté, senhor de engenho, dono de mais de 40 escravos e fabricante de mais de 500 arrobas de açúcar. O segundo foi tenente-coronel de Jacareí, chegou a ter 19 escravos em sua senzala e conseguiu altos lucros com o comércio de panos para o Rio de Janeiro.

Entretanto, em nenhum dos dois casos a prosperidade conseguida pelos principais da família conseguiu se proliferar. É possível que pessoas sem o mesmo sobrenome fizessem parte do bando de Manuel Correia Bitencourt, tais como genros, mas esta possibilidade extrapola o que pode ser verificado nos Maços de População.

Tabela 3.5 – Número de escravos divididos por estrato social na vila de Taubaté.

	1789		1797		1802		1808		1810	
	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos
20-	5	146	12	352	12	397	10	411	14	533
10-20	22	313	14	193	21	287	27	341	27	355
0-10	-	-	35	115	37	131	-	-	-	-
Total	27	459	61	545	70	815	37	752	41	888

Na vila de Taubaté a tendência foi de diferenciação social. Nota-se que ela acompanhou os impulsos administrativos da coroa. Foi no governo de Lorena que as vilas do Norte começaram a apresentar os resultados dos incentivos à agricultura⁵³. O ano de 1789, portanto, estabelece o padrão e, logo na aferição seguinte pode ser percebida a influência da cana-de-açúcar na residência dos taubateanos. O ouro branco modificou não só a economia paulista, mas também o social e o cotidiano destes homens.

3.6 – As famílias comuns⁵⁴

Na vila de Lorena, o açúcar teve um papel dominante. A importância dele no século XVIII e XIX já foi relatada anteriormente. Por isso, muitas das famílias, referidas neste capítulo, plantaram a cana-de-açúcar, ou seja, tiveram ao menos uma experiência com o gênero. Contudo, esta vila permite verificar outras dinâmicas. A família Reis teve apenas dois representantes que se dedicaram ao gênero e, no bando Portugal, apesar da existência do açúcar no rol de cultivos, é significativo o fato de seus dois representantes serem reinóis imigrados para as vilas do Norte.

A vinda de portugueses para a capitania de São Paulo foi um processo que ganhou força na primeira metade do século XVIII. Conforme expôs Borrego, os reinóis, na sua maioria vindos da região do Minho, aproveitavam-se da presença de parentes na América portuguesa, embarcavam nas cidades do Porto e Lisboa e chegavam nesta parte do Império através, principalmente, do porto do Rio de Janeiro.

As trajetórias destes homens, todavia, não foi rígida. Muitos deles se locomoveram constantemente pelo enorme território português na América em busca de melhores possibilidades para se estabelecerem. Nas palavras da autora, "os casos relatados revelam as características da mobilidade espacial comum a uma grande quantidade de pessoas" e "as

⁵³ Para ver a conclusão em: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

⁵⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Lorena, 1789-1810: 113-117.

narrativas mostram que as histórias se construía em conjunto, com a participação de uns nas trajetórias de outros, em redes espirais de convívio e parentesco⁵⁵.

Os reinóis se instalaram na cidade de São Paulo, segundo a autora, influenciados pela dinamização dos negócios em consequência da mineração⁵⁶. No final do século, porém, as minas não garantiam a mesma produção de antes. É possível que neste período os imigrantes conseguissem bons e variados negócios na região Norte da capitania de São Paulo, motivo pelo qual verifiquei a presença de grupos de portugueses entre os principais das vilas do Norte.

3.6.1 – Os Reis de Lorena

A família Reis apresentou, antes mesmo do primeiro maço apreciável da vila de Lorena, representantes entre os principais do Norte paulista. Na vila de Cunha, em 1789, Thomas da Silva Reis, 50, era proprietário de um sítio e 19 escravos, além de uma liberta. Em sua residência fez gêneros para alimentação e 980 alqueires de milho, parte destinada à alimentação de animais, provavelmente. No mesmo local, morava José da Silva Reis dos Santos, 37, que tinha 17 escravos e também colheu para o consumo, além de cultivar 990 alqueires de milho.

Em São Sebastião, um ano antes, Francisco Reis, 38, era ajudante das ordenanças e tinha 12 escravos. A lista nominativa, todavia, não entregou outros detalhes.

No maço de 1797, não obstante, os primeiros moradores da vila de Lorena puderam ser identificados. Usando o sobrenome Reis, estiveram presentes Máximo da Silva Reis, 22, que era sargento, e José da Silva Reis, 21. Ambos viviam "embaixo do pátrio poder" e não tinham escravos próprios.

Em Cunha, São Luiz e São Sebastião, o sobrenome Reis foi proliferando. Na primeira, Mário dos Reis, 56, tinha 30 escravos e nenhum posto; em São Luiz, Antônio da Silva Reis tinha doze escravos e Pascoal Reis Veloso, 40, não possuía escravos, mas ostentava o cargo de ajudante; e, em São Sebastião, José Antônio dos Reis, 45, era capitão, proprietário de 13 escravos e administrava as armações.

Foi no ano de 1802, porém, que Antônio José da Silva Reis, 32, mudou-se para Lorena. Este senhor, natural de Guaratinguetá, era agricultor, fazendeiro, capitão das milícias,

⁵⁵ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. 2006. 339 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 50.

⁵⁶ Id., Ibid., p. 35-52.

proprietário de 68 escravos. Também cultivou 1700 alqueires de milho, 200 alqueires de feijão, 100 de arroz e 500 alqueires de farinha. Parte de seus efeitos foram vendidos na "terra" e ele recebeu 600\$000 réis, uma quantia significativa para produtos, de certa maneira, comuns. Por seu lado, José Joaquim da Silva Reis, 23, passou a ser alferes, mas continuava morando com seus pais.

Em 1803, na vila de Cunha, José dos Santos dos Reis, 52, era lavrador de produtos para abastecimento, com 11 escravos. Maria da Silva Reis, 54, também cultivava para seu sustento e o de 15 escravos, fora Josefa, que era uma negra enviada para o Rio de Janeiro a negócios. O fogo do falecido Nuno da Silva Reis plantou para alimentar os moradores e os 17 escravos. Apesar disso, os mil alqueires de milho revelam o provável envolvimento da residência com a criação de animais. Monica Felizarda dos Reis era outra senhora que cultivou para abastecer sua casa e sua senzala com 25 escravos. E, por fim, Thomas Silva Reis, 61, teve a mesma pauta de produção e contou com 28 escravos.

Em São Sebastião, José Antônio dos Reis, 49, teve a primeira experiência do sobrenome Reis com o açúcar. O capitão e administrador das armações de baleias utilizou-se de engenho de outrem para fabricar 105 arrobas de açúcar. Além disso, ele contratou 54 escravos para trabalharem em conjunto com os 14 escravos de sua propriedade.

A segunda experiência foi feita por José Reis da Silva, em Taubaté. No ano de 1807, ele foi denominado de senhor de engenho e fabricou 800 arrobas de açúcar com 27 escravos. E, no ano seguinte, este senhor, curitibano, plantou outras 400 arrobas do gênero, mas só apontou 18 escravos em sua senzala.

Neste mesmo ano, em Lorena, Antônio José da Silva Reis afirmou ser natural de Guaratinguetá e ser fazendeiro proprietário de 58 escravos. Enquanto isso, José Joaquim da Silva Reis, 28, comprou um escravo para si, mas continuou vivendo sob o pátrio poder.

Já em Cunha, Thomas da Silva Reis, 66, apontou a produção de 300 arrobas de tocinho e mais 20 bestas, além de seus 24 escravos. Maria da Silva Reis e Maria Felizarda dos Reis também fabricaram tocinho e tinham 16 e 24 escravos, respectivamente. Todavia, somente a segunda senhora utilizou o distintivo dona.

Os membros do sobrenome Reis exemplificam o ordinário nas residências na região Norte da capitania de São Paulo. Afora os muitos fogos que afirmaram viver de esmola ou simplesmente cultivar para sustento, muitas foram as propriedades que não plantaram mais do que gêneros de abastecimento.

Os principais agentes desta família Reis tiveram postos nas ordenanças, mas foram poucos. Diferente de outros bandos apresentados anteriormente, a maioria dos agentes não tiveram mercês.

E a experiência de José Antônio dos Reis com o açúcar foi feita com o uso de engenho alheio e a contratação de escravos de outrem. Apesar disto, ele conseguiu se tornar capitão e também foi responsável pela armação das baleias, uma posição que lhe possibilitava ganhos mercantis.

3.6.2 – O açúcar para os reinóis

Os reinóis que se estabeleceram nas vilas do Norte também participaram da produção do açúcar. E foi através destes efeitos que tentaram se igualar a seus conterrâneos em mercês régias. O exemplo que selecionei nesta parte discorre sobre homens que vieram do Reino e compartilharam o denominador Portugal em seus nomes. Manoel Guimarães Portugal e Antonio Pires Querido Portugal produziram gêneros diferentes, que tinham aceitação no mercado, e procuraram destaque local.

Na vila de Cunha, Antonio Pires Querido Portugal lavrou, em 1789, milho, feijão e arroz, tinha 20 escravos e o posto de alferes. E ele era português nascido em Santa Maria, conforme indicou no Maço de 1802.

Em 1797, o maço de população confeccionado na vila de Cunha é muito deficitário. O único detalhe que apresenta é a quantidade de escravos, além dos cargos exercidos nos fogos. Antonio Pires permaneceu com o posto de alferes e adquiriu mais 9 escravos, totalizando 29 em sua senzala.

Em Abril de 1801, sua primeira mercê foi uma sesmaria. O pedido, feito junto com João Borges dos Santos e José Borges do Santos, era por uma propriedade no caminho entre Jacareí e São Sebastião, previamente aberto por Inácio Bicudo de Brito.

No caso, segundo o governador interino Chichorro da Gama (1786-1788), nesta estrada havia "matos devolutos em grande quantidade", enquanto os suplicantes não possuíam terras para trabalhar. Desta forma, foi concedida sesmaria com três léguas de testada e duas de sertão para o três homens, sendo que na divisão, também feita pelo governador, ficou reservado para Antônio três quartos de testada⁵⁷.

⁵⁷ Junto com o documento foi um bilhete dos suplicantes informando que demoraram para solicitar a confirmação por causa da omissão de seu procurador. "REQUERIMENTO de João Borges dos Santos, José

Os negócios deste senhor no século XIX, porém, estagnaram. Em 1803, ele apresentou um cultivo menor de milho, 800 alqueires ante os 1300 alqueires de 1789, e tinha dois escravos a menos, totalizando 27 almas. Em 1808, como a maioria das residências de Cunha, Antonio Querido Portugal mudou sua área de interesse para a criação de animais e passou a produzir toicinho. A quantidade de trabalhadores compulsórios continuou declinando, agora para 23 almas. E, no último ano verificado, 1810, este senhor recuperou parte de sua escravaria, voltando a apontar 27 escravos em suas senzala, e permaneceu fabricando toicinho, cerca de 600 arrobas.

Antonio Pires Querido Portugal foi agraciado, pelo governador Chichorro, com uma sesmaria numa área interessante para a agricultura, mas ainda assim pouco habitada. A confirmação desta sesmaria foi significativa e indicou a proximidade entre Portugal e outros homens da vila de Cunha. Além disso, o documento serviu para indicar as possibilidades de expansão na região Norte.

Não obstante, o capitão-general Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça teve alguns problemas com Antonio Portugal. Houve uma disputa entre este senhor e Manoel da Silva Granito, na vila de Cunha, que se arrastou por mais de 20 anos. A briga pelo limite de terras entre as duas propriedades acarretou, nas palavras de Mendonça: "tantos incidentes que quase tem arruinado o último contendor [Granito], que por ser de melhor fé, e menos rico, tem sofrido a mais considerável opressão" ⁵⁸.

A flutuação nos negócios de Portugal e no tamanho de sua escravaria, provavelmente, esteja conectada com o acirramento das brigas internas na vila. Resta afirmar, ainda, que a partir de 1803, após a saída de Mendonça, Antonio Pires Querido Portugal não relatou seu posto de alferes nas ordenanças nos maços.

Longe destas desavenças estava o lisboeta Manoel Guimarães Portugal. Em 1797, em Lorena, ele já carregava a pecha de senhor de engenho, tinha sítio em que fabricou 200 alqueires de milho, 80 de feijão, 12 de arroz, 400 arrobas de açúcar e 100 arrobas de açúcar mascavo, com seus 19 escravos. Ele também afirmou fazer comércio de açúcar com o Rio de Janeiro que, naquele ano, pagou 2\$400 réis pelo açúcar fino e 1\$280 pelo mascavo.

Borges dos Santos e Antônio Querido Portugal solicitando confirmação da carta de sesmaria relativa a terras na vila de Cunha". Ant. 16 de Abril de 1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 840.

⁵⁸ Este documento será novamente trabalhado mais adiante, quando vou retratar a trajetória de Antonio José de Macedo e da família Siqueira. "CARTA do ex-governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, ao príncipe regente [D. João], respondendo a representação feita contra ele por Antônio Pires Querido Portugal junto a Rainha [D. Maria I], pela qual o acusa de tê-lo ofendido quando convocou Manoel da Silva Granito à sua presença para esclarecer uma questões de terras, situadas na vila de Cunha, que havia entre os dois há mais de vinte anos". 18 de Setembro de 1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1070.

Em 1802, Manoel colheu 100 alqueires de milho, 50 de feijão, 30 de arroz e 200 de farinha em seu sítio, e fez em seu engenho 50 arrobas de açúcar, 30 de açúcar redondo e 40 arrobas de açúcar mascavo. Além disso, ele adquiriu seis escravos de Angola e contabilizou 24 trabalhadores em sua senzala.

Por último, em 1808, aos 65 anos de idade, Manoel Guimarães Portugal afirmou ser senhor de engenho, mas não revelou a produção de nenhum artigo. Ainda assim, manteve 23 escravos em sua propriedade.

Tabela 3.6 – Número de escravos divididos por estrato social na vila de Lorena.

	1797		1802		1808	
	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos	Fogos	Escravos
20-	8	281	13	495	18	622
10-20	23	328	32	432	28	368
0-10	27	72	17	45	39	81
Total	58	681	62	972	85	1071

Lorena foi outro exemplo do desenvolvimento social ocasionado pelos bons resultados financeiros que o açúcar estava garantindo para a capitania paulista. Os principais da terra estavam conseguindo acumular capital ocioso e aumentar sua diferença com outras camadas.

A constante flutuação no volume de escravos presentes nos fogos com menor potencial econômico é outro fator visível pela tabela 3.6. Isto decorreu, em grande medida, por causa da vulnerabilidade de residências com pouco cabedal. Em anos favoráveis, era possível expandir o capital aplicado; em outros tempos, era necessário conter o gasto com conforto para garantir o sustento.

As trajetórias de Manoel Guimarães e Antonio Pires Querido, porém, é mais significativa porque aponta uma tendência do século XVIII. Conforme explicitou Maria Borrego, o comércio passou a ter papel central na cidade de São Paulo neste período.

A autora trabalhou com um universo de 100 homens na sede da capitania de São Paulo. Aqueles que executavam as trocas mercantis eram, na maioria, reinóis imigrados. Todavia, ela indicou que um “padrão similar foi verificado para outras regiões da América Portuguesa”⁵⁹.

Ainda de acordo com a autora, a vida de Alexandre Monteiro de Sampaio seguiu este exemplo:

quando chegara a São Paulo, Alexandre Monteiro de Sampaio, natural da vila de Marialva, bispado de Lamego, se hospedou na casa de um tio. Uma vez residindo na

⁵⁹ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. 2006. 339 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 36-37.

sua própria ‘morada de casas’, mandou vir de Portugal seu irmão mais novo, Manuel José de Sampaio, para com ele morar⁶⁰.

A tabela a seguir apresenta os proprietários de fogos que declararam ser imigrantes residentes nas vilas do Norte em relação ao número total de unidades produtivas arroladas.

Tabela 3.7 – Os imigrantes portugueses nas vilas do Norte (1788-1810)⁶¹.

	Cunha		Taubaté		Jacareí	
	Imigrante	Total de fogos	Imigrante	Total de fogos	Imigrante	Total de fogos
1788	-	-	-	-	-	-
1789	0	63	0	27	-	-
1797	-	46	0	61	0	32
1802	-	-	10	70	2	42
1803	1	46	-	-	-	-
1808	5	48	1	37	-	-
1810	3	44	-	41	4	28
	São Luiz do Paraitinga		São Sebastião		Ubatuba	
	Imigrante	Total de fogos	Imigrante	Total de fogos	Imigrante	Total de fogos
1788	-	-	-	48	-	-
1789	1	16	-	-	-	29
1797	-	21	-	56	-	18
1802	9	20	-	-	0	13
1803	-	-	9	64	-	-
1808	4	24	10	37	5	26
1810	-	-	5	30	7	27
	Lorena					
	Imigrante	Total de fogos				
1788	-	-				
1789	-	-				
1797	-	58				
1802	16	62				
1803	-	-				
1808	12	85				

Constata-se, pela tabela 3.7, que os imigrantes foram parte importante na sociedade Norte da capitania paulista. Os números computados, por levarem em consideração os limites de escravos e postos militares, deixaram de contabilizar muito agentes de comércio volante que eram reinóis radicados nas vilas.

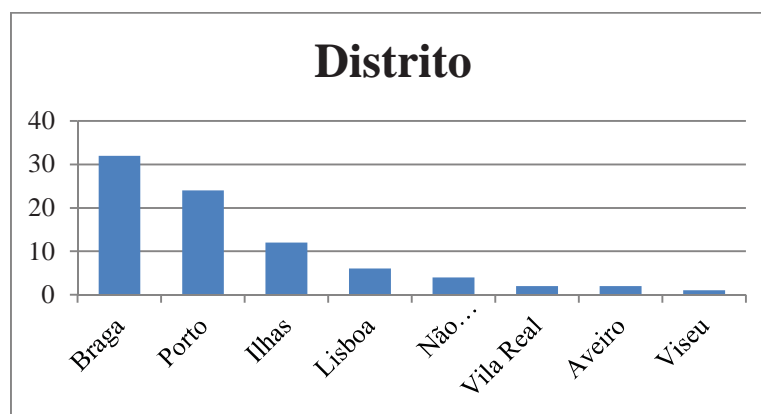
Ainda assim, conforme os exemplos de Antonio Pires Querido Portugal e Manuel Guimarães Portugal, consegue-se observar alguns indivíduos que atravessaram o oceano e atingiram um padrão de vida que não lhes seria possível no Reino.

⁶⁰ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. 2006. 339 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 38-39.

⁶¹ O quadro foi criado a partir da declaração dos próprios fogos sobre sua naturalidade. Ocorre, portanto, de alguns nomes se repetirem nas vilas. Isto, todavia, não prejudica o entendimento do quadro, uma vez que busco compreender a importância dos reinóis em relação ao número total de fogos listados.

O gráfico seguinte determina de onde vieram os reinóis que se estabeleceram nas vilas do Norte. Os nomes são baseados na atual divisão administrativa de Portugal, os distritos.

Gráfico 3.1 – Distritos de origem dos imigrantes que foram para as vilas do Norte (1788-1810)⁶².



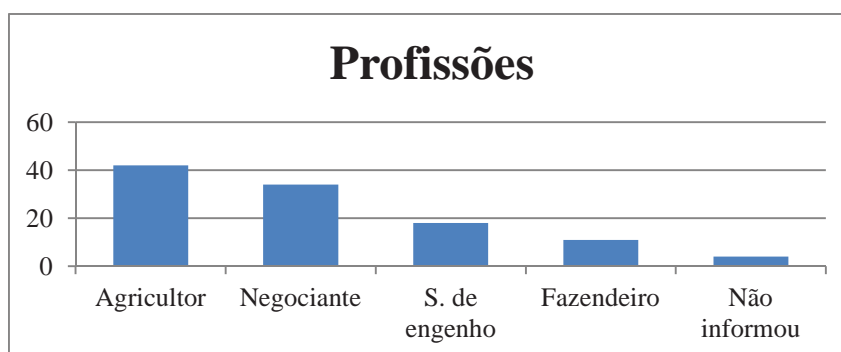
Contudo, na divisão administrativa de Portugal antes do século XIX Braga e Porto seriam somadas, já que faziam parte da região denominada Entre-Douro-e-Minho, ou somente Minho, e representariam cerca de 67% do total de migrantes. Na cidade de São Paulo, o padrão dos imigrantes era parecido. Segundo Borrego, 64% dos residentes paulistas que vieram de Portugal eram do Minho. Nas palavras da autora:

A explicação para o maior número de imigrantes vindos do norte de Portugal, entretanto, não se sustenta apenas na pressão demográfica como fator de repulsão. As análises de Jorge Pedreira apontam como razões para o fenômeno tanto os regimes sucessórios não igualitários – descendentes privados da posse de terra eram impelidos a buscar novos meios de sobrevivência –, como os dispositivos de recepção e integração dos minhotos em outras áreas – acolhimento por parentes e conhecidos⁶³.

Algo que escapou à autora, preocupada com a atividade mercantil, foram os minhotos que participaram de outros segmentos econômicos na capitania. Nas vilas do Norte fica claro, pelo gráfico 3.2, que a lide com a terra era mais cobiçada do que o comércio. Cerca de 55% dos indivíduos que emigraram para esta parte da capitania se dedicaram à agricultura. E, pouco mais de 16% conseguiram formar engenho e produzir açúcar.

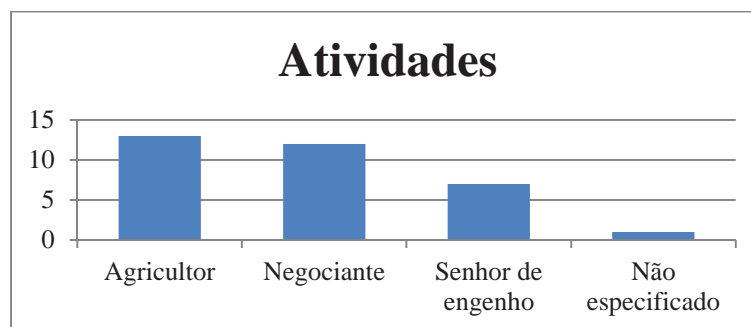
⁶² Este gráfico foi concebido pela descrição feita nos maços de população. Distingue-se do quadro anterior porque neste caso não foram contabilizadas recorrências. Em outras palavras, como o gráfico busca perceber a origem dos homens que vieram para a América, ele ficaria distorcido se a mesma pessoa fosse contada mais de uma vez.

⁶³ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. 2006. 339 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 38-39.

Gráfico 3.2 – Atividades executadas pelos reinóis das vilas do Norte (1788-1810)⁶⁴.

O fato mais interessante, porém, reside no litoral. Quando São Sebastião e Ubatuba são analisadas separadas das vilas do interior, verifica-se que mais de 60% dos reinóis participaram da agricultura. Em outras palavras, a predileção destes indivíduos pelo trato mercantil não se confirma, mesmo na área portuária e próxima da Praça do Rio de Janeiro⁶⁵.

Gráfico 3.3 – Como se descreveram os reinóis do litoral Norte (1788-1810).



⁶⁴ Este gráfico, e também o seguinte, utilizaram a descrição fornecida nos fogos. As atividades executadas nas residências eram variadas e dinâmicas, por este motivo, alguns senhores foram listados mais de uma vez no mesmo ano, isto porque eles se descreviam "senhor de engenho", "agricultor" e "negociante" ao mesmo tempo. Em outros casos, ocorreu de alguns indivíduos não se descreverem como senhor de engenho, mas terem açúcar em seu portfólio, desta feita, foram listados como agricultores, já que podem ter fabricado o efeito em engenho alheio.

⁶⁵ Outros autores indicaram que nem todos os reinóis que migraram para a capitania de São Paulo, ou América como um todo, lograram êxito. Segundo Medicci: "claro que nem todos estes "empreendedores" foram bem sucedidos; outros voltaram a Portugal depois de amealhar montantes suficientes para se estabelecer com negócio em Lisboa; porém muitos se estabeleceram na América atuando no comércio por grosso e estabelecendo engenhos e plantações. Grande parte destes transferiu seus negócios aos genros ou sobrinhos reinóis, prática comum nas praças comerciais portuguesas e que promovia constante renovação do grupo comercial em atuação". MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 46.

3.7 – Política na vila de Cunha⁶⁶

A documentação acerca dos homens de Cunha é mais extensa do que a das outras vilas. Parte disto se explica pelas disputas entre Siqueira e Macedo. No primeiro capítulo já discorri sobre um trecho da vida de ambas as famílias, que envolveu outros agentes e o próprio capitão-general Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça. Não obstante, outras contendas e os negócios de ambos os bandos ainda faltam ser inseridas para melhor compreender a situação econômico-social na vila.

O detalhamento das residências dos membros dos clãs será feito em consonância com os documentos do Conselho Ultramarino. Procuo verificar se houve relação entre o que era pedido ou discutido com a administração e a prosperidade das residências. E, especialmente, perceber quais foram os choques de interesses na vila.

O clã Macedo ficou centralizado na figura de Antônio José de Macedo. Apesar de não ser o mais velho entre os homens da família, ele foi o mais próspero e o que melhor representou a lógica de Antigo Regime dentro do bando em busca de privilégios.

Em 1789, na vila de Cunha, ele afirmou ser capitão e não possuir escravos. Aos 28 anos, ele vivia de seu negócio e não relatou outros detalhes. José Francisco de Macedo, 29, tinha somente quatro escravos e produziu alimentos. Este vivia de lavoura e era dono de um sítio, mas não tinha posto de ordenanças. E, por fim, Luis Manuel de Andrade, 32, era capitão, dono de onze escravos e fabricou arroz, feijão e 3020 alqueires de milho. Além disso, Andrade ainda teve agregados, cultivando em sua propriedade, mas em pequenas quantias.

O capitão Luis Manuel de Andrade era compadre de Antônio José de Macedo. Por este motivo ele foi arrolado no clã Macedo. Apesar de não compartilhar o sobrenome, em 1808, Antônio José fez pedido ao ex-governador Antônio de Mello Castro e Mendonça para conseguir a confirmação da patente de tenente-coronel para seu compadre⁶⁷. Esta manobra era típica de redes clientelares, logo, mesmo com sobrenome diferente, ele era tão próximo quanto outros parentes.

O bando Macedo tinha membros que não eram residentes das vilas do Norte. Joaquim José de Macedo, por exemplo, era capitão da cavalaria do regimento de voluntários

⁶⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Cunha, 1789-1810: rolos 49-51.

⁶⁷ "OFÍCIO de Antônio José de Macedo para o ex-governador e capitão da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça comunicando que seu compadre, o sargento-mor Luís Manuel de Andrade, que está indo para o Reino, para ser confirmado no posto de tenente coronel da dita vila, e na falta deste posto lhe seja dado quaisquer mercê". 18 de Maio de 1808, vila de Cunha. AHU_ACL_CU_023, Cx. 30, D. 1350.

reais da cidade de São Paulo. Em 1787, ele pediu licença para a Coroa para ir ao Reino para "tratar de pendências de sua casa". Foi-lhe concedido, pouco depois, um ano de dispensa dos serviços para que ele pudesse ir para Portugal⁶⁸.

Em 1792, Antonio José de Macedo recebeu a confirmação de carta patente. Apesar de ser o capitão de uma das companhias de Cunha, ele concorreu, nas palavras do governador Lorena, ao posto de sargento-mor que estava vago por "impossibilidade de Vitoriano dos Lemos Souza que o exercia". Macedo foi o nome proposto, também, pela câmara de Cunha⁶⁹.

No mesmo ano, pelo outro bando, José Gomes de Siqueira e Mota recebeu a confirmação de carta patente de D. Maria I. Neste, ele confirmou o posto de capitão de uma companhia de auxiliares. No maço de população de 1789, José Gomes, 42, já havia declarado a patente. Este senhor também afirmou possuir duas casas e um sítio, 20 escravos, e colher milho e feijão.

Esta família era numerosa na vila de Cunha. Além do fogo citado, outro José Gomes de Siqueira, de 66 anos, provavelmente pai do primeiro, afirmou viver de lavoura e ser proprietário de 35 escravos, com os quais cultivou 2000 alqueires de milho, mais feijão e arroz. Além disso, em 1792, ele requisitou à Coroa a patente de capitão de uma companhia de cavalaria auxiliares em Serra Acima⁷⁰.

Felix Gomes de Siqueira, 60, declarou neste maço ser proprietário de um sítio e 25 escravos, os quais cultivavam 990 alqueires de milho, feijão e arroz. E Antonio Siqueira tinha uma casa e um sítio, no qual colheu milho, feijão e arroz, com seus 18 escravos. Ainda em Cunha, outros agentes com o sobrenome Siqueira foram retratados, mas não estavam de acordo com as balizas desta pesquisa.

Na vila de Taubaté, ainda em 1789, um dos capitães era Antônio José e Mota. Este era proprietário de 17 escravos e, se não apresentou o sobrenome Siqueira, foi listado com o segundo sobrenome de José Gomes. Um ano antes, na vila de São Sebastião, um ajudante, dono de nove escravos foi arrolado com o nome Elias Miguel de Siqueira.

Os problemas entre os dois bandos começaram na década de 1790. A necessidade de eleição do capitão-mor da vila, posto vago desde a ereção da mesma em 1789, acirrou os

⁶⁸ "REQUERIMENTO do capitão de cavalaria do Regimento de Voluntários Reais da cidade de São Paulo, Joaquim José de Macedo, à rainha [D. Maria I], solicitando licença para dirigir-se à Corte, a fim de dar assistência à sua família". ant. 20 de Setembro de 1787. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 529.

⁶⁹ "REQUERIMENTO do capitão de uma Companhia das ordenanças da vila de Cunha, Antônio José de Macedo, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente". 27 de Janeiro de 1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 565.

⁷⁰ "REQUERIMENTO do capitão de uma das Companhias do Regimento de Cavalaria de Ligeiros Auxiliares de terra acima, José Gomes de Siqueira e Mota, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente". 21 de Abril de 1792, São Paulo. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 572.

ânimos e despertou o interesse dos dois grupos. Foi eleito para o cargo José Gomes de Siqueira e Mota, que tinha sido nomeado capitão de cavalaria auxiliar em 1777 e, na palavras do governador, era "das principais famílias da vila, vive abundantes em bens [...] [e recebeu] boas atestações de todos os generais com quem tem servido". Também contava a seu favor o serviço no corpo auxiliar, "muito mais distintos" do que "os das ordenanças"⁷¹.

Antonio José de Macedo, entretanto, contestou a forma como a eleição foi conduzida. Isto porque faziam parte da câmara no ano da eleição Joaquim Gomes Mota e Siqueira, José Lopes dos Santos e Ignácio de Loyola Freire, sendo que o primeiro era irmão de José Gomes de Siqueira e Mota, o segundo era cunhado e o terceiro era sobrinho do mesmo. O outro Juiz, Simão de Francisco Nabo, também estava envolvido com a família por ter se casado com Francisca Galvoa, irmã do capitão José Gomes. Assim, Macedo afirmou que as eleições eram "contra as Reais intenções de V. Majestade", que proibia a eleição de parentes.

Ainda de acordo com Macedo, o Juiz ordinário Antonio Monteiro Silva foi excluído da votação e Ignácio de Loyola Freire foi levado como substituto. A eleição, ainda assim, ocorreu com dois votos contrários: o do vereador Joaquim José Silva e o do procurador José Francisco de Macedo. Porém, estes dois foram persuadidos pelo Ouvidor Miguel Marcelino Veloso e Gama que presidia a sessão.

O processo de eleição na vila de Cunha, todavia, foi novamente debatido nas memórias de Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça. Este governador foi partidário de Antonio José de Macedo e partilhou a visão deste acerca da eleição.

A vila de Cunha era o território onde se encontrava o distrito de Guaratinguetá denominado Facão. Por ter sido criada pelo senhor Francisco da Cunha, recebeu o sobrenome deste. Neste período Facão tinha por comandante somente um almotacé que, por diversas vezes, foi o próprio Antonio José de Macedo.

Quando feita vila, a região passou a ser controlada pelo sargento-mor Vitorino dos Santos, tendo como capitão da companhia de auxiliares José Gomes de Siqueira e Mota e da companhia de ordenanças Antonio José de Macedo. Porém, "as constantes moléstias e repetidas viagens do mesmo Sargento-Mor faziam que estivesse quase sempre no Comando

⁷¹ "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando a calúnia do sargento-mor das ordenanças da vila da Cunha, Antônio José de Macedo, em ter dito que os postos das ordenanças são providos por acesso imediato, do mesmo modo como é praticado nas tropas pagas e auxiliares". 15 de Fevereiro de 1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 567.

da Vila o novo Capitão de Ordenanças Antonio José de Macedo", razão pela qual José Gomes passou a nutrir ódio pelo capitão.

Sobre a eleição a visão de Castro e Mendonça e de Macedo são muito próximas. Ambos indicaram a presença de três familiares de Siqueira na votação, mas Mendonça foi além e afirmou ter sido o Ouvidor Veloso e Gama comprado por Siqueira.

O falecimento de Vitorino também piorou a situação. A vila não podia ficar sem comando e para este posto interino foi indicado Macedo, para desgosto de Siqueira. Este, não obstante, buscou auxílio de seu tio e cunhado Felix Gomes de Siqueira, que suspendeu o escrivão. Desta forma, não podia Macedo ser inscrito na ata como sargento-mor.

A seleção foi apressada. No início de 1791, deu-se o escrutínio que já foi discorrido. José Gomes de Siqueira e Mota foi feito capitão-mor e comandante da vila, mas as divergências de interesses entre os dois bandos ficaram mais acirradas.

O governador Mendonça descrevia a atuação dos dois senhores de forma oposta. José Gomes, como capitão-mor, levado por sua arrogância, permitiu que a vila ficasse em constante desordem e perturbação. Enquanto isso, Macedo, desde o tempo de almotacé, "tinha feito um governo todo cheio de justiça, mostrando-se o mais ativo, pronto, cuidadoso e desinteressado"⁷².

O tratamento que os governadores Lorena e Mendonça dispensaram aos mesmos agentes, em determinada medida, foi motivado pelo interesse pessoal que os dois generais manifestaram na capitania de São Paulo. O primeiro fortaleceu o sistema conjugado⁷³ das vilas de Itu e Santos – uma das regiões mais fortes em termos econômicos e políticos da capitania. O segundo preferiu explorar a histórica amizade entre as vilas do Norte, inclusive os portos, e a Praça do Rio de Janeiro⁷⁴.

Apesar da postura divergente entre Macedo e Lorena, os negócios do primeiro prosperaram. Na lista nominativa de 1797, Antônio José de Macedo apresentou dezoito escravos e o posto de coronel. Nos documentos do Conselho Ultramarino não há a confirmação desta patente, todavia, os oficiais da câmara de São Luiz enviaram ofício ao

⁷² "OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que recebeu a carta de José Gomes de Sequeira e Motta contra o seu governo, e comunica que está enviando as respostas da sua defesa em forma de memórias". 12 de Fevereiro de 1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 701.

⁷³ PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 117.

⁷⁴ Os objetivos que cada governador do período tinha para a vila já foi discorrido no primeiro capítulo desta dissertação. Para mais: MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Príncipe D. João, felicitando a escolha de Macedo para comandante do Regimento que englobava as vilas de Parati, Ubatuba e Cunha⁷⁵.

O compadre Luis Manuel de Andrade também aumentou sua senzala, com a compra de um escravo. Porém não apresentou mais o posto de capitão que detinha em 1789. Neste período, não foram listados outros agentes para o clã Macedo.

No bando Siqueira, por outro lado, vários fogos foram arrolados. O capitão-mor José Gomes de Siqueira e Mota passou a contar com 25 escravos, após a complicada eleição. Seu homônimo, vinte anos mais velho, diminuiu sua senzala para 14 escravos. Salvador Gomes de Siqueira, 60, apresentou onze escravos. Na vila de Jacareí, em 1798, Felix Barbosa de Siqueira, 33, vivia de molhados e não tinha escravos, e Antonio Leite de Siqueira, 36, era sargento, fazia comércio de algodão entre a vila e o Rio de Janeiro e tinha um escravo para auxiliá-lo.

Na vila de Lorena, em 1797, Inácio Coelho de Siqueira, 55, era cabo, sem escravos e que conseguiu lucro de 25\$600 réis com sua agência. Já João Frz. de Siqueira, 51, tinha sítio com engenho, mas não se autodenominou senhor de engenho; fabricou 40 arrobas de açúcar e 100 barris de aguardente, fora produtos para alimentação. Ademais, tinha catorze escravos e comercializou seu açúcar e aguardente na terra por 1\$760 réis e 960 réis, respectivamente.

No mesmo ano, na vila de Taubaté, José Correia de Siqueira, 34, era alferes com seis escravos. Francisco Antunes de Siqueira, 29, era sargento e proprietário de três escravos; por último, Salvador Correia de Siqueira, 57, tinha em seu fogo onze escravos. Outros seis escravos também foram listados neste fogo, mas eram do agregado Pascoal Moreira da Ressurreição de 82 anos.

Ainda neste período, o capitão-mor José Gomes de Siqueira e Mota recebeu a confirmação de carta patente de capitão de cavalaria auxiliar⁷⁶. E, antes da saída de Lorena do governo, ele requisitou uma licença do serviço para ir cuidar da construção de seu engenho⁷⁷.

⁷⁵ "OFÍCIO dos oficiais da Câmara da vila de São Luís, ao príncipe regente [D. João] sobre a capacidade do coronel de Milícias, Antônio José de Macedo para assumir o comando das vilas de Parati, Ubatuba e Cunha". 21 de Setembro de 1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 750. Interessante notar que pouco tempo depois, em Junho de 1801, os mesmos oficiais enviaram uma carta com conteúdo muito parecido, mas, ao mesmo tempo que elogiavam a competência do Coronel, buscaram reforçar a importância do governador Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça por ter feito a mercê à Macedo: "CARTA dos oficiais da Câmara de São Luís ao príncipe regente [D. João], elogiando Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, governador e capitão general da capitania de São Paulo, pela escolha de Antônio José de Macedo para coronel de Milícias e comandante das vilas de Parati e Ubatuba". 1 de Junho de 1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 856.

⁷⁶ "REQUERIMENTO do capitão de umas das Companhias do Regimento da Cavalaria de Ligeiros Auxiliares de serra acima, José Gomes de Siqueira e Mota, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente". 26 de Abril de 1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 673.

⁷⁷ "REQUERIMENTO do capitão de Cavalaria Ligeira de Milícias da vila de Cunha, José Gomes de Siqueira e Mota, ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da

No maço de população da vila de Cunha de 1803, o clã Siqueira continuou sendo mais numeroso. José Gomes de Siqueira e Mota deixou baixa de seu posto de capitão-mor, mas manteve 19 escravos. Isadora Maria de Siqueira, 44, tinha 24 escravos. Joaquim Gomes de Siqueira era capitão de ordenanças e dono de 14 escravos. José Vaz de Siqueira também era capitão e proprietário de 25 escravos. Em todos estes fogos os efeitos colhidos foram os típicos para alimentação: milho, feijão e arroz.

Na vilas próximas, houve maior variedade de negócios. Luis da Silva Siqueira, 30, era Major de auxiliares e vivia de fazenda seca, mas não tinha escravos. Antonio Leite Siqueira, 39, era sargento de auxiliares de Mogi-mirim, dono de três escravos e negociante de fazenda seca com o Rio de Janeiro. E Miguel Miz. de Siqueira, 29, era capitão-mor, tinha 34 escravos, era senhor de engenho e fazia o comércio de carne. Estes três senhores foram arrolados no maço de Jacareí em 1802.

Na vila de Lorena, no mesmo ano, o alferes Manuel Cardoso de Siqueira, 47, apresentou 13 escravos com os quais lavrou milho, feijão, arroz, farinha e algodão. Os 50 alqueires de farinha foram vendidos na vila e as cinco arrobas de algodão foram consumidas na própria residência. O senhor de engenho Francisco de Siqueira, 53, tinha doze escravos e fabricou 30 barris de aguardente, além de efeitos para alimentação.

Em Taubaté, José Correia de Siqueira era alferes efetivo, dono de sete escravos e produtor de fumo, enquanto Francisco Antunes de Siqueira, 23, era negociante e taberneiro, proprietário de dois escravos.

Em 1803, houve nova eleição para capitão-mor da vila de Cunha. Na carta dos camarários eles escolhiam José Vaz da Silva, em substituição a José Gomes de Siqueira e Mota, que deu baixa. Contudo, não ocorre explicação do motivo para Siqueira dar baixa de seu posto⁷⁸.

Em 1804, na correspondência entre o novo governador, Franca e Horta, e o Conselho Ultramarino, fica esclarecida a decisão de Siqueira de dar baixa de seu posto. A desistência de sua patente foi em decorrência da pressão sofrida por parte de Antônio José de Macedo e o governador Mendonça. Para Franca e Horta, Macedo, ocupando o posto de Coronel, era em tudo contrário a Siqueira e Mota. Enquanto este trabalhava para a paz dos povos e a

Silveira e Lorena, solicitando licença para tratar de seus negócios nas vilas de Guaratuba, São Luís e outros". 11 de Abril de 1798. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 689.

⁷⁸ "CARTA dos oficiais da vila de Cunha ao príncipe regente [D. João] sobre a escolha do novo capitão-mor daquela vila em substituição a José Gomes de Siqueira Mota, que dera baixa. Os signatários pediam que fosse reconduzido o escolhido por eles, José Vaz da Silva e não José Alves de Oliveira, ilegalmente levado ao cargo por Antônio José da Franca e Horta, o novo governador e capitão general da capitania de São Paulo". 1 de Fevereiro de 1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 19, D. 944.

prosperidade de todos, aquele buscava somente sua própria prosperidade, espalhava o ódio na vila e perseguia seus opositores, causando desordem e violência.

O parecer da Coroa restaurou o posto de capitão-mor para Siqueira e Mota, assim que este fosse desocupado por José Vaz de Oliveira, seu atual ocupante. Isto porque, a acusação que pesava contra Siqueira e Mota, o homicídio do marido de Gertrudes Maria, foi considerada falsa, já que fora constatado que o capitão foi assassinado por seus escravos⁷⁹.

Neste início de século XIX os negócios de Antonio José de Macedo ficaram mais prósperos. Assim, ele requisitou o posto de Brigadeiro, o comando das vilas de Cunha, São Luiz do Paraitinga, Ubatuba e São Sebastião, além do Hábito de Cristo⁸⁰.

O pedido, contudo, foi negado pela Coroa. O Conselho Ultramarino enviou a documentação para os fiscais competentes que analisaram o caso. O desembargador da Fazenda afirmou que Macedo demonstrou ser orgulhoso e ambicioso, não apto a governar as vilas, uma vez que, podia "destemperar a harmonia política" destas vilas. Enviou-se o requerimento, também, para o Desembargador Conselheiro Fiscal, José Roberto Vidal da Gama, que afirmou não ter serviços suficientes comprovados para pedir estas mercês.

Logo, o parecer do Conselho Ultramarino foi o seguinte:

Parece ao Conselho [...] que ele não merece nenhuma das graças, que suplica. A exata informação do governador da Capitania de São Paulo, comprovada com alguns documentos, manifesta não só a falta de serviços que no suplente há, para lhe ser negado o novo e encontrando posto de Brigadeiro de milícias, que tem fundamento pretender, mas também dá a conhecer a sua conduta orgulhosa e simulada, que o faz inábil para governar ou dirigir povos. [...] E, quanto a mercê do Hábito que também suplica não mostra o suplicante ter feito serviços dignos desta graça, conforme o regimento das mercês; e nesta certeza concluem o Conselho, que os requerimentos do suplicante em parte nenhuma se fez digno da justa e Benigna atenção de V.A.R.⁸¹

Em 1808, os homens das vilas de Cunha e São Luiz focaram suas atenções na produção de carne e criação de animais. Assim, Theodora Maria de Siqueira, agricultora, fabricou 150 arrobas de toicinho e tinha 31 escravos. O capitão Joaquim Gomes de Siqueira também fez toicinho, 50 arrobas, com seus 15 escravos. E José Gomes de Siqueira e Mota não

⁷⁹ "CARTA do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao príncipe regente [D. João], dando seu parecer favorável a respeito da readmissão de José Gomes de Siqueira, que tivera baixa de seu posto de capitão-mor da vila de Cunha, por ser acusado injustamente do homicídio do marido de Gertrudes Maria". 14 de Dezembro de 1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1095.

⁸⁰ "CARTA do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio José da Franca e Horta, ao príncipe regente [D. João], dando seu parecer negativo ao requerimento do coronel do Regimento de Milícias da vila de Cunha da capitania de São Paulo, Antônio José de Macedo, no qual solicitou o posto de brigadeiro com o comando do seu Regimento, e das vilas de Cunha, São Luís do Paraitinga, Ubatuba e São Sebastião, além do hábito de Cristo". 20 de Abril de 1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 25, D. 1142.

⁸¹ "CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João sobre o requerimento do coronel do Regimento de Milícias da vila de Cunha da capitania de São Paulo, Antônio José de Macedo, que solicitou o posto de brigadeiro de Milícias, o hábito de Cristo, com o comando de seu regimento, e das vilas de Cunha, de Paraitinga e de São Sebastião". 5 de Fevereiro de 1806. AHU_ACL_CU_023, Cx. 27, D. 1220.

apresentou patente, afirmando ser agricultor, embora nada tivesse cultivado; ainda assim, era dono de 21 escravos. Em São Luiz, o sargento Antonio Silva Siqueira fez 120 arrobas de toicinho que foram vendidas no Rio de Janeiro, e era proprietário de um escravo.

Em Jacareí, o clã tinha José Cardoso de Siqueira e Francisco Luís de Siqueira com os postos de sargento e alferes, respectivamente, enquanto Manoel Leite Siqueira e Joaquim Soares Siqueira eram funcionários públicos.

Na vila de Lorena o açúcar estava presente na pauta de produção. Francisco Siqueira e Bernardo Nunes Siqueira eram senhores de engenho e donos de 11 e 10 escravos, respectivamente. Por outro lado, o capitão Manoel Domingos Siqueira e Manoel Cardoso Siqueira eram agricultores e proprietários de 19 e 11 escravos, na ordem.

O taubateano José Correia de Siqueira foi o que teve a mais variada colheita. Ele cultivou milho, feijão, arroz, amendoim, farinha, fumo e fabricou rapaduras com seus dez escravos. Este senhor era alferes e fez o comércio com o Rio de Janeiro. Ele lucrou nesta Praça 150\$000 réis com as 200 arrobas de fumo e 46\$000 réis com as rapaduras.

A propriedade do coronel Antonio José de Macedo, no ano de 1808, produziu 2000 arrobas de toicinho com seus 48 escravos. Na mesma vila, José Francisco de Macedo era agricultor com 12 escravos e Luis Manoel de Andrade manteve seu posto de sargento-mor e também criou animais, que vendeu na Praça carioca.

No porto de São Sebastião, Joaquina de Macedo era dona e tinha 17 escravos. Com estes ela fez artigos para a alimentação e café, que foi vendido na própria vila. E, por fim, na vila de Lorena, Francisco Cardoso de Macedo, 29, era alferes vindo da cidade do Porto e proprietário de cinco escravos.

Neste período Antonio José de Macedo requisitou à Coroa licença para ir ao Reino. Segundo o coronel, sua saúde estava debilitada e ele fora aconselhado a ir para Portugal, "em cujos ares poderá alcançar melhores". Assim, ele queria ir com sua esposa, Maria Francisca da Fonseca, e alguns escravos para servir-los. O pedido foi concedido pelo Monarca⁸².

Em meados de 1808, Antônio José de Macedo escreveu a seu amigo e ex-governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça afirmando que estava esperando resposta da Coroa para ir ao Reino. Chegando lá ele queria "ter a glória de ver" o amigo, para "dar alívio a muita saudade". Mas, enquanto isto não ocorria, o coronel pediu que Mendonça intercedesse

⁸² "REQUERIMENTO do coronel de Milícias da vila da Cunha da capitania de São Paulo, Antônio José de Macedo, ao príncipe regente [D. João], solicitando licença para poder passar com sua mulher, Maria Francisca da Fonseca, e alguns escravos para o reino". Post. 1807. AHU_ACL_CU_023, Cx. 30, D. 1339.

por seu compadre, o sargento-mor Luís Manuel de Andrade, e conseguisse a patente de tenente-coronel, junto ao Príncipe regente, ou outra mercê próxima⁸³.

Os bandos Siqueira e Macedo, conforme indicado anteriormente, foram os que melhor representaram a política de privilégios da sociedade de Antigo Regime na região periférica do Norte paulista.

Os Siqueira, tendo como maior símbolo José Gomes de Siqueira e Mota, conseguiram acumular cargos nas ordenanças, e em outras categorias militares; eram, para Bernardo José Lorena, a principal família de Cunha.

O alicerce econômico de José Gomes estava na pecuária e, posteriormente, em 1799, têm-se indicativo de que ele também fabricou açúcar e aguardente. Porém, foi nos serviços prestados à Coroa que residiu sua maior força. Seus antepassados estiveram ligados à povoação de Facão e sua qualidades cativaram os governadores Bernardo José de Lorena e Antônio José da Franca e Horta.

Por outro lado, o clã Macedo conseguiu, sob o auspício do governador Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, acumular fortuna e postos militares. Antônio José de Macedo aproveitou as mudanças patrocinadas pelo governador e a amizade que ambos construíram para aumentar seus negócios, inclusive arrematando contratos.

Os dois bandos alteraram seu padrão de produção no século XIX. Este evento, recorrente em quase todos os fogos da vila de São Luiz e Cunha, estava de acordo com o novo período de exportação dos efeitos da América portuguesa para o Reino.

As trajetórias remontadas ao longo deste capítulo buscaram indicar os variados caminhos possíveis em vilas periféricas. A maioria dos fogos eram destinados à agricultura e cultivaram variados gêneros, inclusive alimentícios.

Porém, foram significativas as vilas de Cunha e São Luiz, especialmente, porque seus moradores preferiram fornecer carne e animais para o mercado. Inácio Bicudo de Brito, neste caso, recebe maior destaque, pois, além da pecuária, utilizou-se de suas lutas no Iguatemi pela Coroa para requerer privilégios.

Outro caso interessante e pouco comum ocorreu na vila de Cunha. Os embates pelo cargo de capitão-mor envolveram, além dos grupos em disputa, governadores, ajudantes de ordens e outros, revelando, publicamente, além de tudo, questões domésticas.

⁸³ "OFÍCIO de Antônio José de Macedo para o ex-governador e capitão da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça comunicando que seu compadre, o sargento-mor Luís Manuel de Andrade, que está indo para o Reino, para ser confirmado no posto de tenente coronel da dita vila, e na falta deste posto lhe seja dado quaisquer mercê". 18.05.1808. AHU_ACL_CU_023, Cx. 30, D. 1350.

As diferentes vias escolhidas pelos bandos de cada vila revelam um padrão social. Assim como nas áreas mais centrais do Império, exemplo do Rio de Janeiro no século XVIII, os habitantes de áreas periféricas da América serviram ao Rei em troca de mercês e privilégios. Por sua vez, isto indica o quanto estas áreas estavam integradas ao conjunto mais largo da monarquia portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, procurei compreender a dinâmica econômica e social de vilas periféricas na América portuguesa na conjuntura de final do século XVIII. Este período foi significativo porque representou a expansão das influências das Luzes nos burocratas do Império português. E, ao mesmo tempo, foi na década de 1790, especialmente, que os estímulos Ilustrados ao cultivo da administração de D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão (1765-1775) deram seus resultados.

O recorte cronológico selecionado foi as vilas do Norte da capitania de São Paulo, atual região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, povoações que tinham em comum o rio Paraíba do Sul e a estreita ligação com a Praça do Rio de Janeiro. Ponto de entroncamento de caminhos, era possível ir para a capitania de Minas Gerais, Rio de Janeiro e interior de São Paulo através dos diversas estradas que cortavam estas vilas, elas sempre experimentaram um fluxo grande de indivíduos.

No segundo capítulo desta pesquisa procurei compreender quais os cultivos que se dedicaram os habitantes desta parte. Percebi que não houve o monopólio de um único gênero. Apesar da expansão do açúcar na segunda metade do século XVIII, as vilas do Norte se dedicaram, também, a outros gêneros. E, mesmo quando cultivaram a cana-de-açúcar, não foi necessariamente para fabricar o açúcar, mas também para fazer aguardente e rapadura.

Os efeitos produzidos foram café, arroz, anil, tabaco e algodão, assim como milho, feijão e farinha. O primeiro grupo, apesar de ter consumo nas próprias vilas, tiveram como destino os portos de Santos e Rio de Janeiro, ou seja, o mercado externo, enquanto o segundo grupo foi mais associado ao consumo interno.

Ainda assim, os sujeitos da região Norte empregavam seus cultivos de diferentes maneiras. O milho era consumido nas casas e nas senzalas, mas também era usado como alimento para animais. O algodão era vendido no litoral, mas também vestia os escravos. O fumo enrolado era consumido nas próprias residências, todavia, algumas quantias eram exportadas.

Portanto, ao remontar os principais cultivos as vilas não se percebe um padrão único na colheita. O destino dado as mercadorias eram múltiplos e alteravam, dependendo da conjuntura.

Nos documentos do Conselho Ultramarino, assim como alguns mapas de exportação e comparativos dos Maços de População, foi possível perceber, também, a flutuação de preços dos diferentes gêneros.

O açúcar fino não foi predominante no período. O valor da arroba do anil, do café e até mesmo do arroz foram constantemente maiores do que do açúcar, especialmente quando se observa os preços pagos pelas embarcações com destino à Portugal. A pecuária era outro segmento que garantia um retorno financeiro maior.

Logo, os ganhos proporcionados pelo açúcar não necessariamente correspondiam ao investimento necessário para fabricar o gênero. Os engenhos de açúcar tinham que estar em locais amplos que possuíssem matas, para manter as caldeiras funcionando, e água, para a purgação do açúcar, além de maquinário importado. Enquanto isto, outros artigos mais valorizados eram mais fáceis de cultivar e, também, mais resistentes a intempéries.

Por outro lado, no aspecto social a construção de um engenho de açúcar concedia deferência ao indivíduo. Os Maços de População, especialmente a partir do século XIX, passaram a apresentar, para alguns sujeitos, a denominação "senhor de engenho". Desta feita, se o açúcar não representava os ganhos financeiros de outrora, ele possibilitava uma diferenciação social, algo muito significativo na sociedade colonial portuguesa desenvolvida na América.

Interessante notar, ainda, que muitos senhores preferiram se dedicar à pecuária. Também foi no século XIX que estes sujeitos passaram a carregar uma denominação distinta. O nome "fazendeiro" passou a ser usado para indicar os fogos que se dedicam a criação de animais. Estes indivíduos, por sinal, eram os que possuíam a maior quantidade de escravos listados em seus domicílios, via de regra.

A dinamização econômica foi acompanhada pelo aumento de privilégios concedidos aos potentados locais das vilas do Norte, estimulados pela administração régia. Nos documentos do Conselho Ultramarino ficou latente a influência que os governadores tiveram na vida dos habitantes da região Norte, inclusive em assuntos domésticos. A disputa pelo posto de capitão-mor da vila de Cunha, também revelou certas tensões que ocorriam no interior da capitania naquele período. Estes dois fatores deixaram transparecer a busca por mercês e privilégios que era travada pelos indivíduos da América portuguesa, sendo que a aliança com os governadores era ponto favorável aos próprios interesses.

No primeiro capítulo discorri sobre a forma que os interesses pessoais influenciaram o governo dos capitães-generais de São Paulo. A documentação do C.U., assim como teses e dissertações recentes, mostra a defesa que Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802), especialmente, fazia daqueles que eram seus aliados. Este senhor favoreceu a ligação entre as vilas do Norte e a capitania do Rio de Janeiro, processo contrário ao que seu antecessor e seu sucessor promoveram.

Da mesma maneira, as câmaras desta região mandaram cartas e ofícios defendendo o governador que estimulava aquilo que era benéfico para a vila. Homens que tinham ligações com a Praça do Rio de Janeiro, por exemplo, defenderam a atuação de Mendonça. Logo, a política e os interesses próprios, dos moradores e dos governadores, estavam interligados e influenciaram na administração da capitania de São Paulo.

O terceiro capítulo buscou remontar a trajetória das principais famílias das diversas vilas na parte Norte da capitania. Os bandos selecionados nem sempre eram os que indicavam ter a maior fortuna, a maior escravaria ou cultivar o maior volume de açúcar, mas eram, via de regra, sujeitos que possuíam o sobrenome em comum e buscaram formas variadas de se titular, através de postos nas ordenanças ou sesmarias.

Neste ponto, os documentos do C.U. quando cruzados com os Maços de População fornecem indícios sobre estratégias de titulação. No caso dos bandos, foi comum encontrar vários indivíduos com o mesmo sobrenome ocupando diferentes patentes numa mesma vila. E, ao menos um documento do Conselho Ultramarino, discorreu sobre o pedido do Coronel Antônio José de Macedo para que o ex-governador Mendonça. O Coronel queria que este intercedesse junto a Coroa para favorecer seu genro, Luís Manoel de Andrade. Desta forma, seria possível para Andrade conseguir o posto de Tenente-Coronel.

A sociedade de Antigo Regime que se formou na América portuguesa, como se sabe, era movida pelas mercês e privilégios concedidos pela Monarquia. Através desta pesquisa desenvolvida, percebi que os indivíduos das vilas do Norte disputaram os mesmos privilégios, ainda que a área fosse economicamente menor, especialmente quando comparado com a Praça do Rio de Janeiro. Logo, o Império português fazia suas distinções sociais da mesma maneira, tanto em domínios centrais quanto em partes periféricas.

REFERÊNCIAS

Documentos dos Maços de População:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Cunha, 1789-1810: rolos 49-51.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Jacareí, 1789-1810: rolos 97-99.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Lorena, 1789-1810: 113-117.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de São Luiz do Paraitinga, 1789-1810: rolos 179-181.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de São Sebastião, 1789-1810: rolos 183-185.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Taubaté, 1789-1810: rolos 200-207.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Ubatuba, 1789-1810: rolos 212-215.

Cartas, ofícios e etc., da coleção Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo:

"Agricultura". **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia da Indústria de São Paulo, v. 14, 1895.

"Ofício do Secretário do Estado sobre o cultivo da mandioca". 20.06.1795. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Aurora, v. 25, 1898.

"Para o Secretário de Estado". 22.11.1797. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, v. 29, 1899.

"Sobre o açúcar, meios de restabelecer a má reputação em que ele está em Lisboa, e mesmo no Rio de Janeiro". 31.01.1799. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, v. 29, 1899.

"Para o dito secretário de Estado sobre ter facilitado o Comércio interior da Capitania". 15.4.1799. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, v. 29, 1899.

"Para o mesmo acusando a recepção do ofício de 7 de Fevereiro de 1799 e alguns folhetos sobre a cultura do cânhamo". 16.01.1800. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, v. 29, 1899.

"Ordem para se auxiliar Manoel Antônio de Carvalho na fundação da povoação de S. Luiz do Parahytinga", 18.05.1771. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. v. 33, S.d.

"Ordem para o estabelecimento do correio entre S. Paulo e o Rio de Janeiro". 19.10.1772. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. s.d., v. 33.

"Ordem para o estabelecimento de paradas, etc.". 31.01.1774. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. s.d., v. 33.

"Ordem para todos concorrerem na abertura do caminho da Freguesia de Santo Antonio de Paraibuna para a vila de São Sebastião, etc." 25.02.1775. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**, v. 33.

"Ordem para os Juizes e Vereadores da Vila de Guaratinguetá impedirem os estragos que fazem as boiadas em trânsito nas plantações da nova vila de São José do Paraíba". 10.11.1775. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. s.d., v. 33.

"Do sobredito". 27.11.1797. **Documentos Interessantes para História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, v. 39, 1902.

"Para se erigir em Vila a Freguesia da Piedade", 06.09.1788. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Duprat & Comp., v. 46, 1924.

"Para o Doutor Dezembargador e Ouvidor da Comarca Miguel Marcelino Velloso e Gama ampliar o Destricto da Villa Nova de Lorena", 06.09.1788. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Duprat & Comp., v. 46, 1924.

"Para o Doutor Dezembargador e Ouvidor da Comarca Miguel Marcelino Velloso e Gama ampliar o Destricto da Villa Nova de Lorena", 09.12.1788. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Duprat & Comp., v. 46, 1924.

"Instruções para as câmaras da Marinha". 22.06.1803. **Documentos Interessantes para História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 55, 1937.

"Para o Prático da cultura dos fumos Luiz Garcia de Carvalho". 19.10.1776. **Documentos Interessantes para História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado, v. 76, 1954.

Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizados pelo Projeto Resgate Barão de Rio Branco:

"REQUERIMENTO do oficial da Câmara de Santana do Parnaíba, José Bicudo de Brito, ao rei [D. João V], para que lhe fosse passada carta de confirmação do posto de capitão-mor daquela vila". Ant. 6 de Outubro de 1729. AHU_ACL_CU_023, Cx. 1, D. 89.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo cópias das contas, documentos e mapas da praça do Iguatemi, enviadas pelo brigadeiro José Custódio de Sá e Faria e informações sobre a mesma praça, pelo capitão mor Regente José Gomes de Gouveia". 26 de Janeiro de 1776. AHU_ACL_CU_023, Cx. 7, D. 431.

"REQUERIMENTO do capitão de cavalaria do Regimento de Voluntários Reais da cidade de São Paulo, Joaquim José de Macedo, à rainha [D. Maria I], solicitando licença para dirigir-se à Corte, a fim de dar assistência à sua família". ant. 20 de Setembro de 1787. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 529.

"OFÍCIO do juiz de fora da praça de Santos, José Antônio Apotineiro da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro sobre a ordem que mandou para que a galera Santa Rita continuasse a sua viagem para Lisboa; do aumento da produção da cultura do café, e da necessidade de expandir esta vila para melhor se fazer a arrecadação dos produtos comercializados para a Fazenda Real" 17.03.1788. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 532.

"REQUERIMENTO do capitão-mor Inácio Bicudo de Brito à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta de sesmaria de uma légua de testada e uma légua de sertão que principia na barra do Ribeirão chamado Taboão". Ant. 18 de Fevereiro de 1790. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 543.

"REQUERIMENTO do capitão-mor Lourenço Bicudo de Brito, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta de sesmaria que principia no novo caminho que vai da Paraibuna para vila de São Sebastião". Ant. 18 de Fevereiro de 1790. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 544.

"REQUERIMENTO do capitão de uma Companhia das ordenanças da vila de Cunha, Antônio José de Macedo, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente". 27 de Janeiro de 1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 565.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando a calúnia do sargento-mor das ordenanças da vila da Cunha, Antônio José de Macedo, em ter dito que os postos das ordenanças são providos por acesso imediato, do mesmo modo como é praticado nas tropas pagas e auxiliares". 15 de Fevereiro de 1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 567.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando os mapas da carga que transporta a corveta Senhor dos Passos e Santo Antônio". 15.02.1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 568.

"REQUERIMENTO do capitão de uma das Companhias do Regimento de Cavalaria de Ligeiros Auxiliares de terra acima, José Gomes de Siqueira e Mota, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente". 21 de Abril de 1792, São Paulo. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 572.

"REQUERIMENTO do sargento-mor Agregado das ordenanças da vila da Cunha, José Álvares de Oliveira, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 19.06.1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 574.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho, informando que enviou o mapa da carga do navio Senhor da Cana Verde, de que é mestre Felix Carneiro dos Santos" 02.07.1795. AHU_ACL_CU_023, Cx. 12, D. 605.

"REQUERIMENTO do capitão da Companhia da vila de Pindamonhangaba, Manuel Pereira Lima, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 17.09.1796. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 651.

"REQUERIMENTO do capitão da Ordenança dos bairros Curupaituba e Pirapitingui do distrito da vila de Pindamonhangaba, Francisco Homem de Melo, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 13.10.1796. AHU_ACL_CU_023, Cx. 12, D. 659.

"REQUERIMENTO do capitão da 2ª Companhia de Cavalaria do Regimento de Dragões Auxiliares de serra acima, José Antônio Moreira, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 22.10.1796. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 660.

"REQUERIMENTO do capitão Auxiliar da Companhia da vila de Taubaté, Antônio José Argoso, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 08.11.1796. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 662.

"CARTA (cópia) de Jerônimo Martins Fernandes à rainha [D. Maria I], comunicando o mau procedimento do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, na sua administração, e dos vexames que vêm causando ao povo da cidade de São Paulo". 25.1.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 699.

"REQUERIMENTO do capitão de umas das Companhias do Regimento da Cavalaria de Ligeiros Auxiliares de serra acima, José Gomes de Siqueira e Mota, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 26.04.1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 673.

"REQUERIMENTO do capitão da Nova Companhia da Ordenança dos moradores do bairro de um distrito da vila de Taubaté, Antônio Moreira da Costa, à rainha [D. Maria I],

solicitando confirmação de carta patente" ant. 22.05.1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13. D. 679.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que enviou o mapa da carga do navio Santos Mártires Triunfo do Mar, que vai da vila e praça de Santos para a Corte" 17.08.1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 683.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o envio do mapa da carga do bergantim Alegria, que segue viagem para Lisboa, de que é mestre José Lopes de Gouveia" 20.10.1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 685.

"REQUERIMENTO do capitão de Cavalaria Ligeira de Milícias da vila de Cunha, José Gomes de Siqueira e Mota, ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, solicitando licença para tratar de seus negócios nas vilas de Guaratuba, São Luís e outros". 11 de Abril de 1798. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 689.

"REQUERIMENTO do capitão-mor da vila de São Luís da Paraitinga José Gomes de Gouveia Silva, à rainha [D. Maria I], solicitando a confirmação de sua patente". Ant. 7 de Setembro de 1798. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 690.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, solicitando ordens para poder definir quais as melhores formas de conceder sesmarias". 17.11.1798. AHU-Maranhão. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 694.

"MAPAS com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo" post. 1798. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 698.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que recebeu a carta de José Gomes de Sequeira e Motta contra o seu governo, e comunica que está enviando as respostas da sua defesa em forma de memórias". 12 de Fevereiro de 1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 701.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando o seu protesto contra as infâmias que seus opositores dizem do seu governo". 23.3.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 705.

"REQUERIMENTO do capitão Agregado a Companhia da vila de Taubaté, Antônio José Airoso, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 16.05.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 707.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Taubaté a rainha [D. Maria], prestando sua solidariedade ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, pelas críticas que seu governo tem recebido. Remetem a cópia do termo que se encontra registrado no Livro de Vereança, cujo conteúdo é um requerimento em apoio ao dito governador". 09.08.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 710.

"OFÍCIO dos oficiais da Câmara da vila de São Luís, ao príncipe regente [D. João] sobre a capacidade do coronel de Milícias, Antônio José de Macedo para assumir o comando das vilas de Parati, Ubatuba e Cunha". 21 de Setembro de 1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 750.

"REQUERIMENTO do capitão da Companhia da Ordenança do bairro dos Mato-Dentro, do distrito da vila de Taubaté, João Moreira da Costa ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente". Ant. 26 de Setembro de 1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 763.

"REQUERIMENTO do capitão da Companhia da Ordenança do bairro do Bananal, distrito da vila de Lorena, Pedro Gomes Nogueira, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 03.10.1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 766.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que somente com a saída do atual prelado é que poderá atender melhor aos novos povoadores daquela capitania" 01.11.1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 768.

"CARTA do presidente e mais oficiais da Câmara da vila de Ubatuba, ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no governo de São Paulo". 10.12.1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 785.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando o mapa da carga da Cruzeta Santíssimo Sacramento que partiu do porto de Santos com destino a Lisboa". 04.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 823.

"REQUERIMENTO do Fuzileiro da 4ª Companhia do Regimento de Milícias de Infantaria da vila de Cunha, Francisco Lourenço Guimarães ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 20.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 825.

"REQUERIMENTO do sargento-mor das ordenanças da vila de Cunha, Luís Manuel de Andrade ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 20.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 826.

"REQUERIMENTO do tenente da 6ª Companhia de Fuzileiros do Regimento de Milícias da Infantaria da vila de Cunha Antônio dos Santos Pereira, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 20.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 827.

"REQUERIMENTO do capitão da 6ª Companhia de Fuzileiros do Regimento de Milícias da Infantaria da vila de Cunha, Francisco José de Macedo, ao príncipe regente [D. João],

solicitando confirmação de carta patente" ant. 20.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 828.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Sorocaba ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 28.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 833.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Taubaté ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel Melo Castro e Mendonça no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 29.03.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 836.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Cunha ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 11.04.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 838.

"REQUERIMENTO de João Borges dos Santos, José Borges dos Santos e Antônio Querido Portugal solicitando confirmação da carta de sesmaria relativa a terras na vila de Cunha". Ant. 16 de Abril de 1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 840.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de São Sebastião ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 18.04.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 842.

"OFÍCIO do governador de capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a queda de preço do açúcar e os prejuízos que esta vem causando aos proprietários de engenho desta capitania. Solicita os mesmos privilégios que foram concedidos aos produtores do Rio de Janeiro, pela provisão, de 26 de Julho de 1760" 02.05.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 845.

"CARTA dos oficiais da Câmara de São Luís ao príncipe regente [D. João], elogiando Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, governador e capitão general da capitania de São Paulo, pela escolha de Antônio José de Macedo para coronel de Milícias e comandante das vilas de Parati e Ubatuba". 1 de Junho de 1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 856.

"REQUERIMENTO do capitão das ordenanças da vila de Lorena, Antônio José de Babo, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 30.07.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 867.

"OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o envio do mapa da carga do bergantim Grão Penedo que partiu do porto de Santos, fazendo escala no Rio de Janeiro, com destino a Lisboa" 13.10.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 885.

"OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de

Sousa Coutinho, comunicando que tem se dedicado ao fomento da plantação e exportação de farinha de mandioca para o reino" 15.12.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 18, D. 896.

"CARTA dos oficiais da vila de Cunha ao príncipe regente [D. João] sobre a escolha do novo capitão-mor daquela vila em substituição a José Gomes de Siqueira Mota, que dera baixa. Os signatários pediam que fosse reconduzido o escolhido por eles, José Vaz da Silva e não José Alves de Oliveira, ilegalmente levado ao cargo por Antônio José da Franca e Horta, o novo governador e capitão general da capitania de São Paulo". 1 de Fevereiro de 1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 19, D. 944.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, enviando o mapa da carga do navio Pensamento Ligeiro, que partiu do porto de Santos com destino à Corte" 16.02.1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 19, D. 946.

"OFÍCIO (cópia) do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, dando conta, em conformidade com as ordens do destinatário e das suas Instruções, do que vinha fazendo na capitania, em prol do comércio, da lavoura, sobretudo a do anil, e a do algodão, do milho, feijão etc. Diz julgar que uma das melhores formas de incentivar a agricultura é promover a exportação dos gêneros, instituindo-se um comércio direto com as praças de Lisboa e Porto. Alude também à epidemia das bexigas e à possibilidade de se trazerem casais ilhéus para povoarem a costa de São Paulo" 19.02.1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 19, D. 947.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior sobre o envio pela corveta Nossa Senhora da Vitória, de que é capitão Sabino José da Silva, do mapa da carga que partiu do porto de Santos para cidade de Lisboa" 16.03.1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 19, D. 955.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior sobre o envio do mapa da carga da Galera Astrea, que partiu do porto de Santos em direção a Lisboa" 26.06.1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 20, D. 979.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, José Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior sobre o envio do mapa da carga do navio Pensamento Ligeiro" 16.04.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1044.

"MANDADO (cópia) do Conselho Ultramarino, ordenando que se consulte sobre o restabelecimento da cultura de anil e algodão na capitania de São Paulo e dos demais gêneros como a farinha, feijão e milho, e a forma como deve ser feito o comércio entre esta capitania e a metrópole" 27.06.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1051.

"REQUERIMENTO de José Antônio Mendes da Costa, como procurador do capitão da 4ª Companhia da Ordenança do bairro de Caraguatá, distrito da vila de Taubaté, João Gomes de

Araújo, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 10.07.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1052.

"CARTA do ex-governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, ao príncipe regente [D. João], respondendo a representação feita contra ele por Antônio Pires Querido Portugal junto a Rainha [D. Maria I], pela qual o acusa de tê-lo ofendido quando convocou Manoel da Silva Granito à sua presença para esclarecer uma questões de terras, situadas na vila de Cunha, que havia entre os dois há mais de vinte anos". 18 de Setembro de 1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1070.

"REQUERIMENTO de Joaquim Antônio da Silva, como procurador de João da Silva Costa e Bento Francisco Vaz de Carvalhaes, moradores na vila de São Sebastião, ao príncipe regente [D. João] solicitando confirmação de sesmaria que lhes tinha sido concedida na ponta de leste na Ilha de São Sebastião" ant. 23.10.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1079.

"CARTA do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao príncipe regente [D. João], dando seu parecer favorável a respeito da readmissão de José Gomes de Siqueira, que tivera baixa de seu posto de capitão-mor da vila de Cunha, por ser acusado injustamente do homicídio do marido de Gertrudes Maria". 14 de Dezembro de 1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1095.

"REQUERIMENTO do ajudante da Ordenança da vila de Guaratinguetá, Francisco das Chagas Guimarães, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 24.01.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D 1106.

"CARTA dos oficiais da Câmara de São Luís de Paraitinga, ao príncipe regente [D. João], solicitando a conservação de Antônio José da Franca e Horta como governador e capitão general da capitania de São Paulo". 27.01.1805, vila de São Luiz do Paraitinga. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1107.

"REQUERIMENTO de João Luís Pereira da Costa, com procurador de capitão Agregado a 8ª Companhia do Terceiro Regimento da vila de Cunha, Antônio José das Neves, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 16.02.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1112.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhagaba, ao príncipe regente [D. João], solicitando a conservação de Antônio José de Franca e Horta como governador e capitão general da capitania de São Paulo". 16.02.1805, vila Real de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1113.

"OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de São Paulo] Antônio José de Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio dos mapas da carga de duas galeras a saber: galera Astreia, de que é capitão Vicente Joaquim de Macedo, e do bergantim Pastor, de que é capitão Manuel José da Rocha, que partiram do porto de Santos em direção à Corte e à vila da Figueira" 07.03.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1118.

"RELAÇÃO de ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia,

[João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio do mapa da carga da galera Mentor, de que é mestre Felix Carneiro dos Santos, que partiu do porto de Santos com destino a cidade do Porto" 13.03.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1126.

"CARTA do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio José da Franca e Horta, ao príncipe regente [D. João], dando seu parecer negativo ao requerimento do coronel do Regimento de Milícias da vila de Cunha da capitania de São Paulo, Antônio José de Macedo, no qual solicitou o posto de brigadeiro com o comando do seu Regimento, e das vilas de Cunha, São Luís do Paraitinga, Ubatuba e São Sebastião, além do hábito de Cristo". 20 de Abril de 1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 25, D. 1142.

"CARTA dos oficiais da Câmara de Guaratinguetá, ao príncipe regente [D. João], solicitando a conservação de Antônio José da Franca e Horta como governador e capitão general da capitania de São Paulo". 29.04.1805, vila de Guaratinguetá. AHU_ACL_CU_023, Cx. 25, D. 1145.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Nossa Senhora da Piedade de Lorena, ao príncipe regente [D. João], solicitando a conservação de Antônio José da Franca e Horta como governador e capitão general da capitania de São Paulo". 29.04.1805, vila de Nossa Senhora da Piedade de Lorena. AHU_ACL_CU_023, Cx. 25, D. 1146.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio do mapa da carga do navio Pensamento Ligeiro, de que é mestre José Luís Pereira, que partiu do porto de Santos com destino a Lisboa" 02.05.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1151.

"CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João sobre o requerimento do coronel do Regimento de Milícias da vila de Cunha da capitania de São Paulo, Antônio José de Macedo, que solicitou o posto de brigadeiro de Milícias, o hábito de Cristo, com o comando de seu regimento, e das vilas de Cunha, de Paraitinga e de São Sebastião". 5 de Fevereiro de 1806. AHU_ACL_CU_023, Cx. 27, D. 1220.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio do mapa da carga do navio Conceição Minerva, de que é capitão Francisco de Sales Silva, que partiu do porto de Santos com destino a Corte" 21.04.1806. AHU_ACL_CU_023, Cx. 27, D. 1237.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio do mapa da carga do navio Correta Vitória que, partiu do porto de Santos para a Corte" 28.06.1806. AHU_ACL_CU_023, Cx. 27, D. 1257.

"CARTA do ouvidor geral da comarca de São Paulo, Joaquim Procópio Picão Salgado, ao príncipe regente [D. João], solicitando providências contra os abusos do atual governador em determinar, por suas portarias, as eleições da Câmara da vila de São Sebastião". 31.03.1807, São Paulo. AHU_ACL_CU_023, Cx. 29, D. 1309.

"REQUERIMENTO de Alexandre Pereira Diniz, como procurador do tenente-coronel Agregado ao 2º Regimento de Infantaria de Milícias da capitania de São Paulo, Antônio Moreira da Costa, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente". Ant. 1 de Junho de 1807. AHU_ACL_CU_023, Cx. 30, D. 1320.

"REQUERIMENTO do coronel de Milícias da vila da Cunha da capitania de São Paulo, Antônio José de Macedo, ao príncipe regente [D. João], solicitando licença para poder passar com sua mulher, Maria Francisca da Fonseca, e alguns escravos para o reino". Post. 1807. AHU_ACL_CU_023, Cx. 30, D. 1339.

"OFÍCIO de Antônio José de Macedo para o ex-governador e capitão da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça comunicando que seu compadre, o sargento-mor Luís Manuel de Andrade, que está indo para o Reino, para ser confirmado no posto de tenente coronel da dita vila, e na falta deste posto lhe seja dado quaisquer mercê". 18 de Maio de 1808, vila de Cunha. AHU_ACL_CU_023, Cx. 30, D. 1350.

Referências Bibliográficas:

ABREU, L. **O papel das Misericórdias dos "lugares de além-mar" na formação do Império português**. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, v. VIII, n. 3, 2001, p. 591-611.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

ANDRADE, Marcos Ferreira. **Indicação sobre a produção e o comércio do fumo sul-mineiro**: análise do livro de notas do negociante Antônio José Ribeiro de Carvalho. Belo Horizonte, MG: Cedeplar-FACE-UFMG, Seminário de Diamantina, 2008.

ARRUDA, José Jobson de Andrada. **Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII**. Revista USP. n.º. 46. São Paulo: editora USP, 2000.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001.

BASSO, Leandro. **Economia e corte de madeira no litoral norte paulista no início do século XIX**. São Paulo: FFLCH-USP, 2008. Dissertação de mestrado.

BARROS, Edval de Souza. **Redes de clientela, funcionário régios e apropriação de renda no Império português (séculos XVI-XVIII)**. Curitiba, PR: Revista de sociologia e política, n. 17, 2001, p. 127-146.

BELLOTTO, Heloísa Liberali. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o Império**. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria F. FERLINI, Vera L (org.). **Modos de governar**: ideias e práticas políticas no Império português séculos XVI-XIX. São Paulo: ALAMEDA, 2005.

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2002.

BOXER, Charles. **O império marítimo português (1415-1825)**. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil**: negócios e poderes em São Paulo colonial. São Paulo: USP, 2006, tese de doutoramento.

BRILHANTE, Neuma. **Nas franjas do império ultramarino português**: a experiência insular de São Tomé e Príncipe no despertar dos oitocentos. São Paulo: Revista História, v. 28, n. 1, 2009, p. 71-97.

CLETO, Marcelino P. **Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la**. In: *Roteiros e notícias de São Paulo colonial (1751-1804)*. São Paulo: Governo do Estado. Coleção paulística v.1, 1977.

COSTA, Leonor Freire. **Império e Grupos Mercantis entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

CUNHA, Mafalda Soares. **Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI**. Algumas reflexões. Lisboa: Revista Penélope, n. 29, 2003, p. 33-48.

DANIELI, Maria Isabel B. C. **Economia mercantil de abastecimento e rede tributária**: São Paulo, séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: UNICAMP, 2006, tese de doutorado.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: Brasiliense: CNPq, 1988.

FERNANDES, Paulo J. da S. **Elites locais e poder municipal**. Do Antigo Regime ao Liberalismo. Lisboa: ICS, Revista Análise Social, v. XLI, n. 178, 2006, p. 55-73.

FLORENTINO, Manolo. FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (sécs. XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, J. BICALHO, M. GOUVÊA, M. (Org.). **O Antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa ventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2ª ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1998.

_____. **Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores:** freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. Rio de Janeiro: UFF, Revista Topoi, v. 11, n. 21, 2010, p. 74-106.

FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO (org.). **Conquistadores e negociantes:** Histórias das elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho.** Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, tese de doutorado.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco C. T. **Região e História agrária.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 17-26.

MALERBA, Jurandir. **A Independência brasileira:** novas dimensões. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MARANHO, Milena Fernandes. **O moinho e o engenho:** São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império Colonial português, 1580-1720. São Paulo: FFLCH/USP, 2006, tese de doutorado.

MARCONDES, Renato. SUPRINYAK, Carlos. **Movimentação de tropas no centro-sul da colônia:** aspectos estruturantes do mercado de animais na segunda metade do século XVIII.

MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios:** A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808). São Paulo: USP, dissertação

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa:** a inconfidência mineira: Brasil-Portugal 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra. 3ª ed., 1985.

_____. **Marquês de Pombal:** paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Chocolate, piratas e outros malandros:** ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos:** o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822). São Paulo: USP, 2010. Tese de doutoramento.

_____. **Expansão mercantil em São Paulo:** 'decadência' e 'vadiagem' nos discursos dos memorialistas, viajantes e autoridades públicas, 1782-1822. São Paulo: Almanack Braziliense, n. 1, 2005, p. 94-102.

MENEZES, Mozart Vergetti. **Colonialismo em ação.** Fiscalismo, Economia e Sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755). São Paulo: USP/FFLCH, 2005, tese de doutorado.

MENZ, Maximiliano M. **Centros e periferias coloniais: o comércio do Rio de Janeiro com Santos e Rio Grande (1802-1818)**. Revista de História USP. n.º. 154. São Paulo: editora USP, 2006.

MOURA, Denise A. Soares. **Região, relações de poder e circuitos mercantis em São Paulo (1765-1822)**. João Pessoa, PB: SAECULUM, n. 14, Jan/Jun, 2006.

_____. **Subsistemas de comércio costeiros e internalização de interesses na dissolução do Império Colonial português (Santos, 1788-1822)**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 30, n. 59, 2010, p. 215-235.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

ORTELLI, Sara. **Las reformas Borbónicas vistas desde la frontera**. La élite neovizcaína frente a la injerencia estatal en la segunda mitad del siglo XVIII. Boletín del Instituto de História Argentina y Americana. 3ª série, n.º 28, 2º sem., 2005.

PAZ, Carlos D. **Conflictos y redes sociales en el proceso de legitimación del poder indígena en las fronteras Chaqueño-Satafesinas**. Segunda mitad del siglo XVIII. Revista ANDES, n. 18, 2007, p. 1-23.

PAROLO, María Paula. **Categorías ocupacionales y actores económicos**. Los sectores mercantiles en Tucumán (1800-1870). Boletín del Instituto de História Argentina y Americana. Tercera série, n. 27, 2005.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. 1995. 620 p. Tese (Doutorado em Sociologia)– Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968.

_____. **O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.

PICOITO, Pedro. **Centro e Periferia**. A percepção das regiões no Estado medieval português (1245-1416). Lisboa: Editora Celta, Revista Penélope, n. 26, 2002, p. 7-29.

REIS, Paulo Pereira dos. **O caminho novo da piedade do Nordeste da capitania de São Paulo**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1968.

RODRIGUES, José Damião. **"Para o socego e tranquilidade publica das Ilhas": fundamentos, ambição e limitas das reformas pombalinas nos Açores**. Rio de Janeiro: Revista Tempo, v.11, n.21, 2006, p. 157-184.

RUSSELL-WOOD. A.J.R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América**. Miraflores, Portugal: DIFEL: Difusão editorial, 1998.

_____. **Centros e periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808.** São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 18, n. 36, 1998.

_____. **Ports of Colonial Brazil.** In: KNIGHT, Franklin. LISS, Peggy. *Atlantic port cities: economy, culture, and society in the Atlantic World (1650-1850)*. Knoxville, Estados Unidos: The University of Tennessee Press, 1991.

_____. **Sulcando os mares:** Um historiador do império português enfrenta a "Atlantic History". São Paulo: Revista História, v. 28, n. 1, 2009, p. 17-70.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRATH, Pablo Oller Mont Serrath. **Dilemas & Conflitos na São Paulo Restaurada:** formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802). FFLCH-USP, 2007, dissertação de mestrado.

SOUZA, George Felix Cabral. **Os homens e os modos da governança.** A câmara municipal do Recife do século XVIII num fragmento da História das instituições municipais do Império Colonial português. Recife: Gráfica Flamar, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a sombra:** política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SPIX. MARTIUS. **Viagem pelo Brasil (1817-1820).** 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

SUPRINYAK, Carlos E.; RESTITUTTI, Cristiano C. **Os muares e as minas:** relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte, MG: Cedeplar-FACE-UFMG, Seminário de Diamantina, 2006.

SUPRINYAK, Carlos E. **O mercado de animais de carga do Centro-Sul do Brasil Imperial:** novas evidências. São Paulo: Estudos Econômicos, v. 38, n. 2, 2008, p. 319-347.

TEIXEIRA, Paula Chaves. **Família e Negócios:** as redes comerciais de Gervásio Pereira Alvim (1850-1880). In: XIII Seminário sobre a economia mineira, Diamantina. Anais Eletrônicos do XIII seminário sobre a economia mineira, 2008.

VALENTIM, Alexandre. **Os sentidos do Império:** questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

VALENTIN, Agnaldo. **Comércio marítimo de abastecimento:** o porto de Iguape (SP), 1798-1880. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica ABPHE, 2003, Caxambu - Minas Gerais. Cadernos de Resumos do V Congresso Brasileiro de História Econômica, 2003. p. 68-68.

_____. **Uma civilização do arroz.** Agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880). São Paulo: USP/FFLCH, 2006, tese de doutorado.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Pobreza estrutural e Pobreza conjuntural no Rio de Janeiro, 1750-1808.** In: BOTELHO; SAMPAIO; CERQUEIRA; MARQUES; FAVERSANI (org.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço.* Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

XAVIER, Ângela Barreto. **“Nobres per geração”.** O sentimento de si dos descendentes de portugueses na Goa setecentista. Évora, Portugal: Paper apresentado no XXV Encontro da APHES, Universidade de Évora, 2005.